



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**JEMEFFER SOUZA LEBRÃO**

**AS MULHERES DO CAFÉ EM VITORIA DA CONQUISTA: dinâmica  
histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da  
periferia urbana**

João Pessoa  
Agosto de 2016

**Jemeffer Souza Lebrão**

**AS MULHERES DO CAFÉ EM VITORIA DA CONQUISTA: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGG da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Prof. Dr. Maria Franco García

**Área de concentração:** Campo e cidade:  
Espaço e trabalho.

João Pessoa  
Agosto de 2016

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L451m Lebrão, Jemeffer Souza.

As mulheres do café em Vitoria da Conquista : dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re)produção da periferia urbana / Jemeffer Souza Lebrão. - João Pessoa, 2016.

223 f. : il.

Orientação: Maria Franco García.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia urbana. 2. Cafeicultura - Vitoria da Conquista. 3. Mulher e trabalho. I. García, Maria Franco. II. Título.

UFPB/BC

**“As Mulheres do Café em Vitória da Conquista: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re) produção da periferia urbana”**

por

**Jemeffer Souza Lebrão**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.


Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Maria Franco Garcia**  
Orientadora



Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**  
Examinador interno



Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> **Suzane Tosta Souza**  
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba**  
**Centro de Ciências Exatas e da Natureza**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**  
**Curso de Mestrado em Geografia**

**Agosto/2016**

## Resumo

---

Vitória da Conquista é uma cidade do centro-sul da Bahia que conta, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2010), com 306 mil habitantes. Um dos processos que conferiram a essa cidade sua atual configuração urbana foi desencadeado na década de 1970, com a instalação e expansão da agroindústria do café. Concomitantemente, as transformações na forma de organização da produção e o trabalho no espaço agrário, proporcionaram a emergência, e expansão sem precedentes, da periferia urbana. A periferia de Vitória da Conquista, entendida como um espaço de segregação social, comparece na morfologia urbana da cidade, de forma muito clara nas suas plantas do final da década de 1980. Nesta pesquisa, abordamos a dinâmica territorial apresentada a partir da perspectiva teórica da mobilidade do trabalho. Assim, procuramos identificar no momento de instalação da cafeicultura na região do Planalto da Conquista, em 1972: a) as relações e as conexões entre a grande quantidade de trabalhadores e trabalhadoras procedente dos mais diversos municípios da Bahia, e de outros estados do Brasil, que se deslocavam sazonal ou definitivamente para Vitória da Conquista para trabalhar nas fazendas de café e; b) o processo de segregação sócio-espacial que deu lugar a diferentes áreas periféricas. Interessamos entender esse processo com especial atenção para a composição de gênero da força do trabalho em movimento pelo café. Por isso, apresentamos uma análise que nos permite, por meio da memória das experiências de vida das mulheres trabalhadoras da cafeicultura, entender os processos, ações e práticas que aconteciam na esfera do cotidiano, na espacialidade do “micro” que possibilitavam e possibilitam hoje em dia, a reprodução, não apenas das relações sociais de produção no “mundo agroindustrial do café” senão da vida na periferia urbana de Conquista.

**Palavras Chave:** Mulheres, Periferia Urbana, Mobilidade do Trabalho, Cafeicultura, Gênero, Trabalho.

## **Abstract**

---

Vitória da Conquista is a city in south-central of Bahia that counts, according to the latest Census of IBGE (2010), with a population of 306,000 people. One of the processes that gave this city its current urban configuration was triggered in the 1970s with the installation and expansion of the coffee agribusiness. Concomitantly, the changes in the form of organization of production and work in the agricultural space, provided the emergency and unprecedented expansion of the urban periphery. The periphery of Vitória da Conquista, understood as a social segregation space, appears in the urban morphology of the city very clearly in the plants in the end of the 1980s. In this research, we approach the territorial dynamics presented from the theoretical perspective of labor mobility. So, we try to identify at the time of the installation of coffee production in the region of the Planalto da Conquista in 1972: a) the relationships and connections between the large number of workers coming from various municipalities of Bahia, and other states of Brazil, who moved seasonally or permanently to Vitória da Conquista to work on coffee plantations and; b) the socio-spatial segregation process that gave rise to different peripheral areas. We are interested in understanding this process with particular attention to the gender composition of the labor force in moving by coffee. Therefore, we present an analysis that allows us, through the memory of the life experiences of the women that work in coffee, understand the processes, actions and practices that occurred in the everyday sphere, in the spatiality of "micro" that allowed and allows nowadays, the reproduction, not only of the social relations of production in the "agro-industrial world of coffee" but of life in the urban periphery of Vitória da Conquista.

**Palavras Chave:** Women, Urban Periphery , labor mobility, coffee plantation, Gender, work.

*A todas as mulheres que, silenciosamente, tem  
construído a história.*

## Agradecimentos

Os processos de aprendizagem e amadurecimento durante os anos de mestrado, até a última linha de escrita nesta dissertação, foram permeados por diversas experiências e sentimentos que em nenhum outro momento da minha vida apareceram de forma tão intensa. A dúvida, a ansiedade, a ânsia pelo conhecimento, o desejo de dar visibilidade, dentro da Geografia, às mulheres, sujeitos sociais geralmente relegados pelas pesquisas e trabalhos acadêmicos, e junto disso, com a mesma intensidade, o temor de não conseguir vencer o desafio, mas aqui estamos!

É nesse sentido que alguns agradecimentos se fazem necessários, sobretudo porque essa dissertação, não é algo que fosse possível de eu realizar sozinha, sobretudo porque seu embrião esteve sendo formado durante todo meu processo de amadurecimento acadêmico e agora tomou forma. Muitas pessoas fizeram parte desta trajetória e cabe aqui mencionar alguns nomes.

Sou grata a minha família, meu porto seguro, pra onde sei que sempre posso retornar depois das tempestades ou das calmarias do mar que, não raro, teimo em navegar, o amor e cuidado de vocês é indispensável pra mim.

Aos amigos e colegas do Centro de Estudos da Geografia do Trabalho - CEGET pela companhia e ajuda mútua na produção do conhecimento, na socialização de ideias (ainda que muitas vezes divergentes) e na colaboração com a pesquisa, vocês foram importantes nesse processo, obrigada por tudo. Sobretudo a Luquinhas e Humberto, pela receptividade nessas terras paraibanas, pela amizade, atenção e pelo auxílio prático na lida com os mapas, dados e tabelas (meninos, vocês são o máximo!).

A Lane, pela companhia de sempre e pela colaboração nos trabalhos de campo e companheirismo no momento mais difícil e solitário da vida de um pesquisador, o processo de escrita. Compartilhamos mutuamente as experiências dos momentos bons e das dificuldades do mestrado.

A Jessiquinha (butterfly) e a Simone (Flaflower) as melhores companheiras geográficas que esse mestrado poderia me dar. O alto astral dessas criaturas foi o melhor remédio para desfazer a tensão dos últimos momentos da escrita e defesa da dissertação.

Aos professores que, de alguma forma, colaboraram na construção dessa trajetória geográfica, àqueles que tomaram esse encargo com responsabilidade, dedicação e sabedoria.



Agradeço a Suzane Tosta Souza, (minha mãe na Geografia), que me acompanha há pelo menos 8 anos, colaborando e orientando com o entendimento das questões sociais e por ter me apresentado uma leitura crítica do mundo que hoje é minha base na leitura da sociedade. Obrigada por ter aceitado fazer parte de mais esse momento da minha construção enquanto geógrafa.

Ivan Targino, sou imensamente grata por ter a oportunidade de ser aluna desse professor incrível, não há outra definição. O mais manso e didático docente que a UFPB já conheceu, nunca vi uma pessoa explicar 'O Capital' de Marx com tanta clareza e propriedade. Suas contribuições trouxeram elementos novos, possibilitando o caminho das teorias da Geografia entre conhecimentos de outras ciências sociais.

Obrigada Maria Franco, por me mostrar a importância da leitura de gênero para a construção de uma ciência menos injusta. Pelas longas orientações, pelos questionamentos que me fizeram refletir inúmeras vezes sobre as questões da pesquisa, e sobretudo pela atenção e cuidado com as correções, pela força e por ajudar a transformar minha confusão de ideias em texto. Esse trabalho é nosso!

Às trabalhadoras do café, que me permitiram conhecer e recontar suas trajetórias de vida e luta entre a cidade e o campo.

A CAPES, por incentivar financeiramente esta pesquisa.

Enfim, preciso agradecer a todos que direta ou indiretamente se fizeram presentes nessa trajetória.

*Os trabalhadores [e trabalhadoras]\* são livres, mas a sua liberdade encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: dispõem livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender.  
Gaudemar 1977,(grifo nosso).*

## Sumário

Lista de Figuras.....	13
Lista de Mapas.....	16
Lista de Tabelas.....	17
Lista de Gráfico.....	18
Lista de Siglas.....	19
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>1.0 – CAFEICULTURA, MOBILIDADE DO TRABALHO E ESPAÇO URBANO EM VITORIA DA CONQUISTA.....</b>	<b>29</b>
1.1 – Cafeicultura e mobilidade do trabalho no Planalto de Conquista.....	29
1.2 – As origens da monocultura do café no Planalto de Conquista.....	35
1.3- O que era Vitória da Conquista antes da chegada do café? Contexto social, histórico e político do município.....	40
1.4 – O desenvolvimento da monocultura do café e as transformações urbanas, económicas e políticas em Vitoria da Conquista.....	48
<b>2.0 –TRABALHO E TRABALHADORAS DO CAFÉ EM VITÓRIA DICONQUISTA</b>	<b>59</b>
2.1 – Mobilidade do trabalho e formação da força de trabalho para o café em Vitoria da Conquista.....	59
2.2 – A força de trabalho das mulheres na cafeicultura: a “família” trabalhadora e a participação no processo de trabalho e de produção.....	66
2.3 - As relações de trabalho e o cotidiano na cafeicultura.....	79
2.4 - A greve do café.....	94
2.5 - O desenvolvimento regional e a mobilidade do trabalho.....	95
<b>3.0 – TESES E FONTES PARA VISIBILIZAR A MOBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES CAFEICULTORAS EM VITÓRIA DA CONQUISTA .....</b>	<b>97</b>
3.1 – Teses sobre a Mobilidade do Trabalho.....	97
3.1.1 – A Teoria marxista da mobilidade do trabalho.....	103
3.2 – Números e fluxos em Vitoria da Conquista: na procura de registros oficiais sobre mobilidade do trabalho.....	109
3.2.1 – O que os dados não mostram: mobilidade e trabalho produtivo das mulheres no café.....	116
3.3 - Os <i>fatores de atração e fatores de expulsão</i> no Planalto da Conquista.....	121

3.4 – A memória feminina do trabalho nos cafezais: mobilidade e produção da periferia urbana.....	123
3.4.1 – Trajetórias de vida e trabalho de mulheres entre o campo e a cidade .....	124
a) O valor moral do trabalho e a autoridade masculina.....	126
b) os limites à educação formal das mulheres, migração infantil e o trabalho informal e doméstico.....	131
c) O desigual valor pago ao trabalho realizado: O pagamento por produção.....	132
d) Diferentes trajetórias que constituem a periferia urbana de Vitória da Conquista.....	133
e) A reprodução da vida no espaço urbano: mulheres e acesso à moradia.....	133
<b>4.0 – CAMINHOS TEÓRICOS CRÍTICOS PARA O ESTUDO DA PRODUÇÃO SOCIAL DA PERIFERIA URBANA EM VITORIA DA CONQUISTA .....</b>	<b>136</b>
4.1 – Noções e conceitos sobre periferia urbana.....	142
4.1.1 – Origens históricas da segregação espacial: uma teoria social crítica sobre periferia urbana.....	148
4.2 – Aportes para o estudo da produção do espaço desigual em Vitória da Conquista.....	153
4.2.1 – Renda fundiária urbana e configuração da periferia.....	155
a) Contribuições teóricas marxistas sobre renda fundiária urbana.....	157
<b>5.0 – PLANEJAMENTO URBANO EM VITORIA DA CONQUISTA (1970 – 2006): MECANISMOS DE SEGREGAÇÃO DE CLASSE E GÊNERO.....</b>	<b>166</b>
5.1 – O Plano Diretor Urbano de Vitoria da Conquista de 1976: origem da legitimação pública das “duas cidades” .....	167
5.1.1 – Loteamentos urbanos em Vitoria da Conquista: práticas urbanistas de classe.....	179
5.1.2 - Mulheres e reprodução da vida na periferia em expansão: Uma história precarização e lutas.....	188
5.1.3 – Ocupações urbanas e luta por moradia: reação de classe ao urbanismo segregador.....	195
5.2 – O Plano Diretor Urbano de Vitoria da Conquista de 2006: a institucionalização da segregação urbana.....	198
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>213</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>222</b>

## Lista de figuras

Figura 01: Avenida Brumado no final da década de 1960, cidade de Vitória da Conquista, Bahia.....	47
Figura 02: Cafeicultor exibindo máquina agrícola recém adquirida na década de 1970.....	50
Figura 03: Vista panorâmica do centro de Vitória da Conquista em dia de feira, com o Mercado à direita.....	53
Figura 04: Hotel Lindóia na Praça Barão do Rio Branco, década de 1960.....	53
Figura 05: Praça Barão do Rio Branco e Hotel Lindóia em 1977.....	54
Figura 06: Cafeicultores e Representantes do IBC, no centro, em primeiro Plano, Camilo Calazans Presidente do Instituto em Inhobim, 1977.....	56
Figura 07: Raul Ferraz, prefeito de Vitória da Conquista, plantando um pé de café em seu nome. Inhobim, 1977.....	57
Figura 08: Mulheres e crianças trabalhando em cafezal de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1980.....	69
Figura 09: Plantação de Café em Curvas de nível. Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	70
Figura 10: Adubação química realizada por mulheres e crianças. Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	71
Figura 11: Trabalhadora no viveiro produzindo mudas de café. Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	73
Figura 12: Viveiro recém construído – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	74
Figura 13: Crianças desempenhando a atividade de “encher os saquinhos” com a terra preparada para as mudas – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	74
Figura 14: Trabalhadoras e trabalhadores no viveiro de produção de mudas de café – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	75
Figura 15: Viveiro com mudas de Café Arábica separadas por tipo Catuaí e Mundo Novo – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, 1973.....	76
Figura 16: Transporte de trabalhadores em caçamba de trator no município de Planalto, 2010.....	85
Figura 17: Transporte de trabalhadores em Caminhão, município de Barra do Choça,2010.....	86

Figura 18: Vista panorâmica de alojamento em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016.....	88
Figura 19: Interior do quarto em alojamento com cama e fogão de lenha em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016.....	88
Figura 20: Cozinha coletiva com fogões de lenha em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016.....	89
Figura 21: Alojamento em fazenda de café em Barra do Choça, 2011.....	90
Figura 22: Trabalhadoras na colheita manual de café. Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	91
Figura 23: Trabalhadoras colhendo café. A direita, escada utilizada na colheita. Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.....	91
Figura 24: Terminal de ônibus da Avenida Lauro de Freitas na década de 1980 - Centro de Vitória da Conquista.....	173
Figura 25: Trabalhadores na Construção do Centro de abastecimento – CEASA, em 1986.....	174
Figura 26: Construção do Centro de abastecimento – CEASA, em 1986.....	174
Figura 27: Duplicação da Avenida Bartolomeu de Gusmão, década de 1980.....	174
Figura 28: Pavimentação da Avenida Rosa Cruz, década de 1980.....	174
Figura 29: Reforma do Estádio Lomanto Junior - Lomantão, década de 1990.....	176
Figura 30: Construção do ginásio de esportes Raul Ferraz, década de 1980.....	176
Figura 31: Avenida Brumado, principal via que liga a BR-116 ao Setor Oeste.....	193
Figura 32: Loteamento Miro Cairo – Setor Oeste.....	193
Figura 33: Bairro Nossa Senhora Aparecida – nas Margens da BR-116 – Setor Oeste.....	193
Figura 34: Bairro Patagônia – Originado de loteamentos aberto por Gildásio Cairo - Setor Oeste.....	193

Figura 35: Bairro São Pedro – Loteamento Recanto das aguas.....	194
Figura 36: Bairro Zabelê – Loteamento Senhorinha Cairo.....	194
Figura 37: Vista panorâmica do Setor Leste de Vitória da Conquista, 1985.....	203
Figura 38: Verticalização no Bairro Candeias, 2016.....	205

### Lista de mapas

Mapa 01: Localização do Município de Vitória da Conquista e mesorregião do Centro-Sul baiano.....	21
Mapa 02: Principais municípios produtores de Café do Planalto da Conquista, 2010. ....	39
Mapa 03: Traçado da BR-116 na planta urbana de Vitória da Conquista de 1976.....	46
Mapa 04: Estrutura urbana de Vitória da Conquista em 1976.....	141
Mapa 05: Estrutura urbana de Vitória da Conquista em 1986.....	141
Mapa 06: Evolução urbana de Vitória da Conquista 1976 - 1996 –.....	147
Mapa 07: Padrões de Habitação dos bairros de Vitória da Conquista no início dos anos 2000.....	156
Mapa 08 – Localização dos Setores Oeste e Leste e Divisão dos Bairros de Vitória da Conquista.....	171
Mapa 09: Espacialização dos loteamentos Abertos por Gildásio Cairo e pela empresa Cairo Ramos e Cia em Vitória da Conquista.....	185
Mapa 10 - Macrozonas de Ocupação do Solo.....	202



## Lista de Tabelas

Tabela 01: Crédito Rural contratado no Brasil entre 1970 e 1980.....	37
Tabela 02: População Rural e Urbana de Vitória da Conquista de 1940 – 1980 por situação domiciliar.....	42
Tabela 03: Movimento Bancário de Vitória da Conquista de 1969 a 1972 (em Cr\$ 1,00) .....	54
Tabela 04: Expansão da cafeicultura por variáveis selecionadas – Microrregião do Planalto da Conquista (1970-2006) .....	112
Tabela 05: Expansão da cafeicultura por variáveis selecionadas - Município de Vitória da Conquista (1970-2006) .....	112
Tabela 06: Total de pés de café em idade produtiva e pés de café que produziram na Microrregião do Planalto da Conquista e no Município de Vitória da Conquista (1970-2006).....	116
Tabela 07: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias – Microrregião de Conquista (1970-2006).....	118
Tabela 08: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias – Vitória da Conquista (1970-2006).....	118
Tabela 09: Evolução do número de acidentes no trecho urbano da BR 116 em Vitória da Conquista, 1975– 1980 .....	170

**Lista de gráficos**

Gráfico 01: Crescimento de Receita Municipal de Vitória da Conquista, 1968 a 1972 (em Cr\$ 1,00) .....	55
Gráfico 02: Produção de Café em Vitória da Conquista, entre 1973 a 1977 (em toneladas).....	55
Gráfico 03: Quantidade de café produzido por tonelada na microrregião do Planalto da Conquista e no município de Vitória da Conquista.....	114
Gráfico 04: Quantidade de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de 1976 a 1996.....	183

### **Lista de Siglas**

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNH - Banco Nacional de Habitação

CEASA - Centro de abastecimento Municipal

CEMAE - Centro Municipal de Atendimento Especializado

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COOPMAC – Cooperativa Mista Agropecuária de Vitória da Conquista

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EMURC - Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista

EPI - Equipamentos de Proteção Individual

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

JCJ-VC - Junta de Conciliação e Julgamento - Vitória da Conquista

MDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

MPT - Ministério Público do Trabalho

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PDU – Plano Diretor Urbano

PMDB - Partido Social Democrata do Brasil

PMHP - Programa Municipal de Habitação Popular

PRRC - Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais

PSH - Programa de Habitação Social

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UBM - União Brasileira de Mulheres

UESB - Universidade Estadual da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UMVC - União de Mulheres de Vitória da Conquista

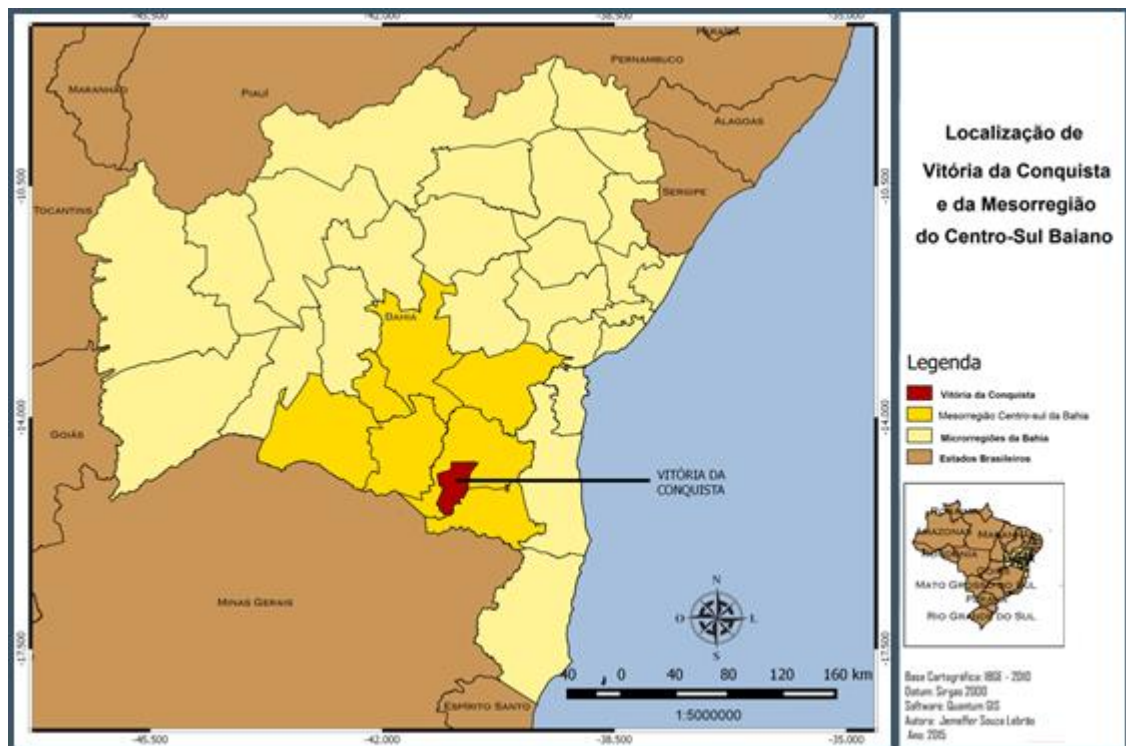
ZEIS - Zonas de Interesse Social

II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento

## INTRODUÇÃO

O município de Vitória da Conquista integra a região Centro-Sul da Bahia, como podemos observar no Mapa 01. A cidade, segundo o Censo do IBGE (2010), é na atualidade a terceira mais populosa do estado com 306.866 habitantes.

**Mapa 01: Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro Sul da Bahia**



Elaboração: Lucas Araújo e Jemiffer Lebrão 2015.

Analisando seu crescimento urbano alguns aspectos nos conduziram a pensar sobre o seu processo histórico de produção espacial. A cidade que nos desperta interesse neste estudo é produto de processos complexos e contraditórios, característicos do modo de produção capitalista, que, baseado na propriedade privada do solo e na divisão social do trabalho, materializa no espaço, o conflito das classes sociais antagônicas que o compõem.

No período que segue entre as décadas de 1970 e 1980, observa-se em Vitória da Conquista uma grande expansão de sua estrutura urbana, a de maior amplitude em toda sua história, que se configurou como um crescimento espreado, ampliando os limites da cidade para áreas cada vez mais distantes do núcleo urbanizado. Este momento significa, em nossa análise, o ponto chave do aprofundamento das

diferenças espaciais que cristalizaram, nesta cidade, a dinâmica da segregação espacial. Este processo deu origem a uma periferia urbana pensada e produzida como tal, criada, estrategicamente, pela ação conjunta do Estado e dos proprietários fundiários, para abrigar as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora, composta, sobretudo, de trabalhadoras e trabalhadores migrantes que chegaram a esta cidade em um contexto específico de instalação de desenvolvimento da agroindústria cafeeira.

Trata-se de uma periferia datada, que não acontece de forma espontânea, senão condicionada por processos articulados nos níveis nacional, regional e local. A instalação e expansão da cafeicultura trouxe em si a mobilidade do trabalho, que foi condição e resultado da espacialização do capital cafeeiro na região do Planalto da Conquista<sup>1</sup>.

A mobilidade do trabalho tem sido parte constitutiva da formação territorial de Vitória da Conquista. Os primeiros registros da chegada de migrantes de outros municípios e regiões do país, datam de acordo com Medeiros (2003) das décadas de 1930 e 1940. No entanto é a partir de 1970, que o fenômeno da mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, é intensificado, ao ponto de imprimir, na estrutura urbana conquistense, a sua marca, deixando gravado no espaço as contradições da relação capital-trabalho.

A mobilidade que leva para Vitória da Conquista um grande contingente de força de trabalho de homens e mulheres neste período, vem como condição do deslocamento de capitais e investimentos pelo Estado brasileiro, para a criação e desenvolvimento da monocultura cafeeira na região do Planalto da Conquista. A fim de expandir a cafeicultura dos estados do Centro Sul do país, o Governo Federal, por meio de ações do Instituto Brasileiro do Café (IBC), elegeu essa região, como

---

<sup>1</sup> Uma questão metodológica que é importante descrever aqui, a fim de orientar o leitor, se trata das diferentes regionalizações que citamos ao longo do texto. Trabalhamos com 'Planalto da Conquista' que é uma região geográfica e compreende os municípios localizados na área de relevo plano, levemente ondulado com altitude que varia de 800 a 1100 metros. Essa região também é utilizada pelo IBGE com relação à produção cafeeira. O 'Centro-Sul' é uma mesorregião da Bahia estabelecida pelo IBGE, da qual fazem parte 8 microrregiões, cada uma polarizada por um município importante, em contrapartida, Vitória da Conquista polariza todas elas, sendo considerada a cidade mais importante do Centro-Sul baiano. Quando nos referimos à 'Região Sudoeste', se trata de uma regionalização econômica instituída pela SEI, bastante utilizada quando relacionado ao café e à economia regional. Muitos trabalhos utilizam a 'Região Econômica do Sudoeste' como objeto de estudo, inclusive trabalhos citados por nós como Souza (2008), Medeiros, (2003), Santos (1987), entre outros, contudo, como geograficamente, o município em questão não se localiza no Sudoeste, e sim sudeste do estado da Bahia, consideramos prudente justificar a referência a essa regionalização.

favorável ao cultivo do café, devido às suas atribuições geográficas. Esse conjunto de processos tornou possível a produção cafeeira na região no Centro Sul baiano, visando atender aos mercados nacional e internacional.

O processo de territorialização do capital cafeeiro no campo conquistense agiu duplamente promovendo a mobilidade do trabalho, tanto na ocupação das terras em que outrora viviam famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras não proprietários, transformando-os em proletários do café e enviando-os para a periferia de Vitória da Conquista. Como também agiu na atração de trabalhadores e trabalhadoras, de outros municípios do entorno, para o trabalho sazonal na colheita do café, os quais também buscaram na periferia conquistense, espaços para a reprodução da vida.

O crescimento demográfico registrado a partir de 1970 em virtude dos trabalhadores e trabalhadoras em 'movimento' pelo café, apresentou rebatimentos sobre a questão da habitação e na expansão horizontal da cidade. A ocupação do solo urbano passou a ser realizada, principalmente por intermédio da atividade loteadora, que década de 1970 criou 21 loteamentos, sendo que só em 1977, primeiro ano após a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista, 11 loteamentos foram licenciados pela Prefeitura Municipal. (MEDEIROS, 1978).

Na década de 1980 ocorreu uma intensificação desse processo, sendo que nesse período houve a maior divisão de glebas, um total de 102 loteamentos registrados. Em 1991 a Prefeitura Municipal criou assentamentos urbanos destinados à população em condição de desemprego e subemprego, que devido à sua condição social, não tinham possibilidades, nem mesmo, de adquirir os lotes nos locais mais distantes e menos valorizados da cidade, nos quais inexistia qualquer tipo de infraestrutura urbana. Em 1990 ainda foram abertos outros 64 loteamentos (FERRAZ, 2001).

Diante disso, nossa preocupação recai, não apenas nas modificações da estrutura urbana, decorrentes senão, e fundamentalmente, das implicações que as dinâmicas espaciais tem no cotidiano, produtivo e reprodutivo. Interessamos entender, esse processo, com especial atenção para a composição de gênero da força do trabalho em movimento pelo café. Por isso, apresentamos uma análise que nos permite, por meio da memória das experiências de vida das mulheres trabalhadoras da cafeicultura, entender os processos, ações e práticas que aconteciam na esfera do cotidiano, na espacialidade do "micro" que possibilitavam e possibilitam, hoje em dia,

a reprodução, não apenas das relações sociais de produção no “mundo industrial do café” senão da vida na periferia urbana de Conquista. Metodologicamente, nosso discurso está posicionado de forma muito clara na narrativa de um sujeito histórico invisibilizado no mundo produtivo e na cidade, que é a mulher. Todavia, nossa interlocutora não é uma mulher qualquer, ela é condicionada pela sua classe, a trabalhadora, e pelo seu “lugar” no mundo urbano, a periferia. Nossa opção metodológica tem razões teórico-ideológicas, já que consideramos necessário contar a história territorial da cidade de Vitória da Conquista a partir das experiências concretas do “outro”, do “silenciado”, do “subalterno”, do “esquecido”, que no nosso caso é essa mulher trabalhadora que vive na periferia *conquistense*.

A mobilidade do trabalho e a periferia de Vitória da Conquista são temáticas que tem permeado toda nossa trajetória acadêmica, nas pesquisas realizadas nos cursos de graduação e especialização em Geografia. A abordagem inicial se relacionava à luta pelo trabalho na periferia dessa cidade, e este foi um momento importante, quando pela primeira vez, tivemos contato, em 2010, com trabalhadoras do café, que na busca pelo trabalho, se deslocavam sazonalmente para a colheita nas fazendas da região.

Partindo da compreensão de que as periferias urbanas emergem historicamente como lócus de reprodução da classe trabalhadora, procuramos entender, em Vitória da Conquista, como se deu, a produção desses espaços. Este estudo, nos remeteu de volta aos trabalhadores e trabalhadoras do café e à própria dinâmica da cafeicultura no Centro Sul baiano.

Na pesquisa de mestrado, ao ingressar no Centro de Estudos da Geografia do Trabalho – CEGET, sob a orientação da professora Dr. Maria Franco, a proposta de estudar o processo de produção espacial da periferia urbana de Vitória da Conquista, a partir da mobilidade do trabalho promovida pela cafeicultura, ganhou uma nova abordagem. A sugestão da orientadora de focar a análise nas ‘mulheres do café e da periferia’ tornou o processo de pesquisa bastante desafiador.

Apesar das leituras sobre a categoria trabalho e a classe trabalhadora, as mulheres nunca tinham aparecido de forma específica na bibliografia que compunha meus referenciais teóricos. Elas, apesar de comporem todos os processos estudados, sempre estiveram invisibilizadas sob os termos “trabalhadores”, “classe trabalhadora”, “força de trabalho”, que nunca me remeteram a pensar a mulher enquanto sujeito produzido socialmente e historicamente silenciado, subalternizado e esquecido. A



abordagem de gênero se tornou um desafio gratificante, que proporcionou, a cada nova etapa da pesquisa, descobertas e transformações, não só na proposta de pesquisa, quanto na própria pesquisadora.

Para tanto, entendemos a produção da periferia urbana de Vitória da Conquista como parte do processo de mobilidade do trabalho, ao mesmo tempo, que está condicionada, na sua reprodução, pelas representações sociais de gênero. Ler a cidade a partir das necessidades de um sujeito subalternizado, como a mulher trabalhadora da periferia, visa quebrar a "violência epistêmica" das análises a-generificadas do espaço urbano e suas contradições internas, e também, recontar criticamente uma história espacial que não aparece na maioria das pesquisas realizadas sobre o café e o espaço urbano de Vitória da Conquista.

A definição da mulher trabalhadora como sujeito norteador, é a particularidade da nossa pesquisa em meio a trabalhos já realizados sobre a periferia e o crescimento urbano conquistense como (SANTOS, 2014), (SANTOS, 2013), (FERRAZ, 2001) e (ALMEIDA, 2007), além da tentativa de dar visibilidade, na Geografia e na história dessa cidade, a esse sujeito historicamente "esquecido" nas análises realizadas sobre o trabalho, a classe trabalhadora e a produção do espaço. E nesse sentido, dar a nossa contribuição no combate a "violência epistêmica" gerada no âmbito das ciências sociais e contar uma história espacial que não se realizaria da mesma forma sem participação fundamental das mulheres, tanto na esfera produtiva, quando reprodutiva das relações sociais.

Como aponta Saffioti (1987), as Ciências Sociais, em geral, sofrem a tendência de ignorar a ação feminina no *fazer história*, já que a grande maioria das pesquisas, busca, junto aos homens, obter informações e coletar dados sobre a realidade social em detrimento dos cientistas que buscam ouvir as mulheres. De acordo com essa autora, tal fato tem acarretado prejuízos para a produção do conhecimento, apontando que os aspectos negativos dessa forma de proceder frente às pesquisas, acaba por deformar a própria ciência, pois deixa de lado informações preciosas, que poderiam ser fornecidas por mulheres a partir de suas vivências. Nesse sentido, a autora afirma que a ciência centrada no homem apenas, é uma ciência pela metade, aleijada.

O objetivo final foi de reconstruir a história da produção da periferia lançando mão de todo material científico que tivemos acesso, mas sem deixar de lado o enfoque que dá particularidade à nossa pesquisa, a visibilização das mulheres trabalhadoras provenientes do campo e da cidade que em algum momento de suas vidas

compartilharam de experiências com o café e a periferia. Mulheres com diferentes trajetórias, mas com histórias de vida semelhantes, permeadas pelo árduo trabalho no café, pela mobilidade do trabalho e a luta diária pela sobrevivência em espaços de segregação e precariedade.

Nos caminhos da pesquisa, para alcançar nosso objetivo, abarcamos, uma combinação de procedimentos metodológicos de cunho qualitativo e quantitativo, lançando mão de instrumentos que nos deram suporte para investigação, interpretação e compreensão da realidade. Além do levantamento bibliográfico sobre o tema, também realizamos pesquisa documental no acervo do Museu Regional de Vitória da Conquista, e junto à Prefeitura Municipal, consultando jornais da época da chegada do café, como o “Fifó” e o “Tribuna do Café” e dados de abertura de loteamentos. Além de pesquisas para levantamento de material quantitativo quantitativas realizadas pessoalmente no escritório do IBGE – Vitória da Conquista e seu banco de dados online dos quais a coleta de dados do Censo Demográfico e o Censo Agropecuário foram de grande relevância para interpretação dos processos históricos. Também foram consultadas as bases de dados da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia - SEI<sup>2</sup>.

As fontes orais foram fundamentais para o aprofundamento da história de Vitória da Conquista e para a compreensão do universo das mulheres do café e da periferia dessa cidade. A metodologia utilizada foi a entrevista semiestruturada com sujeitos específicos: Mulheres moradoras da periferia que de alguma forma tiveram, ou mantem relação com a cafeicultura. Neste universo, encontramos: a) trabalhadoras naturais de Vitória da Conquista que ingressaram na atividade laboral da colheita do café, se deslocando diariamente, no período da colheita para as fazendas da região; b) trabalhadoras naturais de outros municípios, que chegaram a vitória da Conquista por causa do trabalho na cafeicultura. Dessas, algumas se mantiveram por alguns anos na zona rural, vivendo e trabalhando nas roças de café, e outras que deixaram seus locais de origem (campo e cidades do entorno) para viverem na periferia de conquistense e trabalharem nas fazendas do município.

---

<sup>2</sup>A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI é um órgão governamental responsável pela realização de estudos que subsidiam o planejamento Governamental do Estado da Bahia. Foi criada em 1995, através da lei nº 6.812, e assinada pelo então governador Paulo Souto por meio da fusão de outros dois órgãos: A Fundação centro de Projetos e Estudos – CPE, e a autarquia Centro de Estatísticas e Informações – CEI.

Para encontrar, na periferia de Vitória da Conquista as interlocutoras da pesquisa, a primeira entrevista foi realizada com o Professor e advogado Ruy Medeiros, que participou de todo o processo de implantação da cafeicultura e defendeu judicialmente muitos camponeses que enfrentaram problemas com suas terras. Partindo disso, conseguimos contato com Noeci Salgado, que trabalhou na colheita de café e foi uma das representações importantes do movimento que levou trabalhadores e trabalhadoras a deflagrarem a ‘greve do café’ em 1980. A partir de indicação desse, conseguimos iniciar o contato com mulheres que atualmente vivem em diferentes bairros da periferia conquistense, que conheceram e participaram da história do café e da produção do espaço dessa cidade.

Realizamos entrevistas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs), e funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) onde foi possível entender questões sobre às relações de trabalho na cafeicultura. Além de trabalho de campo nos distritos produtores de café de Abelhas e Inhobim.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos. O primeiro trabalho de campo aconteceu entre os meses de Abril e Junho de 2015 e o segundo momento em Janeiro de 2016, ambos na cidade de Vitória da Conquista. Ao todo, foram 12 entrevistas, das quais duas foram realizadas com homens que viveram e participaram diretamente nos processos de chegada e expansão do café na região e dez mulheres moradoras da periferia e trabalhadoras do café.

Os resultados desse caminhar foram estruturados neste texto em cinco capítulos. No primeiro, tratamos dos processos que levaram a instalação da cafeicultura comercial na região do Planalto da Conquista e suas implicações neste espaço, tanto no campo, quanto na cidade, com atenção para a mobilidade do trabalho e sua relação histórica com a cafeicultura no Brasil e as transformações urbanas e que a territorialização do capital cafeeiro no campo proporcionou.

No segundo capítulo, buscamos compreender os mecanismos da instalação da cafeicultura e a formação da força de trabalho, por meio da mobilidade do trabalho, necessária para dar início ao cultivo dos cafezais e expandi-los. Nesta parte do texto, destacamos o papel da mulher no processo produtivo do café e a sua importância, qualitativa e quantitativa nesta dinâmica, com atenção para a sua articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva nas fazendas de café de Vitória da Conquista.

No capítulo três, comparecem discussões acerca da mobilidade do trabalho. Nele atrelamos a discussão teórica à análise dos dados de expansão da lavoura

cafeeira e de pessoal ocupado no campo, para compreender a dimensão quantitativa dos fluxos de trabalhadores e trabalhadoras para Vitória da Conquista. Também apresentamos a memória feminina e as trajetórias de vida das mulheres 'em mobilidade' entre o campo e a cidade.

A periferia urbana é abordada do capítulo quatro como o espaço de reprodução da vida das mulheres sujeitos da nossa pesquisa. Nesta parte do texto, buscamos entender a periferia urbana enquanto produto histórico do sistema capitalista, na condição espaço segregado, criado estrategicamente, para a reprodução da classe trabalhadora. Aqui discutimos os processos de extração e valorização da renda fundiária urbana como condicionantes e direcionadores da segregação urbana, entendendo-a como um dos principais promotores da cidade espacialmente desigual.

No último capítulo nos lançamos na discussão dos Planos diretores da cidade de Vitória da Conquista, sendo o primeiro de 1976, no contexto da chegada da cafeicultura, e o segundo de 2006, partindo da leitura do planejamento urbano pensado sempre a favor das classes dominantes, com pouca ou nenhuma atenção para as necessidades da população da periferia, sobretudo das mulheres, que se inserem nesse espaço de forma mais precária, se dividindo entre as esferas da produção e da reprodução. Neste capítulo trazemos os processos que deram origem a periferia conquistense por meio da atividade loteadora que unia interesses dos proprietários fundiários e do poder público, e da ocupação urbana, ambos culminaram na criação de espaços totalmente desestruturados que condicionaram uma vida precária a seus habitantes.

Fechamos nossa análise com as considerações que os dois anos de trabalho e reflexão, sobre a dinâmica espacial do trabalho das mulheres do café e a produção do espaço urbano periférico em Vitória da Conquista, nos tem permitido compreender. Areladas a novas e mais desafiadoras questões que esta pesquisa traz para a Geografia e para nós geógrafas.

## **1.0 - CAFEICULTURA, MOBILIDADE DO TRABALHO E ESPAÇO URBANO EM VITÓRIA DA CONQUISTA**

### **1.1 - Cafeicultura e mobilidade do trabalho no Planalto da Conquista**

A cultura e lavoura do café estão atreladas profundamente à história econômica e territorial do Brasil. Como constatam Martins (2010), Furtado (2007), entre 1850 e 1930, o café representou o principal produto de exportação da economia brasileira. Mesmo tendo-se iniciado como economia agrária no período colonial foi a partir da suspensão do tráfico de escravos africanos, em 1850 e nos anos posteriores, que o café se torna a mercadoria central que impulsiona a economia do país. Além disto, influenciou profundamente a organização social e política, especialmente na região Centro Sul, determinando acontecimentos fundamentais como a liberação progressiva dos escravos e a abolição da escravatura em 1888, o processo de industrialização do país e a revolução de outubro de 1930, que pôs fim a hegemonia política das oligarquias cafeeiras<sup>3</sup>.

De acordo com José de Souza Martins (2010), com a cessação do tráfico negreiro, surge a preocupação do suprimento da força de trabalho necessária à manutenção da economia do café. Concomitante à libertação progressiva dos negros escravizados e a abolição da escravatura em 1888<sup>4</sup>, foram tomadas também algumas

---

<sup>3</sup> Conforme aponta Martins (2010), a revolução de 1930 põe fim ao controle político das oligarquias cafeeiras do estado de São Paulo, quando as forças revolucionárias, que unia outras oligarquias agrárias regionais e os interesses da burguesia Industrial, depuseram o então presidente Washington Luís, ligado sobretudo aos interesses dos cafeicultores paulistas, em outubro de 1930. A leitura de alguns autores como Celso Furtado (2007), aponta que neste momento teria havido uma ruptura no que se refere a política econômica nacional. Como produto da crise econômica mundial e seus rebatimentos sobre a cafeicultura, a Revolução que promoveu o fim da República Velha se tornou um marco entre duas fases: a de políticas direcionadas principalmente “para os interesses da grande lavoura de exportação, e a de influência crescentemente predominante de grupos ligados à indústria” (VERSIANE, 2012, p. 868). Para Martins (2010), no entanto é preciso ter cuidado com as abordagens esquemáticas que colocam a oligarquia do café e a burguesia industrial como opostos, quando na realidade, muitos cafeicultores tinham ações em empresas não agrícolas, sendo alguns deles grandes industriais, ao passo que muitos industriais se tornaram fazendeiros, a fim de ampliar suas economias. Um dos objetivos dos industriais que chocavam com as oligarquias do café foi a sua opção de se constituir em grupo de pressão sobre o governo para obter em seu favor uma política protecionista.

<sup>4</sup> A lei Áurea foi decretada em 1888 como abolição definitiva da escravidão, mas este foi apenas um marco legal de liberação dos escravos. Essa dinâmica teve início com a pressão da Inglaterra pelo fim da escravidão, que, como pioneira na revolução Industrial, carecia da ampliação de mercado consumidor. Neste sentido, em 1845, criou uma lei (Bill Aberdeen), que autorizava a interceptação de navios de tráfico de africanos, o que fez duplicar o preço dos escravos. Em 1850 o Brasil promulga a lei Eusébio de Queirós, que proíbe este tipo de tráfico. Como consequência, passou-se a praticar o tráfico intraprovincial de mulheres e homens negros. O processo de abolição da escravatura foi postergado ao máximo para que os latifundiários tivessem condições de se adaptar sem maiores perdas. De acordo com Martins (2010), a noção de liberdade compartilhada na Abolição, dizia respeito mais ao escravo. Para este autor, o fazendeiro foi quem se libertou do escravo, isto é, o capital representado por ele, e não o escravo quem, propriamente, se libertou do fazendeiro. A substituição do trabalho escravo pelo

medidas para garantir a produção e expansão cafeeira como: o deslocamento interno de escravos das áreas produtoras de cana-de-açúcar do Nordeste do país para as plantações de café no Sudeste, o chamado “tráfico intraprovincial” e; a implantação de uma política que promovia a imigração, a partir de 1880, de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros europeus, principalmente para a região cafeeira do estado de São Paulo. O mesmo autor aponta dados reveladores da magnitude deste fenômeno na região, ainda que não nos permitam fazer uma análise de gênero, por entender o universo dos imigrantes como homogêneo, afirmando que “entre 1877 e 1914, essa região recebeu 1.779.470 imigrantes, dos quais 845.816 eram italianos, seguindo-se em importância numérica os espanhóis e os portugueses” (MARTINS 2010, p. 145).

Embora pese a homogeneização do sujeito “em mobilidade” apenas como imigrante europeu homem, os dados nos permitem constatar que atrelado à grande demanda de trabalho nas fazendas cafeeiras, sempre houve o deslocamento de homens e mulheres. E que estes, não só foram africanas e africanos escravizados e migrantes estrangeiros, como também trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, principalmente dos estados da Bahia e Minas Gerais. Verificações de George Little (1960, *apud* MARTINS, 2010) apontam que em 1920 grandes fazendeiros do Sudeste recrutavam, em municípios do Nordeste, homens trabalhadores e suas famílias. Segundo Martins (2010, p. 108), até mais da segunda metade do século XX: “houve um contínuo fluxo de moradores do Alto Sertão da Bahia em direção aos cafezais de São Paulo, especialmente na região de Ribeirão Preto, vindos pelo interior de Minas, para colher café como trabalhadores sazonais”. Além da força de trabalho oriunda da Bahia, Moura (1997) assinala, nesse período, a existência de grande número de trabalhadores e trabalhadoras livres, ocupados nas fazendas de café do oeste paulista provenientes do interior do Ceará. Para esta autora, isso foi devido a que: “em 1878 os governos de ambas as províncias concluíram-se no sentido de viabilizar a vinda de famílias de retirantes para as fazendas de café de diversas regiões paulistas” (Não paginado).

Considerando o volume de força de trabalho necessário para a criação de novos cafezais e para a manutenção das fazendas já existentes, sobretudo no período da

---

trabalho livre significou liberação de capital imobilizado que rompeu as barreiras do cativeiro. Não se pode negar os ideais humanísticos da luta pela liberdade jurídica, no entanto, os escravos, na condição de livres, caíram na indignância e na degradação.

colheita, defendemos, com base nas pesquisas sobre a cafeicultura no Brasil<sup>5</sup>, que a expansão e consolidação desta atividade deram-se pela mobilidade do trabalho (MARX, 2010, GAUDEMAR,1977). Em outras palavras, a cafeicultura capitalista produziu, explorou, fez circular e controlou, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho de homens e mulheres, como mercadoria essencial ao seu processo de acumulação. Contudo, as pesquisas sobre o trabalho no café encontradas não nos permitem identificar as formas de exploração indiretas e os mecanismos de controle cultural mais sofisticados, decorrentes da organização social patriarcal, que atuaram neste processo sobre a força de trabalho das mulheres. Isto é devido, fundamentalmente, ao escasso e insólito registro da participação diferencial de gênero na composição da força de trabalho nos cafezais, assim como de análises mais aprofundadas da divisão sexual do processo de trabalho no café. Muito mais incomuns são as referências e análises sobre as condições de reprodução das próprias relações de produção. O trabalho, produtivo e reprodutivo, e a mobilidade das mulheres nesses estudos fica subentendido na ampla e vaga categoria de “família” trabalhadora ou migrante, como veremos mais adiante.

Todavia, vários dos trabalhos consultados nos ajudam a apreender a questão das migrações de trabalhadoras e trabalhadores que se deslocaram para o trabalho nos cafezais paulistas no passado, como são os estudos de Martins (2010), Stolcke (1986) e Moura (1997). Outros, discutem a mobilidade sazonal do trabalho que reproduzem atualmente a dinâmica das migrações sazonais para as antigas e novas regiões cafeicultoras do Brasil, como: Cardoso (2014) que estuda a migração sazonal de trabalhadores da Bahia para o sul de Minas Gerais, Carmo (2012) que trata do mesmo tema na região do Cerrado mineiro e Nogueira (2012) que estuda a mobilidade de trabalhadores baianos para o café no Centro-Sul.

Embora nos ajudem a compreender a dimensão da força de trabalho em mobilidade pelo café, ao buscar a compreensão das mulheres trabalhadoras neste processo, esbarramos na dificuldade de identifica-las nos textos de grande parte destes autores que homogeneízam a classe trabalhadora, invisibilizando o trabalho feminino na produção e reprodução nas fazendas de café. Destes, poucos dão atenção ao nosso sujeito, podendo apontar as análises de Stolcke (1986)<sup>6</sup>, que aborda

---

<sup>5</sup> Martins, 2010; Stolcke 1986; Moura, 1997.

<sup>6</sup> STOLCKE. Verena. Cafeicultura: Homens, Mulheres e capital (1850 – 1980). São Paulo, Brasiliense. 1986

o universo do trabalho das mulheres estrangeiras colonas no café em São Paulo e o estudo de Spaggiari Souza e Freitas<sup>7</sup> (2015) que, sob a perspectiva de gênero, analisa os condicionantes da migração sazonal de mulheres camponesas do vale do Jequitinhonha para os cafezais do sul de Minas.

A vinculação da expansão cafeeira com a mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, compõe parte importante da história do Brasil e, particularmente, de Vitória da Conquista. Com a chegada da cafeicultura no início da década de 1970 na região do Planalto da Conquista, a formação de um contingente de trabalhadores e trabalhadoras para a efetivação do projeto de expansão cafeeira<sup>8</sup> foi fundamental e promoveu mudanças substanciais no campo e nas cidades desta região. A atividade cafeeira impactou na estrutura fundiária, na economia rural, na agricultura e nas relações de trabalho no campo. Nas cidades, como Vitória da Conquista, as transformações ocorreram atreladas ao desenvolvimento do setor terciário, a especialização do comércio, o aumento da arrecadação municipal e, sobretudo, a expansão da cidade com a produção da periferia e o aprofundamento da segregação urbana (MEDEIROS, 2003).

Segundo Medeiros (2003), os deslocamentos espaciais das famílias de trabalhadores e trabalhadoras promovidos pela cafeicultura nessa região aconteceram de diferentes maneiras. Inicialmente, a territorialização da cafeicultura nos moldes do Instituto Brasileiro do Café (IBC)<sup>9</sup>, implicou na aquisição de terras

---

<sup>7</sup> SPAGGIARI SOUZA e FREITAS. Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do sul de Minas Gerais. Revista UNIABEU, Belford Roxo. V.8 Número 18 janeiro-abril de 2015

<sup>8</sup> A expansão da cafeicultura chega No Planalto da Conquista como determinação de um a Política Nacional do Governo Federal, de expansão desse monocultivo dos estados do Centro Sul do país para novas áreas geograficamente favoráveis ao cultivo do café, para abastecimento dos mercados interno e externo. Trataremos de modo mais aprofundado essa questão, ainda neste capítulo.

<sup>9</sup> O Instituto Brasileiro do Café (IBC) foi criado durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), por meio da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952. O IBC vinculava-se ao Ministério da Indústria e do Comércio, com jurisdição em todo o território nacional. Extinto em 1990 pelo presidente Fernando Collor, seu objetivo era executar a política cafeeira nacional. Era da Competência do IBC realizar a política cafeeira tanto em âmbito nacional quanto internacional. Suas atribuições incluíam a “promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café, a fim de baratear seu custo e aumentar a produção por cafeeiro; a radicação do cafeeiro em zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção; e a realização de pesquisas e estudos econômicos para um melhor conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados” (CABRAL, L. M. e CRISINA SÁ, 2007). Os moldes do IBC incluíam a prática de uma agricultura moderna, específica para o café tipo Arábica, que apresenta maior qualidade que o tipo Robusta e também requer maiores técnicas e cuidados com o cultivo e manutenção dos cafezais, requisitando plantio em curvas de nível, espaçamento entre as árvores, uso de agrotóxicos, etc. além de exigir certo nível de pluviosidade, clima e altitude específicos. Trataremos dessas questões mais adiante. (MEDEIROS, 2003).



originariamente ocupadas por agricultores, camponeses e trabalhadores assalariados que reproduziam suas vidas em pequenas e médias propriedades, por meio relações de trabalho diversas; familiares, como meeiros, parceiros e/ou agregados.

Em 1971 a cultura do café foi divulgada pelo IBC como um ótimo investimento para a região, o que fez com que vários políticos e profissionais liberais capitalizados transformaram-se na elite cafeicultora do Planalto da Conquista, como analisaremos mais adiante. Segundo Medeiros (2003) o fato de serem pessoas não relacionadas ao meio rural, fez com que a compra de terras fosse necessária. Este processo foi responsável pelo primeiro impacto da cafeicultura na mobilidade do trabalho e na relação campo – cidade na região, que não se deu sem conflito<sup>10</sup>.

Para a criação dos cafezais, se fez imprescindível a ampla utilização de força de trabalho, mesmo que essa agricultura tivesse chegado no centro-sul baiano com características próprias do processo da modernização agrícola, com intensiva utilização de maquinário e aplicação de insumos e técnicas modernas de produção na agricultura. A partir de 1972, até a primeira década dos anos 2000<sup>11</sup>, a requisição de grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores foi vital para a cafeicultura dessa região. O segundo impacto do café na mobilidade do trabalho aconteceu pela atração de força de trabalho de outros municípios do entorno, dos quais homens e mulheres de origem rural e urbana migravam sazonal e/ou definitivamente para Vitória da Conquista a fim de trabalhar no período da colheita do café.

A mobilidade do trabalho desencadeada pela cafeicultura, foi composta primeiro: pelos camponeses, agregados e outros trabalhadores e trabalhadoras não proprietários expropriados das terras que deram lugar ao café<sup>12</sup>. Estes se alocaram sobretudo na periferia de Vitória da Conquista e juntamente com outros habitantes dessas áreas, foram transformados em proletários da cafeicultura. Segundo: por homens e mulheres migrantes que se deslocavam, de municípios do entorno e de outros estados do Brasil, para as fazendas de café de Vitória da Conquista. Muitos destes trabalhadores e trabalhadoras, sujeitos de uma vida itinerante, acabaram, neste momento se fixando definitivamente na cidade de Vitória da Conquista,

---

<sup>10</sup> A grande transação imobiliária de compra de terras na década de 1970 no Planalto da Conquista, suscitou grandes casos de grilagem de terras que geraram conflitos com os camponeses, dos quais o caso que teve maior repercussão foi o de Matas de Pau Brasil. Trataremos desse processo a diante

<sup>11</sup> A partir de 2013 a introdução de máquinas colheitadeiras passou a substituir o uso de força de trabalho em grandes e médias propriedades do Planalto da Conquista que deixaram de contratar trabalhadoras e trabalhadores sazonais.

<sup>12</sup> Aprofundamos essa questão mais adiante, ainda neste capítulo.

somando aos primeiros e tornando-se parte do processo de produção de sua periferia urbana.

Os trabalhadores e trabalhadoras migrantes, que chegaram a periferia conquistense em decorrência do trabalho no café, oriundos de outros municípios, são, em grande parte antigos camponeses e/ou agregados que tiveram que vender, ou deixar suas terras pela inviabilidade de manutenção da vida enquanto camponeses. Vitória da Conquista está localizada em uma área de transição entre mata atlântica e caatinga, no interior da delimitação do Polígono das Secas. Os municípios localizados à Oeste estão completamente localizados na região de clima semiárido com vegetação de caatinga, conhecida popularmente como “região da caatinga”, por essa razão, períodos de estiagem prolongada, somado à ausência de políticas públicas de convivência com seca, aliado às técnicas rudimentares<sup>13</sup> utilizadas pelos camponeses, impossibilitavam a permanência de muitas famílias no campo.

Como estratégia de permanência na terra, de acordo com depoimentos de trabalhadoras, alguns membros da família se proletarizavam, indo trabalhar em outras fazendas. Em outros casos, toda a família migrava para trabalhar e morar “de favor” em alguma propriedade. Os depoimentos também dão conta de famílias camponesas que, diante das dificuldades da vida no campo, tentaram, a inserção no mercado de trabalho urbano da sede do município no qual viviam. Diante destas questões, o trabalho no café, surgiu, para estes trabalhadores e trabalhadoras como uma oportunidade de obtenção de renda, mesmo que de forma precária e por um período determinado, durante os meses de colheita.

Cabe, portanto, entender o processo de instalação do que veio a ser a agroindústria cafeeira na região, a partir inicialmente, da expansão da monocultura do café do Centro-sul Brasileiro. Ela vai-se tornar possível no Planalto de Conquista graças à ação e de incentivos do Estado, por meio da concessão de crédito subsidiado<sup>14</sup> para os novos agentes do agronegócio cafeeiro na Bahia, no período de 1972 até o final da década de 1980.

---

<sup>13</sup> As famílias camponesas dessa região não contavam com nenhum tipo de auxílio técnico para realizar a agricultura, praticando-a de acordo com o aprendizado passado pelas gerações no plantio de alimentos, como: feijão, mandioca, milho, entre outros. Os camponeses dependiam exclusivamente das chuvas e quando haviam períodos de estiagem prolongada, a produção era inviabilizada e a família precisava se deslocar, seja para a cidade, seja para outras fazendas no mesmo município, ou em outros próximos.

<sup>14</sup> Trata-se do Crédito Rural concedido pelo Governo Federal para promover produção de *commodities* agrícolas, entre as décadas de 1970 e 1980 com baixas taxas de juros, o que tornou possível a

A intenção neste capítulo é mostrar a relação entre a expansão urbana de Vitória da Conquista como rebatimento das transformações promovidas pela cafeicultura, a partir do deslocamento de capitais e trabalhadores e trabalhadoras para este município. Procuramos, para isso, mostrar dois lados deste processo, que no nosso entendimento não podem ser dissociados, já que campo e cidade aparecem nesta dinâmica enquanto pares dialéticos que se complementam. Assim, na sequência, ao passo que dissertamos sobre a chegada da cafeicultura, procuramos entender, ao mesmo tempo, as transformações na estrutura socioespacial de Vitória da Conquista. Para isso, apoiamo-nos, entre outras fontes, nas histórias de vida das trabalhadoras com trajetórias pessoais<sup>15</sup> entre a cidade e o campo, o campo e a cidade, se enveredando por ambos espaços que não se explicam isoladamente nas suas vidas, antes estão umbilicalmente ligados.

## **1.2 - As origens da monocultura do café no Planalto da Conquista**

A importância econômica da cafeicultura pode ser entendida pela sua expansão geográfica. Como mencionamos, enquanto economia de exportação, no início do século XIX, o café foi cultivado no Vale do Paraíba se expandindo do Rio de Janeiro para o sul de Minas Gerais e o Espírito Santo, a partir da segunda metade do século XIX. Em seguida, o café ganha o oeste paulista, chegando a Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara. Já no século XX, uma nova expansão leva este cultivo para o norte do Paraná e oeste do Mato Grosso. (SOARES, 2011).

Na década de 1970, um novo momento da cafeicultura brasileira leva esse cultivo para outras regiões do país, como o Ceará e a Bahia, chegando assim, como parte do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC)<sup>16</sup> ao Planalto da Conquista.

---

produção de café no Planalto da Conquista. Esse assunto aparece de forma mais aprofundada no Item a seguir.

<sup>15</sup> Partimos das histórias de vida das trabalhadoras do café apreendidas por meio de entrevistas semiestruturadas para compreender suas trajetórias de mobilidade do trabalho que contribuíram para a produção da periferia urbana de Vitória da Conquista.

<sup>16</sup> O Programa de renovação e Revigoração dos cafezais (PRRC) criado em 1969 cumpriu com o objetivo de substituir os antigos cafezais de diversas regiões do Brasil por novos polos cafeeiros, que produzissem com mais qualidade e que fossem reestruturados utilizando técnicas modernas e espaçamentos necessários à diminuição da incidência de pragas, visto que, o país vinha perdendo competitividade no mercado internacional. A proposta do PRRC foi, após a erradicação dos antigos cafeeiros na década de 1960, substituí-los por novos, de espécies que produzissem grãos com maior qualidade.

No contexto do governo militar, (1964-1985) ocorreu uma mudança na participação da agricultura na economia nacional. Segundo Souza (2008), a agricultura na década de 1960 tinha um papel passivo na economia nacional. Isso se devia aos preceitos Cepalinos<sup>17</sup>, que apregoavam, de acordo com esta comissão (CEPAL 1951 apud MELLO, 2009), que a economia baseada apenas na produção de produtos primários representava um atraso, pois esta não teria o poder de estimular a industrialização, ao passo que a indústria traz em si um elemento dinâmico de desenvolver outros setores da economia, como o setor primário e terciário.

Com o objetivo de cunhar um projeto de desenvolvimento focado na industrialização que fosse capaz de superar a situação de atraso em que se encontrava a economia brasileira em relação à indústria dos países centrais (SOUZA, 2008), na segunda metade dos anos 1960 a agricultura passa a ter uma função importante, relacionado á indústria. O momento vivido pelo país precisava de divisas para honrar a dívida externa adquirida em conta dos projetos de industrialização, e dar prosseguimento a substituição de importações para equilibrar a balança comercial. A agricultura foi então escolhida como setor fundamental para elevar as exportações nacionais (SANTOS, 2013). Outros papéis foram também atribuídos ao setor agrícola como: gerar divisas estrangeiras através da exportação de produtos primários, com o intuito de financiar o desenvolvimento industrial, obter importações, amortizar a dívida externa e; criar um mercado consumidor de bens industriais para complemento dos mercados urbanos (BACHA, 2004).

O período que segue à segunda metade da década de 1960, representou um momento de expansão das relações capitalistas no campo brasileiro. Todavia, o aumento da produção e produtividade do trabalho aneladas por essas mudanças, não chegou para todos. Como aponta Souza (2008) a modernização agrícola beneficiou apenas os grandes proprietários de terra, capitalistas e donos das indústrias produtoras de insumos. Ainda, conforme aponta Santos (2013), a modernização da agricultura não introduziu apenas transformações tecnológicas na produção, expandiu-se para o âmbito das relações sociais, incorporando mudanças na

---

<sup>17</sup> A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, foi criada como um órgão permanente da Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1951 – defendia que o progresso técnico se dava de forma mais intensa em setores industriais, aumentando a produtividade do conjunto da economia.

organização da produção rural e do trabalho, tornando-se também, um meio de capitalização e monetarização no campo.

Segundo Ramos e Martha Jr. (2010) na década de 1970 o Governo Federal priorizou a produção de certos gêneros agrícolas e também determinados lugares para onde a modernização deveria chegar. A principal estratégia governamental para cumprir com os objetivos que atribuíra à agricultura, foi o Crédito Rural. Instituído em 1965 pelo Governo Federal, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), se tornou um dos principais alicerces da política agrícola desse momento. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorre a expansão da fronteira agrícola para produção de grãos visando a exportação e o governo promoveu fortes intervenções nesse setor através da oferta de crédito a taxas de juros subsidiadas. Esse fato, atrelado a outros elementos que se articulavam ao Crédito Rural como: “assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem, e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias primas do campo”, se tornou o principal vetor da modernização agrícola nacional (RAMOS e MARTHA JR., 2010, p.9). Conforme mostra a Tabela 01, a seguir:

**Tabela 01: Crédito Rural contratado no Brasil entre 1970 e 1980**

Ano	Total*	Taxa de Real (em %)
1970	9.277	-3,9
1971	10.729	-4,0
1972	13.269	-1,5
1973	18.762	-1,4
1974	23.203	-15,1
1975	33.827	-11,5
1976	34.678	-21,9
1977	30.944	-16,7
1978	31.457	-17,7
1979	39.205	-34,4
1980	37.492	-37,7

\* Valores em milhões de reais de agosto de 1994, atualização Almeida (1994)  
Fonte: SANTOS, 2013.

O Crédito Rural teve taxas de juros negativas na década de 1970, sendo que esse foi o período com maior número de concessão de empréstimo. De acordo com a tabela, em 1980 a taxa de juros foi ainda menor, chegando a -37,7%, “em termos

monetários, um agricultor que tomasse financiamento agrícola pelo Crédito Rural de CR\$ 100,00 pagaria somente CR\$ 62,30” (SANTOS 2013, p. 70).

Todavia, este sistema de crédito, que oferecia taxas de juros baixas e condições especiais de pagamentos diferenciados do mercado para outras áreas, trazia uma contradição interna, pois suas determinações para concessão excluía grande parte dos produtores rurais, tornando-se uma estratégia perspicaz para agir em favor dos cultivos de exportação (BACHA, 2004).

No processo de produção para exportação, as culturas de: Soja, trigo, arroz, milho, café e cana-de-açúcar foram priorizadas e receberam cerca de 80% do total do crédito (GOLDIN e REZENDE apud SANTOS, 2013). O café estava entre as culturas de maior relevância para a economia nacional e as principais regiões produtoras na década de 1960 eram São Paulo e Paraná. O último, chegou a ser o maior produtor mundial desse grão, perdendo seu posto para Minas Gerais na década seguinte, devido a problemas climáticos entre outros. Entre as décadas de 1960 e 1970 houve uma grande perda de produtividade nestes estados em virtude de fortes geadas e também pela doença conhecida como ferrugem (*Hemileia Vastatrix*<sup>18</sup>). Em 1975 novas geadas arruinaram 63% da produção conjunta de São Paulo e do Paraná. Esta intempérie obrigou a substituição de cerca de 1,5 bilhão de pés de café, o que totalizava a metade de toda plantação do Brasil, que contava com 3 bilhões de cafeeiros. (SANTOS, 1987).

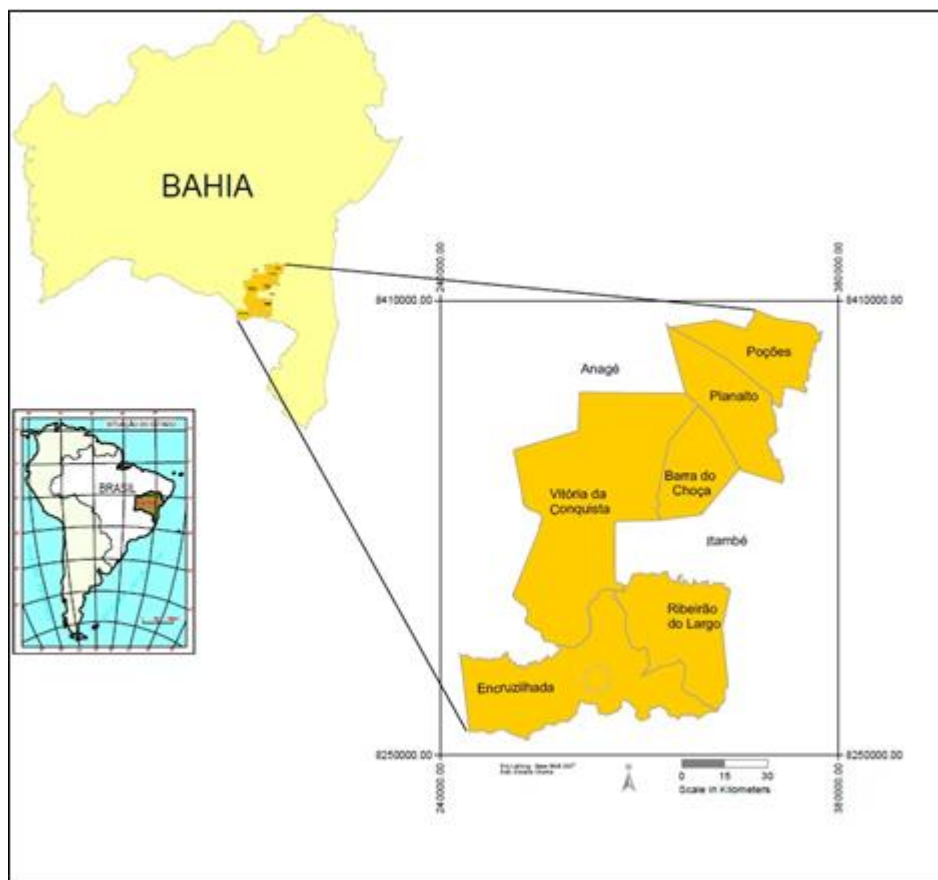
Como resultado, o Governo Federal, por intermédio do IBC, desenvolveu o PRRC que previa aumentar a área destinada ao plantio de café. Neste bojo o IBC passou a buscar novas áreas favoráveis a expansão da lavoura cafeeira. Os técnicos do Instituto priorizavam locais de altitude entre 700 a 1.100 metros, com temperatura média anual de 21°C, sem incidência de geadas. A exigência pela altitude se deu pelo fato de que a doença da ferrugem tem maior dificuldade de se proliferar nessas condições de temperatura e altitude (SOUZA, 2008, DUTRA NETO, et. al, 2013).

---

<sup>18</sup> Popularmente conhecida como doença da ferrugem, o *Hemileia Vastatrix* é um fungo, um parasita que pode ocorrer em várias espécies do gênero *Coffea* (*C. arabica* e *C. canephora*, etc.). A única planta hospedeira é o cafeeiro. Trata-se de uma doença foliar, e o aumento desta infecção provoca gradativamente a perda das folhas nas quais desenvolvem-se massas pulverulentas de coloração amarelo-laranja, daí o nome de ferrugem. No Café arábica, de acordo com Nunes (et. al 2005), esse fungo provoca uma perda de produtividade de cerca de 35 a 40%. Como aponta Krohling (et. al., 2010, p. 64) “Os esporos da ferrugem só germinam na presença de água, e a temperatura é fator limitante e seu ótimo para germinação e penetração dos fungos na folha ocorre entre 22 e 23 °C”. Outro fator que influencia na incidência da Ferrugem é a altitude, como verifica Garçon, (et.al 2001, p.240) “A incidência da ferrugem é menor em lavouras de café plantadas em altitudes mais elevadas, principalmente naquelas situadas acima de 1000 metros de altitude”.

Em 1970, cerca de 12% do total do Crédito Rural foi destinado ao Nordeste na década de 1970. Na Bahia, duas regiões foram selecionadas como áreas propícias à expansão da cafeicultura: o Planalto da Conquista e a Chapada Diamantina, por se tratarem de locais que atendiam aos pré-requisitos do IBC com relação ao clima e altitude, entre outras questões. O Mapa 02 mostra a localização dos seis principais municípios produtores de café no Planalto de Conquista:

**Mapa 02: Principais municípios produtores de Café do Planalto da Conquista, 2010**



Elaboração: Edvaldo Oliveira, 2011.  
Fonte: Soares, 2011, p. 33

Ainda que a região esteja composta por doze municípios: Vitória da Conquista, Barra do Choça, Planalto, Poções, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Caatiba, Iguai, Cândido Sales, Boa Nova e Nova Canaã (SEI, 2015.), apenas seis conseguiram notoriedade na cadeia produtiva do café. Como mostra o Mapa 02 eles são: Barra do Choça, Encruzilhada, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista.

O município de Vitória da Conquista é o segundo maior produtor de café do Planalto, ficando atrás de Barra do Choça. Além disto, Vitória da Conquista figura entre

as maiores cidades da Bahia em contingente populacional ocupando o terceiro lugar com mais de trezentos mil habitantes em 2010, como já foi apontado anteriormente. Segundo dados do IBGE (2015) a cidade possui importância regional, sendo considerada uma Capital Regional B, com uma área de influência que chega até o norte do Estado de Minas Gerais (IBGE, 2015).

A decisão de implantação da cafeicultura comercial na região do Planalto da Conquista aconteceu em 1972 e já em 1973 as plantações foram iniciadas. A partir de então, iniciou-se um período de profundas transformações em todo o Planalto e especificamente na cidade de Vitória da Conquista. Para entender a dimensão das alterações geradas pela chegada e funcionamento da monocultura do café, consideramos importante apreender como a cidade se estruturava até esse período.

### **1.3 - O que era Vitória da Conquista antes da chegada do café? Contexto sócio histórico do município**

Em 1970 Vitória da Conquista já apresentava uma urbanização consolidada (FERRAZ, 2002). As principais atividades econômicas desenvolvidas no município, até esse momento, eram o comércio e as relacionadas ao setor de serviços, que cresciam, diversificavam e se especializavam a cada ano (SAMPAIO, 2013). Na zona rural, a pecuária de corte era a principal atividade e convivia com a pequenas lavouras agrícolas.

Na década de 1970 foi implantado o Distrito Industrial dos Imborés<sup>19</sup> com o intuito de promover o desenvolvimento regional por meio da industrialização. Para Tanajura (1994), o papel reduzido do setor industrial na economia conquistense aconteceu devido à precariedade da infraestrutura do distrito industrial que se interpôs como empecilho à atração de novos investimentos, acrescido pela posição do Estado em não conceder incentivos fiscais que possibilitassem uma maior atuação das indústrias. Crítico a esta posição, Santos, (2014, p. 82) aponta para a estratégia do capital de se apropriar das potencialidades de cada região segundo um contexto internacional da

---

<sup>19</sup> Assim como Mongoiós, e Pataxós, os Imborés são uma etnia dos índios nativos que habitavam a região do “Sertão da Ressaca” que inclui o município de Vitória da Conquista. Essas três etnias pertenciam ao mesmo tronco: Macro-Jê. Cada um deles tinha sua língua e seus ritos religiosos. Os povos Imborés foram os mais resistentes à invasão portuguesa liderada pelas bandeiras de João Gonçalves da Costa, Capitão-Mor que desbravou a região, dizimando a população indígena da região. Como Homenagem, nomeou-se o Distrito Industrial com o nome dessa tribo. (SOUZA, 2008).



divisão social do trabalho: “cada cidade, estado, país, cada território desempenha, de forma predominante, um tipo de atividade conveniente ao aproveitamento das suas potencialidades “naturais” e as necessidades sócio reprodutivas do capital” e neste contexto, o papel desempenhado por Vitória da Conquista no ciclo de realização capital, constituído historicamente em seu processo de formação, está vinculado, principalmente circulação/transporte e ao consumo/realização da mais-valia.

A constituição de Vitória da Conquista em relação à malha rodoviária foi uma de suas principais vantagens. As estradas são produto e condição do surgimento desta cidade, estando profundamente atreladas a sua função estratégica como “lugar de passagem”.

Sua origem foi o Arraial da Conquista<sup>20</sup> no início do século XVIII que surgiu como ponto de apoio na rota de passagem de gado do litoral para o interior do país. O trecho da BR-116 que liga esta cidade a Jequié e a Salvador, foi aberto em 1927 e recebeu pavimentação asfáltica em 1960. Atualmente, a cidade é recortada por rodovias federais e estaduais, como a BR – 116, principal rodovia que cruza o Brasil de Norte a Sul, a BR – 415 que liga Vitória da Conquista a Ilhéus, no litoral baiano, e a BA – 262, que integra Vitória da Conquista com a cidade Brumado e a BA- 265, ligando essa cidade à Barra do Choça. Essa rede rodoviária favoreceu seu crescimento urbano e a introdução da cafeicultura, facilitando o transporte de pessoas (força de trabalho) e outras mercadorias, melhorando as condições de escoamento da produção agropecuária e a entrada produtos para o comércio local, afirmando Vitória da Conquista como um importante nó na rede de estradas brasileiras. (FERRAZ, 2009).

O desenvolvimento da estrutura urbana conquistense deu-se de forma desigual e a mobilidade do trabalho, como apontamos anteriormente foi fundamental na constituição e aumento populacional registrados pelos Censos demográficos a cada década, como mostra a Tabela 02:

---

<sup>20</sup> Arraial da Conquista foi o nome dado a primeira aglomeração de pessoas que daria origem á cidade de Vitória da Conquista. O termo “Conquista” faz referência ao histórico de luta com as populações indígenas locais e a conquista de seus territórios pelos portugueses. Em 1840, o arraial é elevado, pela Coroa Portuguesa à condição de Imperial Vila da Vitória. Neste caso, o nome “vitória” veio para substituir “conquista”, com o mesmo sentido. Em 1981, no contexto do Brasil Republica, a Vila é transformada em Cidade, a qual leva o nome de Conquista. Somente em 1943 é renomeada para Vitória da Conquista, uma junção, redundante de seus dois antigos nomes, a fim de evitar confusão com uma cidade que tem o mesmo nome no Estado de Minas Gerais. (LEBRAO, 2014).

**Tabela 02: População Rural e Urbana de Vitória da Conquista de 1940 – 1980 por situação domiciliar**

Ano	População Rural	Valor em %	População Urbana	Valor em %	Total
1940	24.910	74,3	8.644	25,7	33.554
1950	<b>26.993</b>	<b>58,4</b>	<b>19.463</b>	<b>41,6</b>	<b>46.456</b>
1960	<b>31.401</b>	<b>39,3</b>	<b>48.712</b>	<b>60,7</b>	<b>80.113</b>
1970	<b>41.569</b>	<b>32,5</b>	<b>85.959</b>	<b>67,5</b>	<b>127.528</b>
1980	43.245	25,3	127.652	74,7	170.897
1990	36.740	16,3	188.351	83,7	225.091
2000	37.155	14,1	225.430	85,9	262.585
2010	31.569	10,3	274.805	89,7	306.866

Fonte: Dados do Censo do IBGE de 1940 à 2020.  
Organização e elaboração da autora

Observamos, na década de 1960 uma inversão da população rural e urbana. Os dados demográficos de 1950 mostram que a população total do município era de 46,456 habitantes, desses 58,4% viviam no campo, enquanto apenas 41,6% da população habitava a cidade. Na década seguinte, a população total, quase duplica para 80.113 habitantes. Nesse ano o Censo registrou 60,7% da população de Vitória da Conquista residindo na área urbana. A década de 1970, e posteriores, vem afirmar a tendência de expansão urbana e do incremento populacional, aumentando especificamente nos anos de 1970 para 67,5% de um total de 127.528 habitantes.

O crescimento vegetativo natural não explica a realidade observada em Vitória da Conquista. Tal aumento se deve, como apontam alguns autores, principalmente à mobilidade da força de trabalho, oriunda de municípios da Bahia e também de outros estados (ALMEIDA, 2005). Dados da SEI (2010), apontam que em 1991<sup>21</sup>, 34,4% da população conquistense não era natural do município, o que equivale a 77,462 habitantes. Como relata Medeiros (2003), desde a década de 1930, começaram a chegar em Vitória da Conquista migrantes de diferentes segmentos sociais, como comerciantes, médicos, advogados e outros profissionais liberais responsáveis pela criação de lojas, galerias, casas comerciais, escritórios de advocacia e consultórios e

<sup>21</sup> Há uma dificuldade de acesso aos dados de migração em Vitória da Conquista, essas informações anteriores a 1991 não estão divulgadas nas bases do IBGE e da SEI. Tivemos acesso apenas a partir do ano de 1991, por este motivo não temos condições de quantificar o crescimento por migração nas décadas anteriores.

clínicas médicas, entretanto, a grande maioria se tratava de uma população pobre, vinda de pequenas cidades e de áreas rurais próximas.

A pecuária, atividade que deu início ao povoamento de Vitória da Conquista, se fortaleceu em virtude da demanda por carne, leite e derivados nas cidades circunvizinhas, as rodovias que cruzam a cidade foram fundamentais para a expansão da fronteira agropecuária, pois viabilizaram o transporte e a distribuição da mercadoria.

A criação de gado, sobretudo gado de corte, característico dessa região, significa o despovoamento, pois além de exigir menos trabalhadores do que a agricultura, também utiliza menos atividades subsidiárias e em contrapartida, necessita de uma área maior, (SANTOS 2013) fato que contribuiu, para que a população do campo fosse gradativamente expulsa para a cidade. A população camponesa dessa região, diante da questão climática com sucessivos períodos de estiagem, somado a ausência de políticas públicas para manutenção do camponês em suas terras, tornava inviável, em muitos casos, a permanência dessa população no campo (MEDEIROS, 1977). Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras migraram para Vitória da Conquista buscando formas de vender sua força de trabalho, mas a cidade não possuía estrutura social para recebê-la.

A mobilidade do trabalho é parte da dimensão estrutural da produção do espaço conquistense, e a partir de 1970 é afirmada como processo que levou à periferação na cidade. Como observa Medeiros (2003), a chegada de migrantes já acontecia desde os anos 1930 sendo intensificada nos anos 1950 com dispersão de trabalhadores das regiões de caatinga, empurrados para os centros urbanos, como corolário de sucessivas secas na região. Neste período, Leôncio Basbaum (1976), médico e historiador, militante do partido comunista, em viagem, descreveu a situação de grande parte da população conquistense, que ao seu ver, era composta mormente por pobres e mendigos em 1956:

Mas o que realmente me impressionou foi o grau de miséria em que a população vivia mergulhada. Mendigos por toda parte, nas esquinas, na Igreja, no mercado ou na feira, pelas estradas, à beira das calçadas. São andrajosos, esqueléticos, de aspecto doentio. Eles não têm aquela picardia dos mendigos das cidades grandes, nem a sua agressividade encontrada mesmo em algumas cidades da região do polígono. São mansos, humildes, como se pedissem desculpas por serem pobres [...]. Ficam apenas silenciosos, nem olham pra a gente,

a mão entreaberta esperam que alguém lhes lance alguma moeda ou aquelas velhas notinhas de um Cruzeiro [...]. Toda a população, mais de metade, conforme me pareceu, anda descalça, a roupa é velha e rasgada e raramente é limpa (BASBAUM, 1976, p.232).

A cidade que ostentava, uma agropecuária de grande relevância econômica, com inúmeras salas de cinema, agências bancárias, um comércio e serviços em expansão, onde as elites, desde 1937 já se deslocavam de avião para a capital, em contrapartida, via grande parte de sua população padecer em condições extremas de miséria. Notadamente, os adjetivos usados por Basbaum para descrever os mendigos que encontrou em Vitória da Conquista, são características de homens e mulheres camponesas, aqueles que buscaram nesta cidade, sem sucesso, a esperança de conseguir condições de manutenção vida.

Ao passo que a economia de Vitória da Conquista se consolidava com o setor terciário urbano, e a cidade fazia seu nome enquanto capital do interior da Bahia, a mobilidade do trabalho e a reprodução da pobreza aumentavam, tem – se notícias, por meio dos depoimentos de trabalhadores e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município (STRs), que uma leva de trabalhadores e trabalhadoras conquistenses, das áreas mais empobrecidas da cidade, migraram temporariamente para outras regiões do país, como para Estados do Pará e Amazonas, durante o ciclo da borracha na primeira metade da década de 1940, para a cafeicultura no Paraná entre 1950 e 1960, e um número mais expressivo em direção a São Paulo para trabalhar em diferentes setores da economia.

Compreendemos que esse, não é um problema enfrentado por essa cidade em particular, mas sim uma questão estrutural do modo de produção capitalista, que cria estrategicamente, em seu sistema metabólico contraditório, um estoque de força de trabalho que é excedente, descartada no sentido imediato do processo produtivo, mas que ao mesmo tempo é vital para o seu funcionamento, estes fazem parte do exército de “supérfluos necessários” ao funcionamento saudável do modo de produção, fundamentais para a acumulação da riqueza, ao mesmo tempo em que também são descartáveis (MENEZES, 2007).

A disputa pelo poder político local dessa cidade esteve marcada por disputas entre famílias ou grupos de famílias tradicionais, descendentes dos fundadores da cidade, que defendiam, essencialmente, o mesmo tipo de política. De acordo com Medeiros (1977 p. 8) no “tempo dos Coronéis”, a divergência entre eles era “mera

contradição no seio dos senhores proprietários rurais, “donos de gado e gente””. A economia agrária nucleada em grandes propriedades, projetava-se política e socialmente sobre o município, ou seja, “o dono da terra detinha o monopólio do poder político”.

Essa situação perdurou por muito tempo e só foi modificada na década de 1970, quando no ano de 1972, pela primeira vez, foi eleito um candidato que não possuía grau de parentesco com as famílias tradicionais de Vitória da Conquista, o médico Jadiel Vieira Matos do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representado a esquerda composta por comerciantes, comerciários, artesãos, profissionais liberais e migrantes. O seu período de mandato se estendeu de 1973 a 1977. Seu sucessor foi Raul Carlos de Andrade Ferraz, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que ficou à frente do município de 1977 a 1982, quando o seu mandato foi completado por Gildásio Cairo eleito vice-prefeito pelo MDB, assumiu a Prefeitura em 15 de maio de 1982 até 30 de janeiro de 1983. Este último, além de político, foi um dos pioneiros na implantação e desenvolvimento da cafeicultura no Planalto da Conquista. Além disto, também foi proprietário de grandes áreas de solo urbano no lado oeste da cidade. Sua ação enquanto loteador é de grande importância para se compreender a produção espacial de Vitória da Conquista, sobretudo para a periferia.

É importante ressaltar, que a eleição de Jadiel Matos, candidato que representava a esquerda, apesar de ter sido considerada na época como uma mudança social, por romper com a continuidade do poder político das oligarquias pecuaristas de Vitória da Conquista, em contrapartida, cria, com a chegada do café, uma nova elite, que assim como a anterior está intimamente ligada aos cargos de administração pública municipal, quando não estão personificados em um único sujeito que ao mesmo tempo estavam ligados à política, à cafeicultura e a propriedade do solo urbano.

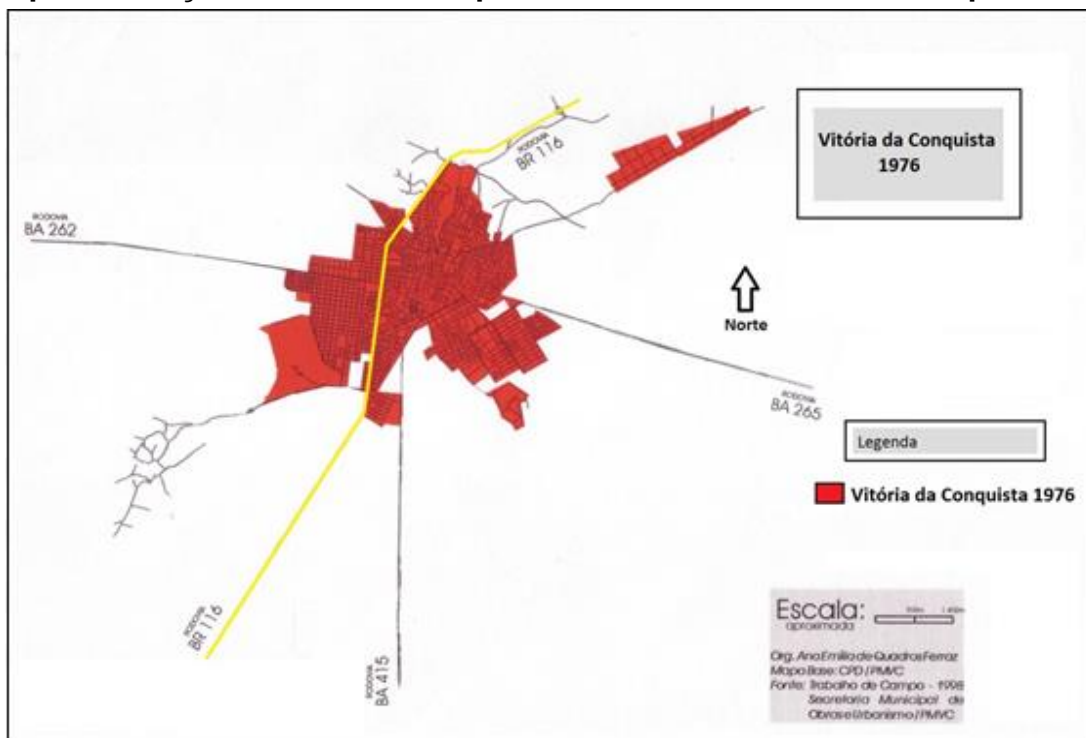
De acordo com Medeiros (2003), a eleição de um candidato de esquerda só foi possível, graças ao apoio dos migrantes que chegavam a cada ano para compor o contingente populacional conquistense. Além da dimensão espacial no crescimento demográfico e do núcleo urbano, essa população também adquiriu papel fundamental na política local, pois ao se tratar de pessoas sem nenhuma ligação ou vínculo direto com as famílias tradicionais e os latifundiários, se tornaram agentes importantes na transformação da ordem vigente (Medeiros, 2003).

Foi no mandato de Jádriel Matos (1973 e 1976) pelo MDB, que aconteceu a expansão inicial da cafeicultura no município de Vitória da Conquista, inclusive, de acordo com Medeiros (2003), o próprio prefeito se tornou produtor de café, junto com outros médicos. Além de parte da classe que apoiou sua candidatura, como empresários, comerciantes e profissionais liberais, se transformaram na nova burguesia rural do café nessa região (OLIVEIRA, 1984).

Sobre a estruturação urbana de Vitória da Conquista, é importante salientar que, já na década de 1950, como informou Basbaum (1976) essa cidade, se tornou um espaço caracterizado pela pobreza, pois em um sistema formado por classes sociais antagônicas, a produção do espaço não poderia acontecer de forma homogênea, assim, Vitória da Conquista se tornou um reflexo da urbanização excludente.

Cortada ao meio pela BR 116, como mostra o Mapa 03, em 1970 a cidade já apresentava um cenário de segregação espacial. O lado Oeste da rodovia começou a ser povoado por uma população de baixa ou sem nenhuma renda, sobretudo de pessoas que migraram para esta cidade, que eram mal vistos pelos moradores do centro e demais bairros das imediações. Usava-se a terminologia pejorativa “lado de lá” para designar o desprezo das classes dominantes por esses espaços (SANTOS, 2013).

### Mapa 03: Traçado da BR-116 na planta urbana de Vitória da Conquista de 1976



Fonte: FERRAZ e ALMEIDA, 2007, p.10.

O Mapa 03 representa a estrutura urbana conquistense e uma ocupação parcial a oeste da cidade, mas os processos ocorridos na região, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, implicaram em transformações substanciais em Vitória da Conquista e alterando a realidade rural e urbana.

A imagem a seguir, Figura 01, do final da década de 1960 mostra a principal avenida do lado oeste da BR-116, a Avenida Brumado (BA- 262), ainda sem pavimentação e com postes de madeira. Nessa época, a ocupação da via era, principalmente residencial, ao contrário da sua configuração atual, que se tornou um eixo de expansão comercial com lojas e serviços variados.

**Figura 01: Avenida Brumado no final da década de 1960, Cidade de Vitória da Conquista, Bahia**



Fonte: Arquivo Madeireira Paraná.

Os processos ocorridos em Vitória da Conquista desde sua origem, não são fatos desconexos nem ocorridos ao acaso, pelo contrário, são ações planejadas pelos sujeitos que exercem influência sobre o espaço, estratégias das classes dominantes que vão produzindo e organizando esse espaço a fim de que ele atenda às suas necessidades individuais ou de classe, já que a infraestrutura é distribuída de forma desigual (CARLOS 2011), o valor do solo também é desigual e tem papel fundamental na diferenciação espacial urbana.

Muitas melhorias puderam ser observadas no decorrer da história trilhada pelo município, no entanto, não se pode considerar apenas os aspectos positivos desse processo. Existiu também, uma falta de infraestrutura urbana e baixas condições socioeconômicas para a maioria da população, principalmente para os trabalhadores sem posses que já estavam e os que chegavam na cidade.

A relação campo-cidade não pode ser desprezada, pois o campo sempre possuiu papel fundamental na produção espacial urbana de Vitória da Conquista e tem sido um importante propulsor da mobilidade do trabalho do campo para a cidade, foi a assim com a expansão da pecuária, e na instalação da cafeicultura. De acordo com Rua (2005) muitas análises consideram campo e cidade como opostos, que apesar de estarem unidos historicamente, são analisados de forma separada e dualista. No entanto, essa concepção não nos dá sustentação teórica para entender o processo histórico que culminou na produção de Vitória Conquista. É preciso analisar dialeticamente as contradições desses espaços que são, ao mesmo tempo, diferenciados e semelhantes em determinados aspectos, separados, próximos, ou contínuos e se influenciam mutuamente. Neste sentido, a cidade não se faz sem a ligação estreita com o meio rural e o próprio campo também se transforma em função do urbano e das demandas do mercado.

#### **1.4 – O desenvolvimento da monocultura do café e as transformações urbanas, econômicas e políticas em Vitoria da Conquista**

Embora este tenha sido um projeto materializado inicialmente no campo, rebateu, também no espaço urbano, pois como pares dialéticos, campo e cidade são partes de um todo complexo, portanto, indissociáveis. Neste sentido, a produção de café voltado aos interesses externos e à expansão e acúmulo do capital, provocou novas demandas, aqueceu o processo de urbanização, pressionou o sistema viário existente, impôs a necessidade de novos serviços, fortaleceu o comércio e dinamizou a economia conquistense.

Com a instalação da cafeicultura no campo, muitas atividades subsidiárias ao café passaram a ser implantadas na cidade, o que significou a ampliação do comércio e a abertura de mercado para novas atividades, além de favorecer o capital financeiro, elemento fundamental nesse processo de reestruturação por intermédio de financiamentos bancários.



Como foi apresentado anteriormente, o café chega no Planalto da Conquista nos moldes do processo de modernização agrícola, transformando-se em uma agroindústria voltada ao consumo interno e para exportação. Dados do Censo Agropecuário, informam que o número de tratores (Figura 02) no município em 1970 era de 34, mais que quadruplicando para 145 máquinas em 1975, ampliando ainda mais para 321 em 1980. A mecanização do campo foi uma consequência fundamental para o desenvolvimento tanto de uma agroindústria do café, quanto de outros setores da economia conquistense, pois a introdução de tratores diferenciados na lavoura exigiam a presença de equipamentos que traziam consigo a necessidade de atividades complementares. Ao passo que a agricultura se tornava um consumidor da indústria, favorecendo o setor secundário nacional, no centro-sul baiano, a demanda por estes produtos recaiu sobre o comércio de Vitória da Conquista, como explica Medeiros:

Então, vem o trator, a grade, a roçadeira, enfim. E você percebe que essa mecanização pode trazer outras atividades que são complementares. Aí será necessária a venda de material de construção para construir depósitos, tulhas, fornos, secadores, vendas de despolpadores, secadores e de implementos correlatos, venda de sacaria, de sacas. Venda de defensivos agrícolas, venda de pulverizadores costal e daquele que é acoplado no trator e isso passa a ser instalado no comércio de Conquista (Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, abril de 2015).

**Figura 02: Cafeicultor exibindo máquina agrícola recém adquirida na década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia

Além da produção do café verde, a região passa a contar com empresas de beneficiamento, responsáveis pelos processos de torrefação, moagem e processamento industrial para o mercado.

Vitória da Conquista se destacou, entre os demais municípios do Planalto como grande centro de industrialização e comercialização na cadeia produtiva do agronegócio cafeeiro (SOARES, 2011). De acordo com Medeiros, (2015) a indústria de beneficiamento e torrefação cresceu e passou a atender a região e alguns mercados de outras localidades. Com a fixação do café na região, foram surgindo também empresas exportadoras e corretoras de café vindas de outros estados. Muitas dessas atividades que inexistiam, passaram a se estabelecer ali no município, como a Agroindústria e Exportação Café Bahia LTDA, Indústrias Alimentícias Maratá LTDA, Industria e Comercio de Café Paladar LTDA, Agroindústria e Exportação de Café Arizona LTDA – ME, Comercial Industrial de Café LTDA – ME, Torrefação e Moagem de Café Serra Verde LTDA – ME, entre outras (INFOPLEX, 2015).

Dutra Neto (2008, p. 136) afirma este processo.

[...] a cidade de Vitória da Conquista é considerada o centro de cafés da Bahia; por ela passa o maior volume de café produzido e comercializado de todo o estado. Todos os municípios do Sudoeste e parte dos municípios do estado enviam café para ser comercializado nesta cidade, e é nela que se encontra a maior cooperativa de café da Bahia, a Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense (COOPMAC), que possui armazéns para estocagem de mais de 150 mil sacas de café por ano. É também na cidade de Vitória da Conquista que se encontram as empresas compradoras e exportadoras de café, o que obriga os produtores a procurarem a cidade para comercializarem sua produção.

As atividades e empresas relacionadas ao ramo cafeeiro abriram novas portas para a atração de infraestrutura e mercados para Vitória da Conquista, e dessa forma, a cidade continuou a crescer e a modificar sua configuração territorial. Como assevera Ferraz (2009), aportes nas áreas de educação, saúde e tecnologias estimularam a chegada e permanência de instituições e profissionais especializados, aumentando a influência dessa cidade sobre a região.

A agroindústria do café no Planalto da Conquista foi responsável por promover uma nova dinâmica em algumas cidades dessa região, sobretudo em Vitória da Conquista. Como afirma Singer (2008), é característico do processo de industrialização a tendência de atrair população geralmente de áreas próximas, assim, forma-se um ciclo de causalidades no qual o crescimento demográfico transforma a cidade em um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que se torna um fator suplementar de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, são beneficiadas quando estão localizadas junto ao mercado de seus produtos. Na esteira deste processo a disponibilidade de uma maior variedade de serviços ainda serve como dispositivo de atração de novos grupos de pessoas.

A cafeicultura no município de Vitória da Conquista proporcionou o aumento da capitalização na zona rural, ampliou o movimento bancário e conseqüentemente a arrecadação municipal. Apesar de ter sido implantado em 1972, quando a cidade já apresentava maior parte da população urbana, a instalação dessa atividade teve um papel de grande relevância na configuração do espaço urbano Conquistense, impulsionando a urbanização, o comércio e a indústria.

Como afirma Tanajura (1994 p. 101).

A implantação do polo cafeeiro [em 1970] convergiu para a cidade grande número de migrantes, surgindo também o empresariado, que se dedicou às novas atividades, ora como negociantes, ora como agricultores. Houve em consequência, a expansão econômica e a consequente expansão urbana.

Houve neste período uma intensificação na relação entre o campo e a cidade, já que o processo produtivo no meio rural passou a depender fundamentalmente dos serviços oferecidos na cidade, que em contrapartida, só se estabeleceram no espaço urbano em decorrência das demandas do campo. Como o comércio de insumos, máquinas e material para construção, os órgãos de representação, como o IBC, a Secretaria Municipal de Agricultura, as instituições financeiras representadas pelos bancos, os escritórios indústrias de torrefação e beneficiamento, as corretoras e exportadoras, entre outros.

De acordo com Singer (2008), a industrialização, nesse caso agroindustrialização, proporciona o surgimento de grande variedade de novos serviços, como de educação e pesquisa científica, governamentais, de finanças, contabilidade, entre outros, ao passo que também promove o crescimento dos que já existiam na cidade. No contexto de formação da agroindústria do café em Vitória da Conquista, houve, em 1976 a instalação da sede do IBC no centro da cidade, observa-se também em 1982 a criação do curso de Agronomia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, que vem desenvolvendo desde então, importantes estudos e pesquisas direcionadas ao manejo na cafeicultura. Também houve uma ampliação na movimentação bancária, na arrecadação e na receita municipal, além de transformações na estrutura urbana.

A imagem a seguir, Figura 03, mostra a vista panorâmica do centro de Vitória da Conquista em 1974 em um dia de feira. Na imagem é possível reconhecer a dimensão da atividade comercial presente na cidade e a quantidade de pessoas e veículos nas ruas próximas ao Mercado:

**Figura 03: Vista panorâmica do centro de Vitória da Conquista em dia de Feira com o Mercado à direita.**



Fonte: [www.fotosantigasdevitoriaadaconquista/1974](http://www.fotosantigasdevitoriaadaconquista/1974)

Nas Figuras 04 e 05, podemos observar diferenças nas edificações das décadas de 1960 e 1970 em uma das principais praças do centro comercial de Vitória da Conquista, ambas imagens são da Praça Barão do Rio Branco no centro da cidade:

**Figura 04: Hotel Lindóia na Praça Barão do Rio Branco, década de 1960**



Fonte: Arquivo Municipal Vitória da Conquista

**Figura 05: Praça Barão do Rio Branco e Hotel Lindóia em 1977**

Fonte: Arquivo Municipal Vitória da Conquista.

Outra das diferenças entre anos anteriores à chegada da cafeicultura e o ano de 1972, possível de observar, é as das movimentações bancárias, as quais na década de 1970 ganham impulso. Os depósitos aumentam 130% de 1969 para 1972. Nesse mesmo intervalo de tempo, as aplicações financeiras apresentaram um desempenho sem precedentes, passando de Cr\$ 19.242 para Cr\$ 46.515, um incremento de 348%, como pode ser observado na tabela abaixo que exemplifica o crescimento econômico da cidade neste período.

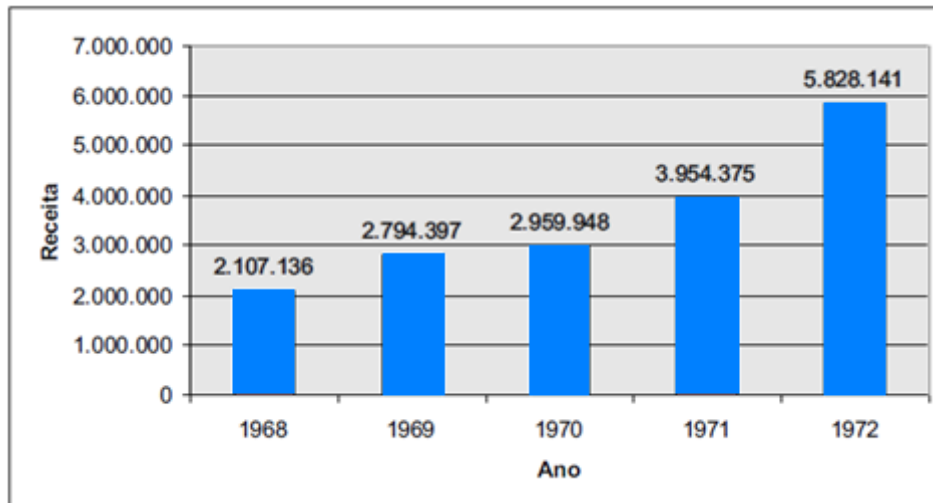
**Tabela 03: Movimento Bancário de Vitória da Conquista de 1969 a 1972 (em Cr\$ 1,00)**

Ano	Depósitos	Índice	Aplicações	Índice
1969	16.042	100	19.242	100
1970	19.641	122	82.862	431
1971	23.037	144	46.515	242
1972	36.942	230	86.286	448

Fonte: Banco Central do Brasil apud Santos, 2013.

Como resposta, a arrecadação de tributos pelo Poder Público Municipal também aumentou, acumulando um crescimento de 176,6%. No intervalo de apenas quatro anos, passa de Cr\$ 2.107.136 em 1968 para Cr\$ 5.828.141 em 1972, conforme o gráfico a seguir.

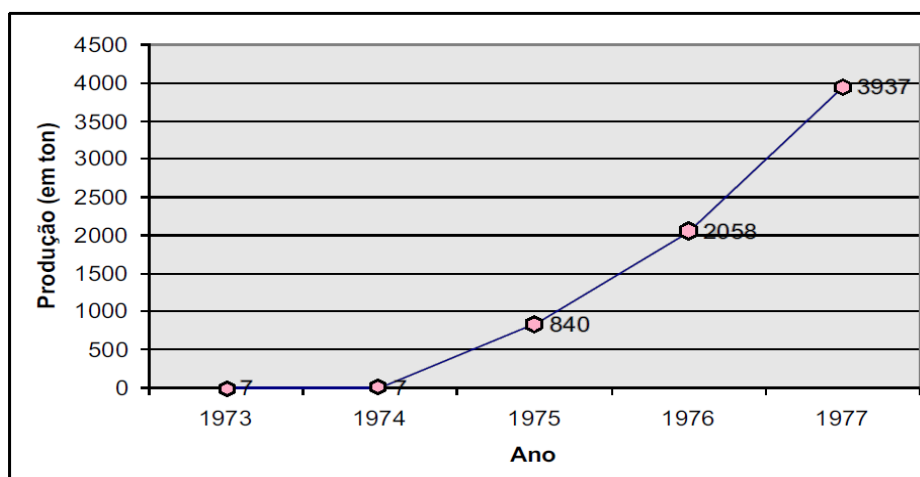
**Gráfico 01: Crescimento de Receita Municipal de Vitória da Conquista, 1968 a 1972 (em Cr\$ 1,00)**



Fonte: PMVC apud Santos, 2013. p 97.

Em 1973 as plantações de café foram iniciadas e intensificadas nos anos seguintes. Entre 1973 e 1977, a produção de dá um salto de 7 para 3,937 toneladas (conforme gráfico a seguir), concentrando, entre os anos agrícolas de 1972-73 e 1976-77 acima de 60% do plantio anual baiano, aferido em relação de número de covas de café tipo arábica, predominante na região. (OLIVEIRA, 1984). Como mostra o Gráfico 02:

**Gráfico 02: Produção de Café em Vitória da Conquista, entre 1973 a 1977(em toneladas)**



Fonte: IPEADATA2012 (SANTOS, 2013 p. 57).

Em 1977 a cafeicultura já representava um forte vetor econômico no Planalto da Conquista. Neste ano, de acordo com um cafeicultor de Inhobim, foi realizado um evento relacionado ao lançamento do Plano Nacional do Café, como parte da política econômica do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o II PND (1975 -1979), no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Para se ter noção da importância que a cafeicultura do Planalto representava no contexto nacional, desta reunião, compareceram políticos como Raul Ferraz, prefeito de Vitória da Conquista, e Roberto Santos, Governador do Estado da Bahia, Ângelo de Sá, ministro da Agricultura e do Comércio, além do presidente do IBC, Camillo Calazans de Magalhães e representantes de empresas de insumos agrícolas em Inhobim, distrito da zona rural onde, se tem a maior concentração de áreas produtoras de café em Vitória da Conquista. Além de negociações e planejamentos para a expansão dos cafezais, alguns participantes foram homenageados pela iniciativa de levar e incentivar essa agricultura na região e tiveram cafeeiros plantados em seu nome<sup>22</sup>, como mostra as fotografias a seguir (Figuras 06, e 07):

**Figura 06: Cafeicultores e Representantes do IBC, no centro, em primeiro Plano, Camilo Calazans Presidente do Instituto em Inhobim, 1977**



Fonte: Arquivo da fazenda Casca, Inhobim, Município de Vitória da Conquista

---

<sup>22</sup> Informações verbais fornecidas por um dos maiores cafeicultores de Vitória da Conquista, na região de Inhobim. Entrevista concedida em janeiro de 2016.



**Figura 07: Raul Ferraz, prefeito de Vitória da Conquista, plantando um pé de café em seu nome, Inhobim, 1977**



Fonte: Arquivo da fazenda Casca, Inhobim, Município de Vitória da Conquista

Os políticos de Vitória da Conquista, estiveram envolvidos com a cafeicultura desde a decisão da sua implantação, dando suporte e subsidio aos cafeicultores, ou sendo eles próprios produtores deste grão. A lavoura cafeeira neste período gerou muito lucro para os produtores. Um deles, em entrevista, afirma que foi o início dos tempos áureos do café na região, quando passou a investir, ainda mais, na expansão das áreas plantadas e adquirir novas propriedades rurais e maquinário para o beneficiamento do café, transformando sua produção em industrial. Toda essa pujança da agricultura na região, provocou um processo contraditório que ao mesmo tempo gerava riqueza para a classe dominante e a miséria para os trabalhadores.

Ao afirmar esses fatos, pretendemos mostrar a proporção tomada pela cafeicultura nessa região, afim de traçar um panorama geral das transformações gestadas por esse novo processo social, que nos ajuda a compreender não só a dinâmica em si, quando a sua repercussão nos espaços rurais e urbanos, nos quais o “progresso” serviu para aprofundar, ainda mais, as desigualdades existentes entre trabalhadores e capitalistas. Logo, não se trata de reforçar uma visão naturalista, de

que as condições ambientais encontradas no Planalto da Conquista se tornaram responsáveis pelo desenvolvimento da região, mesmo porque essa dinâmica, partiu de determinações do Estado para a expansão do capital. Também não intentamos defender o dualismo do discurso de que “desenvolvimento” é necessário para romper com o atraso, já que este, se retroalimenta por meio da reprodução da precarização do trabalho, da miséria e mutilação do trabalhador, isso sim, deve ser considerado como atraso (SOUZA, 2008).

Como decorrência dos mecanismos do mercado capitalista que orienta os fluxos de investimentos para determinados espaços, foi criada, *pari-passu* à mobilidade do capital para essa região, intenso fluxo de mobilidade do trabalho entre o campo e a cidade de Vitória da Conquista, como também entre municípios do entorno e o espaço urbano conquistense, agindo espacialmente na diminuição da população rural, expansão da cidade e produção da sua periferia.

A mobilidade do trabalho se tornou produto e condição da instalação da cafeicultura no Planalto da Conquista, que territorializa-se promovendo um processo expropriação, proletarização e precarização do trabalho de homens e mulheres criando, por meio de estratégias perversas o proletariado necessário à transformação dessa região em uma das principais produtoras de café do Brasil. É sobre este processo que tratamos no próximo capítulo

## 2.0 - TRABALHO E TRABALHADORAS DO CAFÉ EM VITÓRIA DA CONQUISTA

### 2.1 - Mobilidade do trabalho e formação da força de trabalho para o café em Vitória da Conquista

O IBC selecionou o Planalto da Conquista como região propícia ao cultivo do café. A proposta foi apresentada em uma reunião do Instituto de Minas Gerais, com políticos, representantes de instituições financeiras e do Sindicato de Produtores Rurais. Em 1971, o então prefeito Nilton Gonçalves, do partido político Aliança Renovadora Nacional - ARENA<sup>23</sup>, ligado às oligarquias tradicionais da agropecuária, se mostrou relutante em incentivar a cafeicultura na região, mas por pressão da oposição ligada ao Partido político MDB<sup>24</sup>, a prefeitura foi coagida a ceder e iniciou-se a procura por terras para plantação de café, como aponta o depoimento a seguir, de um dos maiores cafeicultores de Vitória da Conquista na atualidade:

[...] e tinha um pessoal de Minas Gerais, o prefeito da época Nilton Gonçalves que era da Arena e a gente era MDB, a gente tinha perdido para ele, o presidente da cooperativa Ubirajara Fernandes e o gerente do Banco do Brasil, foi essa turma toda e eu lá só acompanhando, né. [...] Aí o cara de Minas olhou para o prefeito e falou: “olha, lá em Minas quem tá incentivando e ajudando é o Banco do Brasil que tá vindo com o financiamento, mas em Minas é o prefeito que está incentivando e fazendo a campanha para plantar, porque o café traz riquezas, o café gera emprego na zona rural principalmente, na cidade gera muito emprego e quando começa a produzir, vai vender, vai exportar. Aí doutor Nilton passou a mão no cabelo e falou: “É, mas a prefeitura não tem condição, não tem condição financeira e nem material humano para cuidar e tal... e a gente com raiva dele porque Jadiel tinha perdido as eleições para ele. Aí o presidente da cooperativa, que era também oposição na época, disse assim: “se vocês que é lá de Minas tão dizendo que a coisa é boa e o prefeito está dizendo que não presta, que não é bom, a cooperativa entra e junta com o Banco do Brasil e vai assumir. [...] Aí eu, na ignorância minha, né? Já tínhamos perdido as eleições e pulei na frente e disse: “olhe, já que o pessoal de Minas está falando que a coisa é boa e o prefeito está dizendo que não presta, arranja uma terra aqui que eu vou comprar pra plantar café” (Entrevista concedida por C. K. à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

O financiamento para a viabilização da cafeicultura foi realizado pelo Banco do Brasil, nas condições mencionadas anteriormente por meio da concessão do Crédito

---

<sup>23</sup>Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro predominantemente conservador, criado no ano de 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964. (CHACON, 1985)

<sup>24</sup> O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi o Partido Político criado para fazer oposição ao regime militar. (CHACON, 1985)

Rural subsidiado, que facilitou, para os políticos e profissionais liberais capitalizados, o acesso aos recursos, como afirmou nosso entrevistado:

Aí ficou no Banco do Brasil [...] e já começou o negócio de café fazendo o movimento [...] Foi assim: foi 5000 mil pés de café o primeiro financiamento e depois foi aumentando. (Entrevista concedida por C. K. à autora em Janeiro de 2016).

Em decorrência da instalação dessa nova atividade, o Estado passou a investir fortemente nessa região dotando-a de infraestrutura viária, técnica, de informação e comunicação necessárias à expansão da cafeicultura. De acordo com Medeiros (2015), como resultado, houve uma grande demanda por terras, da parte daqueles que tinham intenção de se tornar cafeicultores, o que proporcionou a sua valorização, sobretudo as consideradas propícias ao plantio do café e que tinham acesso a água de nascentes e rios.

Um dos nossos entrevistados, durante o trabalho de campo, relatou o processo de compra de sua propriedade rural. Uma vez que obteve a confirmação do financiamento foi em busca de uma terra para começar o plantio de café:

Aí eu fui olhar uma terra, era boa e tava com o negócio fechado praticamente [...] daqui a pouco Zé Bigode me chega e diz que tinha outra terra que é boa e que era para ir lá olhar [...] eu fui olhar, quando eu entrei e olhei eu saí cheio de carrapato, aí lá tinha um brejo, uma água lá embaixo assim, aí eu falei assim “ah, essa aqui é melhor!” [...] aí eu fui e fechei o negócio com essa que tinha a água e comprei logo [...] porque tinha mais gente atrás de comprar terra na época. (Entrevista concedida por C. K. à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

A grande procura no mercado elevou o seu preço. A intensidade da valorização fica evidenciada no exemplo dado por Nunes, (NUNES, apud SANTOS, 2010 p.153): “um alqueire (9,68 hectares), que antes da implantação da cafeicultura custava Cr\$ 500,00, passa a custar cerca de Cr\$ 25.000, isto é, uma valorização de quase 5.000%”.

Como consequência, de acordo com Medeiros (2015), começou-se a buscar documentação, e muitas propriedades passaram a ser tituladas. Inventários praticamente esquecidos, foram retomados e o solo tornou-se fonte de especulação e exploração. Muitas terras pertenciam ao Estado, outras, apesar de privadas, não

possuíam documentação atualizada por se tratarem de terras públicas e heranças de famílias.

Ruy Medeiros<sup>25</sup> descreve esse processo:

[...] Então, começou-se a buscar títulos junto ao Governo do Estado, e documentação de terras, porque grande parte dessas áreas eram terras públicas e os documentos eram frágeis. Tinha áreas e mais áreas que, quando se buscava a origem numa cadeia sucessora daquele imóvel, não encontrava nenhum título, nenhum documento sólido que demonstrasse que aquela propriedade era propriedade privada. A propriedade grande e média o Estado vendia barato, demarcava e dava o título e a pessoa registrava como se faz o registro de imóvel privado. Registrava o título do Estado junto ao registro do imóvel. [...] Muitas dessas áreas eram de pessoas que já tinham falecido, ou que precisava regularizar, fazer o inventário dessas pessoas e a partilha. Então, esse foi um período que se caracterizou como uma grande transação imobiliária, uma grande titulação imobiliária junto ao Estado e transação imobiliária entre particulares, houve muita compra e venda. (Entrevista concedida por Ruy Medeiros à autora. Vitória da Conquista, abril de 2015).

Esse foi um processo intenso e não aconteceu sem conflitos. A questão da posse da terra na região de Vitória da Conquista em relação à cafeicultura se tornou bastante complexa. De acordo com Souza (2008) muitas pequenas e médias propriedades, cultivadas por posseiros foram contestadas por supostos antigos proprietários, surgindo, na área selecionada pelo IBC muitas ocorrências de grilagem, inclusive, com casos de disputas judiciais, dos quais o mais emblemático é o de Matas de Pau Brasil<sup>26</sup>.

Os empréstimos concedidos eram quase um subsídio para os plantadores de café montarem suas infraestruturas, mas, em consequência, a agressão à economia camponesa familiar foi intensa, pois a valorização das terras pressionava os pequenos proprietários a venderem suas glebas, algumas delas foram subdivididas, ao passo que outras foram concentradas e famílias de posseiros e de “agregados” foram expulsos de suas terras de vida e trabalho (MEDEIROS, 2003).

---

<sup>25</sup> Entrevista concedida à autora em abril de 2015 por Ruy Medeiros. Advogado e Professor Dr. da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Viveu, estuda e escreve sobre o processo histórico de Vitória da Conquista. Atuou como advogado em defesa de camponeses que tiveram processo de litígio em suas terras

<sup>26</sup> O conflito ocorrido na fazenda Matas do Pau Brasil, iniciado em 1972, quando o grileiro Germano de Souza Neves resolveu expulsar os posseiros que a habitavam. O embate logo se estendeu à Vitória da Conquista, onde os posseiros receberam o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O conflito perdurou até 1981 e, alcançou projeção nacional. (LEITE, 2013). Para compreensão de detalhes deste processo ver Souza, (2008).

O Governo Federal subsidiou todo o processo de instalação da cafeicultura, o que significou a inclusão do campo conquistense no circuito do capital de acordo com os ditames estabelecidos pelo governo militar. Ao selecionar o público que seria privilegiado com esse projeto, ele estrategicamente condenava a outra parcela da população do campo, (pequenos proprietários, camponeses, posseiros e agregados) que foram imensamente prejudicados nesse processo.

Ruy Medeiros<sup>27</sup> explica que o parcelamento de terras e também a comercialização de pequenas e grandes propriedades implicaram em graves consequências para esses sujeitos. A venda de pequenas propriedades, que eram exploradas familiarmente, provocou a saída famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras do campo. Por outro lado, a compra de áreas maiores, promoveu a retirada dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de seus postos de trabalho, que eram chamados na época de “agregados”. Segundo Medeiros.

Agregados eram pessoas que moravam na fazenda, plantavam naquela fazenda, ali tinha a sua família, produzia ali e eventualmente prestavam serviço ao dono da fazenda quando era requisitado. Ou consertava uma cerca, ou plantava um capim, etc. E haviam também aqueles que eram admitidos dentro de uma fazenda para ali trabalhar. Essa forma de agregado não era uma só (Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, abril de 2015).

A implantação da lavoura cafeeira ocorreu de acordo com a modernização agrícola, e para efetivar esse processo, o IBC apresentou um pacote de normas pré-estabelecidas para que os cafezais fossem plantados de acordo com um modelo específico, a fim de garantir maior produtividade. O uso de agrotóxicos e corretivos para solo, bem como máquinas e equipamentos tecnológicos passaram a fazer parte da paisagem rural. Outra determinação foi a redução de gastos, sobretudo com a força de trabalho, visando a produção de café a baixos custos para o produtor (CABRAL e CRISTINA SÁ, 2007).

---

<sup>27</sup> Ruy Medeiros Graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia-UFBA e Doutor em Memória pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, Professor de Direito nessa mesma instituição. Figura reconhecida em Vitória da Conquista por seus trabalhos e reflexões críticas sobre o processo histórico desta cidade e da cafeicultura na região.

As leituras deste processo em Vitória da Conquista Ferraz (2001), Santos (2013) apontam que com a efetivação das leis de trabalho no campo<sup>28</sup>, o custo de se manter funcionários aumentou, em consequência, admitia-se, o mínimo possível de trabalhadores nas fazendas. Mas é preciso considerar sob quais condições isso acontecia, pois, contraditoriamente à estas afirmações, o período de instalação da cafeicultura representou um aumento sem precedentes no número pessoal ocupado no campo em todo Planalto da Conquista. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE mostram que em 1970, haviam 13.569 homens e mulheres trabalhando em atividades agropecuárias no município de Vitória da Conquista, em 1975, apenas dois anos após a chegada do café, os dados já registram quase o dobro deste contingente, totalizando 22 622 trabalhadoras e trabalhadores ocupados no campo conquistense.

As determinações do IBC, incluíam a produção de café com baixo custo para o produtor, e os gastos com força de trabalho, dentro das normas do Estatuto do Trabalhador Rural tornaria essa produção mais onerosa, então, estratégias foram criadas para que se conseguisse baratear essa produção e o maior peso recaiu sobre a força de trabalho. Uma destas estratégias foi a contratação de famílias trabalhadoras, exploração do trabalho feminino e infantil, além do uso do trabalho por diária, a fim de “fugir” das obrigações de um contrato formal de trabalho. Trataremos desta questão com maior profundidade no próximo item.

No entanto, ao adquirir uma propriedade para o cultivo do café, o comprador fazia questão receber a terra totalmente desabitada, (livre de funcionários e agregados) para evitar ônus ao seu negócio (FERRAZ, 2001), (SANTOS 2013), para não ter que responder por um contrato de trabalho que ele desconhecia e que não sabia como foi firmado. Esse processo foi responsável pela retirada de um grande número de trabalhadores e trabalhadoras do campo, liberando-os para se tornar força de trabalho para o café e também forçando-os a buscar outros locais para reprodução da vida, sobretudo a periferia de Vitória da Conquista.

O depoimento a seguir, de um proprietário rural reitera as colocações acerca das mudanças nas relações de trabalho que a legislação trabalhista no campo promoveu nesse momento histórico na região do Planalto da Conquista:

---

<sup>28</sup> Estatuto do Trabalhador Rural, criado em 2 de março de 1963 por meio da Lei nº 4.214. A legislação exige a assinatura da Carteira de Trabalho, pagamento do salário mínimo, férias remuneradas, seguro contra acidentes no ambiente de trabalho, seguro desemprego, entre outros.

Antigamente, nas décadas de 1930, 1940 até 1950 [...] as questões trabalhistas eram muito raras na região. Primeiro porque antes não havia a consolidação das leis de trabalho. [...] era uma relação paternalista do proprietário para o trabalhador. Discutia-se o salário, não se falava em férias, décimo terceiro, rescisão de contrato, fundo de garantia, aposentadoria... nada disso existia. [...]. Essa exigência, [de receber a propriedade adquirida sem trabalhadores e agregados] é uma precaução por parte do adquirente, para não herdar, ao comprar uma fazenda, um encargo trabalhista que ele não sabe como ocorreu. Então, a lei trabalhista nesse particular influiu decisivamente para a pessoa exigir que a fazenda lhe fosse entregue sem problemas trabalhistas. (Entrevistado 1, 1999 *apud* FERRAZ, 2001 p. 56).

A valorização no preço das terras, associado à consolidação das leis de trabalho no campo impossibilitou o acesso à terra por pequenos proprietários, promoveu mudanças nas relações de trabalho típicas de áreas rurais para o assalariamento urbano, dificultou a permanência dos trabalhadores no campo e principalmente expropriou muitas famílias camponesas e agregados.

Esses acontecimentos também impulsionaram uma intensa mobilidade do trabalho caracterizada pela expulsão do trabalhador rural das suas antigas propriedades. As causas desse processo são explicitadas no documento do III Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de acordo com Silva, Pires e Souza (2001):

Antigos pequenos proprietários, posseiros e “agregados” (ou simples “moradores” da fazenda), que antes se ocupava com lavoura de subsistência, produzindo em regime familiar, foram desalojados da terra: pela compra de suas propriedades ou posses, pela expulsão, pela exigência que o comprador fazia ao vendedor de uma “fazenda” tradicional, de receber a propriedade “livre e desocupada de moradores, agregados ou trabalhadores”. A consequência é que muitos trabalhadores deixaram de produzir para si mesmos, com as suas famílias, foram expulsos da terra, e passaram a trabalhar para o “fazendeiro do café”. (SILVA, PIRES e SOUZA *apud* FERRAZ, 2001 p.67).

A regulamentação do trabalho no campo favoreceu duplamente os capitalistas, pois reuniu interesses do capital rural e urbano, e de forma perversa liberou os trabalhadores e trabalhadoras atrelados ao campo nas pequenas propriedades aumentando a força de trabalho disponível ao café e para diferentes atividades na cidade de Vitória da Conquista e, assim, os direitos sociais que deveriam beneficiar



os trabalhadores e trabalhadoras, contribuíram para sua expulsão do campo e a consequente proletarização.

Várias formas foram utilizadas para retirar a população rural de suas terras. Medeiros (2015) explica que uma das estratégias era apelar para possíveis melhorias na “qualidade de vida” e acesso à equipamentos urbanos de saúde, educação e lazer. Muitos desses foram iludidos com a promessa de indenização de imóveis e também pela suposta grande remuneração da caderneta de poupança. De fato, as condições de vida no campo conquistense não eram fáceis e a ausência de políticas públicas de permanência no campo agravava ainda mais a situação dos trabalhadores e trabalhadoras. Mas, ao se desprenderem de suas terras, a vida na cidade se tornaria ainda mais difícil para sujeitos sem propriedade, sem renda e sem qualificação para serviços urbanos.

Sobre as estratégias usadas para pressionar os camponeses, Medeiros descreve em depoimento:

Então, se dizia para a pessoa que tinha a pequena propriedade ou para aqueles agregados, que eles teriam os seus casebres e roças indenizadas, quando eram vendidas partes de grandes imóveis, se dizia que ele podia morar na cidade, aplicar o dinheiro na poupança, que a poupança estava rendendo, mas, na verdade, era a inflação, porque a remuneração da poupança era mínima. Isso era um modo de convencimento que ajudava nessa expulsão do trabalhador do campo. (Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, abril de 2015).

De acordo com Souza (2008) o processo de expropriação, propiciado pela tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, apenas pelo viés da violência aberta. Mas ao contrário, ocorreu por meio de uma violência camuflada e legal, ou seja, da violência encabeçada pelo Estado com a criação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região. Esses projetos deixaram explícita a perversidade do Estado brasileiro, como instrumento por meio do qual a classe dominante tem a representação dos seus interesses sobrepostos à sociedade em geral.

Portanto, o discurso de desenvolvimento regional ou agrícola que se construiu em torno da cafeicultura naquele período na região, beneficiou unicamente as classes dominantes, justificando a grilagem, a exploração dos camponeses e outros trabalhadores e trabalhadoras não proprietários. Diante disso, as elites locais se tornaram as grandes incentivadoras destes projetos, visando as crescentes

possibilidades de garantir maior extração de renda da terra e ampliação dos lucros. São estes, que se tornaram a elite cafeicultora da região, os beneficiados com os inúmeros incentivos e concessões de créditos subsidiados, provenientes de projetos do Estado para o desenvolvimento regional, para a introdução do cultivo do café no Planalto da Conquista. Neste sentido, o papel do Estado foi de importância fundamental, visto que o desenvolvimento capitalista nesta região, só se tornou possível, através de seus investimentos, como aponta Santos:

(...) as modificações pelas quais a economia rural na área em estudo vem passando, tem como pano de fundo o processo de circulação do capital na agricultura brasileira, tem na ação do Estado um impulso importante; a modernização do estabelecimento agrícola tem se dado num primeiro momento, muito mais como uma manifestação da intervenção do Estado, via um conjunto de diversos mecanismos. O afluxo de capitais dos mais variados tipos para determinada região sempre é antecedido por medidas de política agrícola estimuladora de sua fixação em empreendimentos que interessam à política dinamizar. (SANTOS, 1987, p. 138).

Esses acontecimentos culminam na degradação do trabalho no campo, a partir da expulsão de parte dos camponeses de suas terras de vida e trabalho, impondo a mobilidade dessa população. Neste sentido, observa-se que o crescimento econômico regional foi conquistado à custa da proletarianização dos camponeses e trabalhadores e trabalhadoras agregados que se viram pressionados a deixar sua produção familiar para vender a força de trabalho na cidade e, principalmente nos cafezais, sob perversas condições de exploração.

Dessa forma, a produção pré-existente foi desmanchada, dando ao campo conquistense contornos mais nitidamente capitalistas e criando, a partir do processo de expropriação camponesa parte do proletariado necessário à difusão da cafeicultura.

## **2.2 - A força de trabalho das mulheres na cafeicultura: a “família” trabalhadora e a participação no processo de trabalho e de produção**

De posse das terras e do financiamento, coube aos cafeicultores arregimentar a força de trabalho para dar início à produção dos cafezais. Parte deste proletariado foi criado, como apresentado anteriormente, pela territorialização da cafeicultura e

transformação de famílias camponesas e trabalhadores e trabalhadoras agregados do Planalto da Conquista em força de trabalho para o café. A outra parte do exército de homens e mulheres que foram trabalhar nesta atividade, eram provenientes de vários municípios, que chegavam a Vitória da Conquista buscando trabalho nos cafezais. Trabalhadores e trabalhadoras da zona rural e das periferias urbanas, a maior parte de municípios baianos, mas também detectamos a presença de famílias trabalhadoras de outros estados da federação.

Para a criação dos cafezais, além da força de trabalho volante, foi necessária a contratação de trabalhadores e trabalhadoras para morarem nas fazendas, como era costume na região, contratar funcionários em regime integral de trabalho, sob o qual não se conseguia distinguir, na vida dos homens, mulheres e crianças os espaços da produção e da reprodução. Os trabalhadores e trabalhadoras volantes ou diaristas, se dedicavam aos trabalhos de desmatar a terra, preparar o solo e instalar as estruturas necessárias à cafeicultura como o viveiro, para produzir mudas.

A contratação do “trabalho da família”, como a história da cafeicultura brasileira apresenta, se tornava, para o cafeicultor, muito mais interessante do que a contratação individual, sobretudo no que tange as famílias dos trabalhadores fixos nas fazendas. De acordo com Stolcke (1986), na introdução do trabalho livre na cafeicultura brasileira, no século XIX, no regime de colonato, a contratação de famílias, fazia com que o fazendeiro obtivesse trabalho adicional a um custo mais baixo do que pagaria, caso os buscasse individualmente no mercado. Principalmente, porque no período da colheita a necessidade de trabalho chegava a ser um quinto maior que durante o cultivo. Nesse momento as mulheres e os filhos dos trabalhadores poderiam cobrir o adicional na demanda.

Na cafeicultura do Planalto da Conquista formas semelhantes de exploração do trabalho aconteceram durante a década de 1970 e se reproduzem, em menor escala, até os dias atuais. Embora organicamente diferente, por se tratar uma relação de trabalho capitalista, o assalariamento. Ao firmar contrato com o pai da família, o cafeicultor está, ao mesmo tempo contratando toda uma “célula produtiva”, constituída pela mulher, pelos filhos e filhas, adultos ou crianças, que significa a ampliação de força de trabalho disponível, logo, maior extração de mais valia e conseqüentemente, maior produção de capital para o detentor dos meios de produção.

Neste contexto, as mulheres têm protagonismo na cafeicultura conquistense, pois grande parte da força de trabalho empregada nessa atividade era feminina. Como

apontam os dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário, em 1970, ano anterior à chegada da cafeicultura, haviam 4.574 mulheres trabalhando na zona rural de Vitória da Conquista, enquanto que em 1975, dois anos após a chegada do café, esse número mais que duplica, totalizando 9.930 trabalhadoras no campo conquistense, um aumento de 53,93%, ao passo que o trabalho masculino teve um acréscimo de 29,12%, saindo de 8.995 para 12.692 no mesmo período. Todavia a força de trabalho feminina era subalternizada e complementar ao trabalho dos homens trabalhadores fixos, no caso das famílias. Além disto, algumas etapas do processo produtivo eram realizadas quase que exclusivamente por mulheres, como o viveiro, fase fundamental do cultivo do café, onde, literalmente, nasce o cafezal. Outras atividades como o plantio das mudas e a colheita também eram realizadas majoritariamente pelo trabalho feminino, provavelmente este fato explique a superioridade do aumento de mulheres trabalhadoras neste período.

Além da participação expressiva das mulheres nas lavouras, o trabalho infantil também foi amplamente empregado na expansão e manutenção da cafeicultura conquistense, como mostra a figura 08, sobretudo nas décadas de 1970, 1980 e 1990, quando a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas fazendas era ainda muito incipiente ou quase nula, começando a ser efetiva a partir de 1995<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Informação concedida por Giuliano Souza Cruz, auditor fiscal do Ministério do Trabalho de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016.

**Figura 08: Mulheres e crianças trabalhando em cafezal de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1980**



Fonte: Arquivo da fazenda Monte Verde, município de Vitória da Conquista, Bahia

O aumento da fiscalização não significou a extinção do trabalho infantil na atualidade da cafeicultura do Planalto da Conquista, mas a frequência das vistorias do MTE nos estabelecimentos tem coagido essa ação. Mesmo assim, conseguimos obter relatos, por meio do depoimento de trabalhadoras, que até o ano de 2010 levaram seus filhos e filhas junto às lavouras, onde também trabalhavam na colheita do café. Como descrevem as trabalhadoras a seguir, referindo-se a diferentes anos de trabalho na cafeicultura desta região.

Década de 1980, trabalhadora que residia em uma fazenda de café.

Minhas filhas mais grandinhas de 5 anos em diante eu levava pra roça pra trabalhar, minhas menina, toda vida foi trabalhadeira[...] o menorzinho que ainda não trabalhava, mesmo assim eu levava, ele ficava lá deitado embaixo do pé de café e cantando e querendo comida. Tinha que levar a bolacha, o café, a mamadeira e o leite, que não tinha mais quem deixava. (Maria, 78 anos. Entrevista concedida em à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Ano de 2010, trabalhadora residente da periferia de Vitória da Conquista.

As crianças quando era pequenininha, ficava no alojamento e uma menina maior olhava. Mas aquelas que já sabia trabalhar, ia pro café, [...] minha menina de 12 anos panhava café e a minha neta de 10 anos panhava café também, aí o pagamento delas era junto do meu. [...] Elas vinha na mesma rua de café que eu. (Erlane, 56 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

De acordo com Medeiros (2015), a modernização da agricultura implicou na necessidade de treinamento e especialização da mão de obra. Para que pudesse se familiarizar com as novas formas de lida com o solo, foi necessário treinar os trabalhadores e trabalhadoras, quer para o plantio, colheita, ou para a limpa. Não se tinha mais o trabalho do vaqueiro, do agricultor tradicional que produzia aipim, mandioca, grãos, batatas e etc. A necessidade passou a ser por trabalhadores habilitados para fazer curvas de nível (Figura 09), covas de café, adubação química (Figura 10), calagem do solo etc. Todos esses procedimentos exigiam certo nível de conhecimento (MEDEIROS, 2015).

**Figura 09: Plantação de Café em Curvas de nível. Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

**Figura 10: Adubação química realizada por mulheres e crianças.  
Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca. Município de Vitória da Conquista, Bahia.

Contudo, como a cafeicultura em expansão tinha uma grande demanda por força de trabalho, admitia-se nas fazendas, “qualquer pessoa que tivesse vontade de trabalhar” como recolhe o depoimento de Dona Dalva, trabalhadora rural que dedicou 16 anos de sua vida ao trabalho entre diferentes fazendas de café de Vitória da Conquista:

Qualquer pessoa que chegasse lá e eles visse que tinha vontade e que tinha dedicação no trabalho, eles pegava pra trabalhar... foi assim com nós, eu, meu marido e meus filho. (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2015).

A região não desconhecia de todo o cultivo do café, em algumas propriedades era possível encontrar o que chamavam de “café de quintal”, mas cafeicultura modernizada era novidade na região, e não existia no Planalto da Conquista, trabalhadores qualificados para seu manejo. Os trabalhos que exigiam conhecimento diferenciado eram ensinados por técnicos aos trabalhadores e trabalhadoras que

moravam nas fazendas e esses iam repassando para os demais. A maioria das entrevistadas afirmou que teve de aprender a lida com o café fazendo, quer dizer colocando a mão na terra.

Na primeira etapa do cultivo do café as trabalhadoras passavam para o viveiro, onde se realiza a produção das mudas. Esta é uma atividade cheia de minúcias, que precisa ser feita com extremo cuidado, pois a sobrevivência do cafeeiro depende do manejo adequado desde a seleção dos grãos, que irão ser plantados, até a irrigação e o plantio. Sob a justificativa de ser um trabalho que exige maior delicadeza do que força física, direcionam-no para as mulheres. Contudo não só por isso se justifica essa nuance de gênero, mas, principalmente, por se tratar de uma atividade repetitiva e degradante, que é feita com a trabalhadora sentada no chão por várias horas sem nenhum tipo de assento que lhes proporcione o mínimo de conforto para desenvolver a atividade em segurança.

Gazzola e Ajambuja (2000), ao discorrerem sobre as ideias de Ammann (1947), apontam que as tarefas baseadas na repetitividade, monotonia e automatismo são preferencialmente destinadas as mulheres justamente por serem atividades automáticas e desprofissionalizadas, enquanto os trabalhos que prescindem de algum “saber técnico” são destinados aos homens. Esse fato, atrelado à inferioridade dos salários das mulheres no Brasil, formam parte dos traços constantes da subalternização das mulheres no mercado de trabalho e está presente na divisão sexual das tarefas no processo laboral do café. O trabalho no viveiro descrito a seguir, apesar de livrar da lida sob o sol, não era, de acordo com relatos das entrevistadas, uma das melhores tarefas, pois além de ser desconfortável, como mostra a Figura 11, o pagamento por diária era considerado irrisório.

E o começo do viveiro, pega o saquinho, você enche o saquinho de terra adubada com tudo que tem direito, uréia, um produto que chama chumbinho, esterco de gado e a terra bem cessada, sem nenhum pauzim. Aí você pega aquele caroço selecionado e bota em cima daquele saquinho e encarca. E aí, depois que terminar de encher um canteiro de 20 metros, aí você vem e cobre com areia, depois da areia você bota capim por cima e aí vai molhando, com 60 dias tá nascido. Aí depois que ele nasce tudo, fica os palitinho com as perninha e a casquinha do café pegado na ponta. Aí você tirava aquele capim com o maior cuidado pra não rancar nenhuma cabecinha daquela, porque se rancar, o pé morria, não prestava. E aí, ia molhando, quando tava no tamanho certo, levava pra roça pra prantar. [...] No viveiro tinha vez de ter 30, 40, 50 mulher trabalhando, porque o viveiro era imenso, era grandão. (Dona Alva, 64 anos, Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2015).



**Figura 11: Trabalhadora no viveiro produzindo mudas de café.  
Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

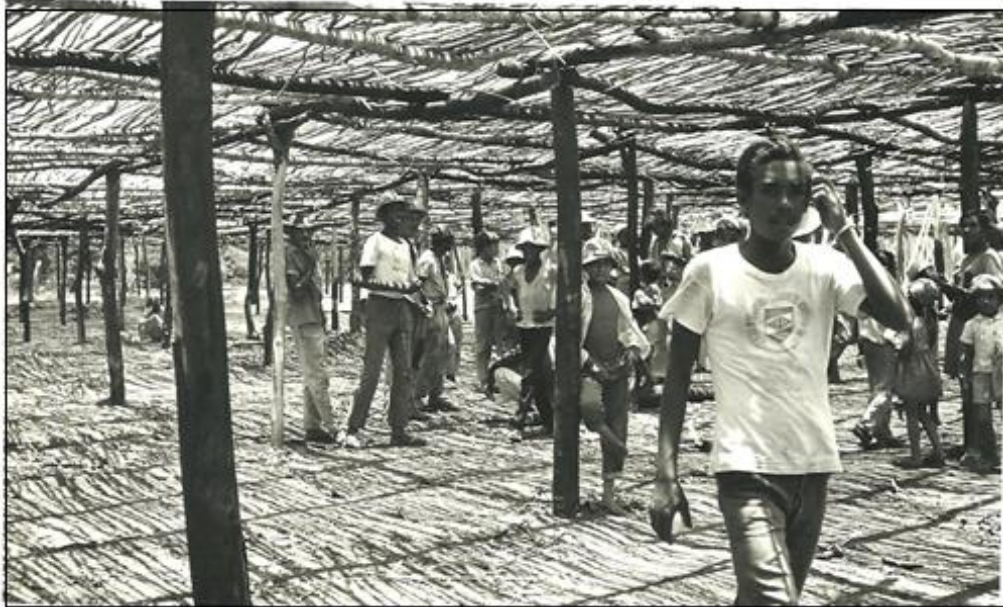
Na divisão das tarefas entre homens, mulheres e crianças, aquelas que exigiam a força física e habilidade técnica eram desempenhadas pelos homens, como o corte de madeira para a construção e a instalação do viveiro, como mostra a Figura 12, a abertura das covas para o plantio das mudas. As crianças também ficavam responsáveis por “encher os saquinhos” (Figura 13), das mudas com a terra preparada com compostos orgânicos e agrotóxicos como o chamado “chumbinho”. O Aldicarbe, praguicida popularmente conhecido como chumbinho pelo seu formato granular que lembra à munição de chumbo usada em espingardas e outras armas. O “chumbinho” foi banido<sup>30</sup> do mercado brasileiro apenas em 2012 pela ANVISA, devido ao alto grau de toxicidade do produto, o que representava risco à saúde tanto das crianças, quanto das mulheres que manipulavam esse produto:

Pra plantar era só mulher, o homens era pra cortar madeira, fazer... porque o viveiro, fazia um estaleirão de madeira, bem grandão, cobria de pau,

<sup>30</sup> De acordo com matéria publicada no site do Portal Brasil do Governo federal, o Aldicarbe, também conhecido como Chumbinho é um agrotóxico utilizado de forma irregular como raticida doméstico. Em junho de 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, cancelou o informe de avaliação toxicológica dos agrotóxicos a base de aldicarbe. Estimativas da Anvisa apontam que o produto é responsável por quase 60% dos oito mil casos, todos os anos, de intoxicação relacionados a chumbinho, no Brasil. <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/11/agrotoxico-em-forma-de-chumbinho-e-banido-do-mercado-brasileiro>.

mode o sol não pegar. Nós trabalhava debaixo de um estaleiro de madeira, aí tinha que ser homem pra cavar, marcar as leiras, porque as leiras era chão bem plano e os meninos que enchia os saquinhos. Mulher quase não enchia saquinho. Eles pagava os meninos, os meninos enchia os saquinhos... os homens fazia os canteiros, que nós não fazia canteiro. (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2015).

**Figura 12: Viveiro recém construído – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

**Figura 13: Crianças desempenhando a atividade de “encher os saquinhos” com a terra preparada para as mudas – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

É possível observar nas imagens a quantidade de crianças trabalhando sob o sol e manipulando produtos químicos nocivos à saúde. Geralmente, as crianças eram filhos e filhas das famílias trabalhadoras que moravam nas fazendas e dos e das diaristas que prestavam serviço em diferentes propriedades da região.

As Figuras a seguir, mostram trabalhadoras e trabalhadores no viveiro de mudas. Na Figura 14 é possível observar as duas etapas da produção das mudas descritas por dona Dalva anteriormente, do lado esquerdo observam-se os canteiros com os “saquinhos” preparados para receber as sementes e à direita, os canteiros cobertos com palha no processo de germinação. Já a fotografia subsequente, Figura 15, mostra os brotos de café Arábica tipo Mundo Novo, que dá frutos amarelos, e Catuaí, de frutos vermelhos, prontos para o plantio no ano de 1973.

**Figura 14: Trabalhadoras e trabalhadores no viveiro de produção de mudas de café – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970.**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

**Figura 15: Viveiro com mudas de Café Arábica separadas por tipo Catuai e Mundo Novo – Distrito de Inhobim, Vitória da Conquista, 1973**



Fonte: Arquivo da Fazenda Casca, município de Vitória da Conquista, Bahia.

De acordo com relatos de entrevistadas e informações concedidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, geralmente, apenas o pai da família possuía carteira assinada e recebia o salário mensal. As mulheres trabalhavam como diaristas, recebendo um valor irrisório pelo dia de serviço, segundo uma das entrevistadas: “pagava bem pouquinho, era só a diarinha mesmo” (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2015).

Para se ter noção do valor pago pelas diárias, quando as mulheres tinham a carteira de trabalho assinada<sup>31</sup>, elas recebiam apenas metade do salário pago aos homens, ainda assim, este meio salário era considerado muito melhor, do que trabalhar todos os dias do mês recebendo por diária, ou seja o dia de trabalho dos homens valia, monetariamente, mais que o dobro do dia de trabalho feminino, expressando a subalternidade e desvalorização do trabalho da mulher na cafeicultura.

<sup>31</sup> De acordo com uma entrevistada, houve um período que a fiscalização do ministério do trabalho exigiu que as carteiras de trabalho de todos os funcionários da fazenda, homens e mulheres fossem assinadas para evitar multas, mas o registro não durou muito tempo, sendo cessado três anos depois da assinatura.

A desvalorização do trabalho feminino não é uma particularidade dessa região ou deste tipo de atividade, sendo uma realidade imposta historicamente, baseada no patriarcado, a forma de organização social da vida, dirigida pela concepção da superioridade masculina em detrimento das mulheres, e a consequente opressão de gênero, que de forma perspicaz é apropriada pelo capitalismo como uma de suas estratégias de reprodução ampliada, no qual incorpora a divisão sexual do trabalho relegando ao trabalho feminino as atividades produtivas remuneradas nos setores mais precários do mercado de trabalho, incluindo-as de forma mais intensa em trabalhos degradantes e na informalidade (FRANCO GARCÍA, 2004).

A divisão sexual do trabalho é constituída, de acordo com Lobo (1991), como uma prática social, que manifesta a subordinação de gênero, a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas que diz respeito não somente à divisão das tarefas, mas aos critérios que qualificam essas tarefas, tendo repercussão nos salários e na disciplina do trabalho. Assim, a divisão sexual do trabalho “não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho” (p.15), daí as piores tarefas e salários, na cafeicultura ou fora dela, serem direcionados à mulheres.

A participação das mulheres no mercado de trabalho ganha impulso, nas economias ocidentais a partir da década 1950, apesar disso, no Brasil, em 1970, no contexto geral a participação feminina ainda era pouco representativa, cerca de 18%, aumentando nas décadas seguintes, chegando em 2002 com uma participação de 50% das mulheres no mercado de trabalho segundo dados do IBGE (2002). Ao mesmo tempo, a diferença de salários entre homens e mulheres, em meio a muitas lutas foi diminuindo gradativamente, (Madalozzo, Martins e Shiratori, 2010). Apesar disso, de acordo com estudo publicado pela Confederação Internacional dos Sindicatos “as trabalhadoras brasileiras são as que sofrem com maior diferença salarial em relação aos homens no mundo todo, com 34% de variação entre as remunerações de ambos os gêneros”, segundo (ICFTU, apud VERLAINE, 2013).

Conforme Madalozzo, Martins e Shiratori, (2010), os modelos econômicos competitivos, especificamente, aqueles direcionados ao mercado de trabalho, não conseguem tecer explicações sobre essa diferença salarial, sem lançar mão de hipóteses fortes sobre as preferências individuais de homens e mulheres e os objetivos da família.

No entanto, essas teorias estão baseadas em trabalhos que exigem um período de formação e profissionalização entre os gêneros. No caso dos catadores de café, atividade que não exige qualificação, senão aptidões físicas, força, resistência e agilidade seriam as justificativas para a maior remuneração dos homens e detrimientos das mulheres.

Muitas vezes, as mulheres trabalhadoras do café, eram designadas para tarefas que não gostavam de fazer, por considera-las tão pesadas e cansativas que não compensavam o valor que recebiam. Mas, por morarem na fazenda, na casa cedida pelo patrão, se alimentando daquilo que produziam na terra dele, sentiam-se “na obrigação” de realiza-los.

A etapa subsequente à instalação da cafeicultura foi o plantio dos cafezais, processo que unia mulheres, homens e máquinas. A maioria dos cafeicultores de Vitória da Conquista conseguiram financiamento para a compra de máquinas agrícolas no intuito de otimizar o processo de trabalho e a produção. A divisão das atividades no plantio era relegada por gênero, cabia aos homens abrir as covas, já previamente demarcadas pelos tratores em linhas que obedeciam ao nivelamento do terreno, enquanto as mulheres plantavam as mudas, como descreve a trabalhadora a seguir:

Eles abria o sulco com o trator, os homens abria as covas, jogava o adubo, tampava de novo. Ai, o trator vinha jogando em cada cova uma muda, e aí as mulher vinha plantando. Era mais mulher, os homens plantava muito pouco, as vezes quando o homem era diarista, aí ele plantava junto com as mulher. (Dona Lina, 68 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

Pôde-se perceber, nas entrevistas com as trabalhadoras, a relação de subalternidade ao patrão e administradores da fazenda, da necessidade de mostrar serviço, e de não fazer “corpo mole”, independente da situação. Isso se dá pela necessidade que os trabalhadores e trabalhadoras tinham daquele trabalho para a sobrevivência, que apesar das condições de exploração, se constituía como único meio de vida possível para eles (as), a julgar pelo seu histórico de vida errante, buscando, sem sucesso, formas de vender sua força de trabalho no campo e na cidade de diferentes municípios da região.

Existe nesse fato uma grande contradição, pois apesar de o café ter aparecido com possibilidade de renda para milhares de trabalhadores e trabalhadoras despossuídos da região, ainda que temporariamente, ao mesmo tempo, este é o momento em que as trabalhadoras e trabalhadores se submetem a condições extremas de exploração, no qual o trabalho análogo a escravidão tem sido recorrente na história do café no Planalto, com casos de homens, mulheres e crianças resgatados pelo Ministério do Trabalho. Neste sentido, aquilo que aparece para os sujeitos enquanto possibilidade de manutenção da vida por meio do trabalho, se realiza de forma, degradante, desrealizando e precarizando ainda mais suas vidas, pois despendem suas energias vitais em uma atividade que absorve seu tempo, sua força física e psíquica em troca do direito a uma sobrevivência tão precária quanto sua atividade laboral no café. No entanto, a perversidade desta contradição faz parte da lógica irracional e incoerente, desde a perspectiva do trabalho vivo, do sociometabolismo do capital<sup>32</sup> que ao passo que depende de maneira vital do uso da força de trabalho, o faz na determinação de condições alienantes sobre os trabalhadores, desapropriando-os do controle de sua própria capacidade produtiva (MENEZES, 2007).

### **2.3 - As relações de trabalho e o cotidiano na cafeicultura**

As condições de trabalho na cafeicultura sempre foram precárias (SOUZA, 2008), e os proprietários se aproveitavam da fiscalização incipiente para estabelecer normas de acordo com sua própria vontade, o que valia tanto para os trabalhadores que moravam nas fazendas, quando para os sazonais.

Além da exploração do trabalho infantil, dos filhos e filhas das trabalhadoras e trabalhadores que moravam na fazenda e daqueles contratados como diaristas para realizar tarefas como a limpeza, o plantio, a adubação, entre outras, não se considerava nenhum tipo de direito para estes sujeitos, não se falava em férias, décimo terceiro, limitação de horas na jornada de trabalho, quanto mais, para as mulheres, licença maternidade ou direito de amamentar os filhos recém-nascidos.

---

<sup>32</sup> Nos referimos aqui à ideia do filósofo húngaro Istvan Mészáros quando se remete à estrutura orgânica de funcionamento da sociedade capitalista, para além da perspectiva meramente econômica. Assim como Marx, quem definia o capital como uma relação social, Mészáros também foge da interpretação limitada de uma abordagem positivista e economicista do regime de produção (Mészáros, 2004. O poder da ideologia)

De acordo com uma trabalhadora, na sua família com oito pessoas, apenas seu marido tinha registro na carteira de trabalho, o que não garantia, na prática, que ele dispusesse de todos os direitos trabalhistas, mas em geral, significava que ele recebia mensalmente um salário fixo, enquanto os demais membros da família, que trabalhavam igualmente, eram pagos como diaristas, recebendo um valor irrisório.

Apesar dos trabalhos de Medeiros (1977, 2003), Ferraz (2001), Souza (2008) apontarem para a eliminação do trabalhador “agregado” e a emergência dos contratos regulares, o que observamos no desenvolver desta pesquisa foi a manutenção de relações paternalistas. Elas não foram totalmente abolidas, mas se mantiveram por muito tempo sob formas camufladas para burlar a legislação trabalhista, como recolhe o depoimento de uma das funcionárias do STRs de Vitória da Conquista, entrevistada:

O patrão cedia um pedaço de terra ali, deixava a pessoa trabalhar pra ele e falava ah você pode fazer sua roça aqui... só que o cara era obrigado a trabalhar pra ele. Limpar terra, plantar, trabalhar na colheita... essas coisas. Aí tinha várias famílias... ele [o cafeicultor]\* tinha uma terra bem grande e cedia um pedacinho pra um plantar, cedia outro pedacinho pra outro plantar e tinha a roça dele grande. Aí essas pessoas que tinham essa autorização pra explorar aquele pedaço de terra, eram as que tinha que trabalhar pra ele na época da limpa, do plantio e da colheita (Maria Otília, 53 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016) \*grifo nosso.

Esta prática se tornou bastante comum na história da cafeicultura do Planalto da Conquista, quando na contratação das famílias trabalhadoras, costumava-se ceder um pequeno pedaço de terra, para que cultivassem alimentos para o autoconsumo, sanando parte das necessidades que deveriam ser cobertas pelo salário dos trabalhadores. Por conta disso, e da concessão de moradia por parte do proprietário, os salários na cafeicultura, que eram pagos regularmente apenas ao “pai da família”, costumavam ser muito baixos, obrigando todos os membros da família a trabalhar como “diaristas” na fazenda do patrão, a fim garantir a manutenção da casa. A não contratação efetiva dos membros adultos da família, se dava como estratégia de diminuição dos custos com a força de trabalho, em um sistema de “contratação” que ao mesmo tempo respondia às necessidades de trabalho na manutenção da fazenda e “fugia” das obrigações trabalhistas. Nestes termos, entre as décadas de 1970 e 1980 os cafeicultores faziam todo tipo de contrato para se isentar das obrigações com os trabalhadores, conforme descrito a seguir:



Porque esse povo tem a mania de contratar as pessoas e dizer que é diarista, mas eu nunca vi um diarista trabalhar 10 anos com o mesmo patrão. Aí tinha aquela ideia de que a pessoa era diarista, que ganhava na diária, trabalhava, 20, 30 anos... até hoje ainda aparece uns assim pra fugir da legislação trabalhista. Outra hora fazia contrato de meeiro pra camuflar as relações de trabalho, isso é comum. Aí o Ministério do Trabalho começou a desconfiar que não tinha aquele tanto de meeiro na terra, porque numa fazenda de café não tem meeiro. Aí quando cessava a relação, fazia um interrogatório [ao trabalhador]\* e o ministério começou a fiscalizar as propriedades e acabava descobrindo que não tinha relação de meeiro, que era só pra camuflar, que era empregado normal. E o ministério passou a não aceitar mais ninguém com essa relação de meeiro. (Maria Otília, 53 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016) \*grifo nosso.

A fala das trabalhadoras deixa subentendido uma certa hierarquia entre os trabalhadores registrados e os diaristas, como se existisse uma desvalorização do trabalho por diária, possivelmente relacionada à baixa remuneração que recebiam e pelo fato de que as diaristas mulheres, em número, costumavam ser superiores aos homens.

As trabalhadoras e os trabalhadores diaristas, eram compostos, de acordo com Souza (2008) pelos camponeses e trabalhadores rurais “agregados” que antes viviam na terra com sua família, se apropriando do seu trabalho, e que no processo de territorialização do capital cafeeiro no campo do Planalto da Conquista, foram expropriados, sendo obrigados a buscar formas de reprodução social, deslocando-se, constantemente, ao ambiente de trabalho. Junto a estes, incluiríamos também aqueles trabalhadores oriundos de outras regiões, que assim como os primeiros, partilham de trajetórias de mobilidade do trabalho que, nas palavras de Souza (2008, p. 413):

Um dia é uma roça, no outro dia pode ser outra, desagregando seus laços com a terra, além de não possuir mais patrão certo, repercutindo em perdas dos direitos trabalhistas e na total alienação e exploração de seu trabalho.

Um das trabalhadoras, moradoras da fazenda durante a entrevista, ao afirmar que as tarefas eram realizados em família, relembra o que cabia ela, ao marido e aos filhos e contraditoriamente, discorre sobre a exaustiva jornada de trabalho que recaía

sobre si, relatando que durante a semana, quando não estava trabalhando na roça do patrão (de café), estava cuidando da limpeza casa, das crianças, lavando a roupa da família, preparando as refeições, entre outros afazeres domésticos, enquanto o marido tinha tempo para socializar com os outros homens da fazenda. No final de semana, junto com a família, trabalhavam na plantação que mantinham em terreno cedido pelo patrão, onde cultivavam feijão, mandioca, milho, entre outros alimentos para subsistência e criavam alguns pequenos animais. Descreve também, que enquanto estava com outras mulheres fazendo farinha, e biscoito, o marido conseguia tirar tempo, no domingo, ou em algum feriado, depois do trabalho para “um cochilo de meio dia pra tarde”. Quando questionada sobre em que momento ela descansava, sua resposta foi taxativa: “não descansava, nós morria de trabalhar, a vida era só pra isso”<sup>33</sup> revelando o peso que recai sobre a mulher pela atribuição de determinadas tarefas como exclusividade feminina.

Essa é uma realidade bastante conhecida no universo feminino do trabalho, o fenômeno social da dupla ou mesmo tripla jornada de trabalho, força a mulher a se dividir entre as esferas da produção e da reprodução, que é amplamente benéfico para o capital, servindo-o em diferentes aspectos. Além de garantir a exploração do trabalho feminino remunerado e a extração do sobretrabalho a partir da menor remuneração, ainda promove, concomitantemente, por meio das atividades não remuneradas desempenhadas pelas mulheres no ambiente doméstico, a manutenção no mercado de trabalho assalariado, outros membros da família, além de reproduzir futuros trabalhadores/as que se tornarão disponíveis à exploração do capital. (PENA, 1981, *apud* NOGUEIRA, 2010).

Ainda na lista das benesses da exploração do trabalho feminino para o capital em diferentes aspectos, as atividades sem remuneração realizadas em casa pelas trabalhadoras, como os cuidados com a alimentação, o asseio da casa, cuidados com a higiene e saúde dos membros da família, entre outros, são úteis para diminuição dos custos com a reprodução da força de trabalho, exercendo pressão para o rebaixamento dos salários da classe trabalhadora em geral (NOGUEIRA, 2010).

Assim, entende-se que as relações sociais de gênero constituídas pela assimétrica divisão sexual do trabalho, fundamentada, na combinação do trabalho

---

<sup>33</sup> Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016.

produtivo e reprodutivo das mulheres apresentando, ao mesmo tempo uma relação de exploração e opressão.

Embora não tivessem contrato de trabalho, o dia de trabalho das mulheres que moravam nas fazendas começava primeiro que do restante da família e terminava depois que todos já tinham ido dormir. De acordo com uma entrevistada, o seu dia começava às 5:00 da manhã, antes mesmo de o sol nascer para alimentar os animais, que criavam, preparar o café, o leite das crianças e o almoço para o marido e os filhos maiores. Dava banho e vestia as crianças menores, deixava a mamadeira pronta e designava uma das filhas, para cuidar do bebê, enquanto saía com o marido e os filhos e filhas maiores de cinco anos para os trabalhos na fazenda.

Como relatou uma trabalhadora, após seus partos, durante o tempo em que residiu na fazenda, tirava um mês de “resguardo” trabalhando apenas nos afazeres domésticos, afim de evitar complicações pós-parto. Vencido esse tempo, parava de amamentar os bebês, já que precisava sair para trabalhar na fazenda. Retornava meio dia, alimentava as crianças, trocava o bebê e saía novamente, voltando apenas no final da tarde.

O peso da responsabilidade básica com os filhos ser relegado apenas a mulher, de acordo com Gazzola e Azambuja (2000) tem sido consequência de uma construção social burguesa na qual entende-se que gerar e criar os filhos é uma vocação natural das mulheres, portanto, é responsabilidade exclusiva delas, e por ser qualidade natural, não é considerado trabalho, logo não merece compensação, a não ser a satisfação de ver suas crias crescerem e prosperarem. A entrevistada conta, com muita angustia, que enquanto trabalhava, precisava deixar sua recém-nascida aos cuidados de uma filha de cinco anos de idade, e que em dias de chuva, ciente da fragilidade da casa em que viviam, trabalhava sem sossego, aflita, com o pensamento nas crianças que havia deixado em casa:

[...] Eu nunca paguei ninguém para cuidar dos meus filhos. Saía para roça as 7 horas da manhã, batia um prego nas portas e deixava as meninas presas e ia trabalhar, porque lá tinha vez de ter 1200 pessoas na fazenda catando café e eu tinha quatro meninas pequenas, aí as mais grandinhas de 5 anos em diante eu levava para roça e deixava uma para cuidar dos pequeninhos, aí eu o fazia café, deixava café feito, deixava comida feita, deixava merenda [...] aí eles ficavam trancadinho dentro de casa. Meio dia eu vinha, dava almoço, dava banho nas pequena, dava mamadeira, arrumava para dormir e voltava para roça e só saía de lá as 5 horas da tarde. [...] Tinha dia que caía aquela chuvona, de tempestade, eu trabalhando, ficava só

pensando. Ô meu Deus, esses menino pequeno nessa casa sozinho... e o mundo caindo de chuva, caindo raio. Eu não tinha sossego, mas não podia largar o serviço pra ir lá ver como que eles tava, porque os homens [fiscais] que ficava lá olhando a gente era ruim e eu não queria dar motivo pra eles reclamar. [...] tinha que deixar na mão de Deus. (Dona Lina, 68 anos. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

É possível observar, nas leituras sobre a cafeicultura que dedicam alguma atenção ao trabalho feminino (STOLCKE, 1986, MORAES SILVA, 2010 e MEIRA, 2013), relatos de trabalhadoras que levam seus filhos para o cafezal, por não ter com quem deixa-los, sendo obrigadas a carrega-los consigo para o trabalho, expondo as crianças a intempéries e ao perigo de animais peçonhentos e dividindo seu tempo e atenção entre o trabalho e os cuidados com a prole. Isso quando eram muito pequenos, já que crianças, a partir de 5 anos, em média, já eram considerados aptos para o trabalho. Esta prática era mais frequente entre as trabalhadoras temporárias, sobretudo aquelas contratadas para a colheita, que vinham da periferia de Vitória da Conquista e de outros municípios, já que as trabalhadoras que moravam na fazenda, tinha opção de resguardar os filhos menores em casa. Como se verifica nos depoimentos que seguem.

No tempo da colheita, só via era menino chorando naqueles meio de pé de café, mas as mulher precisava ganhar seus dinheiro né? E não tinha com quem deixava, era o jeito levar. Aí deixava lá, dava o peito, voltava pra trabalhar... (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitoria da Conquista, janeiro de 2016).

Eu pegava um saco de colheita que é grande, abria, amarrava uma corda na ponta do saco, amarrava outra na outra ponta e amarrava aqui no pau da árvore do café e amarrava a outra na outra... e o menino aqui dentro. Em tempo das aranhas picar... porque as aranhas de lá é igual caranguejo daqui. Elas pica e é preciso ir pro hospital. Mas eu apegava com Deus. (Dona Maria, 78 anos. Entrevista concedida à autora. Vitoria da Conquista, janeiro de 2016).

As trabalhadoras e trabalhadores que chegavam de outros municípios, ficavam alojados em galpões, que em algumas fazendas os separavam por sexo, exceto no caso de famílias que migravam juntas. Nos primeiros anos, não havia alojamento nas fazendas, o que obrigava as trabalhadoras e trabalhadores a se deslocarem diariamente de seus locais de origem, principalmente os da periferia de Vitória da

Conquista, em transportes precários que as vezes era um caminhão, ou um trator com uma caçamba no reboque onde homens, mulheres e crianças se amontoavam sem nenhum tipo de segurança. Segundo relato de trabalhadoras, inúmeros acidentes foram registrados em transportes nessas condições.

Teve muito acidente nessa época, caminhões viravam, matava gente, lá pra essa região de Barra do Choça, que é uma região muito acidentada, as estradas eram de terra ainda. Tinha gente aqui, que era transportado em trator” (Maria Otília, 53 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Apesar desse tipo de transporte ter sido bastante comum no início da cafeicultura no Planalto da Conquista, ainda é possível encontrar na região trabalhadoras e trabalhadores se deslocando para as roças de café nas mesmas condições de quase meio século atrás, como pode ser observado nas Figuras 16 e 17 a seguir.

**Figura 16: Transporte de trabalhadores em caçamba de trator no município de Planalto, 2010.**



Fonte: SOARES, 2011.

**Figura 17: Transporte de trabalhadores em Caminhão, município de Barra do Choça, 2010.**



Fonte: SOARES, 2011

As fazendas que contavam com alojamento, dispensavam os custos com transporte diário de trabalhadores. A estruturação dos alojamentos varia de acordo com a fazenda, mas costuma seguir o seguinte modelo. São cômodos, enfileirados, como em uma rua, com fogões de lenha dentro dos quartos, ou em um espaço separado, como uma cozinha coletiva. No lado oposto ficavam banheiros coletivos, separados por gênero. Não existiam camas, os trabalhadores dormiam em esteiras que o dono da propriedade disponibilizava.

Em depoimento, algumas trabalhadoras entrevistadas descrevem a situação dos alojamentos no ano de 1979 e 2010 e 2014, se a situação não é a mesma, poderia ser considerada ainda pior nos dias de hoje.

#### Sobre alojamento em 1979

Nós ficou num comodozão grande, eu botei a cama dos menino, arrumei as coisa de comida no outro canto. Assim tinha os quarto. Nesse tempo não tinha cama não. Eles levava um bocado de esteira e dava pra a gente. Era tipo uma rua, as mulher que ia sem marido e as famílias ficava de um lado e os homens do outro lado. Nos primeiros anos não tinha colchão, nem cama, depois que eles foi dando. Era um quarto e uma cozinhezinha com fogão. (Dona

Lina, 68 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

#### Sobre alojamento em 2010

Era horrível. Nem banheiro tinha pra a gente tomar banho, era um quarto, nem porta tinha, a gente escorava uma taboa pra tomar banho, era uma porqueira. Um chão vei. Não tinha beliche, nós forrava o colchão num piso de cimento. As panelas ficava em cima de uma tabinha. A cozinha era um trem vei tudo preto as parede, fumaçado. Ninguém cozinhava lá dentro [...] cozinhava era na porta, fazia o fogãozinho e cozinhava as comidas. (Erlane, 56 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

#### Sobre alojamento em 2014

Lá tinha cama, lugar onde colocar as panelas, fogão de lenha. Tinha água só de cisterna e era uma água ruim, quando puxava vinha só aquela lama. Pra cozinhar e beber, tinha que deixar assentar, tirava e esperava a terra assentar no fundo do balde pra tirar só aquela água de cima, pra não beber lama. E quando acabava também nós ficava no sofrimento, pra tomar o banho tinha que buscar em outra fazenda, do lado de lá, na cabeça ainda. [...] Fazia frio a noite, só esquentava por causa das coberta, mas era muito frio. (Franciele, 18 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

As figuras a seguir, mostram os alojamentos de uma fazenda em Inhobim por meios das quais é possível perceber as condições degradantes de trabalho e estadia nas fazendas de café.

**Figura 18: Vista panorâmica de alojamento em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016**



Fonte: Trabalho de campo Janeiro de 2016. Município de Vitória da Conquista.

**Figura 19: Interior do quarto em alojamento com cama e fogão de lenha em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016.**



Fonte: Trabalho de campo Janeiro de 2016. Município de Vitória da Conquista.



**Figura 20: Cozinha coletiva com fogões de lenha em fazenda de café em Inhobim, Vitória da Conquista, 2016**



Fonte: Trabalho de campo Janeiro de 2016. Município de Vitória da Conquista.

É importante frisar, que Vitória da Conquista, por estar localizada em uma área de Planalto, com altitude média de 900 metros, possui invernos bastante rigorosos, nos quais já se chegou a registrar a temperatura de 7° C<sup>34</sup>. Este período, coincide com a época da colheita, que tem início a partir do mês de abril e pode durar até outubro, dependendo da safra. Justamente a época onde se tem a maior variação de temperatura, expondo as trabalhadoras e trabalhadores adultos e as crianças, sem vestimentas adequadas e Equipamentos de Proteção Individual - EPI, às intempéries prejudicando sua integridade física e a saúde.

Na Figura 19, que mostra o interior do quarto, percebe-se no canto direito uma estrutura de alvenaria, que era o fogão a lenha utilizado pelos trabalhadores, que era colocado ali também na intenção de manter o cômodo aquecido, tendo ciência das baixas temperaturas no período da colheita. Com a intensificação da fiscalização pelo ministério do trabalho, proibiu-se que fogões fossem utilizados no interior dos alojamentos para garantir a segurança dos trabalhadores, obrigando a fazenda a disponibilizar uma cozinha coletiva fora do alojamento, como pode ser observado na figura 20.

<sup>34</sup> Informação de acordo com Rosalve Lucas Marcelino, geógrafo e professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em entrevista concedida em matéria da Revista Rede Bahia. Disponível em: <http://bahia/noticia/2015/08/clima-vitoria-da-conquista.html>.

Vale ressaltar que o alojamento dessas imagens, apesar de ser uma estrutura precária, pode ser considerado um dos mais bem estruturados de Vitória da Conquista. Tomando como base os depoimentos das trabalhadoras, percebe-se que o mínimo de infraestrutura não era disponibilizado aos trabalhadores que sofriam tanto no espaço de trabalho na colheita do café, como nos alojamentos em estado degradante, como mostra a fotografia a seguir tirada em 2010 em uma operação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no resgate de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão em Barra do Choça, principal município produtor de café do Planalto da Conquista<sup>35</sup>.

**Figura 21: Alojamento em fazenda de café em Barra do Choça, 2010**



Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/>

O trabalho manual da colheita (figura 22), requer muito esforço das trabalhadoras e trabalhadores, pois além exigir que fiquem em pé durante a maior parte do dia colhendo os frutos, quando o cafeeiro é alto, há a necessidade do uso de escadas, para alcançar os galhos mais distantes, o que não deixa de representar um risco. Existem relatos de trabalhadoras que se machucaram caindo da escada e de

---

<sup>35</sup> Matéria publicada de Guilherme Zoccio, publicada no site Repórter Brasil em 21 de Setembro de 2012, disponível em: < <http://reporterbrasil.org.br/2012/09/fraude-mantinha-trabalho-escravo-com-desvio-de-contribuicoes-trabalhistas-na-bahia/>>.

outras que mesmo grávidas, ainda trabalhavam nestas condições (figura 23). Havendo crianças, estes ficam responsáveis por apanhar os frutos da “saia”, que são as partes mais baixas do cafeeiro.

**Figura 22: Trabalhadoras na colheita manual de café. Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Mundo Verde, município de Vitória da Conquista-Bahia

**Figura 23: Trabalhadoras colhendo café. A direita, escada utilizada na colheita Inhobim, Vitória da Conquista, década de 1970**



Fonte: Arquivo da Fazenda Mundo Verde, município de Vitória da Conquista-Bahia

O trabalho em si, de colher o café, é lesivo no sentido de que é preciso levar a mão, entre as folhagens até o fundo do galho, envolvendo-o e puxando para retirar os frutos. Esse exercício realizado repetidas vezes feria a mão das trabalhadoras ao entrar em contato com os talos dos galhos, como afirma Dona Alva que diz ainda ter nas mãos as marcas do tempo em que trabalhou no café.

Até hoje eu tenho sinal de doença na minha mão de café. É preciso ficar usando um creme direto, senão escapela [...] Porque a galha do café, você tinha que levar a mão lá e puxar, aí aquele talo machucava. [...] Isso aqui quebrava que dava no sangue. (Mostrando as mãos). Uns trabalhava de luva, mas eu não sabia trabalhar de luva, trabalhava com a mão mesmo. (Grifo nosso) (Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Em todo processo produtivo do café há submissão das trabalhadoras e trabalhadores, às piores condições de trabalho, que aconteciam devido ao estado de precariedade da vida desses trabalhadores, quando o trabalho no café, por mais degradante que pudesse ser, aparecia para eles enquanto possibilidade de sobrevivência, tendo em vista que grande parte desses trabalhadores eram provenientes de zonas rurais de municípios vizinhos e das áreas mais pobres das cidades, como a periferia de Vitória da Conquista.

A maioria das trabalhadoras entrevistadas são provenientes do meio rural, mulheres que desde muito cedo tiveram suas infâncias marcadas pelo trabalho na agricultura, tendo poucos momentos de lembrança entre brincadeiras ou mesmo de estudo, quando conseguiam frequentar escola, isso se dava por um curto período, suficiente apenas para aprender assinar o nome. Filhas de pais geralmente analfabetos, a única posse que relatam possuir, era a terrinha onde trabalhavam em regime de subsistência até quando fosse possível. Quando se tornava inviável a manutenção da vida como camponês, a mobilidade em busca de outros espaços de trabalho se fazia imperativa. Em alguns casos, nem mesmo a posse da terra obtinham, vivendo em fazendas de terceiros como agregados em trocas de favores e trabalho não pago, expressando uma situação de vida ainda mais precária que dos primeiros.

Parte dos trabalhadores que se tornaram o proletariado do café eram de origem camponesa e já haviam experimentado a proletarização em determinados momentos

da vida, mas não da mesma forma que acontecia na cafeicultura. Trabalhavam em fazendas, prestavam um serviço aqui, outro ali, limpavam um terreno, trabalhavam um período em outra cidade, mas parte deles regressavam a sua terrinha ou permaneciam como agregados em terra de terceiros, sobrevivendo entre relações não capitalistas de trabalho e o assalariamento eventual.

Ao serem inseridos nesse novo ramo de atividade eminentemente capitalista entre idas e vindas até se desprenderem definitivamente da posse da terra e partirem rumo a vida na periferia de Vitória da Conquista, veem-se transformados em mercadoria, em mero fator de produção no mercado capitalista, no qual interessa que o valor de troca da força de seu trabalho (o salário) seja inferior ao seu valor de uso, isto é, que a força de trabalho possa produzir valores mais elevados que o custo de produção da mercadoria “força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977).

Neste sentido, o trabalhador e a trabalhadora, ao produzir, cria um poder que o submete indiscriminadamente ao regime de miséria. Regime necessário ao capital, que precisa garantir a infortúnio do trabalhador, como condição fundamental a manutenção do seu sistema de exploração do trabalho, pois somente em estado miserável, e alienado, ocorre a subordinação desse sujeito ao mercado e ao capitalista proprietário da fazenda.

Para Marx, o que ocorre é que:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e em extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em produção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p.80) (Itálicos no original).

Ou seja, ao trabalhar, quanto mais produz riqueza, contraditoriamente, o sujeito que trabalha torna-se mais pobre, mais infeliz, mais desrealizado, distante de sua natureza humana alienado do mundo e do real sentido do trabalho, tanto que “quanto mais estes pobres trabalham, mais eles descobrem que este mundo e que sua vida não podem lhe pertencer” (MENEZES, 2007, p. 81).

Um dos desdobramentos mais importantes dessa afirmação de como o trabalho na cafeicultura era degradante foi a greve realizada pelos ‘catadores de café’ no Planalto da Conquista no início da década 1980.

#### **2.4 - A greve do café**

As condições de trabalho e pagamento na cafeicultura eram tão precárias, que os trabalhadores e trabalhadoras, calejados de anos consecutivos de descontentamento com a exploração de sua força de trabalho sob condições degradantes se mobilizaram na chamada ‘greve do café’, realizada em 1980, que, segundo o STR, mobilizou 25 mil trabalhadores da região cafeeira do Planalto, sendo que desses, 14 mil eram do município de Vitória da Conquista e uniam os trabalhadores fixos das fazendas, os diaristas e os sazonais que faziam a colheita. A greve foi amplamente documentada pela imprensa local, chegando a ter repercussão nacional, envolvendo diretamente representantes do Estado no âmbito local e estadual, promovendo um amplo debate entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras (PEREIRA, 2001).

As reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras, se tratavam basicamente de: pagamento de adicional de insalubridade em serviços de pulverização; fornecimento, pelo fazendeiro, dos instrumentos de trabalho; criação de escolas nas fazendas e proteção ao trabalho do menor; condições dignas para pernoite em fazendas; transporte adequado para os trabalhadores se deslocarem para as fazendas, diária mínima de Cr\$ 220,00; pagamento de horas-extras enquanto se espera o pagamento de salários; pagamento de salário em caso de doença; respeito à diária estabelecida para os trabalhos realizados por empreitada ou regime de “produção”, entre outros (MEDEIROS, 2003).

Uma das questões reivindicadas especificamente pelas trabalhadoras, se tratava da igualdade salarial entre homens e mulheres, encampada pela União de Mulheres de Vitória da Conquista (UMVC) filiada à União Brasileira de Mulheres (UBM), organização que nasceu na periferia de Vitória da Conquista com vistas a lutar pelos direitos da mulher e pelas causas específicas das mulheres da periferia conquistense. De acordo com Maria Otília, presidente da União de Mulheres, a UMVC já vinha lutando junto às mulheres trabalhadoras do café que residiam na periferia conquistense na reivindicação por creches e escolas, nas quais pudessem deixar seus

filhos em segurança a fim de se deslocarem para o trabalho nas fazendas, evitando ter de leva-los consigo e expor as crianças aos perigos do cafezal, e a exploração do trabalho infantil.

Apesar dos abusos cometidos com relação à exploração do trabalho na manutenção das roças e na colheita do café, até culminar na greve, poucos casos foram registrados na justiça do trabalho. Nesse tipo de ocupação, as mulheres sofriam toda sorte de discriminações, desde salários muito inferiores aos masculinos, orientação para os trabalhos mais repetitivos e lesivos que apontamos anteriormente.

Como informa as pesquisas de Pereira, (2001) primeiro processo individual foi de uma trabalhadora do café, apresentado à Junta de Conciliação e Julgamento - Vitória da Conquista -JCJ-VC, foi registrado em 1974 que era a “Reclamação Trabalhista de uma “molhadora de café”<sup>36</sup> que, depois de um ano e onze meses de trabalho, foi demitida sem o pagamento de qualquer direito. O processo se concluiu com a conciliação entre as partes” (p. 55). Desse período, até o ano de 1982, dois anos após a greve do café, foram apresentadas 62 ações à JCJ-VC por homens, mulheres e crianças, empregadas no plantio, cuidado, colheita ou beneficiamento do café, o que é considerado muito pouco, frente à quantidade pessoas que estavam envolvidas nesse tipo de trabalho rural.

Algumas das reivindicações feitas durante a “greve do café” foram consideradas válidas, mas presume-se que a maioria dos fazendeiros tenham ignorado as decisões da justiça, pois as melhorias nas condições de trabalho demoraram a ser efetivadas e nem todas foram atendidas. A maior prova do descaso dos produtores de café com a força de trabalho é a recorrência de casos de resgate, MTE de trabalhadores e trabalhadoras em condições análogas à escravidão nas fazendas de café do Planalto da Conquista.

## **2.5 - O “desenvolvimento regional” e a mobilidade do trabalho.**

Todo este processo de transformação da realidade agrária do Planalto da Conquista e sobretudo do município de Vitória da Conquista promovida pelo Estado, que por meio das relações capitalistas perversamente transformou famílias camponesas outros trabalhadores e trabalhadoras rurais em força de trabalho móvel

---

<sup>36</sup> Mulheres contratadas com a função de molhar (irrigar) manualmente as mudas de café até estarem aptas ao plantio.

para o desenvolvimento da cafeicultura, é entendida por Singer (1998), como um vetor de ampliação das desigualdades espaciais.

Em sua concepção, os programas “desenvolvimento regional” reproduzem, nas novas áreas favorecidas, fenômenos de centralização espacial urbana, pois as novas atividades produtivas, geradas nestes projetos, tendem a se concentrar em um ou dois centros urbanos, direcionando para estes, os fluxos migratórios que em outros momentos tinham como destino as principais capitais nacionais. No entanto, a proposta que deveria servir para fixar trabalhadores em seus respectivos espaços, acaba por ocasionar o inverso, encontrando em seu seio uma contradição que promove a intensificação dos processos migratórios, como explica Singer (1998 p,40) a seguir.

A ironia na situação está no fato de que, deste modo, o “desenvolvimento regional”, que é originalmente concebido com o objetivo de reduzir as migrações internas, acaba por intensificá-las. Cada novo “pólo de desenvolvimento”, assim criado, encurta a distância percorrida pelos migrantes, que, em outras condições, acorriam aos centros nacionais, mas ao mesmo tempo, contribui para a concentração regional de atividades e, em consequência, para a multiplicação do número de migrantes

É neste sentido que a introdução da cafeicultura na região do Planalto influencia na mobilidade do trabalho, criando um contingente de força de trabalho para a produção agrícola, descartando-o posteriormente. Estes trabalhadores e trabalhadoras buscaram em Vitória da Conquista oportunidades de vender sua força de trabalho em troca da garantia da sua reprodução social a partir de trajetórias de vida e luta entre a cidade e o campo, que discutiremos no próximo capítulo.



### 3.0 - Teses e fontes para visibilizar a mobilidade do trabalho das mulheres na cafeicultura em Vitória da Conquista

#### 3.1 Teses sobre a mobilidade do trabalho

A mobilidade, enquanto deslocamento espacial, é parte fundamental da história da humanidade, dos primeiros hominídeos à sociedade mais desenvolvida, sendo transversal a todas as civilizações e modos de produção. A mobilidade espacial, com maior ou menor intensidade, constituiu condição indispensável não apenas para a manutenção da vida, como também para a sua reprodução social. No entanto, é no modo de produção capitalista, entendido como *sistema sóciometabólico do capital* que a mobilidade assume um papel central em relação aos homens e entre si e com a natureza, dirigidos pelas determinações deste sistema que inclui a circulação como uma das etapas fundamentais de seu processo produtivo. (MARX, 2010; GAUDEMAR, 1977; MÉSZÁROS, 2011; PERPÉTUA, 2012).

Intuitivamente, o conceito de mobilidade do trabalho pode se referir apenas à “deslocação espacial” de pessoas, seja em seu aspecto demográfico, com a quantificação dos fluxos de pessoas que se deslocam uma extensão da noção de espaço, seja o seus homólogos setoriais ou profissionais, em uma mobilidade entre diferentes setores produtivos, entretanto, com base na leitura de Gaudemar (1977), entendemos que se trata de uma questão mais profunda<sup>37</sup>.

O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista está baseado no movimento, que não se restringe aos seres humanos, pelo contrário, atinge tudo que está envolvido nas diferentes etapas do processo produtivo, desde os elementos materiais, como matérias-primas, mercadorias e dinheiro, até as imateriais, como informações, capitais entre outros, colocando-os em um ritmo cada vez mais intenso, nas palavras de Perpétua (2012, p. 65): “numa reciprocidade dialética na e da produção/reprodução de um espaço geográfico crescentemente mais integrado, polarizado, fragmentado e desigual”.

---

<sup>37</sup> Entre os autores que se dedicaram a uma análise da leitura marxista com o objetivo de um aprofundamento nos estudos a fim de não somente compreender a mobilidade enquanto fenômeno, mas as suas determinações mais profundas no modo capitalista de produção, baseado primordialmente na teoria do trabalho de Karl Marx, está o economista Francês Jean Paul de Gaudemar, que em sua obra Mobilidade do trabalho e acumulação do capital propõe o conceito de Mobilidade do trabalho que é o fundamento da nossa pesquisa.

Existem diferentes concepções teóricas dos estudos da mobilidade, sendo que na maioria dos trabalhos que abordam essa temática, (GAUDEMAR, 1977; PERPÉTUA, 2012; SAMPAIO, 2013; SILVA, 2003; SOUZA, 2013) apresentam basicamente dois eixos principais<sup>38</sup>. O primeiro está pautado nas análises de matriz clássica e neoclássica e o segundo se baseia na teoria marxista, a partir da leitura de Karl Marx<sup>39</sup>.

Autores que defendem a primeira matriz teórica, poderíamos destacar, de acordo com Gaudemar (1977) e Perpétua (2012) grandes referências da ciência econômica, como são: Adam Smith, David Ricardo, Marie Walras. Também formam parte desta corrente os teóricos da economia espacial neoclássica, como: Von Thünen, Walter Christaller, Alfred Weber e August Lösch.

De forma geral, nas análises destes autores, embora apresentem elucidações específicas sobre os deslocamentos espaciais do capital e dos trabalhadores<sup>40</sup>, suas apreciações convergem para a tendência do equilíbrio geral do sistema econômico, pressupondo a existência de uma mobilidade perfeita do trabalho. Essa corrente defende que os indivíduos são movidos por um comportamento racional, sendo considerados enquanto agentes que dispõem de autonomia e liberdade de decisão, podendo se deslocar entre diferentes espaços na busca de melhores condições materiais de vida e pela possibilidade de um salário ou renda mais elevados (Gomes, 2009).

De acordo com Perpétua (2012), nesta concepção, além de pressupor a “liberdade” de escolha do trabalhador ou trabalhadora, não são consideradas as desigualdades e a heterogeneidade do espaço geográfico, concebendo-o como um receptáculo que não opõe resistência às atuações dos agentes econômicos, sendo tratada como: “abstração puramente teórica denominada “espaço continente”, “absoluto” ou “planície isotrópica”” (p. 68). Abordagem que comparece na corrente de

---

<sup>38</sup> Alguns autores, ainda elencam outras matrizes como a Keneysiana, que de forma geral pode ser entendida como uma reformulação das concepções neoclássicas. Para essa leitura, consultar Perpétua, (2012). Além da existência de uma abordagem histórico cultural no âmbito da Geografia, consultar Sampaio, (2013).

<sup>39</sup> E outros autores que partilham de suas reflexões e análises como Gaudemar, (1977); Perpétua, (2013); Gomes (2009).

<sup>40</sup> Os autores que fundamentam nossa análise sobre a mobilidade do trabalho, usam os termos ‘trabalho’ e força de trabalho como termos genéricos, e mencionam a palavra ‘Trabalhador’ quando se referem aos sujeitos. Por se tratar de uma pesquisa de gênero, incluímos aqui sempre a linguagem inclusiva ‘trabalhadores e trabalhadoras’, por não entendermos que a classe trabalhadora pode ser homogeneizada sob um substantivo que invisibiliza a presença feminina nos processos de trabalho.

pensamento teórico-quantitativo da Geografia, a partir, como exposto, de pressupostos dos economistas clássicos (PERPETUA, 2012).

Conforme aponta Gaudemar (1977), um dos principais autores, que desenvolveu teorias sobre as quais se basearam grande parte dos estudos neoclássicos de economia espacial e economia política contemporâneos, foi o economista francês Marie Éspirit Léon Walras. Sobre este autor, Gaudemar tece críticas por sua leitura de caráter burguês, que na busca pela explicação da origem do valor, rejeita a teoria do valor-trabalho por considerá-la “completamente vazia” (1977, p. 106). Já que se apoia na origem do valor encontrada no princípio da raridade e na livre concorrência, entendidos como mecanismos reguladores, sob os quais o capital e o trabalho, como qualquer outra mercadoria, são submetidos ao mercado, distribuindo-se numa tendência de proporcionalidade ótima. Para Marie Walras, a livre mobilidade do trabalho é uma das condições para um “ótimo econômico”, sendo necessário suprimir tudo que a entrava, a fim de garantir o máximo da utilidade da mão de obra e a otimização da economia.

De acordo com os eixos teóricos tradicionais, existiria uma “mobilidade perfeita” que seguiria a mesma tendência da circulação das mercadorias pelo espaço, entendendo a mobilidade do trabalho como uma das questões fundamentais para o ajustamento do mercado de trabalho, visando “o equilíbrio das forças de mercado num determinado nível de salários” (GOMES, 2009, p. 39). Neste sentido, as leis de mercado determinam o salário, ou seja, o preço pago pela força de trabalho, seu valor de troca, que no caso, é entendido como mero fator de produção (Gaudemar, 1977)

Na teoria Walrasiana, de acordo com Gomes (2009), o desemprego é apenas *transitório*, porque no mesmo sentido em que os salários podem ser ajustáveis frente as condições de produção, a oferta de trabalho segue sob a mesma orientação, sendo que o equilíbrio é proporcionado quando os trabalhadores e trabalhadoras têm a possibilidade de se venderem pela melhor oferta no mercado. Frente ao surgimento do desemprego, os neoclássicos relegam esta dificuldade ao comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras e ao Estado, e/ou à existência de monopólios. Com relação a esse comportamento o autor explica que na visão neoclássica:

No caso do comportamento dos trabalhadores, as razões desdobram-se em duas basicamente: *os indivíduos preferem o desemprego* ao não aceitarem o nível de salários vigente (por razões, por exemplo, de um maior grau de sindicalização) ou por estarem migrando de um mercado de trabalho para outro. (Gomes, 2009, p.38) (Grifo nosso).

Sobre a distribuição dos fatores e agentes econômicos no espaço, as correntes tradicionais de VonThunen, Weber e Losch, evidenciam que as empresas são os agentes ativos da mobilidade, pois são elas, que na busca por ambientes geográficos favoráveis, rompem as barreiras espaciais, deixando aos trabalhadores e trabalhadoras o papel de coadjuvantes no crescimento econômico. Enquanto nas teorias neoclássicas contemporâneas da localização, nas quais se assume o caráter imperfeito da mobilidade, entende-se que são os diferentes níveis salariais oferecidos entre os espaços, junto as subjetividades das decisões individuais dos trabalhadores e trabalhadoras, que resultam na sua mobilidade (Gaudemar, 1977).

É importante destacar que essas teorias baseadas na capacidade individual de decisão dos sujeitos, no que tange a localização e ao deslocamento, a nosso ver, não dão conta de explicar o sentido da mobilidade do trabalho no modo de produção capitalista. Por isso, é necessário recorrer à outras concepções que nos permitam apreender concretamente a aparência do fenômeno. As condições objetivas da mobilidade do trabalho são relações desiguais e contraditórias. Nesse contexto os deslocamentos espaciais resultam mais da submissão a um tipo de controle social do que um exercício de liberdade. Além do mais, nessas teorias, conforme lembra Perpétua (2012), o espaço entendido como a base material para os deslocamentos no qual se projetam essas ações, não é entendido enquanto um produto e processo social, mas: “dado ‘naturalmente’, inerte, isto é, conformado pelas forças mercantis, sendo apenas o receptor dessas decisões individuais” (BRANDÃO, 2007 apud PERPÉTUA, 2012).

Defendemos, com base nas críticas à abordagem clássica e neoclássica da mobilidade do trabalho que, por não levar em consideração aspectos subjetivos da relação dialética que há entre a mobilidade do trabalho e o desenvolvimento capitalista, a apologia acrítica do sistema do capital, com suas formulações que destoam da realidade, não foi capaz de prever a eclosão de uma crise que revelaria o desemprego como o problema estrutural mais ameaçador do sistema capitalista. Portanto, impossível de ser resolvido com medidas superficiais como os

deslocamentos de força de trabalho em movimento espacial e social, ou capitais.

Se, de fato, houvesse a possibilidade de um equilíbrio entre a força de trabalho, o capital e o Estado baseada na sua distribuição no espaço, de que forma se explicariam as desigualdades espaciais? E se os trabalhadores e trabalhadoras tivessem liberdade real, e não apenas formal, de escolha entre lugares e melhores salários, como se explicaria a conjuntura da cafeicultura no Planalto de Conquista na década de 1970 e na atualidade? Nesse processo, como apresentamos nesta pesquisa, trabalhadores e trabalhadoras, adultos e crianças, têm se submetido a situações de trabalho análogas à escravidão, para garantir sua sobrevivência. Se pensamos no cotidiano laboral e seus desdobramentos para a vida dentro e fora do trabalho, das mulheres e homens produtores da riqueza na cafeicultura em Vitória da Conquista, uma afirmação do tipo “*os indivíduos preferem o desemprego*” lançada irresponsável e desonestamente por estas leituras, mostra ideologicamente sua perversidade e teoricamente seus limites interpretativos. Sobretudo, na atualidade da crise do capital e do avanço do desemprego estrutural, agravados pelo advento da reestruturação produtiva, que tem tornado o trabalho abstrato, e não a privação dele, cada vez mais *transitório* (MÉSZÁROS, 2009).

O conjunto de reflexões que compõem o que definimos anteriormente como o segundo eixo teórico, está alicerçado sobre a teoria marxista do trabalho e tem, nesta categoria, sua base. Construída a partir de formulações diametralmente opostas a corrente anterior, fundamenta-se em uma concepção teórico metodológica fundada no método do materialismo histórico dialético, que possibilita a interpretação da realidade sem a cisão entre sujeito e objeto realizada pelo positivismo, encarando a realidade sem se desvencilhar das contradições e antagonismos, pelo contrário, entendendo-os como dialética inerente aos fenômenos sociais no modo de produção capitalista.

A mobilidade no sistema do capital, não aparece apenas como decorrência do desenvolvimento de seus processos de produção e reprodução. Em lugar disso, ela foi condição *sine qua non* para a sua formação. A mobilidade do trabalho é parte fundante das engrenagens que movimentam a reprodução do capital em diferentes tempos históricos, propondo, o que nenhum outro sistema metabólico de reprodução havia desempenhado até então: a “liberdade”<sup>41</sup> dos trabalhadores e trabalhadoras.

---

<sup>41</sup> A palavra liberdade entre aspas, vem da leitura de Gaudemar (1977) que a utiliza assim por considerar que a liberdade do trabalhador no sistema capitalista de produção não é uma liberdade real,

A emergência do capitalismo como forma histórica de realização do capital, foi capaz de criar, nos principais teóricos da economia política clássica como David Ricardo e Adam Smith, uma falsa impressão de que os trabalhadores e trabalhadoras, poderiam, pela primeira vez na história dos sucessivos sistemas de controle sociometabólico, estarem livres das amarras que os prendiam ao trabalho (GOMES, 2009). Já que feita a transição dolorosa e sangrenta entre os modos de produção, não existiria mais nenhuma instituição que impusesse a propriedade sobre os indivíduos, como no modo de produção escravista, ou mesmo que o obrigasse a manter relações servis como as que caracterizavam o sistema feudal. Além disso, não estavam mais presos à propriedade de um dono, nem ligados a terra do seu senhor, pois o que diferenciou o modo de produção capitalista destes outros, a princípio foi a garantia da “liberdade” para os indivíduos, da concessão aos trabalhadores e trabalhadoras de um caráter móvel (GAUDEMAR, 1977). No entanto, o que se apregoava em favor dos trabalhadores e trabalhadoras no modo capitalista de produção não deixava claro qual a dimensão dessa “liberdade” oferecida. De fato, neste sistema de controle sociometabólico os trabalhadores e trabalhadoras se viram livres do feudo e do seu senhor, mas ao mesmo tempo se veria preso em um sistema de determinações econômicas, uma “gaiola de ferro, da qual nenhuma escapatória pode ou deve ser contemplada” (MÉSZÁROS, 2009; p. 13).

Sobre o processo de transição entre os modos de produção Marx (2013, p. 765), descreve como a violência foi parteira das relações de produção capitalistas:

a população rural, violentamente desapropriada de suas terras, expulsa e transformada em vagabundos, foi chicoteada, marcada a ferro e torturada, por meio de leis grotescas e terroristas, até submeter-se à disciplina necessária para o sistema do trabalho assalariado.

Neste sentido, Marx se debruçou sobre essa questão, a fim romper com qualquer ilusão aparente, ao buscar o real sentido dessa “liberdade” que Gaudemar chama de “liberdade de dois gumes”, que representa ao mesmo tempo o lado positivo e negativo do seu livre arbítrio. Entendamos por que.

---

sendo apenas relativa dentro das condições necessárias à reprodução capitalista. Explicamos essa relação, a seguir.

### 3.1.1. Teoria marxista da Mobilidade do Trabalho

O primeiro pressuposto da pretensa liberdade, é a separação dos homens e mulheres, da sua capacidade produtiva, denominada por Marx de “força de trabalho”. Por ser uma propriedade humana de transformar dinheiro em capital, produzindo um valor maior que seu próprio custo de produção, a força de trabalho enquanto valor de uso, foi transformada em mercadoria e separada do homem, ganhando um valor de troca e possibilitando a sua comparabilidade, como coloca Gaudemar (1977, p.195): “determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda economia mercantil.

De acordo com este autor, essa é uma “liberdade” que é positiva no sentido de que o sujeito que trabalha é detentor da força de trabalho. Esta é a única força ontologicamente capaz de produzir riqueza, que tendo sido transformada em mercadoria pelo capital, assume papel vital para esse sistema de reprodução sociometabólico. Em contrapartida, para este sujeito, “livre”, não existe outra hipótese, já que não possui nenhuma outra forma de sobrevivência, ou seja, não há alternativa de manutenção da vida a não ser que ele venda a sua força de trabalho: “A liberdade de trabalho encontra-se totalmente definida nesta dupla determinação: o trabalhador dispõe livremente da sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender” (GAUDEMAR, 1977 p. 190). Sendo assim, o que se verifica na prática é que a “liberdade” dos trabalhadores e trabalhadoras lhes oferece duas alternativas: ou eles vendem sua força de trabalho se submetendo ao capital, ou morrem. Neste sentido, o mesmo autor acrescenta:

No seu aspecto positivo, a “liberdade” conduz à possibilidade do trabalhador escolher seu trabalho e o lugar onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz, às exigências do capital e (...). Em ambos os casos a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos, que impostos (Ibidem).

Parece bastante contraditório, em termos formais, se pensar na liberdade dos trabalhadores e trabalhadoras ou de qualquer outro sujeito em um sistema de reprodução sociometabólico tão controlador como o do capital, que submete toda e qualquer estrutura aos seus mandos. Para Mészáros (2009, p. 96), como “uma forma

incontrolável de controle sociometabólico”, não consegue admitir, nenhuma outra maneira de controle que pretenda impedir ou frear momentaneamente sua expansão e reprodução, senão a sua própria. Ao invés disso, é ele que se impõe, rendendo qualquer sujeito que se oponha às suas imposições, desde os “mais poderosos monopólios, ou os mais ricos dos empresários, do mais pobre dos trabalhadores assalariados ou desempregados, ao mais autônomo do camponês à necessidade de mostrar seu potencial produtivo” (MENEZES 2007, p. 23).

Neste sentido, segundo Mézàros (2009 p. 96).

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades no seu “microcosmo”, até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos.

Como um “rolo compressor” tomando tudo que encontra pela frente, o sistema do capital foi capaz de alterar, historicamente, a própria ontologia humana, por meio da submissão do único mediador capaz de promover uma relação entre o homem e a natureza. Desta forma o trabalho entrou em uma relação irreconciliável com o capital e a produção de valores de uso foi subsumida pela necessidade do lucro na produção de valores de troca. De acordo com Perpétua (2013) a força de trabalho, como fonte de toda riqueza, foi emoldurada aos padrões do modo de produção capitalista, se tornando parte constitutiva do próprio capital. Ao ser lançada no mercado, junto com o ser humano que a possui, são diminuídos a um simples “fator de produção”, a exemplo das máquinas e das matérias-primas passando a ser usada para a realização do lucro, ao passo que tende a desrealizar e infelicitar o trabalhador e a trabalhadora no processo de exploração do seu trabalho.

Enquanto mercadoria, a “força de trabalho”, assim como outros valores de troca, precisam ser postos em movimento, já que o capitalismo inclui a distribuição como uma das principais etapas do processo produtivo, apontando para a sua mobilidade no intuito de ser consumida. De acordo com Marx, se faz no seguintes termos:



Antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas)” (MARX, 2011, p. 51).

Tendo a força de trabalho se tornado móvel e se colocado no mercado em movimento, a dimensão espacial da mobilidade do trabalho não acontece de forma natural, antes, é produto dos desígnios do capital. De acordo com Gomes (2009, p.41), o capital possui a capacidade de “mover trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado, ou de abastecer-lo onde necessário”. Esse poder de atração acontece não só porque ele pode oferecer oportunidades de emprego para trabalhadores e trabalhadoras que necessitam vender sua força de trabalho. Mas também, porque como parte do seu metabolismo societal, para garantia da sua reprodução ampliada, ele promove, de formas perversas, estratégias que garantam a separação do trabalhadores e trabalhadoras dos meios de produção. Age assim, para que eles estejam, cada vez mais, dependentes do mercado de trabalho e conseqüentemente, cada vez mais dispostos a se submeterem a condições desumanas de exploração de sua capacidade produtiva. Como aponta Perpétua (2013):

o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas leva a intensificação da mobilidade da força de trabalho, haja vista que o trabalhador se torna cada vez mais dependente do mercado para a sua reprodução, estando por isso gradativamente mais sujeito aos seus imperativos, posto que seus laços com qualquer outra forma de reprodução sociometabólica (em que haja ligação entre o produtor e os meios de produção, como, por exemplo, na economia de subsistência) tendem a ser cortados (p. 98).

Como mencionamos anteriormente, na territorialização da cafeicultura na região do Planalto da Conquista, a lógica destrutiva do capital se encarregou de agir duplamente em benefício próprio, sem nenhuma consideração pelo modo de vida e reprodução dessa população. Em vez disso, promoveu a expulsão de famílias camponesas e de outros trabalhadores e trabalhadoras rurais, tornando-os “livres” da

terra (seu principal meio de produção e reprodução) transformando-os em homens e mulheres despossuídos, aptos para se tornarem o proletariado necessário à cafeicultura, que passam a depender dessa atividade para garantir a sobrevivência.

Gaudemar (1977) chama a atenção para a existência de dois tipos diferentes de força de trabalho: as *formas circulantes da mobilidade do trabalho*, as já existentes (neste caso, os trabalhadores e trabalhadoras que viviam nos bairros da periferia de Vitória da Conquista com vidas marcadas pela mobilidade) e as *formas produtivas da mobilidade do trabalho*, aquelas que são criadas nesse processo (a população do campo que foi proletarizada). Assim, a mobilidade da força de trabalho é direcionada pela mobilidade do capital, que tem, a possibilidade de contar com a disposição de força de trabalho em mercados cada vez mais distantes<sup>42</sup>. Para este autor:

a mobilidade do trabalho se converte, portanto, no conceito que permite a reprodução ampliada livre de qualquer coação,- demográfica, ou proveniente da rigidez do mercado de trabalho – exógena a seu próprio desenvolvimento. (GAUDEMAR, 1979, p. 222).

A mobilidade do trabalho se torna um fenômeno criado e direcionado para atender às necessidades do aumento da acumulação e concentração do capital a partir do deslocamento espacial dos trabalhadores e trabalhadoras, a fim de que o capital possa explorar sua força de trabalho. Entendemos que, muito diferente de ser expressão de uma liberdade, como pretendem os postulados clássicos e neoclássicos, o real sentido da mobilidade do trabalho, no contexto do sistema sociometabólico do capital, é o controle social, e a submissão dos corpos dos homens e mulheres aos desígnios desse sistema, à novas formas de escravidão e precarização do trabalho e como extensão, da vida e da reprodução social dos trabalhadores e trabalhadoras. Assim, a liberdade destes sujeitos, neste modo de produção, só pode ser entendida enquanto liberdade relativa nos limites das exigências da valorização do capital.

A mobilidade do trabalho se torna uma qualidade que permite o uso capitalista da docilidade do corpos de homens e mulheres nas diversas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção requeridos para a máxima produção de valor.

---

<sup>42</sup> No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas não encontra nenhum entrave, visto que diante da tecnologia dos meios de transporte é possível potencializar sua mobilidade a baixos custos.

Este processo acontece pela extensão da jornada de trabalho, na extração da mais valia absoluta, ou pela sua forma relativa, no aumento da intensidade do ritmo de produção a partir da implementação de inovações tecnológicas que garantem maior produtividade sem o aumento das horas de trabalho (SOUZA, 2013) .

Seguindo a tese de Gaudemar (1977), a mobilidade não se restringe ao deslocamento espacial de trabalhadores e trabalhadoras, ela é entendida como um processo no qual homens e mulheres se tornam disponíveis para os capitalistas, fornecendo sua força de trabalho, que se dá pela sua própria necessidade, ou ainda, pela miséria dos trabalhadores e trabalhadoras.

Marx (2013, p.889)

A grande beleza da produção capitalista reside não só em reproduzir constantemente o assalariado como assalariado, mas também produzir uma superpopulação relativa de assalariados, isto é em relação à acumulação de capital.

A criação de uma superpopulação em situação de desemprego ou subemprego, funciona como uma arma que permite ao capital lutar contra a “tendência decrescente da taxa de lucro” por meio de maiores pressões sobre o trabalho, “permitindo a economia de capital variável e de capital constante e o crescimento da taxa de lucro e da taxa anual de mais-valia” (PERPÉTUA, 2013, p. 100).

A produção de uma superpopulação de trabalhadores e trabalhadoras “supérfluos” a partir do próprio desenvolvimento do capital e suas forças produtivas que possibilitam maior aproveitamento das unidades de produção do capital, também pela via da inserção de inovações técnicas, funcionam como poupadoras de força de trabalho, colocando milhares de trabalhadoras e trabalhadores às margens do processo produtivo, implicando, a cada dia mais, na submissão desses sujeitos, que tendem a se tornar ainda mais dóceis frente a este sistema, se submetendo à condições brutais de exploração e se deslocando para onde quer que ele os queira. (MENEZES, 2007).

É de grande importância destacar, que, de acordo com Perpétua (2013), no caso de países de economia periférica como o Brasil, marcado pela produção desigual do espaço geográfico, “que se expressa na forma de diferentes níveis de crescimento econômico, emprego, renda, enfim, de “oportunidades” entre suas frações (cidades,

regiões, países)” (p.101), a mobilidade do trabalho está em uma ligação umbilical com a mobilidade do capital, colocando as migrações, contraditoriamente, ao passo que é o momento do subjuço dos trabalhadores e trabalhadoras aos ditames do capital, também lhes aparece como possibilidade melhorar suas condições materiais de vida, ou mesmo única escapatória para não perecer, expressando umas das faces obscuras dos mecanismos da acumulação capitalista.

O que queremos afirmar é que não parte da vontade trabalhador a decisão de migrar, e para onde ir, a sua liberdade e vontade estarão sempre subjugadas à lógica do mercado e as determinações econômicas que guiarão os trabalhadores para o lugar no espaço onde o capital necessita que eles estejam, para a segurança da sua reprodução e a maximização dos lucros. Dessa forma, a mobilidade do trabalho é um produto da mobilidade do capital que se ajusta espacialmente, buscando extrair de todas as partes do globo terrestre suas potencialidades locacionais que possibilitem reproduzir capital de forma ampliada (melhor localização, condições climáticas, disponibilidade de matérias primas). Foi este processo que ocorreu com a cafeicultura no Planalto da Conquista, no qual suas características naturais (geográficas e climáticas) foram consideradas propícias ao desenvolvimento da monocultura do café, fazendo com que, como apontamos anteriormente, fluxos de capital fossem deslocados para esta região. Ao promover a expropriação camponesa, liberando-os da posse de sua terra os tornou moveis e disponíveis para se tornar proletários nas fazendas de café, e atraindo outros mais, de diferentes municípios do entorno para exploração da sua força de trabalho.

Neste sentido, a mobilidade do trabalho também se apresenta como precarização do trabalho, pois se expressa enquanto forma qualitativa que consente que o capitalista use a capacidade física e intelectual dos trabalhadores e trabalhadoras, em qualquer parte do mundo, sob condições e ritmos de produção agenciados para que a produção de valor encontre seu ponto máximo.

Além do capital e do trabalho, outro agente se torna indispensável na compreensão da mobilidade do trabalho. O Estado, que é parte constitutiva do processo do sistema sociometabólico do capital. Essa entidade representa a estrutura totalizadora de controle político do capital, tornando-se condição indispensável para a sua articulação e fundamentalmente importante na criação das desigualdades espaciais que servem de orientação para os fluxos de trabalhadores moveis na busca por oportunidades de trabalho.

Os fundamentos teóricos da mobilidade espacial do trabalho, permitem-nos apreender os processos que ocorreram na região do Planalto da Conquista, a partir da instalação da cafeicultura neste espaço. Como apresentamos no capítulo anterior a ação do Estado, por intermédio Plano Nacional de Renovação e Revigoração dos Cafezais – (PRRC), direcionou capitais e investimentos para a criação da agroindústria do café, transformando a estrutura fundiária; as relações de trabalho e a dinâmica econômica e organização social da região. Na perspectiva do trabalho, essas mudanças tiveram rebatimentos nas vidas de mulheres e homens, obrigados a construir suas trajetórias pessoais em função das determinações do capital cafeeiro, atreladas ao planejamento do Estado.

Todavia, uma das preocupações permanentes da nossa pesquisa foi a de revelar, a partir da procura de informações e dados censitários, concomitantemente com a pesquisa de campo, a expressão concreta desses processos. Especificamente, informações sobre o período de desenvolvimento da monocultura no espaço agrário do Planalto da Conquista que teve rebatimento na configuração urbana de Vitória da Conquista, por meio da relação campo-cidade mediada pela chegada do capital cafeeiro e a produção de mão de obra para essa nova atividade, em outras palavras, pela mobilidade do trabalho. Esse caminho de pesquisa é o que apresentamos na sequência.

### **3.2 - Números e fluxos em Vitoria da Conquista: na procura de registros oficiais sobre mobilidade do trabalho**

A mobilidade do trabalho, foi condição e resultado da implantação da cafeicultura no Centro Sul baiano e diversos autores<sup>43</sup> apontam para a ideia de que o processo de mobilidade do trabalho promovido pela dinâmica do café a partir de 1970 na região, foi fundamental no processo de expansão urbana conquistense registrado a partir deste período. Os trabalhos fazem menção sobre essa tese, no entanto, não apresentam dados que possam atestar tal processo. Não pela inveracidade da questão, mas pela dificuldade de acesso aos dados, isso quando existem dados.

O esforço, na busca por dados, é o de fundamentar nossa tese de que essa expansão urbana, marcada sobretudo pelo crescimento periférico, é produto de uma

---

<sup>43</sup> Souza, (2008); Medeiros (2003); Santos, (2013); Almeida, (2004); Ferraz (2001) entre outros.

dinâmica urbana que tem estreita relação com a mobilidade do trabalho que foi, ao mesmo tempo condição e produto da instalação da cafeicultura no Planalto da Conquista.

Existe uma deficiência com relação aos dados da dinâmica demográfica da cidade no que se refere ao crescimento por migração. Sendo impossível quantificar, por exemplo, quantas pessoas chegaram em Vitória da Conquista na década de 1970 e sucessivas. A única informação que conseguimos acessar, é de a partir de 1991, quando a variável “migração” aparece nos dados do Censo Demográfico do IBGE para Vitória da Conquista. No entanto os números que tivemos acesso não são absolutos, por se tratarem da generalização dos dados obtidos a partir dos questionários de amostra<sup>44</sup> do Censo Demográfico. Esses dados, publicados em volumes temáticos pela SEI informam que em 1991<sup>45</sup> haviam em Vitória da Conquista cerca de 77.462 habitantes não naturais, ou seja, 34,41% da população era oriunda de outros municípios. Essas informações não existem no período anterior à 1991 e também não discriminam a população entre rural e urbana, o que representa um problema para esta pesquisa, visto que partimos da ideia de que parte do aumento populacional desta cidade, como apresentamos anteriormente, é originária do campo do próprio município.

Outro problema encontrado foi a inexistência de dados de natalidade e mortalidade<sup>46</sup>, que permitiriam calcular o crescimento natural e vegetativo, que analisado juntamente com os dados de população total permitiriam encontrar o percentual de migrantes por década.

A inexistência, ou imprecisão dos dados, nesta pesquisa de forma alguma é tomada como parâmetro para afirmar ou inferir que o processo, que temos afirmado até agora, não existe. Pelo contrário, tem nos incentivado a buscar evidências em outras fontes para colocar luz sobre a nossa tese, de que a produção da periferia de Vitória da Conquista tem uma forte relação com a mobilidade do trabalho promovida pela chegada e expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista.

---

<sup>44</sup> Os questionários de amostra do Censo Demográfico do IBGE coletam informações em apenas 5% dos domicílios de cada Setor Censitário. A generalização dos números foi realizada pela SEI, por meio de cálculo específico.

<sup>45</sup> Os dados de 1991 se referem aos processos ocorridos na década de 1980. De 1981 a 1991.

<sup>46</sup> A procura dessas informações foi realizada na base do Sidra do IBGE, pessoalmente no escritório Municipal do IBGE em Vitória da Conquista e nos Censos demográficos das décadas anteriores a 1990, não estão disponibilizados online. Também consultamos, sem êxito, a base de dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, Bahia).

As entrevistas com trabalhadoras do café residentes na periferia desta cidade, são fontes ricas e vivas que atestam essa dinâmica espacial. Além dos processos históricos desvelados pelas fontes orais, as análises realizadas por outros pesquisadores como Medeiros (2002), Souza (2008), Santos (2013), Alves e Almeida (2014), entre outros que tem convergido para afirmar nossa proposição.

Os dados dos Censos Agropecuários (1970 - 2006) também nos ajudam a compreender a dinâmica agrária que ocorre a partir da chegada da cafeicultura. Como mostramos nos capítulos anteriores, o processo de expansão da monocultura de café criou um enorme contingente de força de trabalho. Muitos dos trabalhadores e trabalhadoras do café, construíram suas trajetórias errantes de seus locais de origem até as fazendas de café. Muitos deles acabaram por se estabelecer em Vitória da Conquista, gerando a partir de 1970 um aumento populacional urbano sem precedentes e criando uma grande demanda por habitação, como analisaremos no próximo capítulo.

Fluxos de trabalhadores e trabalhadoras em busca de salários e diárias na monocultura do café em expansão, procuravam, neste período se fixar no espaço urbano de Vitória da Conquista. Segundo Almeida, (2005) a demanda por moradia das famílias trabalhadoras migrantes no Planalto recaía principalmente sobre esta cidade.

O Planalto da Conquista já conhecia a produção de café, no entanto, acontecia sob os parâmetros da pequena agricultura. Somente a partir de 1970 é que a região começa a produzir esse grão com as especificidades exigidas pelo mercado, com a assistência técnica do IBC, e outros órgãos governamentais, a partir do PRRC. Como apresentamos anteriormente, a este programa coube implementar e estimular a produção racionalizada do café em todo território nacional, criando um polo cafeeiro que fosse capaz de produzir uma média bienal de 28 a 30 milhões de sacas de café, atendendo tanto às demandas externas quanto internas (SANTOS, 2014). As novas diretrizes incluíam o cultivo de espécies específicas de café Arábica (tipos Catuaí e o Mundo Novo) que apresentam maior qualidade que o café Robusta (tipo Conilon), cultivado anteriormente na região. Todavia, o café Arábica necessita de mais cuidados e técnicas específicas de manejo, além da exigência pelo clima ameno e altitude elevada, em oposição ao Robusta. Este, apesar de produzir quase o dobro por cafeeiro, é uma espécie rústica que pode ser mantida e tratada sem muito cuidado no campo, mas também possui qualidade inferior (DUTRA NETO et al, 2013).

A expansão da lavoura cafeeira no Planalto de Conquista e, particularmente, no município de Vitória da Conquista, mostrada nas Tabelas 04 e 05, se constata pelo incremento dos pés de café. Os dados das variáveis “cafeeiros em idade produtiva”, de “pés novos” e “área destinada à cafeicultura” nos ajudam a estimar o volume da demanda por força de trabalho atrelado ao vertiginoso crescimento da quantidade de pés de café, segundo os Censos de 1970, 1975 e 1980.

**Tabela 04: Expansão da cafeicultura por variáveis selecionadas - Microrregião do Planalto da Conquista (1970-2006)<sup>47</sup>**

Ano	Pés em idade produtiva	Pés novos	Total de pés existentes	Área destinada (ha)
1970	754	1 037	1 791	2
1975	1 757 600	2 159 370	3 916 970	1 224
1980	9 545 747	2 659 690	12 205 437	6 628
1985	–	–	10 971 883	5 751
1995-96	11 283 000	4 053 000	15 336 000	6 902
2006	–	1 665 000	12 218 000	5 399

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 – 2006.  
Organização da Autora

**Tabela 05: Expansão da cafeicultura por variáveis selecionadas - Município de Vitória da Conquista (1970-2006)**

Ano	Pés em idade produtiva	Pés novos	Total de pés existentes	Área destinada (ha)
1970	2 789 334	284 255	3 200 815	2868
1975	4 979 500	5 611 170	10 590 670	3819
1980	31 190 470	9 264 927	40 455 397	21157
1985	–	–	39 798 979	23243
1995-96	43 548 000	8 290 000	51 838 000	34827
2006	–	2 695 000	49 148 000	23072

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 – 2006.  
Organização da Autora

<sup>47</sup> Optamos por usar os dados referentes à microrregião e de Vitória da Conquista, tendo em vista que: a) se utilizarmos apenas os dados do município de Vitória da Conquista, perdemos noção da amplitude da expansão cafeeira da região, já que ele ocupa o segundo lugar no ranking da produção do Planalto depois de Barra do Choça e; b) entre todos os municípios produtores, a cidade com maior infraestrutura urbana e aporte de serviços da época era Vitória da Conquista, sendo que foram reforçados a partir da implantação da cafeicultura.



Na microrregião do Planalto, o maior aumento na quantidade de cafeeiros existentes, ocorreu entre 1975 e 1980. Em um intervalo de 5 anos, há um incremento de 29.864.727 novos pés de café, em uma área que aumentou de 3.819 para 21.157 hectares, registrando uma expansão de 17.338 hectares. Do total do acréscimo pés de café existentes no Planalto neste período, 27% estavam no município de Vitória da Conquista, foi um incremento de 8.288.467 novos cafeeiros. Neste período, a área cultivada foi expandida em 5.404 hectares, no momento de maior difusão da cafeicultura conquistense e, conseqüentemente, de expropriação e expulsão de grande parte da população do campo. O que permite novamente estimar a existência de um importante fluxo de famílias de trabalhadores e camponeses desterrados para a cidade de Vitória da Conquista.

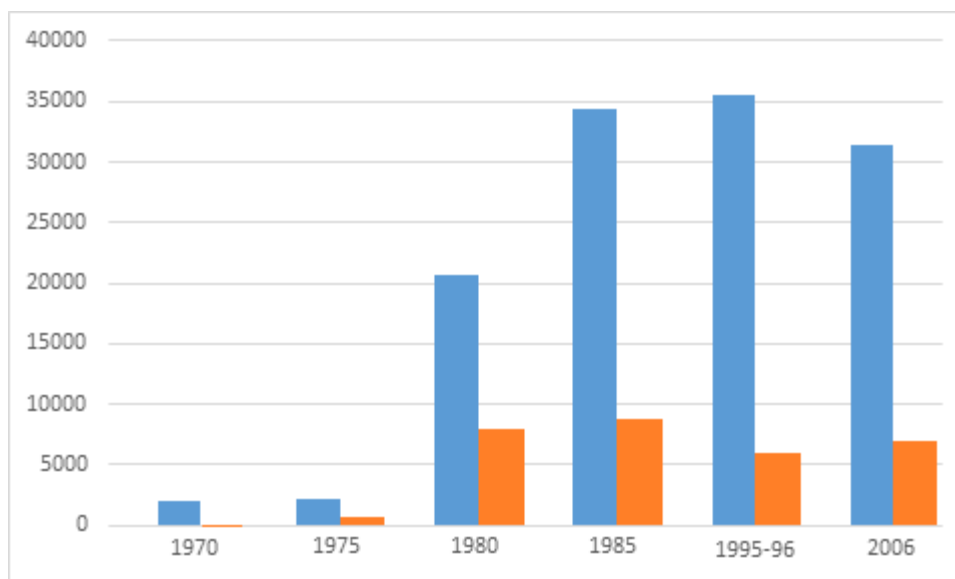
É importante observar que o período do final da década de 1980 é marcado por uma crise mundial do café, na qual os preços de mercado caíram catastróficamente, deixando os países que produziam para exportação imersos em uma difícil situação econômica. Como consequência, o Governo Brasileiro retirou o crédito que vinha concedendo, fazendo com que muitos produtores se afogassem em dívidas. Nessa época, por meio da lei Nº 8.029, de 12.04.1990, decretou-se a extinção do IBC. No entanto, no Planalto da Conquista os grandes produtores já capitalizados pelo período das bonanças da cafeicultura, tiveram condições de manter seus estabelecimentos e ainda adquirir as terras dos pequenos e médios proprietários endividados. Fato que permitiu a manutenção da cafeicultura na região e agravou os problemas sociais (MEDEIROS, 2015).

A década de 1980, embora no contexto geral represente ainda um momento de expansão da lavoura cafeeira no Planalto, em Vitória da Conquista há uma descontinuidade neste processo. Os dados de 1985 apresentam uma diminuição de mais de um milhão (1.231.554) de cafeeiros, em relação a 1980, e uma diminuição da área equivalente a 877 hectares. Em contrapartida, apesar do arrefecimento relacionado à área ao número de pés de café, observa-se, segundo os dados de produção de café por tonelada (Gráfico 03) que o volume produzido tem um leve aumento, saindo de 7.767 toneladas em 1980 para 8.152 em 1985. Este fato é explicado por Medeiros (2003) como resultado do reordenamento produtivo nas propriedades, no qual foram descartados tanto os pés que apresentavam produtividade abaixo da média, quanto as áreas subutilizadas nas fazendas de café. De acordo com Tanajura (1994), o vertiginoso processo de produção do café no

Planalto chegou a registrar uma safra de 750 mil sacas de café colhido neste período e a participar com 70% da produção na economia baiana no biênio de 1985/1986.

O Gráfico 03 a seguir, mostra a evolução da produção de café em toneladas no Planalto e em Vitória da Conquista.

**Gráfico 03 – Quantidade de café produzida por Tonelada na microrregião do Planalto da Conquista e no município de Vitória da Conquista**



Fonte: Dados do Censo Agropecuário de 1970 a 2006.  
Organização da Autora.

No intervalo entre 1985 até 1995-6 houve um aumento no número de cafeeiros tanto em Vitória da Conquista quanto na microrregião do Planalto, assim como a área destinada à cafeicultura, justamente no período da crise mundial do café. Vitória da Conquista chega em 1996 com 29,58% do total de pés de café existentes na região. Neste intervalo, a produção no Planalto continua a crescer, como mostra o gráfico 03, mas em Vitória da Conquista registra-se uma queda de 2.326 toneladas de café.

Essa não é uma questão simples de ser tratada, dada a ausência de pesquisas que expliquem este fenômeno. Parte dos trabalhos sobre o Centro Sul baiano, que mencionam a crise do café, como Tanajura, (1994) e Santos, (2014) apontam que houve um “declínio da indústria cafeeira” (SANTOS, 2014, p. 90) em Vitória da Conquista por conta dos desdobramentos da crise que mencionamos anteriormente, como a “queda do preço do café e o desestímulo dos cafeicultores”, como também pela retirada dos financiamentos por parte do Estado que deixou os produtores “com grandes dívidas nos bancos onde obtiveram empréstimos fáceis, que agora era

cobrado com juros exorbitantes” (TANAJURA, 1994, p. 100). Entretanto é preciso uma análise mais cuidadosa, sobre esta questão.

Parece contraditório afirmar que houve um declínio da indústria cafeeira em um momento (1985 – 1995-6) em que há a expansão de 1.151 hectares e o incremento de mais de quatro milhões novos pés de café (4.053.000) somente em Vitória da Conquista. Este ainda pode ser caracterizado como período de franca expansão da cafeicultura, se comparado com os dados de décadas anteriores. O fato de ter havido uma queda na produção deste período não pode ser explicado pela simples afirmação de retirada dos financiamentos, pois não houve redução de área ou do número de pés de café, pelo contrário, os maiores cafeicultores estavam capitalizados o suficiente para expandir a produção. A crise do final da década de 1980, foi caracterizada como crise de superprodução, na qual, conforme Schmidt, (2006) o aumento da produção mundial não foi acompanhado pelo consumo, sendo que a oferta excessiva superou, nesse período, em quase 10% a demanda, elevando, assim, os estoques mundiais e acarretando queda das cotações do café.

Se analisarmos a produção de Vitória da Conquista e do Planalto em 1985, pode-se constatar uma produção acima da média que no Planalto é reafirmada 1995-6 e é reduzida em Vitória da Conquista. Neste sentido, podemos inferir, com base na leitura sobre a cafeicultura no Brasil (MARTINS, 2010), (FURTADO, 2007) e nas informações de cafeicultores da região, que as medidas tomadas em momento de crise, como esta, em que os preços do café se tornam tão baixos, devido ao excesso de produto no mercado, que não é vantajoso para o produtor, arcar com todos os gastos com força de trabalho para colher o café, deixando que a produção daquele ano seja parcialmente perdida. Essa suposição explicaria a redução de 2.326 toneladas de café na produção de Vitória da Conquista em 1995-6.

Uma informação que nos ajuda a confirmar essa proposição é a análise dos dados da Tabela 06 a seguir, que informa a quantidade de ‘pés em idade produtiva’, aqueles aptos à produzir café e os ‘pés que produziram’, ou seja, aqueles que efetivamente produziram, sendo que a produção é auferida apenas quando o café é colhido.

**Tabela 06: Total de pés de café em idade produtiva e pés de café que produziram na Microrregião do Planalto da Conquista e no Município de Vitória da Conquista (1970-2006)**

Ano	Microrregião do Planalto da Conquista		Município de Vitória da Conquista	
	Pés em idade produtiva	Pés que produziram	Pés em idade produtiva	Pés que produziram
1970	2 789 334	2 916 560	754	753
1975	4 979 500	4 205 065	1 757 600	1 472 060
1980	31 190 470	28 493 283	9 545 747	8 697 031
1985	–	–	–	– <sup>48</sup>
1995-96	<b>43 548 000</b>	<b>36 028 000</b>	<b>11 283 000</b>	<b>6 807 000</b>
2006	–	39 204 000	– <sup>49</sup>	8 933 000

Fonte: Dados do Censo Agropecuário de 1970 a 2006.

A análise cuidadosa destes dados permite observar, em Vitória da Conquista, no Censo de 1995-6 uma desproporção entre o número de ‘pés em idade produtiva’ e dos ‘pés que produziram’. Sendo que apenas pouco mais da metade dos pés que estavam aptos a produzir, efetivamente produziram. Em nenhum dos Censos anteriores há tamanha disparidade, sendo que o aproveitamento da produção, em relação à essas duas variáveis, acontece da seguinte forma: a) 1970 – 99,86 dos ‘pés em idade produtiva’ produziram; b) em 1975 – 83,75%; c) em 1980 – 91,10% e em d) 1995 – 60,32%. Com base nessa informação, torna-se possível inferir que parte da produção de café deste período não foi colhida, como estratégia para evitar perdas financeiras em um momento de crise, no qual esse excedente de produção que não teria mercado.

### 3.2.1 - O que os dados não mostram: mobilidade e trabalho produtivo das mulheres no café

Em relação ao pessoal ocupado na cafeicultura nos encontramos com uma nova dificuldade para sua estimativa, já que não existe o dado discriminado por “tipo de lavoura”, ou seja “pessoal ocupado especificamente na cafeicultura”. Conseguimos, isso sim, acesso às informações do total de pessoas trabalhando no campo do

<sup>48</sup> O Censo Agropecuário de 1985 não apresenta os dados de ‘pés em idade produtiva’ e ‘pés que produziram’.

<sup>49</sup> O Censo Agropecuário de 2006 não apresenta os dados de ‘pés em idade produtiva’.

Planalto da Conquista e do município de Vitória da Conquista a partir de 1970. A opção pelo uso deste recurso, se dá porque, conhecendo o processo histórico e as atividades econômicas desenvolvidas na região, é possível fazer inferências sobre o que os números omitem em relação ao “tipo de lavoura”

Como já apontado anteriormente, as atividades desenvolvidas no campo conquistense estavam baseadas na agricultura familiar e, principalmente após a década de 1950, da pecuária. De acordo com Medeiros (1977), o campo começava a ser utilizado com mais intensidade, sobretudo porque um novo tipo de gado, que substituiu a criação de bois dos tipos Gudimar e Malabar que tinham maiores exigências alimentares, o que proporcionalmente demandava uma maior área a ser ocupada.

Sendo a pecuária uma atividade que requer pouca força de trabalho, e não havendo nenhum outro tipo de criação ou cultivo de grande importância econômica a partir de 1970 na região, podemos inferir que o crescimento significativo do número total de trabalhadores ocupados na atividade agropecuária, no intervalo de 1970 para 1975, nas Tabelas 07 e 08 a seguir, deu-se em virtude da cafeicultura.

**Tabela 07: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias –  
Microrregião de Conquista (1970-2006)**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1970	50 302	34 203	84 505
1975	55 432	45 242	100 674
1980	60 750	42 543	103 293
1985	77 252	48 596	125 846
1995-96	64 271	41 219	105 490
2006	47 514	26 306	73 820

Fonte: Censo agropecuário IBGE, 1970 – 2006

**Tabela 08: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias –  
Vitória da Conquista (1970-2006)**

Ano	Homens	Mulheres	Total
1970	8 995	4 574	13 569
1975	12 692	9 930	22 622
1980	12 006	8 980	20 986
1985	15 355	9 498	24 853
1995-96	8 314	4 015	12 329
2006	7 455	4 811	12 266

Fonte: Censo agropecuário IBGE, 1970 – 2006

De acordo com os dados, na microrregião do Planalto, há um aumento total 20.169 trabalhadores entre 1970 e 1975, dos quais 9.053, ou seja, 44,88% desse aumento, aconteceu na zona rural de Vitória da Conquista. A questão de gênero aparece aqui, como uma distribuição desigual no aumento do número mulheres e homens, sendo que a microrregião, registra em 1975, um aumento de 5.000 (9,04%) homens em relação à 1970, ao passo que o incremento do trabalho das mulheres é de 11.039 (24,39%). Em Vitória da Conquista, observa-se a mesma contratação do trabalho de mulheres no campo. Foi contabilizado, no mesmo período, um incremento de 3.697 (29,12%) de trabalhadores homens, enquanto as mulheres somaram 5.356, o que representa um aumento de 53,93% da força de trabalho feminina nas atividades agropecuárias.

Com base nestas questões podemos inferir que neste contingente de força de trabalho estão aqueles responsáveis pelos primeiros passos da cafeicultura moderna

no município. Os que cumpriram as tarefas de desmatar as terras recém adquiridas, produzir as primeiras mudas, preparar o solo com adubos e fertilizantes, traçar curvas de nível, realizar o plantio dos primeiros cafeeiros e produzir a infraestrutura necessária à fazenda de café, como galpões, secadores, viveiros, entre outros.

Como foi colocado em capítulos anteriores, a divisão sexual do trabalho na cafeicultura destinava as tarefas repetitivas, enfadonhas e de lida com produtos químicos quase exclusivamente às mulheres. Devido a isso, podemos avaliar que o significativo incremento feminino na força de trabalho na agropecuária, e provavelmente na cafeicultura entre 1970 e 1975, se deva especificamente ao viés de gênero da produção de mudas de café, o plantio e a fertilização química. Ao tempo, é importante ressaltar que o dado do Censo Agropecuario é relativo aos trabalhadores “permanentes”. Portanto, não leva em conta os trabalhadores e trabalhadoras sazonais da colheita, como os “avulsos” e/ou “diaristas”<sup>50</sup>.

Durante a pesquisa pudemos constatar que existe uma grande dificuldade na quantificação destes trabalhadores e trabalhadoras, antes de qualquer outra coisa, pela falta dos registros na carteira de trabalho. Em contato com o STRs de Vitória da Conquista, conseguimos identificar que: a) a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras na cafeicultura não possuíam registro em carteira até 1995, quando se inicia a fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas fazendas; b) os trabalhadores registrados eram em grande maioria homens, (geralmente aqueles que moravam nas fazendas com o resto da família, o que invisibilizava o trabalho das mulheres nas lavouras de café; c) existe uma diferença abissal entre o número de trabalhadores fixos nas fazendas e aqueles temporários, requisitados apenas durante alguns meses do ano, especialmente no período da colheita. A maioria deles eram mulheres.

Outro limite encontrado na procura de dados específicos sobre ocupação na cafeicultura, foram as informações recolhidas pelos registros<sup>51</sup> dos trabalhadores e trabalhadoras feitos pelo STR. Neles, não consta o tipo de lavoura/produção

---

<sup>50</sup> A metodologia de coleta de dados do Censo Agropecuario considera apenas trabalhadores temporários que tenham se ocupado no estabelecimento por determinada quantidade de dias, somado estes, ao número de trabalhadores em atividade na data de referência, 31 de dezembro (IBGE, 2016), que não é período de colheita, ou seja, este número, apesar de ser bastante expressivo, ainda não representa a soma total de trabalhadores que se ocuparam na cafeicultura, porque desconsidera todos contratados apenas para a colheita.

<sup>51</sup> Todos os trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados do município possuem um cadastro no arquivo do STR de Vitória da Conquista que é armazenado em forma de “fichas” com os dados da documentação pessoal dos mesmos.

agropecuária do estabelecimento em que o trabalhador se ocupava, como por exemplo fazenda de gado ou de café, impossibilitando a coleta de dados específicos sobre pessoal empregado na cafeicultura por esta via. Todavia, aquilo que a quantificação oficial oculta, em grande medida, foi revelado pelos depoimentos das trabalhadoras junto as que tivemos a oportunidade de entrevistar. As falas e a memória das trabalhadoras do café elucidaram, sem dúvida, algumas das questões mais relevantes do nosso estudo.

Dona Alva, morou por mais de uma década em uma das fazendas produtoras de café de Inhobim, distrito rural de Vitória da Conquista. Nas suas lembranças sobre aqueles anos, aponta para a chegada na fazenda de cerca de 30 caminhões cheios de trabalhadores e trabalhadoras que no período da colheita ampliavam significativamente a força de trabalho contratada. Trabalhadores e trabalhadoras originários de diferentes lugares:

Lá era assim, as vezes chegava 20, 30 caminhão de gente, panhava o café e quando acabava o tempo da colheita eles iam embora pras casas deles. (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Deve-se considerar, com relação à quantidade de trabalhadores envolvidos com a cafeicultura, os registros da greve do café de 1980, mencionada no capítulo 02, que reuniu, de acordo com Pereira (2001) 25 mil trabalhadores e trabalhadoras na região do Planalto e 14 mil de Vitória da Conquista.

Um momento importante para esse processo de mobilidade do trabalho em direção a Vitória da Conquista, que pode ser detectado no Censo de 1995-6 (Tabelas 7 e 8) quando grande parte da força de trabalho nas fazendas começa a ser dispensada (IBGE, 2016). A crise do café, que não apresentou impactos catastróficos sobre a estrutura geral da cafeicultura nesta região, rebateu intensamente sobre os trabalhadores, com a liberação de um grande contingente de homens e mulheres, até então ocupado nas fazendas de café, para buscarem formas de manutenção da vida na periferia de Vitória da Conquista, colocando sobre estes trabalhadores e trabalhadoras mais uma vez, o pesado fardo da mobilidade do trabalho forçada.

Estes rebatimentos sobre a força de trabalho na cafeicultura do Planalto a partir do final da década de 1980, vem em decorrência da crise, mas sobretudo atrelado ao



desenvolvimento do processo de reprodução e acumulação capitalista. Este é marcado pela efetiva intensificação do desemprego e das formas de exploração do trabalho incorporadas pelo capitalismo em sua fase mundializada, desencadeada nas últimas décadas do século XX, principalmente no período iniciado a partir da crise do taylorismo/fordismo, bem como na era da acumulação flexível e do advento do neoliberalismo (ANTUNES, 2009).

Soma-se a essa questão, o fato de a partir da segunda metade da década de 1990, de acordo com informações concedidas pelo Auditor Fiscal do Ministério do Trabalho, Giuliano Souza Cruz<sup>52</sup>, a fiscalização nas fazendas de café da região foi iniciada, com inspeções periódicas organizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobretudo na época da colheita, para a verificação das condições de trabalho no campo.

Neste sentido, pode-se considerar que o ataque violento do capital sobre os trabalhadores rurais conquistenses, que tem início na década de 1970 com a expropriação e proletarização camponesa e a precarização do trabalho nas fazendas de café, é intensificado no final do século XX, manifestando formas cada vez mais nefastas a partir da segunda década dos anos 2000, quando acontece em todas as fases do processo produtivo do café, a intensificação do uso de maquinário agrícola especializado, inclusive para a colheita, que justifica a dispensa de força de trabalho detectada nos dados apresentados de 1995-6 e 2006 (tabelas 07 e 08), engrossando as fileiras de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e sem meios de obtenção de salários, que estarão, cada vez mais, sujeitos à formas precárias e violentas de inserção do mercado de trabalho.

### **3.3 - Os fatores de atração e fatores de expulsão no Planalto da Conquista**

Recorremos a Singer (2008) para entender melhor esse processo de migração interna na região. Para este autor, esse tipo de mobilidade do trabalho está atrelada a criação de desigualdades regionais, por meio da mobilidade do capital criando regiões que se favorecem economicamente em detrimento de outras, no entanto, a “difusão do progresso” tende a se concentrar em um espaço de pouca amplitude, ao

---

<sup>52</sup> Informação verbal concedida em entrevista em janeiro de 2006.

passo que, nas áreas desfavorecidas, tem-se um empobrecimento relativo da população, no qual o arranjo institucional impõe a sua participação no processo de acumulação, produzindo uma riqueza da qual não se apropriam.

Para este autor, a migração é impulsionada pelos *fatores de expulsão* que podem ser de duas naturezas, se dividindo entre *fatores de mudança* e os *fatores de estagnação*. Os fatores de mudança são aqueles provenientes de introdução de relações capitalistas no espaço, na medida em que a industrialização alcança as áreas rurais, se estabelecendo sobre a agricultura, objetivando o aumento da produtividade, criando estratégias de tornar o trabalho mais produtivo e causando uma diminuição do emprego. Este processo, provoca a emigração da população do campo, promovendo a “expropriação de camponeses, expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários” (p. 37), visando diminuir a população rural.

Segundo Perpetua (2005), numa releitura de Marx, a população do campo nestas condições, é entendida enquanto “superpopulação latente”, constituída pelos trabalhadores rurais que já não encontram meios de permanecer no campo e estão sempre em vias de se mudarem para a cidade. Entendemos que esse processo teve lugar no campo de Vitória da Conquista e demais municípios do Planalto, no processo que descrevemos nos capítulos anteriores, quando as relações capitalistas penetram profundamente no campo desta região expulsando a população camponesa para dar lugar à cafeicultura.

O outro lado desta dinâmica, é chamada por Singer (2008) de *fatores de estagnação*, que são economicamente o oposto do primeiro, se manifestando enquanto uma disparidade entre a disponibilidade de áreas cultiváveis e a pressão populacional pelo acesso à terra, seja em decorrência da monopolização por grandes proprietários, ou pela incapacidade dos produtores da agricultura de subsistência em aumentar a produtividade da terra. Essas áreas são caracterizadas como espaços de deterioração das condições de vida, que, segundo esse autor acabam funcionando, como: “viveiros de mão de obra”. Neste caso, as regiões semiáridas do entorno de Vitória da Conquista, que forneceram por muito tempo grande parte da força de trabalho necessária à cafeicultura.

Existindo os fatores de expulsão, há que se considerar também o seu par dialético, que Singer, (2008) denomina de fatores de atração, que são, naturalmente os espaços onde há possibilidade de a força de trabalho se realizar enquanto tal. Este é um processo complexo, porque a mesma área que anteriormente caracterizamos

como palco de um processo de emigração forçada pela chegada da cafeicultura, também se tornou, contraditoriamente um espaço consumidor de grande contingente de força de trabalho, no qual a cafeicultura se constituiu como um fator de atração.

Entretanto os trabalhadores e trabalhadoras migrantes que saíam dos mais diversos lugares com destino as fazendas de café do Planalto, em sua maioria, não se fixaram no campo dessa região, fato que pode ser comprovado pelos censos demográficos que apontam a diminuição da população rural. Em Vitória da Conquista, a quantidade de habitantes do campo, que vinha na tendência de crescimento, registrando no intervalo entre 1950 e 1960 um aumento de 14,03% (equivalente a 4.408 habitantes) torna a crescer com mais intensidade entre 1960 e 1970, em 10.168 habitantes, um crescimento de 24,46%. Na década seguinte, existe uma sensível desaceleração no crescimento, proporcionada pela razão entre a grande expulsão da população do campo e contratação de famílias de trabalhadores para as fazendas de café, registrando aumento da população rural, bastante modesto, com apenas 1.676 habitantes. A partir de então, a tendência é invertida e a população rural começa a decrescer drasticamente. Até o ano de 1970, 32% da população total de Vitória da Conquista vivia no campo, atualmente, conta com apenas 10,3% do total de 306.866 habitantes como foi mostrado na tabela 01 no primeiro capítulo.

### **3.4 - A memória feminina do trabalho nos cafezais: mobilidade e produção da periferia urbana**

Os depoimentos de trabalhadoras recolhidos durante nossos trabalhos de campo, mostram como o processo de mobilidade do trabalho no café, participou da origem da periferia de Vitória da Conquista. Esta opção metodológica nos coloca diante da compreensão dos fluxos de trabalhadores e trabalhadoras não apenas como a mera quantificação de trabalhadores. Mas, a partir das histórias de sujeitos reais, na tese de que a produção do espaço, antes de ser produto de terminologias totalizantes como “as determinações do capital” ou da “luta de classe” é, por essência, a história de vida de sujeitos reais. Sobre eles recaem, além do destino de classe, ainda o destino de gênero construído simultaneamente enquanto produto e processo de sua representação. Como explica Lauretis, (1994, p. 212):

O sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social.

Neste sentido, propõe-se a ideia de que a representação de gênero não está pautada apenas da diferenciação entre masculino e feminino, pelo contrário, buscase essa concepção por outro ponto de vista, na qual se entenda o sujeito social e as relações de subjetividade com a sociabilidade, concebendo um sujeito constituído no gênero, e não só pela diferença sexual “um sujeito “engendrado” não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe” sendo um múltiplo em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido”. (LAURETIS, 1994, p. 208).

A trajetórias dessas mulheres, sobe as quais recai o peso não apenas de ser mulher em uma sociedade na qual as relações patriarcais estão entranhadas, veem recair sobre si, além do destino de gênero, também o destino da classe social na qual estão inseridas.

Neste sentido, nossa compreensão da história da cafeicultura no Planalto e da produção da periferia urbana de Vitória da Conquista, parte da análise das histórias singulares de trajetórias dolorosas de mobilidade do trabalho e desprendimento de seus locais de origem na busca por chances de melhorar suas condições de vida. Todavia, nessas histórias comparecem momentos e estratégias de resistência e solidariedade de classe e entre mulheres que nos ajudam a ampliar a leitura sobre estes processos, já que grande parte dos estudos sobre a história da cafeicultura e da produção do espaço conquistense partem de uma concepção excludente que homogeneiza a classe trabalhadora deixando passar as nuances de classe, ignorando a inserção diferenciada da mulher nas relações de produção e reprodução.

### **3.4.1 – Trajetórias de vida e de trabalho de mulheres entre o campo e a cidade**

As trajetórias das trabalhadoras expressam a insegurança de uma vida itinerante entre o campo e a cidade, marcada pela precariedade e luta pela sobrevivência.

Nesses casos, a mobilidade do trabalho tem sua expressão dual muito clara, pois enquanto aparece para as trabalhadoras, como possibilidade de continuar se reproduzindo através do trabalho, é também ao mesmo tempo, o momento de submissão de seus corpos e intelecto aos ditames de uma força superior a sua vontade e seus anseios. Assim, as trabalhadoras, como nos lembrava Gaudemar (1977), se veem imersas em um movimento no qual, diante da situação de miséria em que se encontram, só tem a opção de se mover na mesma direção, ou ver a si e a sua prole padecer.

Esta dinâmica que à primeira vista, pode aparentar passividade destes sujeitos frente a um quadro estrutural, no qual se deixariam levar por determinações que são superiores à sua vontade, todavia, em uma análise mais aprofundada emerge também, como estratégia de sobrevivência, ou mesmo resistência.

A seleção das nossas interlocutoras foi constituída por trabalhadoras que: a) migraram com a família, ora composta por marido e filhos, ora pela mãe e os irmãos, ora acompanhadas de vizinhos e vizinhas ou outros membros da família, mas que dificilmente migravam sozinhas por entenderem a sua vulnerabilidade enquanto mulher, numa sociedade patriarcal permeada pelo machismo e a misoginia; b) trabalhadoras oriundas de municípios do entorno de Vitória da Conquista, como procedentes de outros estados como Minas Gerais e Espírito Santo. Todas elas resgataram das suas memórias as histórias de vida errantes até chegarem “no café” e, finalmente na periferia de Vitória da Conquista. Como mostram os depoimentos a seguir:

Nós veio vindo, ali por Minas, por essas banda de Almenara<sup>53</sup>. Minha mãe era lá do Espírito Santo, e eu e meus irmão nascemos lá, mas meu pai era da região aqui, de Caetité, aí nós veio parar lá na Barra do Choça, e de lá nós veio aqui pra Conquista. [...] Nós ia trabalhando, trabalhando, assim, “a dia”, plantando café, limpando de enxada, [...] O dinheiro era pouco, mas a roça era cheia de gente, muita mesmo, uns covando e outros plantando, não parava não (grifo nosso). (Dona Telma, 58 anos. Entrevista concedida à pesquisadora em Janeiro de 2016)

O caminhão que passou lá em Candido Sales<sup>54</sup> pra buscar nois, [...] ele vinha de Almenara, já tava cheio de gente, porque já ia começar o mês de maio, que é tempo de colheita em Inhobim. Toda semana passava um caminhão

---

<sup>53</sup> Cidade do Norte de Minas Gerais.

<sup>54</sup> Município baiano na divisa entre Bahia e Minas Gerais.

desse lá. (Dona Alva, 64 anos, Entrevista concedida à pesquisadora em Janeiro de 2016).

Existem, entre as trabalhadoras entrevistadas, histórias de vida que, salvas as particularidades de cada biografia, representam pelas semelhanças as trajetórias de grande parte das mulheres que dividiram suas vidas entre a cafeicultura e a periferia.

#### **a) O valor moral do trabalho e a autoridade masculina**

Dona Alva, trabalhadora de 64 anos que guarda uma rica história de vida marcada por trajetórias de mobilidade, nasceu na zona rural de Condeúba, município do semiárido baiano. De família camponesa, desde a infância, dedicou sua vida ao trabalho no campo, na lida diária com a família na “terrinha” que possuíam, onde produziam “feijão, arroz, milho, criava cabra, criava carneiro, só não tinha gado”. Diante da dificuldade de se produzir e viver como camponês nessa região, a família migrou para, Cândido Sales para trabalhar em uma roça que produzia fumo. Com a morte da mãe, deu-se um jeito de casar as filhas.

De acordo com a entrevistada, “meu pai me casou, com o primeiro que apareceu, eu tinha 16 anos [...] foi poucos meses do dia que eu vi ele na primeira vez, até o dia que eu casei”, o que demonstra a marca do patriarcalismo na família tradicional, onde as relações de poder são desiguais o papel de subalternidade da mulher diante da figura masculina fica explícito. Sendo que o papel “naturalmente” relegado à mulher, é o cuidado dos filhos, eximindo o homem de qualquer responsabilidade. Assim, na falta da mãe, e tendo as meninas se tornado “adultas”, a submissão à figura masculina passa do pai, para o marido. (GAZZOLA e AJAMBUJA, 2000).

O universo simbólico da ideologia judaico-cristã, no qual a maioria destas mulheres está imersa desde o nascimento, de acordo com Moraes Silva, (2010), é um dos componentes da ideologia do poder patriarcal. Por causa do pecado de Eva, nesta religião, a mulher é considerada como desobediente e “portadora de todos os males que povoam o mundo, sendo culpadas pela desobediência a Deus” (p. 20). Grande parte de seus relatos de vida estão permeados pela concepção do patriarcado, onde a mulher aparece como um ser oprimido, sendo, por muitas vezes objeto, e não sujeito, são mulheres que tiveram de aceitar o sofrimento como parte necessária de

suas vidas, já que de acordo com a concepção religiosa “Deus possui o controle de todos os homens e da natureza, e para agrada-lo é preciso percorrer o árduo caminho da obediência e da submissão” (p. 16).

Na ideologia do poder patriarcal, o sofrimento se torna parte constitutiva do destino feminino, seja com a criação dos filhos, seja na relação com o marido, tornando recorrentes os casos de mulheres que toleram a violência, a exploração e alcoolismo do cônjuge por toda a vida, se tornando exceção aquelas que conseguem romper com tal destino. Ainda assim, recai sobre elas o sentimento de culpa por qualquer insucesso, seja dos filhos, da relação com o marido, e de si próprias (MORAES SILVA, 2010, p. 16).

Outras questões que explicitam submissão ao pai e ao marido autoritário ficam expressas nas falas das trabalhadoras através de lembranças que refletem o conteúdo da ideologia do patriarcado que se estendia de casa, ao espaço do trabalho na roça, onde a imagem do pai-patrão se confunde com a dos gerentes e fiscais das fazendas (MORAES SILVA, 2010), sendo comum ouvir entre algumas dessas mulheres expressões como “eu era muito criança, [...] com 5 anos meu pai botava a gente para ir trabalhar na roça”, “mesmo nós pequeno, quando dava a hora de sair pra roça, não podia ficar ninguém em casa, podia tá o sol que fosse, a chuva que fosse, tinha que ir trabalhar” (Dona Alva, 64 Anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Muito mais do que uma atividade produtiva, o trabalho se configura como sendo, também, um valor moral relacionado à dignidade, além de por um lado afirmar a masculinidade, através da afirmação do homem responsável que serve para edificar família e por outro da feminilidade, que corresponde ao padrão que a sociedade burguesa impõe a figura feminina, enquanto “mulher trabalhadeira” apta a cuidar de uma família. Podendo ser levado em conta no momento da escolha da mulher ideal para se tornar esposa e mãe (MENDES 2008).

O trabalho enquanto valor moral, nos casos estudados tem sido passados de geração em geração, e incentivados desde muito cedo, começando na infância, caracterizando a realização das tarefas não só como uma ajuda, mas como trabalho infantil, sobrecarregando as crianças com jornadas de trabalho que, muitas vezes os privavam do acesso aos estudos e do bem estar (idem). Conforme aparece no fragmento abaixo.

Meus filho toda vida foi trabalhador, porque nós ensinava desde cedo. Almiro tinha oito anos e ele era muito esperto, gostava muito de trabalhar, aí pegava uma rua de café pra mim mais Almiro e outra pra meu esposo mais meu outro menino de 5 anos, que era Zé, aí quem terminasse primeiro ajudava o outro a terminar. (...) Eu já peguei até 22 latas de café por dia. Minhas menina pegava, meus filho pegava. Esse filho meu pegava até 32 latas, conforme a rua que pegava. Porque eles era esforçado pra trabalhar. (Dona Lina, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Estes apontamentos, valem tanto para as trabalhadoras entrevistadas, quanto para seus filhos, compreendendo aquelas que viviam e trabalhavam nas fazendas, e também as que já haviam se fixado na periferia de Vitória da Conquista.

Como expressão concreta das formas perversas de precarização, a mobilidade do trabalho, impõe que os trabalhadores e trabalhadoras sejam “sensíveis” a toda a variação da sua força de trabalho, que lhe permita antever um melhor salário, ou simplesmente se manterem vivos (GAUDEMAR, 1977), assim, diante da precariedade da vida e do trabalho em que se encontravam, muitas trabalhadoras, mesmo que nunca tivessem visto um cafezal, logo, não sabendo lidar com este tipo de cultivo, viram-se diante da possibilidade de garantir que suas necessidades imediatas e talvez a longo prazo fossem sanadas. Como mostra o depoimento a seguir, de uma trabalhadora que animada com a possibilidade de ter alguma renda, descreve sobre como tomou conhecimento do trabalho no café e convenceu o marido, também inexperiente nesta atividade, a aceitar entrar na empreitada.

Eu tava morando em Cândido Sales, numa casinha veia alugada, que era tão pequena que nem uma cama de casal que eu tinha, eu consegui montar, porque não cabia no quarto. [...] nesse tempo eu já tinha quatro filho [...]. Eu sem trabalhar... mas toda vida, eu nuca gostei de ficar parada, tinha que arranjar um jeito de ganhar um dinheirinho, aí as vezes lavava uma roupa pra um, lavava um prato pra outro, capinava uma roça. [...] Meu marido passava a semana toda trabalhando na carvoeira, ele fazia carvão pros outros [...] Aí uma mulher foi lá em casa, umas menina que eu conheci lá em Nova Conquista<sup>55</sup> que disse que já tinha 3 anos que trabalhava e numa fazenda e que lá o povo tava ganhando muito dinheiro, que tava puxando de rodo.[...] Aí ela falou comigo: vambora panhar café, na fazenda lá de Conquista, lá o povo ta panhando café, você precisa de ver, tem gente que ta panhando 100 latas na semana. [...] Aí eu falei com meu esposo... ô meu Deus, eu queria tanto comprar uma casa pra mim, pra largar de viver nessa vida, nessa casinha véa alugada. Aí ele falou: Qua! Nós não vai pra esse café não, nós não conhece nem café. Mas aí eu falei que a mulher disse que lá tava

---

<sup>55</sup> O município de Cândido Sales, quando ainda era um povoado, ficou conhecido como Nova Conquista, em alusão à Vitória da Conquista com a qual faz limite. Ambas cidades são cruzadas pela BR116, sendo Cândido Sales está localizado na Bahia, na divisa com o Estado de Minas Gerais.



bom pra nós ganhar dinheiro, para sair dessa vida. (Dona Alva, 64 anos, Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

O período da colheita costumava durar de cinco a seis meses e este era o tempo que os trabalhadores permaneciam nas fazendas antes de regressarem para suas casas. Em vez de retornar para sua cidade de origem, algumas das famílias de trabalhadores que se destacavam na colheita pelo empenho no trabalho, conseguiam ser admitidas nas fazendas, permanecendo por alguns anos, antes de se mudarem definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista.

Entre as diversas trajetórias de mobilidade do trabalho, outra entrevistada, descreve a odisseia que passou para chegar até a fazenda em que iria trabalhar com a família no distrito de Inhobim, principal produtor de café de Vitória da Conquista. Dona Lina, que nunca tinha entrado em um cafezal, assim como tantas outras trabalhadoras protagonistas deste processo, relembra a saída com a família rumo ao desconhecido.

Eu arrumei os meninos, peguei só as roupas, o resto eu deixei lá, peguei uns lençol, uns travesseiro, essas coisinha pouca, fiz uma trouxa, assim, arrumei uma caixa. Aí nós pegou a estrada saindo de Tremedal, [...] aí nós pegou uma kombi dessas que pega passageiro, aí quando chegou em veredinha nós botou nossas coisas na beira da estrada. Aquela estrada que vai pra Inhobim, tava fazendo na época, as basculante tava descendo direto com terra, essas caçamba que joga terra. Aí nós esperou até meio dia, quando foi meio dia, passou uma basculante e nós pediu pra subir, e ela deixou nós lá em Inhobim. Isso foi em 1 de maio de 1979. Aí foi eu, meu esposo e meus fi. Acho que foi mais umas duas famílias mais nós, mas agora eu não tô lembrada. E nós desceu... peguei e botei a malinha de roupa dos meninos na cabeça, meu esposo pegou as outras sacolas, eu peguei a menina pequena, que era pequenininha, tava com dois anos, aí nós foi andando até nós chegou lá na fazenda.[...] Os pé de café, o lugar que era vermelho, tava todo vermelhinho, que tem o café Mundo Novo é vermelho e o Catuaí é os caroço amarelo (Dona Lina, 61 anos, Entrevista concedida à pesquisadora em Janeiro de 2016).

Muitas dessas trabalhadoras, que não estavam acostumadas à lida nos cafezais, não conheciam as técnicas de retirada dos frutos, e dizem que o aprendizado veio com a prática. Algumas contam que recebiam as primeiras instruções de outras mulheres, que se solidarizavam prestando ajuda às trabalhadoras novas ensinando como colher o café, qual o melhor jeito de manusear as galhas sem ferir as mãos, alertavam sobre a importância de não retirar os frutos que não tinham completado a

maturação, a fim de evitar que fossem chamadas a atenção pelos fiscais e tivessem desconto na produção<sup>56</sup>. A ajuda também vinha relacionada aos alojamentos, uma trabalhadora recém-chegada, que conhecia alguém que já estivesse na fazenda, contava com essa ajuda para separar o quarto onde a nova trabalhadora ficaria alojada com a família, ou a depender do tipo de alojamento, dividiriam o mesmo ambiente.

As falas a seguir demonstram a aflição das trabalhadoras com o primeiro contato com a colheita e de como este trabalho é lesivo, chegando a ferir suas mãos.

Quando nós chegou lá, que viu aquela multidão de gente, [...] aquela multidão de roça... [...] Aí eu pensei, meu pai do céu, o que que eu vim fazer aqui nesse lugar que eu não conheço ninguém, que eu não conheço nada! [...] foi, eu, meu marido e as menina e pegou três lata, porque não sabia nem pegar, aí agora foi continuando... De repente tinha dia de nós pegar 80 lata de café. [...] Porque nós era esforçado, mas quem não esforça não pega nada, café é uma coisa assim, você tem que ter coragem, ou com sol ou com chuva e machucava muito a mão (Dona Lina, 61 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Eu aprendi a panhar café sozinha, com 12 anos, eu via os povo puxando eu ia lá e fazia igual. Aí quando pegava café verde eles mandava manerar na mão. [...] Machucava a mão por causa daqueles espinhozinho do café. [...] Eles não dava luva, não dava bota, não dava nada. (Franciele, 18 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Era um trabalho sofrido, era não, é sofrido, isso aqui quebrava tudo de calo ó, (mostrando a palma da mão) principalmente nas primeiras safras, quando entrei as primeiras vezes, que eu não era escalada né? Que eu não tinha costume de trabalhar com a aquilo. Mas aí com o tempo a gente foi pegando o jeito e acostumando, não só eu, como muitas amigas. (Maria Senhora, 70 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Os depoimentos das trabalhadoras, revelam a perversidade do trabalho ao qual se viam obrigadas a realizar, que apesar de ser praticado por mulheres e homens, recaía de forma mais pesada sobre as mulheres, visto que as trabalhadoras, acabam

---

<sup>56</sup> De acordo com algumas trabalhadoras, sob nenhuma hipótese era permitido colher café verde e essa era a questão pela qual os fiscais mais chamavam a atenção dos trabalhadores na colheita. O fruto do café verde, quando misturado ao café maduro, faz com que a qualidade do produto final seja rebaixada, representando prejuízo para o cafeicultor. Como medida para coibir a retirada dos frutos verdes, medidas severas eram tomadas nas fazendas. De acordo com a fala de algumas trabalhadoras, em caso de haver frutos verdes misturados aos maduros, descontava-se na produção a metade do café colhido. Outras trabalhadoras relataram que os fiscais não pagavam pela produção e as vezes, se fosse recorrente, mandavam o trabalhador embora, não tornando a contrata-lo em outras colheitas.

sendo menos protegidas, tanto pela legislação do trabalho, quanto pelas organizações sindicais (NOGUEIRA, 2010), sobretudo neste período de introdução da cafeicultura na região, no qual a representatividade do STR de Vitória da Conquista não acontecia de forma efetiva, até o início da década de 1980, quando passou a ser pressionado pelos trabalhadores do café, que reivindicavam contra a exploração do trabalho nessa atividade, o que culminou na greve do café que apresentamos no capítulo anterior.

***b) Os limites à educação formal das mulheres, migração infantil e o trabalho informal e doméstico***

Tanto para as trabalhadoras que viviam nas fazendas, quanto para aquelas que saíam da periferia de Vitória da Conquista, as condições da vida no meio rural ou urbano, apresentavam entraves ao acesso à escola. Na fazenda de café, pela própria rotina diária de trabalho, que se somava à dificuldade do deslocamento até um centro urbano ou sede de algum distrito que dispunha de equipamentos destinados à educação infantil, o que não era diferente na periferia de Vitória da Conquista, onde importantes lutas precisaram ser travadas para que o direito à educação das crianças fosse minimamente garantido.

Uma das entrevistadas, moradora da fazenda lembra que sua filha mais velha foi à escola pela primeira vez com 15 anos, quando finalmente a prefeitura de Vitória da Conquista enviou uma professora para das aulas no distrito de Inhobim. Outra trabalhadora, residente da periferia, conta que seus 5 filhos, passaram boa parte de suas infâncias sem acesso à escola ou creche.

Além da migração de trabalhadoras e trabalhadores adultos, entre aqueles que se fixavam nas fazendas de café, se tornou comum a migração infantil para Vitória da Conquista, sobretudo de meninas, que em sua maioria analfabetas, eram enviadas pelos pais para a cidade, a fim de conseguirem acesso à educação e como pagamento pela estadia na casa dos patrões, trabalhavam como empregadas domésticas e babás nas casas dos donos da fazenda, de familiares ou conhecidos dos patrões. Aos poucos, iam deixando de lado os costumes da vida no campo e introjetando as tarefas dos novos ofícios que, não lhes eram estranhos, pois desde muito novas aprendiam a lidar com os serviços domésticos, entretanto, na cidade, estas tarefas tinham especificidades do estilo de vida urbana (MENDES, 2008).

Aos poucos, com a adaptação e fixação na cidade, outros membros da família, que ainda estavam nas fazendas de café, iam fazendo o mesmo percurso, irmãos,

irmãs, pai, mãe... chegando a Vitória da Conquista para trabalhar como faxineiras e diaristas e se somando a outras famílias de trabalhadoras na periferia da cidade, como atesta o depoimento que segue:

Meus filhos foram crescendo e como lá na fazenda não tinha estudo, as minha meninas vieram para Conquista. Uma delas, a Marleide, veio para cá com 9 anos de idade trabalhar e estudar. Nanda veio com 16. Branca veio com 12 anos e aí veio todo mundo, porque eu também larguei a roça de café. As minhas filhas trabalhavam em casa de família, cuidando de casa e dos filhos das patroas. Uma foi passar um tempo em São Paulo também. (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

Não somente as filhas das trabalhadoras, como elas próprias, quando migraram definitivamente para a periferia de Vitória da Conquista se tornavam trabalhadoras domésticas ou diaristas, inicialmente nas casas dos patrões e conhecidos destes e partir disto a rede de casas de família na qual trabalhavam ia se expandindo.

***c) A desigualdade no valor pago pelo trabalho realizado: O pagamento por produção.***

Era comum, entre os trabalhadores e trabalhadoras que migraram para trabalhar na cafeicultura no Planalto da Conquista, a migração familiar, pois quanto maior a quantidade de mãos colhendo café, maior também a renda obtida pela família, já que o trabalho na colheita do café não conhecia sexo, nem idade. Mulheres, homens e crianças trabalhavam por produção e neste caso, se destacava aqueles que conseguissem se tornar mais ágeis.

Esta estratégia de pagamento, na colheita, por produção, vem como herança da cafeicultura do centro sul do Brasil e tem funcionado como forma de se extrair mais trabalho não pago, ou seja, ampliar a taxa de exploração da mais-valia absoluta, na qual se tem a aferição do salário a partir da quantidade produzida, neste caso, colhida. Esta situação que apresenta-se inicialmente como favorável aos trabalhadores e trabalhadoras já que possibilita um acréscimo na sua remuneração, que depende unicamente do seu esforço, tornando o aumento da produtividade um interesse individual, o que realmente representa um ganho monetário para os trabalhadores e trabalhadoras, mas vem em troca de um maior desgaste na atividade laboral.

De acordo com Marx (2010. p.644) “o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número de peças a ser produzido no mesmo tempo, isto

é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça”. Neste sentido, na cafeicultura quanto mais ágeis se tornam os trabalhadores, diminuindo o tempo de “produção” da unidade de medida, que em geral corresponde a uma lata (equivalente a 20 litros dos frutos de café), mais barata ela se torna, ampliando a exploração e degradação da sua força de trabalho, ou seja, enquanto amplia a sua desgraça, o trabalhador produz, proporcionalmente a riqueza para seu patrão. (Idem).

#### ***d) Diferentes trajetórias que constituem a periferia urbana de Vitória da Conquista***

As trajetórias de vida das trabalhadoras que tivemos contatos, mostram histórias diferentes de mobilidade que tem em comum dois pontos: a cafeicultura e a periferia. A maioria não possui uma trajetória simples de saída do local de origem para o café e depois para a periferia, mas são trajetórias tortuosas, com meandros entre um e outro espaço. Algumas das trabalhadoras que saíram com suas famílias, conseguiram permanecer como empregados nas fazendas de café por determinados períodos, antes de migrar definitivamente para um bairro da periferia de Vitória da Conquista.

Há também, casos de famílias de trabalhadoras que se deslocaram, da cidade de origem, para Barra do Choça e outros municípios produtores de café no Planalto da Conquista e posteriormente chegaram a Vitória da Conquista, como também aquelas trabalhadoras que migraram por vezes para as fazendas dessa região como diaristas e catadoras de café, retornando a seus locais de origem no fim de cada colheita até enfim se mudarem para a cidade em estudo, participando assim, da história espacial da produção da periferia conquistense pela mobilidade do trabalho.

#### **e) A reprodução da vida no espaço urbano: mulheres e acesso a moradia**

O acesso a moradia em Vitória da Conquista também não aconteceu da mesma maneira para todas as trabalhadoras que tivemos contato, entre as quais existem relatos de que de início, foram morar na cada de parentes ou amigos que já viviam nesta cidade, ou ainda viveram em casas ou cômodos alugados até conseguirem adquirir os lotes nos quais construíram suas casas.

O depoimento a seguir conta a história de algumas dessas trabalhadoras que chegaram na cidade de Vitória da Conquista, respectivamente nas décadas de 1970, 1980, e 1990.

Quando nós chegou aqui em Conquista, que antes nós morava na Barra do Choça, nós construiu essa casa aqui, que nem era minha, era de minha mãe, aí ela morreu e deixou pra mim. (...) Aqui em Conquista eu só morei aqui no kadija, desde quando era novinha, minha mãe ganhou esse terreno da prefeitura e fez essa casa. (Erlane, 56 anos, entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Antes de vir pra essa casa minha, eu morei 3 anos de aluguel. Primeiro eu mudei pro Patagônia, morei com meu filho um ano e pouco, nós pagava 80 reais de aluguel (...). Da Patagônia eu mudei pra de junto do Samur, também de aluguel. E do Samur, porque tava muito caro o aluguel, era 200 reais, nós mudou pro Kadija, numa casa que eu pagava 100 reais. [...] Pra eu vir morar nessa casa foi uma história longa, e bonita também, foi preparada por Deus.[...] Quando eu vim embora da fazenda pra cá, nós não tinha casa, morava de aluguel, meus filho tinha casa, era casado e morava de aluguel também. Tem um que até hoje ainda mora de aluguel. Quando foi depois de três anos que nós tava morando aqui, o dono da fazenda que nós trabalhava topou meu esposo lá no centro da cidade e falou pra ele vim tirar esse terreno aqui e fez a casa pra nós. E aí nós tá aqui até hoje. Foi a primeira casa daqui do bairro. (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Depois do tempo que a gente morou na Barra do Choça, (...) voltou pra Poções (...). Aí nós veio pra Conquista, já tinha uma filha minha morando aqui, que era casada, (...) nós morou com ela um tempo, aí meu genro conseguiu com a prefeitura esse terreno aqui e deu pra a gente. A casa quem construiu foi meus filhos e meu esposo, nós junto. (...) la trabalhando e juntava com aposentadoria nossa (...) foi comprando uma cerâmica, um forro, as coisa de casa (...) e foi fazendo e hoje ta assim. (Dona Lina, 68 anos. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

A história dessas trabalhadoras, representam milhares de outras trabalhadoras e trabalhadores, sozinhos, ou com suas famílias, que migraram para Vitória da Conquista entre as décadas de 1970 até 1990 com relação a cafeicultura. Já que a partir desse período, essa atividade econômica apresenta uma diminuição na requisição da força de trabalho, em virtude da introdução de maquinário especializado em diversas etapas do processo produtivo, principalmente a partir de 2013 com a aquisição de maquinários poupadores de força de trabalho, como colheitadeiras automotrizes que substituem cerca de 200 trabalhadores cada uma. Essas novas

transformações no campo do Planalto da Conquista, transformaram, mais uma vez a realidade e o destino dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nessa atividade. A cada novo período de expansão do café, como mostramos neste capítulo, novas levadas de trabalhadores e trabalhadoras chegavam para fazer parte de sua população urbana, e neste processo, tem-se a formação de uma periferia bastante ligada ao trabalho na cafeicultura, questão que desenvolveremos no capítulo a seguir.

#### 4.0 - CAMINHOS TEÓRICOS CRÍTICOS PARA O ESTUDO DA PRODUÇÃO SOCIAL DA PERIFERIA URBANA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Vitória da Conquista, na década de 1970, já era uma cidade com urbanização consolidada e com setor terciário em expansão. A cafeicultura, ofereceria, para a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, oportunidade de obtenção de renda, apenas por alguns meses do ano<sup>57</sup>, enquanto nos demais, aqueles trabalhadores que retornavam a seus locais de origem, continuavam sem condições de colocar sua força de trabalho no mercado para venda. Sendo assim, pela lógica do sistema capitalista, de que as mercadorias devem estar onde haja a probabilidade de serem compradas, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras, buscaram a cidade de Vitória da Conquista como lugar possível para garantir a reprodução da vida, na possibilidade de conseguir trabalho e pela disponibilidade de serviços como educação, saúde, transporte, entre outros.

Já a partir da década de 1970, começam a chegar nesta cidade, grande número de trabalhadoras e trabalhadores que se tornaram fundamentais para a produção da periferia conquistense. Com base na leitura de Souza (2008), entende-se que os primeiros fluxos de população migrante que chega a essa cidade, em relação com a cafeicultura, se alocaram em bairros considerados pobres de Vitória da Conquista, que já existiam, ou que estavam iniciando sua construção, promovendo a expansão dos mesmos.

ao lado do “crescimento” da produção do café, verifica-se o aumento da pobreza daqueles que, pressionados pelos projetos da monocultura deixam suas terras, ou as perdem. [...]. Em Vitória da Conquista, os trabalhadores assalariados e camponeses sem-terra, promovem alterações no espaço urbano, com forte influência na construção de alguns bairros como Alto Maron, Pedrinhas, Cruzeiro e outros. (p. 399).

Esses bairros estavam localizados relativamente próximos ao centro, já que na década de 1970, a estrutura dessa cidade se apresentava de forma coesa, no sentido da concentração urbana, realidade que não acontece nos espaços de expansão a

---

<sup>57</sup> Nos meses de colheita, pois o período da entre safra requiritava uma quantidade bastante inferior de força de trabalho.



partir de 1970, que vão se projetando para áreas bastante afastadas do núcleo urbanizado, com a criação de uma cidade espraiada.

É justamente para essas novas áreas de expansão urbana, que os trabalhadores e trabalhadoras migrantes se alocarão, seja por meio da aquisição de lotes, ou pela ocupação de espaços urbanos.

O trecho da matéria jornalística a seguir ilustra nossa análise:

O café representou uma espécie de dique à migração para o sul, à medida que absorve vasta quantidade de mão-de-obra. (...) Os moradores, até então, se concentravam dentro do anel de contorno da cidade. ***Depois de 70 a cidade inchou e com ela veio a periferia*** (...). (Jornal Hoje, 09 de novembro de 2001, p. 6, *apud* SOUZA, 2008). (grifo nosso).

Na cidade, a cafeicultura nos moldes capitalistas, imprimiu no espaço urbano as desigualdades inerentes ao sistema do qual é produto. Contribuindo para a produção de uma periferia desestruturada, nos quais homens e mulheres trabalhadoras passaram a viver de forma tão precária, como seu trabalho nos cafezais.

A vida na periferia conquistense, tanto para aquelas mulheres que já estavam lá na década de 1970, quanto para aquelas que chegaram a partir deste período é lembrada por elas, como uma época de extremas dificuldades em todos os aspectos da vida dentro e fora do trabalho. Com destaque para aquelas de origem rural, mencionadas no capítulo anterior, que buscavam no espaço urbano a inclusão social em relação a melhoria nas condições de vida, de trabalho e o acesso a serviços como saúde e educação, mas se depararam com a realidade da escassez, efetivando-se de maneira inversamente proporcional ao que idealizavam, na forma da exclusão social, que é a mais clara expressão da segregação socioespacial.

Para se ter noção da precariedade da vida na periferia conquistense na década de 1970, moradoras bairro Nossa Senhora Aparecida, relatam que, por não conseguirem emprego, suas famílias sobreviveram, por um determinado tempo, do seu trabalho de “quebrar pedras”, como costumam chamar. Esta saída desesperada, encontrada por algumas mulheres, trata-se de um trabalho extremamente precário e autônomo que se constituía basicamente de duas etapas: primeiro se embrenhavam

no “mato”, na serra do Peri Peri, próximo ao Poço Escuro<sup>58</sup>, procurando pedras, e em seguida passavam o dia inteiro quebrando as pedras até se tornarem uma espécie de brita, que era vendida pra casas de material de construção. Tudo isso na informalidade, como estratégia de sobrevivência, a fim de garantir o mínimo para seus filhos, provendo ao menos o alimento, para não vê-los perecer de fome.

Uma das trabalhadoras lembra que um período de sua vida, na década de 1970, assim como outras mulheres do bairro Nossa Senhora Aparecida, trabalhou na escolinha, aberta pelos próprios moradores. Em vez de salário, recebiam doações que os padres da igreja arrecadavam em alimentos e roupas. Como mostra no depoimento que segue;

Nós trabalhava lá, mas nós não recebia, aí vinha roupa, que os capuchinhos trazia. Graças a Deus eu já fui muito ajudada, quando eu me lembro desse povo, me toca o coração. Eu peço tanto a Deus por esse povo que me ajudou. Eu com essa renca de filho, sem ter marido, sem ter ninguém. [...] Os padres capuchinhos trazia roupa, comida, cereais. [...] Nessa época, nas horas que eu não tava lá trabalhando na escola, eu tava lavando roupa lá embaixo e batendo ferro de brasa pra criar os filho. Deixava tudo trancado. Porque não tinha creche. Ta vendo a dificuldade?

Elas relatam a dificuldade do acesso ao trabalho nos períodos de entressafra do café, em uma cidade que, apesar de apresentar um crescimento de determinados setores economia, as excluía deste processo, restando a elas sempre os piores trabalhos, isso quando conseguiam, de forma temporária e precária, vender sua força de trabalho. Na maioria dos casos, elas se ocupavam (o que ainda acontece atualmente) como domésticas e diaristas em casas de famílias de médios e altos rendimentos, que conforme os depoimentos estão localizados nos bairros do setor Leste da cidade, para os quais, faziam o percurso a pé, percorrendo cerca de 16 quilômetros, entre a ida e o retorno.

Além disso, as dificuldades na esfera reprodutiva, no cotidiano dessas mulheres, na periferia conquistense, se multiplicavam, pois até mesmo as atividades domésticas mais corriqueiras do dia a dia, como lavar roupa, cozinhar, cuidar da limpeza da casa e fazer compras de tornavam extremamente difíceis. Isso por causa da própria configuração de determinados loteamentos, abertos em locais totalmente inóspitos e

---

<sup>58</sup> Reserva de resquíio de Mata Atlântica, que atualmente constitui o Parque Municipal da Serra do Peri Peri.

distantes da área urbanizada, e pela ausência de infraestruturas e serviços essenciais como acesso a água, energia elétrica, transporte público, além de escolas e creches para os filhos. Isso exigiu que elas se mobilizassem para lutar por melhorias em seus bairros<sup>59</sup>.

O que se observa em Vitória da Conquista é a continuidade do processo de segregação urbana, que a partir de 1970, dentro do contexto apresentado por esta pesquisa, se dá de forma ainda mais intensa e perversa, a partir de quando a iniciativa privada se aproveita da permissividade do Poder Público Municipal para produzir de espaços totalmente desestruturados e sem nenhum critério urbanístico, para alocar os trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegavam a cidade, sobretudo aqueles ligados à cafeicultura.

No processo de crescimento urbano de Vitória da Conquista, o planejamento desenvolvido, nunca foi pensado para beneficiar a classe trabalhadora, em vez disso, tratou de aprofundar, ainda mais as diferenças espaciais urbanas e separar, definitivamente as classes sociais na cidade.

É possível identificar o espraiamento da cidade em direção a áreas bastante afastadas do centro originário. Esse processo, que ocorreu a partir da metade da década de 1970 e durante os anos de 1980, tem como vetor a atividade loteadora do solo urbano. No período citado, foi registrada a abertura de 123 loteamentos, sendo que 21 foram registrados na década de 1970 outros 102 na década de 1980. Uma das causas desse crescimento substancial se relaciona com Poder Público Municipal diante da violação, por parte dos empreendedores privados, dos códigos e leis de uso e ocupação do solo estabelecidos no primeiro dos planos diretores da cidade, o Plano Diretor Urbano – PDU de 1976, que analisaremos no capítulo 5.

Uma das consequências dessa dinâmica foi a extensão da periferia urbana, até o momento pouco expressiva, em Vitória da Conquista. Nos referimos à consolidação de um processo de *periferização* que combinou o aumento populacional decorrente da mobilidade do trabalho na cafeicultura e a ação dos proprietários fundiários junto ao Poder Público Municipal, que possibilitaram auferir diferentes rendas fundiárias, aumentando o preço do solo urbano em determinados espaços. Estas, por sua vez, o estratificaram, condicionando a segregação espacial de classe. Para a classe trabalhadora restaram aqueles espaços onde o solo urbano tinha um preço menor,

---

<sup>59</sup> Discutiremos essa questão no próximo capítulo.

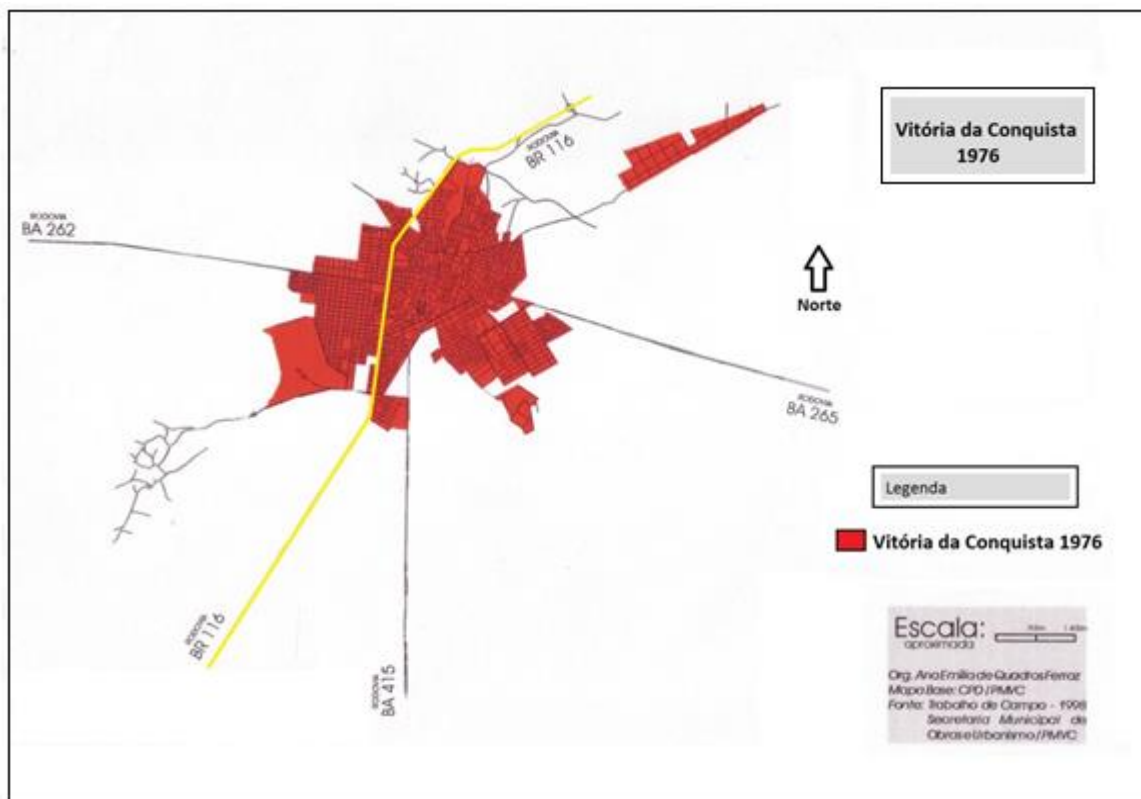
em função da escassez ou inexistência de infraestrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo, necessários à inclusão no direito à cidade<sup>60</sup>.

Um recurso de identificação do processo de periferização do espaço urbano é a representação cartográfica. Os Mapas 04 e 05 nos ajudam a entender a evolução da estrutura urbana como um todo, e da periferia em particular, para o período representado. É possível observar a dimensão da expansão realizada entre 1976 e 1986 nesta cidade, atentando para, os novos espaços que passaram a fazer parte da delimitação urbana, deixam vazios intersticiais com fins de especulação imobiliária, em uma estratégia que ao mesmo tempo, cria loteamentos de baixo custo e valoriza os espaços vazios intersticiais.

---

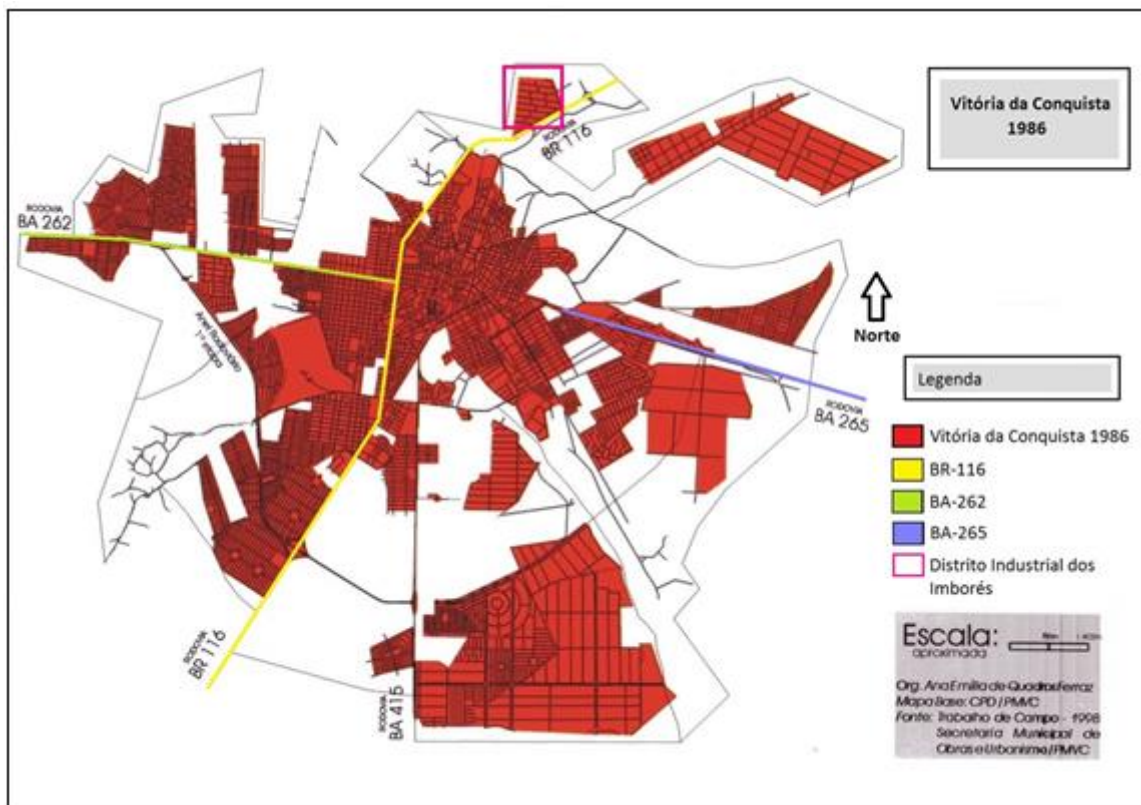
<sup>60</sup> Há uma ampla discussão acerca do direito à cidade, conceito fundado por Henri Lefebvre e apresentado em sua obra 'O direito à cidade' em 1968. O direito à cidade é muito mais do que o direito à moradia ou de estar no espaço urbano, ele se amplia para o direito de não exclusão na sociedade urbana, das qualidades e benefícios da vida urbana. Além disso, Lefebvre defende o processo inverso à segregação urbana, tratando o direito à cidade como a recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem na periferia das cidades e que por uma questão social de classe, não conseguem usufruir da vida urbana como um todo.

**Mapa 04: Estrutura urbana de Vitória da Conquista em 1976**



Fonte: FERRAZ e ALMEIDA, 2007 p.12: Adaptação da Autora.

**Mapa 05: Estrutura urbana de Vitória da Conquista em 1986**



Fonte: FERRAZ e ALMEIDA, 2007 p.12: Adaptação da Autora.

Todavia, a representação gráfica não dá conta, por si só de explicar a realidade. Ela apenas situa, localiza e mostra o que ficou materializado no espaço em determinado período. Para entender o conjunto de fatores que compõem o processo social que constrói a periferia, partimos inicialmente da necessidade de discutir o que entendemos por periferia urbana, para compreender as implicações deste processo na vida das trabalhadoras do café, que em Vitória da Conquista, habitam esses espaços.

#### **4.1 - Noções e conceitos sobre periferia urbana**

A periferia urbana recorrentemente tem sido definida em relação à fatores geométricos, ou seja, a relação de distância e/ou dependência de um espaço determinado em relação ao centro. Também, ideologicamente, tem-se vinculado essa noção com a violência, a insegurança e/ou a marginalidade social.

Segundo Silva (2012), o conceito de periferia comparece na conjuntura histórica entre as duas grandes guerras mundiais (1914-1945) e, se afirma, no período da guerra fria (1945 a 1991). Neste momento, os países de maior poder econômico e bélico representavam o centro do mundo, e os países pobres, e menor armamento militar, a periferia. Segundo Silva (*apud* Pallone 2012): “não dá para pensar em periferia sem pensar em centro. É um par dialético que faz parte dos fundamentos da teoria do desenvolvimento econômico” (p. 11).

Para estes autores, na cidade o centro é o espaço que polariza as relações econômicas enquanto, seu par antagônico é a periferia. Para essa concepção, centro e periferia constituem uma relação intrínseca e indissolúvel, apesar de contraditória.

Em uma perspectiva semelhante, Domingues (1994) considera que é o grau de afastamento em relação a um centro que deixa clara a posição periférica no sentido físico, social e morfológico de um espaço. Quanto maior for a visibilidade, o posicionamento, o poder e a clareza dos atributos da condição central, maior será também a posição periférica. Para este autor, na forma de um agregado social, a periferia é definida pelas características citadas, e não pelo nível de densidade ou intensidade das relações internas ao nível local, mas pela situação de dependência, pela: “subalternidade frente às áreas centrais e aos locais de destino dos habitantes-pendulares” (p.5).

A definição geométrica de periferia urbana não nos ajuda a compreender as contradições do processo social da produção do espaço de Vitória da Conquista. Entendemos que, não é o fato de um aglomerado urbano estar geograficamente distante do centro que o caracteriza como periferia, a menos que essa distância física esteja relacionada a um distanciamento social. Nesse caso, as colocações de Domingues (1994) que afirmam a condição periférica em oposição à dinâmica de concentração de equipamentos e serviços do centro, lançaria alguma luz sobre o entendimento do conteúdo da periferia como espaço de precariedade dos serviços oferecidos à população, que se vê na relação de dependência a outras áreas do espaço urbano que concentram os serviços e equipamentos dos quais homens e mulheres necessitam diariamente ou esporadicamente. Ainda assim, essa abordagem não é suficiente para a compreensão da periferia urbana, como explica Moura e Ultramari:

Esse entendimento meramente geométrico não representa a verdadeira relação entre o centro e as periferias das cidades. Neste caso, os afastamentos não são quantificáveis apenas pelas distâncias físicas que há entre os dois, mas, sim, revelados pelas condições sociais de vida que evidenciam nítida desigualdade entre os moradores dessas partes da cidade. (MOURA e ULTRAMARI apud SANTOS, 2003 p. 44).

Para Serpa (2002) o conceito de periferia explícita, via de regra, áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro, ou seja, compreende a localização, uma distância euclidiana em relação ao centro, na linha de raciocínio dos autores anteriores. Todavia, este autor aponta que nem todas as áreas distantes do centro atualmente, podem ser entendidas enquanto periféricas, pois além da questão do posicionamento na estrutura urbana o termo absorveu uma conotação sociológica redefinindo-se. Nessa ressignificação a periferia passa também a designar áreas com déficit de equipamentos de serviços e infraestrutura, constituindo-se, primordialmente, como o “lócus de reprodução espacial da população de baixa renda” (SERPA, 2002 p. 161). Para este autor, a periferia deixa de ser um ponto em um mapa, e é caracterizada pela renda de seus habitantes. No entanto, essa análise não leva em conta que a renda individual dos trabalhadores e trabalhadoras é determinada socialmente pelas condições objetivas de sua classe social, em que a própria periferia

é produto da divisão social do trabalho e da luta de classes. Ao defender que a renda é um elemento definidor do conteúdo periférico, perde-se a noção de que a estrutura e a organização histórica, social e de classe, configuram e dão origem aos espaços sociais onde se reproduz a classe trabalhadora.

Alexandre dos Santos (2014), avança nessa análise discutindo que habitar em determinado espaço da periferia morfológica, não significa, necessariamente, pertencer à classe trabalhadora. Já que em algumas dessas áreas, encontram-se espaços habitados tanto por diversas frações da classe trabalhadora, quanto pelas classes média e alta, se configurando como “zonas mistas”, compostas por funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos burgueses e burgueses. Para esse autor, deve-se analisar o perfil do bairro, e não somente sua localização, pois algumas áreas das extremidades da cidade passaram a ter um novo conteúdo e consequentemente um novo papel social ao se tornarem espaço de reprodução das classes mais abastadas. Nesse caso, o fato de estar às margens da cidade, não implica em uma condição de privação pois, para estas classes, é possível estar nos contornos periféricos da cidade, mas desfrutando de infraestrutura urbana, de serviços sociais de qualidade e todo bem-estar possível.

Nosso entendimento de periferia, diferencia esse espaço das outras partes da cidade, entre outras questões, pela origem social e precariedade da conformação espacial. Constituem-se em grande parte pela consolidação de loteamentos irregulares ou clandestinos e a partir disso vai se materializando no espaço, um processo social que, ao passo que inclui essas pessoas no urbano, ao mesmo tempo, as exclui do direito à cidade.

A questão da precariedade dos serviços oferecidos nas áreas periféricas tem uma relação estreita com o uso e o preço do solo urbano determinado pelos agentes imobiliários e atestada pelo Estado. Esses agentes produzem o espaço urbano de acordo com seus interesses determinando a renda<sup>61</sup> auferida à terra e neste sentido, muitos fatores contribuem para que, em determinados espaços, o solo urbano tenha maior ou menor preço. Uma dessas questões é a dotação de infraestrutura, já que o solo urbano absorve o valor das benfeitorias realizadas no seu entorno. Esse fato explica o baixo preço dos lotes das áreas destinadas à classe trabalhadora. Comumente esses espaços são entregues para habitação sem nenhum tipo de

---

<sup>61</sup> Trataremos sobre a questão da renda fundiária urbana com mais profundidade adiante, neste capítulo.



infraestrutura, ao passo que os equipamentos ausentes na periferia vão agregar valor ao preço de lotes e/ou imóveis em bairros de classe média e alta. Na cidade capitalista o uso só se torna possível na mediação da compra, os trabalhadores em situação de pobreza, possuem pouca ou nenhuma condição de adquirir um lote ou imóvel em áreas valorizadas do espaço urbano. Dessa negação, surgem como alternativas o loteamento ilegal e a ocupação de áreas, logo, estamos diante de um paradoxo: as periferias possuem uma ausente ou precária infraestrutura urbana porque são espaços não valorizados pelo capital imobiliário e não são valorizadas por não estarem dotadas de infraestrutura, entre outras questões, como explica Santos a seguir:

a precariedade dos serviços oferecidos à população tem relação com o baixo preço do solo urbano, à dificuldade de circulação e acesso aos meios de transporte, à alta densidade de ocupação do solo, conseqüentemente, pela escassez de áreas para o lazer. Representam, geralmente, formas de ocupação espontâneas, fruto da dificuldade de acesso ao solo urbano (2003, p. 45).

Nestes termos, os espaços periféricos são, em grande parte das cidades brasileiras, o destino da população que não possui recursos para usufruir de outras áreas da cidade.

Embora parta de uma perspectiva diferente de Serpa (2002) Santos (2014) considera, que além da localização é necessário ter em vista a “disponibilidade dos equipamentos públicos e a regularidade nos serviços, da infraestrutura urbana, mas, sobretudo da renda dos moradores” (p. 133), que é considerada por ele como fundamental para a definição do aspecto social dos bairros. Vale ressaltar, que apesar de considerar a renda, Santos não entende que seja este o fator que determina a periferia, mas que aliado às questões citadas, permitem identificar, no espaço urbano, os locais caracterizados como periferia.

Apesar da leitura deste autor trazer uma discussão crítica marxista que entende a divisão da sociedade em classes sociais e que a apropriação desigual do espaço gera a segregação socioespacial, sua análise não traz uma questão que consideramos crucial para o entendimento da periferia urbana, que são as razões histórico/sociais, por tanto materiais, que originam esse espaço e que necessariamente passam pela mercadorização da terra urbana e da divisão social do

trabalho que constituem historicamente a periferia urbana enquanto lócus de reprodução da classe trabalhadora.

Os locais para armazenamento dessa força de trabalho, de acordo com Kowarick (1979), que analisando a metrópole paulistana, identifica a tendência de um *padrão periférico de crescimento*, esse padrão permite compreender a heterogeneidade da espacialização da periferia urbana, que embora continue a se reproduzir nas margens da cidade, segregando nestes espaços os pobres urbanos, também está relacionada a outros espaços, como áreas do centro empobrecidas, identificando a presença de conteúdos periféricos tanto nas áreas limítrofes da cidade, quanto no próprio centro.

Na mesma perspectiva, Burgos (2008) faz referência a noção de um *urbano periférico* que no contexto da urbanização crítica se refere à negatividade do urbano que pode estar presente em diferentes espaços da cidade, em suas palavras, o *urbano periférico* numa perspectiva sociológica ou geográfica “compreende as periferias urbanas enquanto condição social da pobreza, possibilitando admitir sua presença tanto na periferia como no centro propriamente dito” (p.13).

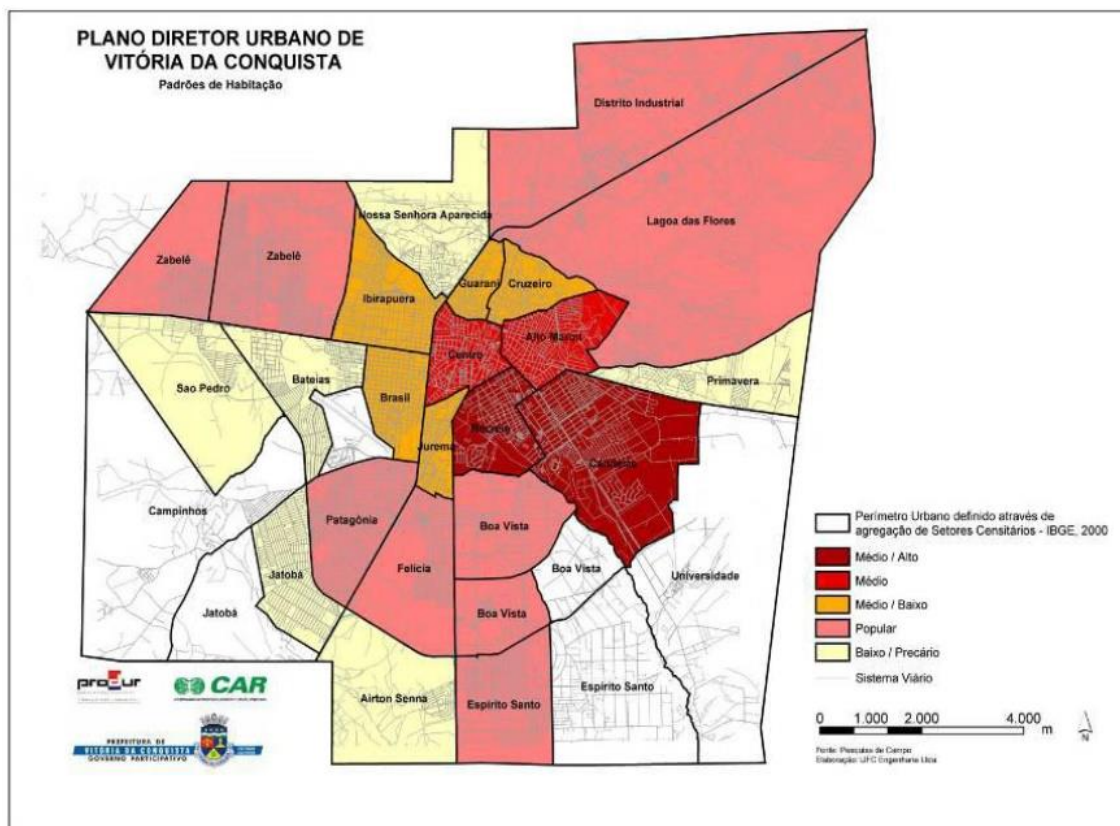
Assim, identificamos análises de autores como Domingues (1994), que considera a oposição entre centro e periferia a partir da oposição entre eles e da localização geométrica, a leitura de Serpa (2002) que aponta a renda como fator determinante e as análises de Kowarick (1979) e Burgos (2008) que entendem que a periferia como condição da pobreza social, dissociando a determinação de seu conteúdo da localização na estrutura urbana.

Essa última análise, compreendendo as particularidades e diferenças entre São Paulo e uma cidade do interior da Bahia, nos ajuda a compreender que o *conteúdo periférico* pode estar localizado em diferentes locais do espaço urbano e depende dos processos de formação e transformação da cidade em virtude da espacialização do capital imobiliário e da luta de classes. Já que em Vitória da Conquista a periferia aparece de forma heterogênea na estrutura urbana, não podendo ser definida apenas enquanto distância física em relação ao centro.

Em determinados bairros, localizados nas margens da cidade, existe também uma distância social, mas não é uma regra, já que nos bairros de classe média e alta, igualmente distantes do centro, encontramos uma realidade bastante diferente. Em Vitória da Conquista, observamos espaços com conteúdo de periferia urbana no sentido social com baixos e precários padrões de habitação, déficit de serviços e

equipamentos públicos em bairros localizados próximos e fronteiros ao centro, como o Bairro Nossa Senhora Aparecida no mapa 06 a seguir:

### Mapa 06: Padrões de Habitação dos bairros de Vitória da Conquista no início dos anos 2000



Fonte: Plano Diretor Urbano – Vitória da Conquista 2006

Analisando o mapa é possível ter uma noção da localização do que entendemos por periferia. Para definir os padrões de habitação mostrados no mapa, considerou-se, de acordo com Santos, (2013) elementos da estrutura física das habitações, como tamanho dos terrenos, tipo de material utilizado na construção das casas, quantidade de cômodos, e presença de saneamento básico como água, luz e esgotamento sanitário, entre outras questões.

Entendemos que a qualidade da moradia, pode revelar a condição material dos trabalhadores e trabalhadoras que a habitam, no entanto, nossa análise não se baseia apenas nessa questão, destacando que o mapa em si, não serve para explicar a periferia, mas a sua interpretação, a partir das informações obtidas por meio do estudo da produção histórica do espaço conquistense e da realidade observada e entendida

a partir dos depoimentos de trabalhadoras destes bairros, nos ajudam visualizar como está posicionada, espacialmente, a periferia conquistense.

É preciso que se tenha certo cuidado na análise das representações, já que a metodologia utilizada para a produção desta cartografia emprega um percentual médio para definir os padrões de habitação, o que muitas vezes camufla a realidade. Visto que nos trabalhos de campo pudemos observar loteamentos com habitações extremamente precárias nos Loteamentos Kadija e Coveima II no bairro Patagônia e Loteamentos Cidade Maravilhosa e Senhorinha Cairo no bairro Zabelê que no mapa aparecem como popular, assim como áreas do Bairro Alto Maron, que é mostrado como padrão médio, entre outros muitos exemplos que poderíamos citar. E por outro lado, no bairro Boa Vista observamos a existências de condomínios e habitações de alto padrão, mas na representação geral, o bairro também aparece como popular.

#### **4.1.1 Origens históricas da segregação espacial: uma teoria social crítica sobre periferia urbana**

Como foi destacado, na literatura sobre o tema, a segregação urbana se apresenta em diversos formatos e são muitas as definições. Favelas, cortiços, subúrbio, aglomerados subnormais, *periferia urbana*. Cada terminologia tem características próprias de morfologia, estrutura, localização e, conseqüentemente, gera debates específicos. No entanto, nesta pesquisa entendemos parte desses espaços periféricos, com algumas exceções, como locus de reprodução da classe trabalhadora e, especificamente, das famílias trabalhadoras que chegaram na cidade no período de expansão das fazendas de cafeicultura na região. Todavia, não é nosso objetivo simplificar ou anular as discussões sobre os conceitos. Compreendemos que cada um responde a um arcabouço teórico apoiado em pesquisas específicas. Concordamos com Kowarick (2000) para quem existem *periferias*, no plural, quando analisa esses espaços na metrópole de São Paulo:

Periferias... assim mesmo, no plural. Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras, verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se dividem as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço

da periferia. Zonas que abrigam população pobre, onde se gastam várias horas por dia no percurso entre a casa e o trabalho. Lá impera a violência. Dos bandidos, da polícia, quando não, dos justiceiros. Lá é por excelência o mundo da subcidadania (KOWARICK, 2000, p.43)

Entendendo que todas essas terminologias, estão relacionadas aos locais de reprodução da classe trabalhadora, partimos para a análise das origens históricas de tais espaços, que nos referimos como *periferia urbana*, embora não seja necessariamente este o termo utilizado por alguns autores fundamentais para esta compreensão, como Lefebvre (2008), e Engels (1975), por exemplo.

O habitante da periferia urbano-industrial como agente social produtor do espaço urbano, aparece em um período em que transformações econômico-culturais puxadas pela Industrialização promovem mudanças na relação de valor do espaço. De acordo com Lefebvre (2008), nos países onde ocorreram cidades medievais, elas foram o centro de vida social e política, onde se acumulavam riquezas, conhecimentos e técnicas, era o espaço do uso sem a necessidade da mediação da troca “A própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível em direção ao dinheiro, na direção das trocas, na direção dos produtos” (p.13) que caracterizam a cidade urbano-industrial. Para esse autor, a cidade obra e a cidade produto, diferem no sentido de que “a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (p. 14).

Essa transformação aparece como consequência na era industrial com a monetarização dos valores de uso na cidade, produzindo uma burguesia industrial. Segundo este autor, na França do século XIX, a efervescência de confrontos ideológicos e políticos entre trabalhadores e a nova classe dominante, fez com que o proletariado, por meio do ato do Barão Haussmann fosse expulso do centro urbano, criando os subúrbios. Ao passo que à III República coube o papel de assegurar a limitação do direito de habitar que significa participar da vida social de uma comunidade aldeia ou cidade ao de habitat, que está pautado na segregação e isolamento

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma

estratégia. [...] Com a “suburbanização” principia um processo que descentraliza a cidade. Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra, afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora, a consciência urbana vai se dissipar (LEFEBVRE, 2008, p. 24-25).

Apesar de Lefebvre (2008) apontar que esse ato não tinha o objetivo planejado de desmoralizar o proletariado, o projeto coube bem como estratégia de classe. Não somente para afastar o mal-estar que o modo de vida dos trabalhadores causava na classe dominante nascente, mas sobretudo servindo aos interesses políticos e ideológicos de promover a segregação distanciando-os do centro, do convívio e da vida urbana. Entretanto, pela falta de estrutura nos subúrbios, a situação de dependência com o centro ficou ainda mais acentuada. Embora expulsos do núcleo urbano, continuavam no atributo de habitantes da cidade, logo não deixaram de ser urbanos, mas ao serem relocados para áreas marginais, tiveram conseqüentemente seu direito à cidade e retirado ou reduzido, e a consciência do urbano comprometida, como o autor aponta a seguir:

Com a criação do subúrbio começa na França um pensamento urbanístico encarniçado contra a Cidade. [...] Em redor da cidade instala-se uma periferia desurbanizada e, no entanto, dependente da cidade. Com efeito, os “suburbanos”, os dos “pavilhões” residenciais, não deixam de ser urbanos mesmo que percam a consciência disso e se acreditem próximos da natureza, do sol e do verde. Urbanização desurbanizante e desurbanizada, pode-se dizer para ressaltar o paradoxo (2008, p.25).

Sposito (2004) aponta que a urbanização que sucedeu a primeira Revolução Industrial na Inglaterra, no final do século XVIII, está fortemente ligada ao rápido crescimento das cidades gerando um processo de *suburbanização* que respondia ao crescimento demográfico e à ampliação das funções desempenhadas pela cidade em decorrência da industrialização. Essa dinâmica do século XIX teve sua repercussão espacial na estruturação urbana na forma de centro-periferia imposta pela organização sociopolítica capitalista. É preciso salientar, que essa tendência de suburbanização do século XIX representa, segundo Sposito (2004) uma: “mudança no conteúdo social e cultural da periferia” (p. 119). A suburbanização existente na

antiguidade, nos períodos pré-industriais representavam o desejo de ‘fuga’ das elites da aglomeração do centro, das áreas superconcentradas: “em busca de ares mais saudios e ares mais amplos no campo” (p. 119).

Ainda de acordo com esta autora a periferização das cidades europeias do século XIX, aparece em contraposição da tendência anterior de adensamento urbano promovida pela industrialização. Em decorrência do aumento populacional proveniente da mobilidade do trabalho do campo para a cidade. Uma cidade esparsa e descontínua começa a ser produzida, grande parte em função das mudanças tecnológicas do final desse século: “Com a invenção do bonde, do metrô e do elevador. Mais forte ainda foi o impacto causado na cidade pelo automóvel e o caminhão” (BLUMENFELD, 1972 p55 apud SPOSITO, 2004, p118).

A exemplo da França, na Inglaterra do século XIX Engels descreve no seu livro “A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra” os bairros onde os trabalhadores viviam nas grandes cidades desse país entre 1843 e 1844 como Londres, Manchester, Liverpool e Birmingham. Locais que cumpriam o papel de abrigar a força de trabalho de forma extremamente precária. Realidade que embora nefasta, não foi particularidade desse país ou de um passado histórico, pois realidades perversas semelhantes a essa podem ser visualizadas em diversas parte do mundo contemporâneo, inclusive no Brasil, ou em Vitória da Conquista, que não está isenta das mazelas da urbanização capitalista.

A seguir Engels descreve as periferias inglesas do século XIX:

Todas as grandes cidades possuem um ou vários “bairros de má reputação”, onde se concentra a classe operaria. É certo que é frequente à pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar a parte, onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes “bairros de má reputação” são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídas (...). Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e malcheirosos. Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, e fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. De resto, as ruas servem de secadouro, quando há bom tempo;

estendem-se cordas duma casa a casa fronteira, onde se pendura a roupa branca e úmida ( 1975,p.54).

Embora sejam momentos históricos diferentes, a industrialização aparece como forte influência na transformação espacial na maioria das grandes cidades do mundo. Apesar das semelhanças da paisagem periférica, e dos processos inerentes ao sistema do capital que age em todo globo terrestre na forma de um desenvolvimento desigual e combinado<sup>62</sup>, o processo de periferização no Brasil tem suas particularidades em relação aos exemplos citados anteriormente.

Diferente dos países europeus o Brasil passou por um processo de colonização exploratório sob relações escravistas para, só após a transição para o capitalismo, a industrialização conseguisse se desenvolver a partir do trabalho livre. Esta alavancou a urbanização brasileira, que levou as marcas desses tempos históricos. Nesse Para Freire (1968) o surgimento dos subúrbios brasileiros está relacionado ao processo de urbanização e ao fim do modo de produção escravista:

Terminado o período de patriarcalismo rural [...] e iniciado o período industrial das grandes usinas e das fazendas e até estâncias exploradas por firmas comerciais das cidades, mais do que pelas famílias [...] as senzalas foram diminuindo; e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos: trabalhadores livres quase sem remédio, sem assistência e sem o amparo das casas grandes. (FREIRE, 1968 apud CHAVEIRO e ANJOS 2007, p.187).

As cidades brasileiras surgiram junto com o processo de colonização. Mas o fenômeno da urbanização data da década de 1950 quando aconteceu a inversão entre população rural e urbana no país. Em 1960, 60% da população total já vivia nas cidades.

Esse período se caracteriza pela forte presença de migrações internas. Essa dinâmica no Brasil tem uma relação intrínseca com o processo de periferização. A

---

<sup>62</sup> A teoria do desenvolvimento capitalista 'desigual e combinado' foi formulada pelo teórico russo León Trotsky, que entende o capitalismo como uma totalidade contraditória. A partir de suas análises acerca da dinâmica histórica de países que chegaram tardiamente ao capitalismo industrial, destaca que a coexistência dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Conforme aponta Demier (2015) "Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países avançados e relações sociais muitas vezes pré-capitalistas presentes nos ambientes atrasados se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos "coloniais" e "semi-coloniais".



industrialização absorveu muita força de trabalho, mas quando a demanda por empregos dos trabalhadores que se deslocavam para as cidades se tornou incompatível com a oferta de postos de trabalho, essa população, como um exército de trabalhadores de um mercado que não abrangia a todos, buscou na cidades espaços possíveis para a sua reprodução, formando as periferias urbanas através da ocupação de terras, do loteamento ilegal, da habitação popular.

O desenvolvimento desigual e combinado do processo de acumulação capitalista imprime suas dessemelhanças no espaço. Isso não é feito de forma aleatória, mas de acordo com uma relação funcional na qual o jogo de interesses do sistema vigente, interesses de classe, objetivam garantir a conservação da relação de desigualdade entre elas. Essa relação não pode ser desfeita já que, como aponta Mézáros (2009), a irreconciliabilidade entre capital e trabalho é condição estrutural da sua existência. Nesse caminho interpretativo, a cidade vai reproduzir em seu espaço a materialidade da luta de classes na forma de segregação socioespacial.

Nos principais centros urbanos do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, o processo de periferização tem andado *pari passu* ao de metropolização. Apesar desse processo encontrar maior visibilidade nas metrópoles, ele não é particularidade desses aglomerados urbanos. A formação de periferias, enquanto uma necessidade do próprio sistema capitalista, também é uma realidade nas cidades não metropolitanas como Vitória da Conquista. Esta cidade a partir de um contexto local, vinculado a gestão de políticas nacionais, desenvolveu um intenso processo de segregação espacial que a partir de 1970 ganhou visibilidade na estrutura urbana.

#### **4.2 – Aportes para o estudo da produção do espaço desigual em Vitória da Conquista**

Em Vitória da Conquista, os loteamentos surgiram como principal forma de produção do espaço urbano com destinação à moradia. Esses empreendimentos eram realizados por grandes proprietários de terras, rurais e urbanas, que parcelavam o solo e os vendiam à população (MEDEIROS, 1978). Essa ação, foi promovida tanto por pessoas físicas, como os próprios donos dos terrenos a serem parcelados, ou por pessoas jurídicas, como a empresa Cairo Ramos e Cia, criada por uma associação entre loteadores (PAIVA, 2012).

Em 1970 existia na cidade uma grande demanda por habitação para a população de baixa renda. Também, nesse período existiam já os grandes proprietários de terras

que detinham a posse do solo em locais que se estendiam para além do núcleo urbanizado. Terras sem infraestrutura urbana, que poderiam ser loteadas e vendidas, a preços acessíveis às famílias trabalhadoras. Esse processo também se estendeu às áreas rurais do entorno da cidade que foram loteadas e incorporadas ao espaço urbano.

A realização de muitos loteamentos, principalmente aqueles destinados a população de baixa renda, acontecia de forma ilegal, pois o loteador não criava a infraestrutura determinada pela legislação. Traçavam-se as quadras e os lotes e abriam-se as ruas e, como coloca Santos (2013), em alguns casos nem mesmo isso era realizado. Desta forma, o loteador tinha condições de lançar concomitantemente vários loteamentos espalhados pela cidade e ampliar seus ganhos com o empreendimento (SANTOS, 2013).

Grande parte dos loteamentos criados entre as décadas de 1970 e 1990, destinados a classe trabalhadora em situação de pobreza, estavam localizados no Setor Oeste, onde o preço do solo urbano é menor. Mas o que orienta essa dinâmica? Quais fatores influenciam para que determinadas áreas da cidade sejam valorizadas em detrimento de outras? Se faz necessário desvendar essas questões, para a compreensão de como a periferia se forma e se espacializa na estrutura urbana. Para este entendimento, não podemos abrir mão de desvelar o processo histórico da produção de Vitória da Conquista olhando criticamente para os fatos, sem perder de vista as contribuições teóricas que nos ajudam na análise e entendimento desta dinâmica.

A centralidade da reprodução do capital dirige e orienta a produção do espaço urbano, ampliando as desigualdades existentes entre a riqueza socialmente produzida e a precariedade, com a criação e manutenção dos espaços de pobreza e a reprodução da segregação socioespacial, como apontamos anteriormente. Este processo, de acordo com Lojkine (1981), é a mais evidente manifestação da renda fundiária urbana, que resulta nos “mecanismos de formação dos preços do solo, estes, por sua vez, determinados (...) pela nova divisão social e espacial do trabalho” (p.166). O debate acerca da renda fundiária aplicada ao espaço urbano é complexo e não consensual na Geografia Urbana, pois nem todos os autores concordam que o solo urbano produza renda, dentro dos princípios originais discutidos por Karl Marx em ‘O Capital’ no século XIX. No entanto, reconhecemos, apesar das divergências, que o debate acerca da renda fundiária urbana nos ajuda a entender os caminhos que

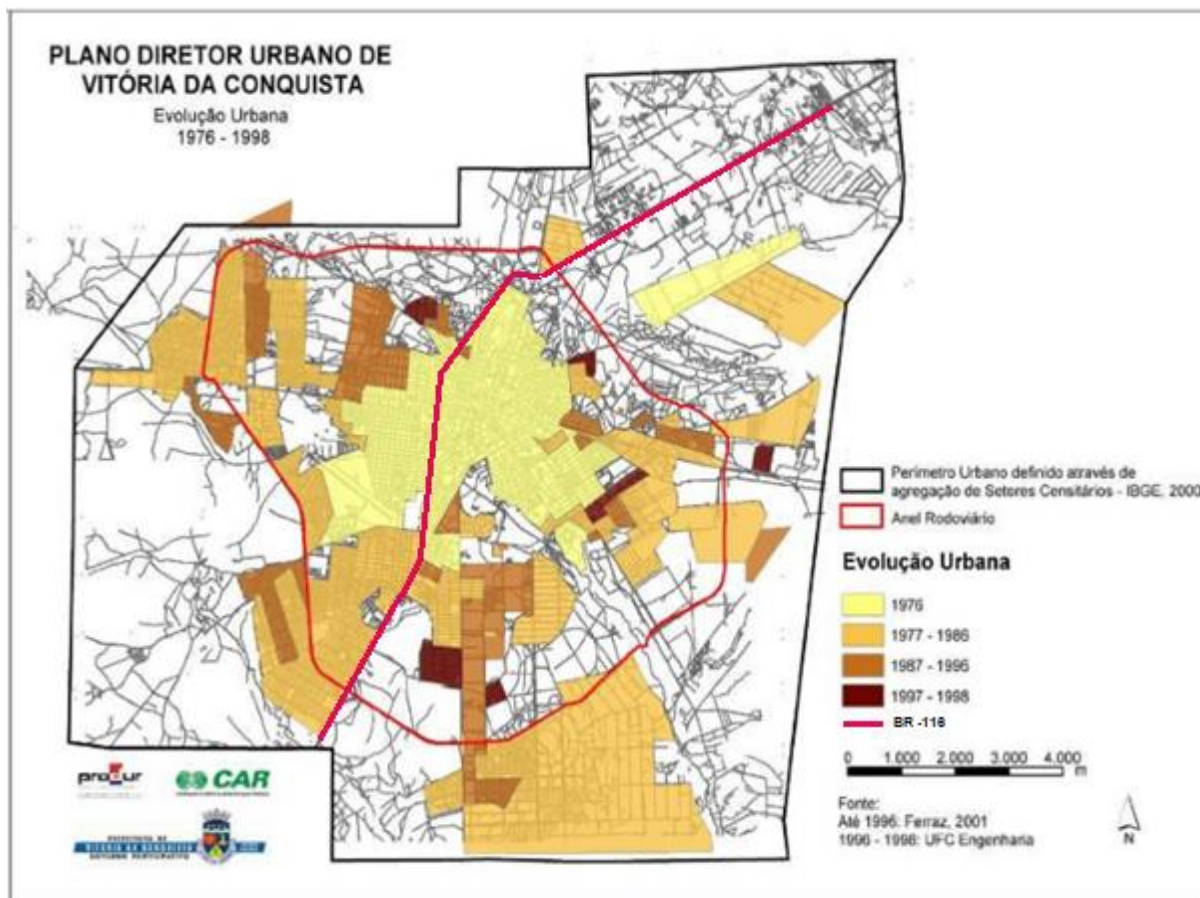
levaram á configuração atual de segregação socioespacial em Vitória da Conquista, sendo assim, no lançamos nessa discussão no item a seguir.

#### **4.2.1 Renda fundiária urbana e configuração da periferia**

Como apontamos anteriormente, os bairros periféricos de Vitória da Conquista, seguiram uma tendência de se espacializarem por toda estrutura urbana, entretanto, sua maior concentração está no setor oeste da cidade, que até a década de 1950 era pouco povoado, pois a população estava localizada apenas na margem ocidental da BR-116. Nas décadas seguintes o uso do solo se tornou mais intenso assumindo, já em 1990, uma configuração de periferia urbana com ocupação consolidada, mas como aglomerações descontínuas no espaço. É importante ressaltar que não objetivamos afirmar que a periferia social está apenas no setor Oeste, mas, que por determinadas razões, a maioria dos bairros que abrigam a classe trabalhadora estão localizados neste lado da cidade.

Em Vitória da Conquista, podem ser observados, por toda a cidade, vazios urbanos que funcionam como estratégia dos detentores da terra para extrair a maior renda possível do solo urbano. Tomando como parâmetro a BR-116, também conhecida na cidade como 'Rio-Bahia' e 'Avenida Presidente Dutra' no trecho que corta a cidade, é possível identificar um processo e urbanização consolidado no centro e bairros do entorno localizados a leste da Rio-Bahia. Enquanto, no lado oposto, a ocupação na década de 1970 ainda era pouco expressiva. O povoamento era parcial em alguns bairros como Brasil, Patagônia, Nossa Senhora Aparecida e Ibirapuera, todos fronteirios à rodovia, como pode ser observado analisando a estrutura urbana até 1976 em relação à BR-116 no Mapa 07 a seguir.

**Mapa 07 – Evolução urbana de Vitória da Conquista 1976 - 1996**



Fonte: PDU, 2006

Adaptação da Autora.

Acompanhando a cronologia de expansão urbana exposta no mapa, é possível identificar que os proprietários de terra e loteadores promoveram o parcelamento do solo em um sistema radial inverso, partindo das áreas mais distantes, a fim de que as mais próximas ao núcleo urbanizado pudessem ter um maior valor agregado. O mapa deixa bastante nítido que a expansão de 1976-1986 partiu das áreas mais distantes, enquanto que os espaços foram sendo ocupados nos períodos posteriores.

Esse processo está relacionado à mecanismos de extração da renda fundiária e das estratégias dos detentores de terra e capital para tornar mais lucrativo seus investimentos, ao passo que também está atrelada à forma da classe trabalhadora de se apropriar das áreas marginais da estrutura urbana. Para compreender como esses processos ocorrem em Vitória da Conquista se faz necessário compreender o que é a renda fundiária urbana.

### **a) Contribuições teóricas marxistas sobre renda fundiária urbana**

A renda da terra é uma das categorias mais discutidas e polêmicas do pensamento econômico, especialmente no que se conhece por Escola Clássica. A teoria foi-se transformando a medida que autores como Adam Smith, David Ricardo e Malthus incorporaram suas contribuições. Posteriormente, Marx partindo da *renda ricardiana*<sup>63</sup> advogou a existência da renda absoluta, advinda da composição orgânica do capital e do monopólio da propriedade privada da terra. Todavia, como os autores anteriores, construiu suas contribuições à transformação dessa categoria a partir da pesquisa e análise da realidade sócio-econômica do espaço agrário do seu tempo.

Contemporaneamente, autores como Lojkine (1981,1997), Lipietz (1974), Harvey (1980, 1990), Topalov (1984) entre outros, fizeram o esforço de compreender a renda fundiária no espaço urbano. Trata-se de uma abordagem controversa e que apresenta uma série de problemas tanto de caráter teórico-metodológico, quando de ordem prática. De acordo com Botelho (2008), alguns dos problemas são: “as dificuldades para a coleta de dados para o cálculo da renda fundiária em grandes cidades e para a identificação dos proprietários fundiários urbanos, por exemplo” (p.24). No entanto, apesar dos impasses, vale a pena insistir nessa abordagem, pois ela nos dá condições de compreender importantes aspectos do espaço urbano, como a hierarquização do uso do solo e a segregação urbana. Logo, proporciona embasamento teórico para desvelar os processos que culminaram na produção da periferia como espaço de segregação urbana de Vitória da Conquista.

Karl Marx, no livro 3 de, *O capital* (1989), trata da renda da terra no solo agrícola como consequência das relações sociais imperantes numa sociedade desigual, intrínseca à existência da propriedade privada e à possibilidade de seu acesso e monopólio. De acordo com a teoria marxista a terra não tem valor, pois não é criada pelo trabalho, é um bem natural, não reprodutível, mas que no capitalismo foi transformada em mercadoria. Não sendo produto do trabalho, logo, não é capital, e nesse viés a terra não poderia gerar lucro, e sim renda, ou seja, toda renda fundiária capitalista é mais-valia, produto do trabalho não pago e não uma propriedade inerente ao solo, ela é: “uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora

---

<sup>63</sup> David Ricardo elabora a teoria de rendimentos decrescentes, mostrando as conexões da renda da terra com a taxa de lucro e com a acumulação do capital e o conseqüente antagonismos entre proprietários da terra e capitalistas. (DEANE, F. 1981)

e que é apropriado pela classe de proprietários fundiários devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra” (BOTELHO, 2008 p.26).

Para Marx (1989) a renda fundiária é a forma em que a propriedade se realiza economicamente e se valoriza, neste sentido se pressupõe que certos grupos de pessoas, detenham o monopólio de determinadas partes do globo terrestre. Estas, por sua vez, passam a ser valorizadas na base da produção capitalista. A renda fundiária se apresenta de três formas: renda absoluta, renda diferencial e renda de monopólio. No solo urbano se torna mais complexa a identificação desses tipos específicos de renda, não é nosso objetivo discutir especificamente cada um dos tipos, mas apenas compreender como a renda fundiária influencia na distribuição das classes sociais no espaço urbano de Vitória da Conquista, promovendo a segregação espacial.

É importante ressaltar como apontamos anteriormente, que a formulação de que o solo urbano gera renda não é um consenso entre os pesquisadores. Villaça (2001) e Carlos (1994) que partem da concepção de que o solo urbano, como parte do espaço socialmente produzido por meio do trabalho, possui valor no sentido preciso do termo na teoria do valor-trabalho. Carlos (1994) se baseia concepção de espaço é o trabalho social contido na totalidade do espaço geográfico materializado em uma localização, neste sentido, a autora defende que: “a terra, como mercadoria tem um valor que se expressa pela localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global, produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas” (p.170). Partindo de orientação análoga, Vilaça (2001) discorre que a localização se enquadra como um valor de uso do solo que, ao se converter em valor de troca, é expresso como preço da terra. Valor atribuído ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção: “ou para produzir a cidade inteira, da qual a localização é parte” (p.72).

Em ambas análises se admite a influência de determinada localização, como produto socialmente produzido no espaço urbano, mediante a expressão material da luta de classes. Logo, como produto do trabalho social, a terra urbana é considerada mercadoria.

A teoria da renda da terra encontra seu equivalente na cidade, que, por se tratar de grandes aglomerados de população, gera disputas pela posse e uso do solo. De acordo com Singer (1978), a renda gerada através do solo urbano pode facilmente ser

confundida com capital, porque elas são semelhantes, embora estruturalmente distintas:

O capital é constituído pela apropriação privada dos meios de produção, os quais, quando movimentados pelo trabalho humano, reproduzem o seu valor, o valor da força de trabalho gasta e mais um excedente (p. 21).

O capital gera lucro por dominar e dirigir o processo social de produção, ao passo que o “capital” imobiliário não é produto desse movimento, no sentido em que o espaço é condição *sine qua non* a realização de qualquer atividade: “portanto, também da produção, mas não constitui em si, meio de produção entendido como emanção do trabalho humano que o potencia” (SINGER, 1978 p.21).

Nesta perspectiva a posse dos meios de produção é uma condição autossuficiente para que o trabalho produtivo possa ser explorado, enquanto que o ato de ocupar o solo por meio da compra ou aluguel, não passa de uma necessidade imposta pelos ditames da propriedade privada que o transforma em fonte de renda para seu detentor. Logo, para Singer (1978): “O capital imobiliário é, um falso capital. Ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a sua valorização não é a atividade produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade” (p, 22).

Sendo assim, de onde viria o valor da terra? Que fator seria responsável por definir ou regular o preço solo urbano, se diferente das demais mercadorias, a origem da sua valorização não é uma atividade produtiva? Primeiramente é importante compreender que o solo urbano e suas benfeitorias, no sistema capitalista, foram transformadas em mercadoria quando passaram a ter seu valor de uso subsumido pelo valor de troca, ou seja, o uso do solo só se torna possível na mediação da troca, por intermédio do mercado imobiliário. Para tanto, Harvey (1978) destaca que esta não é uma mercadoria comum e aponta algumas das suas particularidades.

O solo e suas benfeitorias diferem de outras mercadorias por serem imóveis, elas possuem localização fixa e isto é imutável. No espaço físico, se torna impossível que duas ou mais pessoas ou coisas ocupem o mesmo lugar, desta forma: “a localização absoluta confere privilégios de monopólio à pessoa que tem os direitos de determinar o uso nessa localização” (Harvey 1978 p. 135). Além disso, o solo e suas

benfeitorias são mercadorias indispensáveis a qualquer indivíduo, pois não se pode existir, trabalhar, ou viver sem ocupar espaço ou dispor de algum tipo de moradia. Deste modo, Harvey (1978) reafirma: “é impossível existir sem alguma quantidade dessas mercadorias, e isso restringe fortemente a escolha do consumidor com respeito a elas” (p.135).

Estes dois aspectos do solo urbano e suas benfeitorias nos dão suporte para entender a periferia urbana e porque esse espaço se tornou, historicamente, o lugar onde a classe trabalhadora se reproduz. Com base na restrição de escolha, apontada por Harvey (1978), as famílias trabalhadoras em condições precárias de trabalho e vida não podem prescindir de obter moradia. Todavia, seu direito à apropriação do espaço é restrito à determinadas áreas da cidade, aquelas onde o preço do solo seja compatível com o poder de compra dessas famílias. No entanto, a intenção dos proprietários fundiários é tornar o solo, sob sua posse, cada vez mais caro. E este é um processo que não pode ser definido apenas por um dos sujeitos sociais implicados, senão pelo conjunto de ações que produzem o espaço urbano.

Como destacamos, por se tratar de uma mercadoria especial, o preço do solo urbano e as benfeitorias não seguem a mesma proporção de outras mercadorias. Para Singer (1978), o que determina os preços no mercado imobiliário é o quanto a demanda está disposta a pagar, tornando este mercado essencialmente especulativo, pois o preço de uma porção do espaço pode oscilar violentamente dependendo da demanda e de como ocorre o próprio processo de apropriação do espaço e expansão urbana.

Um conjunto de fatores associados vão repercutir no espaço e fazer com que determinada porção tenha um preço mais elevado que outro. Botelho (2008), aponta que a renda fundiária urbana se caracteriza por alguns fatores, como:

- 1) pela influência decisiva da localização sobre a renda diferencial;
- 2) pela exploração pelo proprietário, do progresso e do desenvolvimento social, para o qual nada contribui e no qual nada arisca;
- 3) pelo predomínio do preço do monopólio”. A renda fundiária urbana, seria elevada pelo rápido e intenso crescimento da população nas grandes cidades, e pela conseqüente necessidade crescente de habitações daí resultante e também pela implementação do capital fixo que se incorporaria à terra (como edifícios, ferrovias, rodovias, armazéns, estabelecimentos fabris e comerciais, docas etc. (BOTELHO 2008, p. 26).



De modo geral, o solo urbano tende a incorporar o valor dos equipamentos e infraestrutura construídos no seu entorno, ele absorve o valor do capital fixo incorporado à terra. Esta imobilização de capital na estrutura urbana, geralmente fica a cargo do Estado que por meio de suas ações e regulamentações influencia no preço da terra e, induz a valorização determinados espaços. Em Vitória da Conquista este processo fica claro se analisamos os Planos diretores (1976 e 2006) que deixam claro as estratégias do poder público que junto com os agentes fundiários, se utilizam do planejamento urbano para, em vez de distribuir igualmente os serviços e equipamentos urbanos que beneficiam a população, direciona-os para determinados bairros da cidade, aglomerando nestes poucos espaços, infraestruturas que aumentam o preço do solo e beneficiam uma população específica, enquanto que os bairros da periferia urbana, com elevada densidade demográfica, raramente são beneficiados com as políticas de planejamento.

De acordo com Singer, (1978) o Estado, enquanto instituição responsável por prover os recursos urbanos imprescindíveis tanto para as empresas quando para a população em geral, direciona e organiza o uso de cada área específica da cidade e conseqüentemente o preço delas. Quando o poder público dota qualquer área da cidade de determinada infraestrutura ou equipamento urbano, a exemplo de sistema de abastecimento de água, linha de ônibus, iluminação pública, esgotamento sanitário, escola pública, entre outros, ele está deslocando para essa área demandas de moradores e empresas que não se apropriariam delas anteriormente em virtude da ausência de serviços, indo se estabelecer em outras áreas. Como explica no exemplo a seguir.

Estas novas demandas, deve-se supor, estão preparadas a pagar pelo uso do solo, em termos de compra ou aluguel, um preço maior que as demandas que se dirigiam à mesma zona quando está ainda não dispunha do serviço. Daí a valorização do solo nesta zona em relação às demais [...]. No que se refere à demanda de moradores, a disponibilidade do novo serviço atrai famílias de renda mais elevada e que se dispõem a pagar um preço maior pelo uso do solo, em comparação com os moradores mais antigos, de renda mais baixa. (SINGER, 1978 p. 34).

Entende-se então que a presença de equipamentos e infraestrutura urbana é um dos fatores que determinam a valorização e rebate diretamente no preço do solo urbano. No entanto a ação do Estado não se distribui de maneira uniforme sobre a cidade, ele atua de acordo com interesses, que são primeiramente interesses de classe dominante, e neste sentido, cria todo um sistema de normatizações e regulamentações, inclusive na mediação das leis para atender as demandas específicas da classe dominante, promovendo a diferenciação dos espaços na cidade e a segregação. Em Vitória da Conquista, como apresentamos anteriormente, a partir de 1970 os loteamentos das áreas de expansão urbana foram ocupados por famílias trabalhadoras, muitas delas, chegaram a esta cidade por conta do trabalho na cafeicultura.

A realização desses empreendimentos era promovida por grandes proprietários de terras (rurais e urbanas) que parcelavam o solo e os vendiam à população. A partir deste período<sup>64</sup> é possível detectar uma ampliação significativa da criação desses desmembramentos em várias partes da cidade, aglomerando, na Zona Oeste<sup>65</sup> uma grande quantidade destes empreendimentos, com pequenos lotes a custos acessíveis para a classe trabalhadora. Esse baixo custo tem relação com a ausência de qualquer tipo de infraestrutura e pela distância do núcleo urbanizado, como apontam as análises de Botelho (2008), Singer (1978), Harvey (1978). Outro fator que tornava os lotes acessíveis para os trabalhadores a presença precária, quando não ausência total de transporte coletivo nas imediações dos loteamentos.

Grande parte das áreas de expansão entre 1970 e 1990, foram terras rurais, fazendas fragmentadas e anexadas ao perímetro urbano por meio da atividade loteadora (FERNANDES, 2013), que tornava possível extrair maiores ganhos com estes empreendimentos, pois se beneficiavam duplamente neste processo: 1) porque passaram a extrair uma renda fundiária urbana, de uma terra que era rural, logo, possuiria menor valor se fosse vendida como fazenda, em vez de lotes urbanos e; 2) porque a não dotação de infraestrutura, possibilitou que o loteador abrisse, ao mesmo tempo, vários empreendimentos desse tipo em diferentes áreas da cidade ampliando seus ganhos em um curto período.

---

<sup>64</sup> no contexto da introdução da cafeicultura na região do Planalto da Conquista e o crescimento demográfico pela mobilidade do trabalho....como discutido nos cap. 1 e 3

<sup>65</sup> Ver Mapa na pag. 141

O trecho a seguir é um depoimento do Senhor Gildásio Cairo, um dos maiores loteadores da história de Vitória da Conquista, mostra que os loteamentos eram abertos sem nenhum tipo de infra estrutura:

Mal, mal, mal abertas as ruas, abertas as ruas, por um momento, quase sem água, sem esgoto, sem luz, sem nada (...) Porque se for fazer e esperar que só se faça o loteamento com infraestrutura, água, luz, pavimentação, esgoto, não, não se cria nada. (CAIRO 1992, in: FERRAZ, 2001 p.152).

Por outro lado, a longo prazo, a criação de uma cidade espraiada com grandes vazios urbanos se configurou como estratégia de especulação imobiliária benéfica para a iniciativa privada e onerosa para o Estado e a população em geral. Ao promover a ocupação de um loteamento nas áreas mais afastadas da urbanização, os proprietários dos terrenos localizados neste interstício conseguirão auferir uma maior renda da terra em negociações futuras. O poder público, por meio da pressão da população ao longo dos anos foi deslocando alguns recursos e investimentos em serviços para esses locais mais afastados, fazendo com que os terrenos intermediários também fossem beneficiados com infraestrutura, como rede de abastecimento de água, iluminação pública, linhas de transporte coletivo, pavimentação das principais vias de acesso, entre outros, agregando maior valor aos espaços vazios.

Nesta estratégia, os proprietários fundiários que nada arriscaram e em nada contribuíram, são beneficiados a curto e a longo prazo, enquanto o que sobra para a população em geral é o pagamento extorsivo pela onerosa urbanização de uma cidade fragmentada e segregada, com a valorização de espaços os quais grande parte da classe trabalhadora não pode se apropriar.

O Estado, como importante agente sobre o mercado imobiliário, influencia profundamente no preço do solo urbano, pois ele é responsável pela localização dos equipamentos de uso coletivo e das infraestruturas, pelas leis de zoneamento, pelos projetos de “revitalização urbana” de áreas específicas da cidade, além da influência sobre a moradia, tanto da produção de conjuntos habitacionais, quanto no fornecimento de financiamento para estes imóveis. Botelho, (2008) com base nos escritos de Topalov (1984) sobre a renda fundiária, aponta que os privilégios espaciais existem devido a oferta concentrada de equipamentos urbanos, que promovem a

diferenciação das áreas na cidade, tornando o: “espaço das camadas superiores, objetivamente diferente” (p.28). De acordo com este autor a materialização dessas relações promovem a produção de uma cidade espacialmente hierarquizada e segregada, como explica a seguir:

Essas diferenças resultam dos processos de produção material: predomínio massivo de formas mais capitalistas de construção das habitações, privilégios por longos períodos em matérias de infraestruturas e de equipamentos públicos de consumo coletivo, concentração “espontânea” dos serviços requeridos por uma clientela altamente solvente em termos monetários. Esses processos tendem, pelo jogo dos preços, a operar a segregação e a hierarquização espacial que requer a legibilidade simbólica dos espaços. (BOTELHO, 2008 p. 29).

A materialização das ações do Estado e dos detentores de capital no espaço, concentra as camadas superiores em determinadas partes da cidade, nos quais os equipamentos públicos e privados tentem a se tornar cada vez mais seletivos para atender essa parcela da população, pois a peculiaridade destes espaços também significa a distinção social, pois “participa do sistema de expressão e reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe” (Idem p.29). Neste sentido, a capacidade de apropriação de determinados espaços na cidade tem um significado social de afirmação de uma classe enquanto dominante, ou pelo menos se apropria do *status*. Este conjunto de ações culmina no aprofundamento das distâncias entre ricos e pobres.

Enquanto estes agentes, em conjunto, promovem a valorização de determinados espaços, produzem, simultaneamente, a segregação, pois o preço do solo urbano se torna o principal determinante para separar espacialmente as classes sociais, aqueles que podem usufruir dos privilégios pagando pelo alto preço do solo e aqueles que, em contraposição, só podem se apropriar de espaços precariamente produzidos, proporcionalmente mais baratos.

É sob essa lógica que a periferia de Vitória da Conquista é produzida, pois a renda fundiária, que influi no preço do solo urbano cumpre com o objetivo de separar, na cidade, espaços específicos para as diferentes classes sociais, relegando à população de baixos rendimentos os espaços mais precarizados da estrutura urbana. A periferia conquistense surge como produto da combinação de processos ocorridos

não só nesta cidade, como em toda a região do Planalto da Conquista, dinâmicas interligadas historicamente que repercutiram no espaço reproduzindo e reafirmando uma estrutura de cidade segregada. Em virtude da inserção da cafeicultura e do crescimento demográfico por meio da mobilidade do trabalho, e das dinâmicas em curso na economia municipal, promovidas em grande parte pela nova dinâmica agrária, a cidade se expandiu na lógica do capital em um processo promovido pelo Estado com suas ações e regulamentações, pelo capital e o trabalho, como discutiremos no capítulo a seguir.

## 5.0 - PLANEJAMENTO URBANO EM VITORIA DA CONQUISTA (1970 – 2006): MECANISMOS DE SEGREGAÇÃO DE CLASSE E GÊNERO

Planejar e decidir para onde e como se expande uma cidade significa, como apresentamos no capítulo anterior, determinar a forma e distribuição do solo urbano e seus usos. Logo, produzir as bases materiais das relações sociais. Com isso, queremos destacar que produzir uma cidade dispersa, com mais ou menos espaços públicos, com habitações precárias, com mais ou menos vias de comunicação ou com uma distribuição desigual de equipamentos urbanos básicos, são decisões que aumentam ou diminuem as desigualdades de classe e, embora pouco estudadas, as assimetrias de gênero nesses espaços.

Morar em um loteamento distante, com pouca infraestrutura pública e sem serviços mínimos, condiciona a vida cotidiana de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, de forma diferente. O planejamento não é, portanto, neutro desde a perspectiva de gênero, pois mesmo nas periferias urbanas esse pode melhorar ou prejudicar o modo como as mulheres se relacionam com o espaço onde moram e trabalham. Todavia, no planejamento urbano *clássico*<sup>66</sup> grande parte das necessidades sociais são continuamente relegadas a questões de eficiência econômica. Essa leitura economicista faz com que as mulheres trabalhadoras sejam socialmente as grandes prejudicadas.

Um dos grandes diferenciais da relação das mulheres, com relação aos homens, no que tange à vivência da cidade e, particularmente, na periferia são as questões relativas à vida cotidiana, seja no ambiente doméstico, seja no trabalho externo.

As mulheres trabalhadoras do café, no entorno agrário de Vitória da Conquista, reproduziram cotidianamente suas vidas no espaço urbano da periferia, além de construírem as condições necessárias para a reprodução das suas famílias. A experiência cotidiana dessas mulheres nos loteamentos precários destinados às famílias “do café” na década de 1970, difere da experiência dos seus companheiros de vida e de trabalho. Fundamentalmente, porque a responsabilidade do doméstico continua considerando-se responsabilidade feminina, e os trabalhos “no doméstico” ainda que produtivos e remunerados e não apenas reprodutivos, continuam sendo

---

<sup>66</sup> Nos referimos aqui às práticas urbanísticas que não levam em consideração às relações sociais de gênero nem de classe nas suas proposições.

considerados complementares ou ajudas. Pelo fato de serem executados basicamente por mulheres.

Contudo, o que queremos destacar é a sobrecarga de atividades que sofre o tempo dessas mulheres trabalhadoras do café também no “espaço da vida cotidiana não produtiva”, neste caso na periferia. E como nos ritmos extenuantes e nas demandas sobrepostas de família e trabalho essas mulheres conseguiram transformar “vazios urbanos” em locais de vida e moradia. Sem transformar a subalternidade de gênero, que culturalmente ordena esses espaços, essas mulheres criaram estratégias para que sem subverter essa lógica, utiliza-la no seu proveito, desenvolvendo práticas de solidariedade feminina não previstas no planejamento econômico do espaço urbano da cidade.

A sobrecarga no tempo de vida e trabalho dessas mulheres, a comumente denominada dupla jornada tem a ver, também, com o planejamento urbano. Na medida em que essas mulheres são obrigadas a compatibilizar as possibilidades que esses espaços, via de regra precários, apresentam com as demandas do dia a dia. Essas demandas vão desde a manutenção, criação e cuidados das suas famílias, até a procura de renda por meio do assalariamento rural e urbano.

Do ponto de vista do espaço, todos esses aspectos se definem e regulam nos Planos Diretores Urbanos. Por isso, a importância de entender esses instrumentos de ordenamento nesta pesquisa como mecanismos, até a história atual do planejamento de Vitória da Conquista, de segregação de classe e, particularmente, de gênero. Para isso, nos utilizaremos neste capítulo da análise de duas fontes públicas disponíveis: o Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista de 1976 e o Plano Diretor Urbano de 2006. Ao tempo que, retomaremos os depoimentos das mulheres da periferia conquistense e trabalhadoras do café, registrados em diferentes momentos do desenvolvimento da pesquisa.

### **5.1 – O Plano Diretor Urbano de Vitória da Conquista de 1976: origem da legitimação pública das “duas cidades”.**

O loteamento, no sentido técnico da palavra, surgiu em Vitória da Conquista nos primeiros anos da década de 1950 e teve vida longa. Até meados da década de 1970 inexistia uma legislação para planejar e regular o crescimento urbano, a fim de que a cidade não continuasse a crescer de forma desordenada. No entanto, como

analisaremos, foi exatamente o que aconteceu, mesmo após a criação do primeiro Plano Diretor Urbano em 1976 (PDU, 1976). Poderíamos afirmar, com base nos dados de abertura de loteamento, principalmente após esse período os loteamentos ilegalmente legalizados se multiplicaram<sup>67</sup>.

O PDU1976 foi elaborado por meio de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Elaborou-se a legislação municipal do Plano e posteriormente, na gestão do prefeito Jadiel Matos, sancionou-se a Lei 118/76 de 22 de dezembro de 1976.

Segundo Santos (2013) a Lei 118/76 contém várias lacunas sobre questões relativas à construção civil em áreas de interesse social, para o autor está: “fortemente associada à liberação do solo da cidade, pelo Poder Público, e aos interesses ilegítimos do capital imobiliário” (p.115).

Antes da realização do PDU1976 já era possível identificar a tendência à produção de um espaço desigual, cortado ao meio pela BR-116, como mostra os Mapas 04 e 05 na página 141. Essa disposição ganha contornos bastante nítidos na década de 1970, chegando a ser um dos parâmetros do PDU para o zoneamento de funções e distribuição de equipamentos urbanos: entre o “Setor Leste” e “Setor Oeste” da cidade. De acordo com o Anexo I do PDU 1976:

O zoneamento de funções constatado na cidade de Vitória da Conquista, sofre influência considerável das rodovias que a integram ao sistema rodoviário regional e em particular, pela Rodovia BR -116, **que secciona sua área urbana impedindo atualmente uma perfeita integração entre os setores Oeste e Leste** (Grifo nosso), (VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei nº 118/76, Anexo I,p.23).

Foi realizado um estudo preliminar que deu origem ao PDU – 1976 a partir de um convenio da Prefeitura Municipal com a Universidade Federal da Bahia – UFBA, esse estudo trouxe para Vitória da Conquista a proposta de zoneamento, indicando diretrizes para minimizar a separação entre os lados da cidade e pensando no futuro estabelecer estratégias para melhorar a fluidez no centro da cidade. Teoricamente, a política de zoneamento objetiva integrar a cidade e ordenar, racionalmente, as

---

<sup>67</sup> Mostraremos mais adiante gráfico que aponta dados da abertura de loteamentos.



funções urbanas. Essa proposta preliminar que fundamentou o Plano Diretor de 1976 já estava influenciada pelo planejamento urbano modernista/funcionalista<sup>68</sup>.

O zoneamento foi ideologicamente apresentado como proposta positiva e imprescindível para a cidade. No entanto, cabe destacar a intencionalidade inerente deste planejamento para Vitória da Conquista, pois tal instrumento da política urbana tem sido apropriado pelo capital imobiliário e classes dominantes, como ferramenta de controle social, e de institucionalização da segregação como mostraremos mais adiante.<sup>69</sup>

Apesar da possibilidade de uso positiva das leis de zoneamento com finalidade de incluir a população com baixa renda no espaço urbano, a proposta de criação de zonas funcionais em Vitória da Conquista serviu para aprofundar o fosso que separa as classes sociais no espaço urbano, tornando os trabalhadores com condições precárias de vida, entre eles os que chegavam na cidade por conta da cafeicultura, cada vez mais invisibilizados na estrutura urbana, já que esta política cumpriu com o papel de eliminar do centro urbano os resquícios de pobreza que ainda persistiam até a década de 1980.

É importante salientar como o texto do PDU-1976 aponta a divisão de Vitória da Conquista em “duas” asseverando que a “Rodovia BR -116, [...] *secciona* sua área

---

<sup>68</sup> Este tipo de planejamento urbano sobressaiu no urbanismo brasileiro desde a década de 1930. Segundo Maricato (2011) estava calcado na importação dos padrões do chamado "primeiro mundo". Nesse tipo de planejamento a criação de Zonas Funcionais passou a ser o mecanismo mais utilizado no Brasil, contribuindo para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente. Grande parte das críticas à política de criação da cidade funcional foram devidas a que sua aplicação tem servido para efetivar e ampliar os modelos capitalistas da segregação e ilegalidade urbanas, desrespeito à questão ambiental e à organização dos arranjos locais, culminando, entre outras questões no aumento do preço do solo urbano e na exclusão de parte da população do direito à cidade. A política de zoneamento presente na maioria dos documentos de legislação urbana, como os Planos Diretores, representa para Lojkine (1981) uma dos mais importantes promotoras da segregação urbana já que esfacelam de forma generalizadas as funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas.

<sup>69</sup> Para Maricato (2013) o modelo de zoneamento aplicado no Brasil tem contribuído com a segregação urbana, no entanto aponta que apesar das críticas, a simplificação e a flexibilização destas leis, poderia cumprir com outros objetivos, em favor de uma urbanização mais justa, porque a mesma potencialidade que o zoneamento possui de reafirmar a segregação, também poderia servir para aumentar o direito à cidade. A autora defende que um novo zoneamento, que valorizasse aspectos da natureza, da sociedade e do ambiente considerando o “meio ambiente, o saneamento, a drenagem, a morfologia, os aspectos culturais e históricos, o sistema viário e a paisagem construída”, com seus respectivos problemas e potencialidades, poderia contribuir para a produção de cidades menos desiguais, possibilitando a expansão do mercado habitacional e barateando o custo da moradia, podendo “definir áreas de usos mistos ou de moradias de determinadas faixas de renda [...] embora as marcas dos grandes conjuntos habitacionais deva ser evitada” (p.115).

urbana” e se utilizando disto para justificar a segregação urbana em curso desde décadas anteriores, afirmando que a rodovia “impede” a “perfeita integração entre os setores Oeste e Leste” (Anexo I, p.23). A nossa crítica a este planejamento se dá no sentido de que não é a rodovia que secciona a área urbana. Senão uma realidade desigual na produção do espaço urbano, socialmente e historicamente construída da qual Vitória da Conquista é produto e processo.

Apesar disso, a rodovia funciona como um muro que separa os espaços de reprodução, vida e moradia das diferentes classes sociais. A BR -116 está ali, dificultando o acesso da população de rendas mais baixas aos espaços e serviços urbanos disponibilizados do outro lado da cidade. Inúmeros acidentes foram registrados no trecho urbano dessa rodovia, deixando claro que a proposição do PDU de 1976 em integrar os setores da cidade não passava de um discurso vago. No período de vigência desta legislação urbana, em vez de uma redução no número de acidentes, este aumentou, como mostra a tabela 09 a seguir:

**Tabela 09: Evolução do número de acidentes no trecho urbano da BR 116 em Vitória da Conquista, 1975 – 1980**

Anos	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Feridos</b>	51	53	44	57	60	71
<b>Mortos</b>	11	06	09	05	03	06
<b>Total de Acidentes</b>	107	117	111	124	125	130

Fonte: Santos, 2014, p. 79.

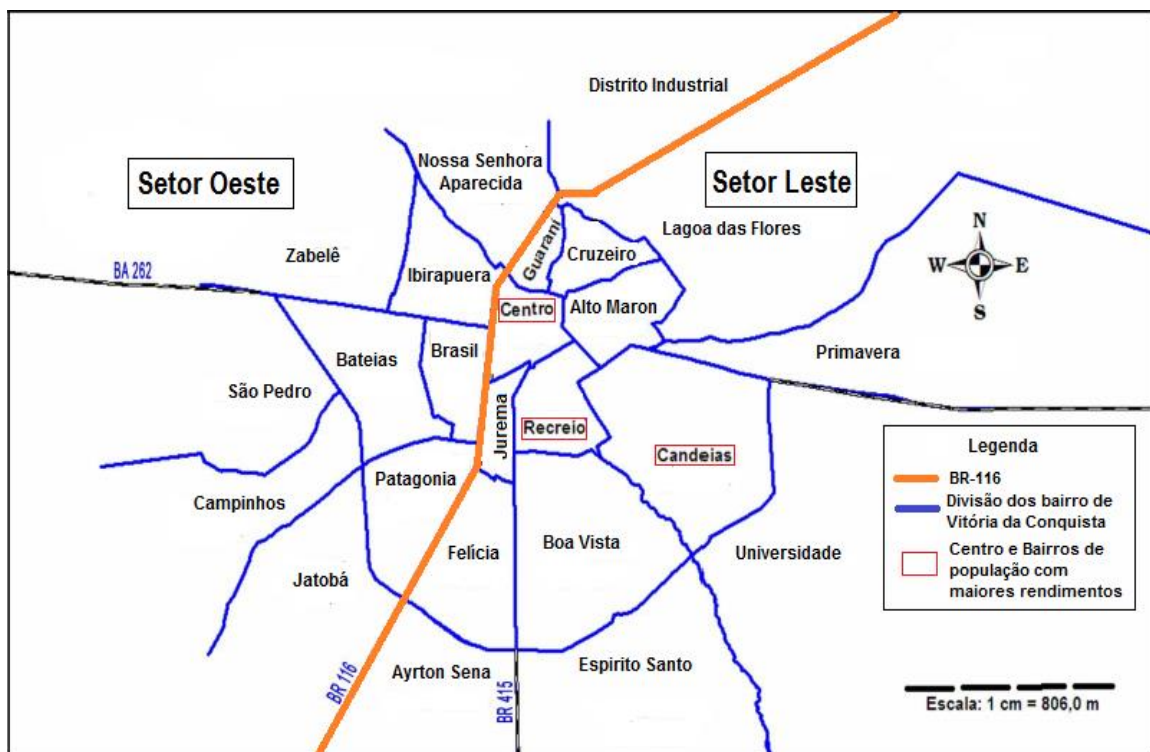
De acordo com Villaça (2011) a segregação espacial urbana se dá, sobretudo pela acessibilidade, à medida que a locomoção no espaço urbano é facilitado ou dificultado, neste caso, vemos que a intenção do poder público em promover medidas para melhorar a acessibilidade e minimizar os acidentes não saiu do papel, assim como a maioria dos projetos para o Setor Oeste. O desinteresse da Prefeitura é nitidamente uma questão de classe e da sua distribuição no espaço urbano.

A necessidade de acesso ao centro e aos bairros próximos a ele fez parte do cotidiano dos trabalhadores que moram no Setor Oeste, já que neles se concentram seus locais de trabalho. Também é no centro e seu entorno que se localizam os principais serviços de saúde, educação e o comércio. Sendo assim os moradores do Setor Oeste, precisavam cruzar a rodovia diariamente, ao passo que para a população

do outro lado da cidade, onde se localizam os bairros das classes média e alta, não existe essa necessidade. Possivelmente parte dos moradores deste Setor nunca tenha cruzado a BR-116.

A Zona Leste, citada no Plano de 1976, abrangia o centro e os novos bairros de apropriação das classes de médio e alto rendimentos em destaque no Mapa 08 a seguir. Foi esta área da cidade que contou com a primeiros grandes edifícios residenciais de mais de 10 andares, enquanto a Zona Oeste teve sua ocupação promovida pelo parcelamento do solo em loteamentos populares de baixo custo, como moradias precárias autoconstruídas e sem infraestrutura nem atenção por parte do poder público.

**Mapa 08 – Localização dos Setores Oeste e Leste e Divisão dos Bairros de Vitória da Conquista**



Portanto, ainda existindo a separação da cidade em “duas” ela não se deveu à construção de uma rodovia, mas, à ação conjunta do Estado, do capital e dos agentes imobiliários em uma sociedade de classes, que determinam a renda fundiária urbana. E esta, como discutido no capítulo anterior, influi na diferenciação no preço da terra e dos imóveis urbanos, processo que orienta a desigual ocupação do espaço urbano em Setores Leste e Oeste, em Vitória da Conquista, segundo nível de renda.

O PDU-1976, estipulou as zonas de maior importância definindo-as como: Zona de Comércio e Serviços (ZCS), Zona do Centro Cívico – Administrativo, Áreas destinada à Feira Livre, Zona Residencial (ZR), Área de Expansão Urbana, Zona Cultural/Educacional (ZC) e sua expansão (ZEC), Zona de Parques e Jardins (ZP) e Zona Industrial (ZI).

A Zona de Comércio e Serviços, setor de grande importância para a cidade, permaneceu no lado Leste, por se tratar de uma área de atividade comercial consolidada. A valorização desse espaço, já em curso, por se tratar de uma área de concentração de equipamentos e serviços públicos e privados, ganha um incremento, com a proposta do PDU de substituição paulatina das edificações de um ou dois pavimentos por outras de maior altura. Essa diretriz sinalizou a verticalização do centro, influenciando para que o centro e determinadas áreas do seu entorno se tornassem um importante foco de interesse do capital imobiliário.

O PDU aponta que: “A expansão do comércio e a consequente valorização dos terrenos situados na zona comercial mais acentuada, vem deslocando gradativamente a função habitação para a periferia da cidade”. (VITÓRIA DA CONQUISTA, Lei nº 118/76, Anexo I, p. 19).

O Plano não define o que é a “periferia da cidade”, mas pelo contexto de zoneamento e distribuição de zonas habitacionais, entende-se que se trata das áreas limítrofes da cidade, nas quais a população foi relocada dentro do espaço urbano com base na capacidade individual de pagar pelo uso do solo urbano. O mais alto era o das localizações próximos ao centro, consolidando alguns bairros como de padrão elevado, como Recreio (limítrofe ao centro) e Candeias (em destaque no mapa 07) nas imediações do eixo das avenidas Siqueira Campos e Rosa Cruz e Olívia Flores onde a verticalização foi mais acentuada, e proporcionalmente mais baixo, naqueles espaços onde a presença destas benfeitorias tinha configuração mais rarefeita concentrando-se nas imediações BR-116 (Avenida Presidente Dutra) e da rodovia BA-262 (Avenida Brumado) e Avenida Frei Benjamin.

Os projetos de construção de grandes obras públicas em Vitória da Conquista, ganharam força a partir da década de 1980 como legado do PDU-1976. De acordo com Santos (2013) elas ganham destaque na década de 1990, com a criação da Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC) em 1977. Por meio de obras de interesse privado conseguiram se passar por reivindicações de interesse coletivo, forjando o ideário de que equipamentos que serviriam apenas a

uma minoria eram benefícios para a população em geral como: a construção de uma nova feira livre, a construção de viadutos, ginásio de esportes, duplicação de avenidas, entre outras.

No entanto, a maioria das grandes obras realizadas, em vez de integrar acentuou as desigualdades, já que a maioria dos investimentos aconteceram no centro e nos bairros de população de média e alta renda do Setor Leste.

Esses investimentos favoreceram sobretudo o setor imobiliário, o comércio e o setor de transportes. Como foi caso do terminal de ônibus construído no centro da cidade, que direcionou o tráfego para esta área, dinamizando o comércio e revalorizando os preços dos imóveis e do solo. Na Figura 24 podemos observar o volume de ônibus no terminal já na metade da década de 1980.

**Figura 24: Terminal de ônibus da Avenida Lauro de Freitas na década de 1980 - Centro de Vitória da Conquista**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista.

Outra das grandes obras no centro, foi a construção do Ceasa no ano de 1986. Esse centro de abastecimento contou com uma ampla estrutura, como mostra as Figuras 25 e 26, que substituiu a feira livre da Praça da Bandeira. Para a execução da obra muitas famílias foram expulsas da área. A indenização dada pela prefeitura não foi suficiente para que essas famílias conseguissem adquirir outro imóvel no centro,

obrigando-as a se deslocar até os loteamentos do Setor Oeste da cidade em expansão (Santos, 2013).

**Figura 25: Trabalhadores na Construção do Centro de abastecimento – CEASA, em 1986**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 26: Construção do Centro de abastecimento – CEASA, em 1986**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

Em 1980 foi duplicada a Avenida Bartolomeu de Gusmão que liga rodoviária ao Centro (Figura 27). Também foram pavimentadas e duplicadas as avenidas Rosa Cruz (Figura 28), Olivia Flores e Brasil localizadas entre os bairros Recreio e Candeias.

**Figura 27: Duplicação da Avenida Bartolomeu de Gusmão, década de 1980**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 28: Pavimentação da Avenida Rosa Cruz, década de 1980**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

As infraestruturas de comércio e transporte em Vitória da Conquista se transformaram, com o PDU de 1976, em formas de controle da produção do espaço urbano pelas classes com mais altos rendimentos. Manifestando, assim, a natureza

política desse planejamento que, de acordo com Villaça (2011), ocorre através três mecanismos: a localização das infraestruturas, localização dos aparelhos do Estado e pelo controle da legislação urbanística. De acordo com este autor, os mecanismos do mercado imobiliário, em consonância com o poder público produzem a cidade, tal que os mais pobres são relegados às piores localizações, que conseqüentemente tem as piores acessibilidades, nas áreas mais afastadas, enquanto que as parcelas da população mais ricas ficam com as localizações mais privilegiadas seja pela proximidade, seja pelo acesso às melhores vias de circulação. Neste sentido, os transportes, públicos ou privados, tem papel de grande importância na determinação da acessibilidade e da segregação. Para este autor, a acessibilidade raramente é medida pela distância, em vez disso, é mensurada pelo tempo de deslocamento e pelo custo do trajeto, que se torna mais caro para o trabalhador de baixos salários, proporcionalmente diferente para os que tem maiores rendimentos, apesar disso, os melhores sistemas viários estão localizados próximos aos que tem maior poder aquisitivo.

Sendo assim, mesmo que suas habitações estejam em locais distantes, as parcelas da população com maiores rendimentos, além de dispor do uso de automóveis, ainda contam com as melhores vias de circulação. A tendência é que essa população, atraia investimentos em infraestrutura viária, puxando para perto de si seu emprego, seu comércio e seus serviços melhorando suas localizações. Como aconteceu em Vitória da Conquista com a construção de amplas vias duplicadas no Setor Leste, enquanto no Setor Oeste, onde havia maior densidade demográfica, as vias de acesso continuavam precárias.

Como deliberação do PDU 1976, também foi realizada a reforma do estádio Lomanto Júnior, o Lomantão (Figura 29) no Bairro Candeias que movimentou vultuosos recursos financeiros. Além disso também foi realizada a reestruturação do Jardim das Borboletas, atual Praça Tancredo Neves, a construção da ponte na Avenida Regis Pacheco, conhecida como “Bigode do Pedral<sup>70</sup>”, e a reforma da Praça Barão do Rio Branco, todas do Centro. (SANTOS, 2013).

---

<sup>70</sup> A ponte é conhecida popularmente como “Bigode do Pedral” em alusão ao engenheiro e também prefeito José Pedral Sampaio que tocou a construção desta e de muitas outras obras em Vitória da Conquista na década de 1980

Também foi construído nas imediações do Centro o Ginásio de esportes Raul Ferraz, em 1980 (figura 30), com a proposta de ser um espaço de lazer e prática amadora de esportes. O Plano também previa uma Zona Cultural, com a instalação de um Ginásio de esportes na Zona Oeste da cidade, no Bairro Brasil, mas a obra não foi efetivada, assim como a construção do parque da Lagoa das Bateias, no bairro que leva o mesmo nome, passagens de nível ou viadutos que dariam segurança para pedestres cruzarem a BR-116, a fim de evitar a continuidade dos inúmeros acidentes que eram registrados, inclusive com elevado índice de óbitos. Outra proposta era a construção de uma via perimetral, ou anel rodoviário que com a intenção de desviar parte do tráfego da rodovia, desafogando o trânsito no interior da cidade. O fato é que nenhuma destas obras previstas para a Zona Oeste foi realizada, enquanto as propostas para a Zona Leste foram efetivadas quase que na sua totalidade.

**Figura 29: Reforma do Estádio Lomanto Junior - Lomantão, década de 1990**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 30: Construção do ginásio de esportes Raul Ferraz, década de 1980**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

No final dos anos de 1970 e durante toda a década de 1980, investiu-se em obras de infraestrutura urbana em Vitória da Conquista. Foi nesse período que também a cidade mais cresceu, como podemos observar através do Mapa 07. Em 1977 de acordo com Santos (2013), a Prefeitura Municipal destinou Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) na criação da Empresa Municipal de Urbanização de Vitória da Conquista (EMURC), quantia equivalente a 42% do valor do orçamento da prefeitura nesse ano. Os gastos com obras chegavam a ser muito superiores aos investimentos em saúde e educação. Numa média, entre o final da década de 1970 e a primeira metade de 1980, 21,5% do orçamento foi gasto em obras de urbanização,



ao passo que na mesma época, 20,7% foi destinado à educação e apenas 5,37% para a saúde pública.

Diante dos fatos, é possível observar algumas questões que influenciaram na renda fundiária e conseqüentemente o aumento do preço do solo urbano no centro e determinados espaços do Setor Leste, reafirmando e aprofundando as diferenças espaciais que forçam às famílias trabalhadoras de baixa renda, como as do café, a se concentrarem nos loteamentos precários da Setor Oeste. No entanto, algumas questões são levantadas: 1) Como se explica que justamente no período em que vultuosos recursos foram gastos em urbanização podemos observarem contrapartida, a produção de um processo de periferização com a criação ilegal de loteamentos e ocupações urbanas que deram origem a inúmeros bairros periféricos com ambientes marcados pela extrema precarização da vida? 2) Como se tornou possível produzir a cidade sob orientação da uma legislação urbana do PDU de 1976 sob o discurso de integrar desenvolver a cidade, observar o crescimento da cidade de forma tão segregada e ilegal?

É importante destacar, que em 2004, mais uma tentativa da prefeitura municipal, emplacada desde 1976, para mascarar a segregação urbana, foi apresentada com a mudança no nome do trecho da BR-116 que atravessa o perímetro urbano, substituindo o antigo nome “Avenida Presidente Dutra”, por “Avenida da Integração”.

De acordo com Santos e Almeida (2009) o nome escolhido para este trecho urbano, apresenta uma contradição, pois atribuir-lhe a função de integração em seu nome, se traduz como um reconhecimento de que existe, de fato, uma separação em algum aspecto que necessita de reparação, assim, “o substantivo próprio, denuncia a contradição” (p. 9). É relevante compreender, que do ponto de vista prático, não existe integração, sendo que as relações permanecem iguais, antes ou depois da mudança do nome, porém, com um agravante da função ideológica dessa nova nomenclatura.

O objetivo dessa ação, pode ser entendido como uma tentativa de disseminar no ideário da classe trabalhadora, assentada do lado segregado da estrutura urbana, a ideia que que estão integrados, como se o nome pudesse mudar a realidade social cristalizada no espaço por décadas de processos e lutas de classes em Vitória da Conquista.

Sobre essa questão, Marx e Engels (2007, p. 52), em “A Ideologia alemã”, afirmam que “não é a ideia que determina a realidade, mas a realidade quem determina a ideia”. Reafirmando que a medida remediativa do Poder Público

municipal, ao tentar camuflar a realidade social que pode ser claramente vista no espaço, não tem poder de mudar suas ações pretéritas, que desde a origem da cidade, tem, no sentido prático, induzido a segregação e a fragmentação do espaço urbano.

O discurso ideológico das classes dominantes, que promove interesses particulares como se fosse interesse coletivo, é o recurso por meio do qual as elites controlam o mercado e o Poder Público. Cada nova classe, ao assumir o poder, é obrigada, afim de alcançar seus objetivos, a representar o seu interesse como sendo o interesse da coletividade, ou, “exprimindo a coisa no plano das ideias, para dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos”. (MARX e ENGELS, 2007, p. 78),

De acordo com esses autores, o Estado não é mais do que a forma de organização constituída pela burguesia, em virtude da necessidade de garantir conjuntamente os seus interesses e a sua propriedade, neste caso, o uso da ideologia se dá no sentido de que:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. (MARX e ENGELS, 2007, p. 81).

Neste sentido a ideologia deve ser entendida como um obscurecimento de determinada realidade social, para que se torne legítima a exploração econômica e dominação política. Esse obscurecimento tende a ocultar dos homens o modo autêntico de produção de suas relações sociais e, também, permite a elite econômica validar as condições sociais de dominação e exploração, fazendo com que elas pareçam justas e verdadeiras (CHAUÍ, 1994).

É possível compreender porque a cidade foi seccionada na década de 1970, não pela rodovia, mas por intermédio do discurso e das ações das elites e governos locais, que eram ao mesmo tempo proprietários privados e representantes do poder político municipal. Esses reproduziam, por meio de alianças políticas, as relações classistas nas quais no lugar de direitos individuais, prevalece a relação de favor e trocas

clientelistas. Nelas os interesses individuais se sobrepõem ao direito coletivo a partir do momento que a lei existe, mas para que um grupo seja beneficiado, cria-se um abismo entre a legislação e a sua aplicação (MARICATO, 2013). Como discutiremos no item a seguir.

### **5.1.1 – Loteamentos urbanos em Vitória da Conquista: práticas urbanistas de classe**

Embora em Vitória da Conquista tenha-se demonstrado certa preocupação com relação ao planejamento urbano, que se mostra na elaboração do PDU-1976, o desrespeito comum às normas de uso e ocupação do solo urbano, mostram a desarticulação entre o discurso e a gestão no próprio plano municipal. Ferraz (2001) ao analisar o processo de aprovação dos loteamentos criados no período que sucede a elaboração Plano Diretor, constata que: “mesmo depois da promulgação desse instrumento, vários loteamentos continuaram a ser deferidos sem a observância dos requisitos legais” (p. 40).

Um dos principais objetivos do Poder Público municipal na década de 1970 era fazer a cidade crescer, no entanto o Plano Diretor de 1976 não explicita quais as áreas destinadas à expansão urbana. Não há uma determinação de bairros, setores, ou zonas preferenciais de expansão. Nele apenas se fazem projeções para atender à necessidade de crescimento até a década de 1990. Para isso, a cidade deveria se estender nos sentidos Leste, Sul, Sudeste e Oeste. Orientação bastante vaga, certamente proposital, a fim de não impor limites à ação dos promotores imobiliários o do crescimento urbano. Ao que parece, o objetivo nesse momento era que a cidade se expandisse, a forma com que esse processo aconteceria ficou ao bel-prazer dos representantes do poder público e dos agentes imobiliários.

Como podemos observar no Anexo 1 do Plano:

A AE, Área de Expansão urbana foi definida pela necessidade de crescimento da cidade até 1990 (...). ***Ela [área de expansão] foi escolhida, segundo as tendências predominantes, nos sentidos leste, sul, sudeste e oeste***, sobre os terrenos disponíveis e aqueles de topografia mais suave, próprios para esse tipo de edificações. Nessas áreas é necessário o Governo Municipal exercer o controle através principalmente, da execução das vias básicas do sistema viário, orientadoras da circulação geral da cidade, pela elaboração do código de obras e de lei do loteamento, instrumentos necessários a

esse controle, tendo em vista que a utilização da área é feita predominantemente pela iniciativa privada. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1976, Lei nº 118/76, Anexo I, p.73-74).

O texto evidencia que foram estabelecidos o código de obras e a lei do loteamento, o que realmente consta no documento do PDU. Ao todo, são 25 artigos direcionados à normatização desse tipo de empreendimento, mas o trecho acima, também deixa claro que esse processo fica a cargo da iniciativa privada. O que não foi explicitado no texto, é que na receita da urbanização conquistense, quando se juntam detentores de terras e o poder público, visando interesses próprios, a legislação urbana, simplesmente desaparecia.

Apesar disso, nas áreas onde havia interesse de que a legislação fosse cumprida, se procedia de forma diferenciada. No centro e nos bairros de reprodução da população de rendas média e alta, cabia a execução do PDU, o que contribuiu no processo de especulação imobiliária, elevando o preço do solo e aumentando o fosso entre a classe trabalhadora, o acesso à habitação e ao direito a cidade.

O PDU de 1976, de certa forma legitima publicamente a segregação urbana, uma vez que estabelece padrões diferenciados para loteamentos tidos como populares. Assim, atende às exigências como pavimentação das vias de circulação, iluminação, entre outros, dos loteadores que administram a ocupação do solo urbano das áreas “nobres”, o que não ocorre com as demais. De acordo com os loteadores, investir em infraestrutura aumentava o preço do lote, tornando-o inacessível a uma população de baixa renda, o que acabava definindo quem poderia ou não habitar certas áreas.

Em relação à exigência de infraestrutura para lançamento de loteamento para fins residenciais o Artigo 84 determina que:

Art. 84 – Todo loteamento estará sujeito às seguintes obrigações:

A) Locação de ruas, quadra e lotes;

B) Movimento de terra;

C) Assentamento de meio-fios;

D) **Pavimentação das ruas**

E) Outras obrigações constantes do termo de acordo e compromisso.

§ 1º - Tratando-se de loteamentos **rurais ou localizados em bairros tidos como populares ou proletários**, os loteantes estarão sujeitos às seguintes obrigações:

A) Locação de ruas, quadra e lotes;

B) Movimento de terra;

C) Assentamento de meio-fios;

D) Outras obrigações constantes do termo de acordo e compromisso. (grifo nosso). (VITÓRIA DA CONQUISTA, 1976, Lei nº 118/76).

O PDU de 1976 é bastante claro na diferenciação dos padrões para os bairros em geral e bairros “proletários”. Do tamanho do terreno, à medição das ruas, até o tipo de exigências para abertura de loteamentos.

Os parágrafos 1º e 2º Art. 70, se referem à aprovação de loteamentos para fins residenciais no perímetro urbano, que se apresentam da seguinte forma:

Artigo 70 - para efeito de aprovação de loteamentos a prefeitura considera:

I - **A classe e a categoria econômica do setor**, as quais influenciarão sobre dimensões dos lotes;

§ 1º – A) nos Setores Residenciais, o lote mínimo terá uma área equivalente a 360,00m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta metros quadrados), com 12,00m (doze metros) de testada mínima.

B) tratando-se de lotes de esquina a sua superfície mínima será de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), com 15,00m (quinze metros) de testada mínima.

§ 2º - A) **nos loteamentos localizados em bairro tidos como populares ou proletários**, o lote mínimo terá uma área equivalente a 140,00m<sup>2</sup> (cento e quarenta metros quadrados), com 7,00m (sete metros) de testada mínima.

B) tratando-se de lotes de esquina sua superfície mínima será de 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), com 10,00m (dez metros) de testada mínima. (Grifo nosso). (Vitória da Conquista, lei nº 118/76).

Esse artigo revela a intenção do Poder Público municipal em estratificar a urbanização conquistense ao afirmar que a “classe e a categoria econômica do setor” determinam o tamanho dos lotes e proporcionalmente, o seu preço. Nesse sentido, a política de ordenamento territorial do município define o lugar de implantação dos loteamentos e a renda mínima para se ter acesso ao lote. Como os terrenos de menor dimensão eram destinados aos bairros populares ou proletários, localizados principalmente no lado oeste da cidade, entende-se a segregação planejada e devidamente legislada de acordo com o nível de renda.

Corrêa (1989) explica essa questão da seguinte forma:

A classe dominante ou uma de suas frações, [...] segrega os outros grupos sociais, e na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária [...], direciona seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado. (2003 p.64).

Em Vitória da Conquista a ação do Estado, representado pela prefeitura municipal é observada de forma bem menos sutil do que aponta Corrêa (2003). É importante lembrar que a abertura de loteamentos aconteceu em virtude do aumento populacional em Vitória da Conquista na década de 1970, de uma população de baixos rendimentos, e um grande percentual de desempregados e subempregados na cidade, exercendo pressão por moradia, sobretudo daqueles trabalhadores e trabalhadoras que chegaram a essa cidade por conta do trabalho sazonal na cafeicultura. Assim, cabia ao poder público a tomada de atitudes para atender a essa grande demanda. E “unindo o útil ao agradável”, a prefeitura, em aliança com a iniciativa privada, encontrou uma saída estratégica para tal situação.

É preciso destacar a relação entre capital privado e o Estado, pois a convivência da prefeitura com os agentes promotores de loteamento se dava pelo fato de que, grande parte deles faziam parte da política local, assim, podiam agir livremente, norteando a estrutura dos loteamentos e da cidade de acordo com os interesses próprios do capital imobiliário (ALMEIDA e FERRAZ, 2007).

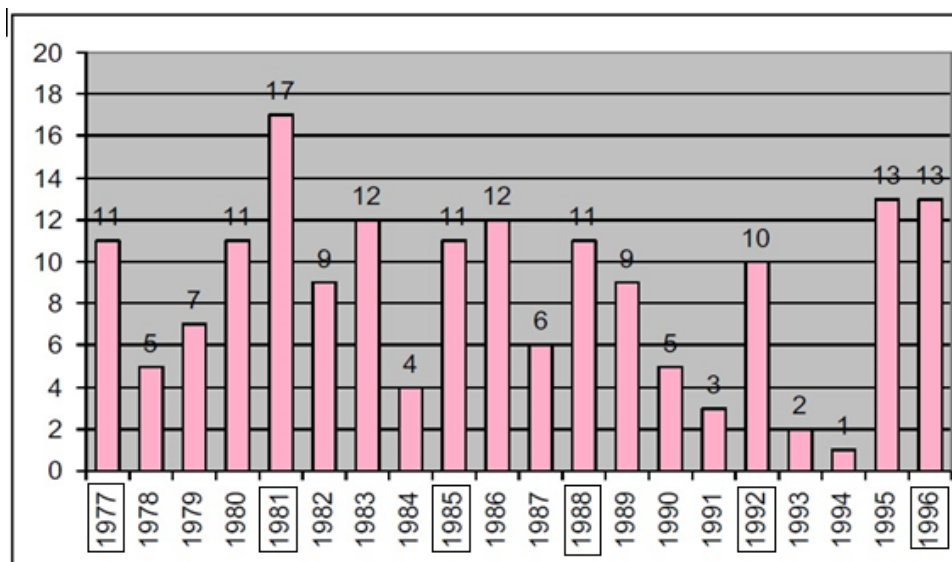
O governo municipal temia que a pressão gerada por essa população culminasse na “invasão” de terrenos particulares, o que se tornaria um problema para a administração pública. Neste sentido cabia criar um cenário no qual o proprietário loteador apareceria como “benfeitor”, que a seu modo, ajudava a população pobre, vendendo lotes a baixo custo e até mesmo fazendo doação de algumas áreas, e a prefeitura entrava como o órgão responsável por tornar essa boa ação possível. Nesse enredo, todos os agentes envolvidos eram beneficiados.

Santos, (2013) aponta para o poder de barganha político da população que foi morar nos loteamentos, que, devido a sua quantidade, poderia ser importante na eleição de políticos. Em decorrência disso, acordos foram feitos no sentido que a ilegalidade seria tolerada temporariamente para que no futuro, pudesse ser negociada com o Poder Público.

Uma das condições para que esse pacto pudesse ocorrer era o Poder Público assumir a função do provedor da legalização e os habitantes dos loteamentos ilegais de devedores de um favor do Poder Público. O pacto consolidou-se por que as melhorias urbanas transformavam-se em votos e as lideranças dos loteamentos em cabos eleitorais. (Idem p.175)

O gráfico 04 a seguir apresenta numericamente o que temos afirmado. Os dados de registro e liberação dos loteamentos aprovados a partir de 1976 até 1996, dizem muito sobre a aprovação de loteamento em Vitória da Conquista entre 1977 e 1996.

**Gráfico 04: Quantidade de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de 1976 a 1996**



Dados: Sec. Municipal de Obras e Urbanismo de Vitória da Conquista.  
Fonte: Santos, 2013.

Observa-se que nos anos de 1977, 1981, 1985, 1988, 1992 e 1996 em destaque, há um aumento na quantidade de loteamentos aprovados. Não por coincidência, esses foram anos em que aconteceram eleições municipais, deixando clara, mais uma vez, a relação entre a prefeitura e os loteadores. Com base nestas informações, entende-se que entre outras ações, a abertura de loteamentos e a doação de lotes foram usadas como estratégia políticas eleitoreiras.

Gildásio Cairo, foi vereador no ano de 1958, em Vitória da Conquista e em 1976 assumiu o cargo de vice-prefeito do candidato Eleito Raul Ferraz (MDB). Antes que seu mandato fosse completado, Raul Ferraz se elegeu deputado federal em 1978, deixando a prefeitura a cargo de Gildásio Cairo, que se tornou prefeito, administrando Vitória da Conquista de 15 de maio de 1982 a 31 de janeiro de 1983 (FERNANDES, 2013).

A citação a seguir descreve a ação de Gildásio Cairo como loteador responsável pela ocupação de quase todo lado Oeste da cidade e da transformação de terras rurais em urbanas:

Iniciou-se com o comércio de loteamento ainda em 1951, com os bairros “**Jurema**” (em homenagem à sua filha) e “**Gerson Sales**” (posteriormente denominado “Bairro Brasil”). O “Jurema” era uma fazenda [...]. Em 1960 criou o “**Bairro Patagônia**”, [...] que era uma continuação da fazenda “**Boa Vista**” [...]. Dezenove anos depois (1979) criou o “**Bairro Kadija**”<sup>71</sup>, nome com que homenageou uma filha de seu compadre João Rafful. O “Kadija” era um conjunto de terrenos pertencentes a João Castro Câmara. Por fim, em 1982 criou o loteamento “**Miro Cairo**” [...] e, posteriormente, o “**Senhorinha Cairo**” (uma homenagem à sua mãe), ambas as áreas foram adquiridas de Ariosvaldo e de seus filhos. Foram cinco loteamentos abertos via pessoa física (Jurema, Brasil, Patagônia, Kadija e Santa Terezinha) e cinco via entidade jurídica, a empresa Cairo Ramos & Cia. (Senhorinha Cairo, Miro Cairo I, Miro Cairo II, Laje Grande I e Laje Grande II). O último loteamento aberto pela firma “Cairo Ramos & Cia.” foi o “Miro Cairo II”, em 1986. Mas, existe um caso de legalização do “Loteamento Santa Terezinha”, de propriedade de Gildásio Cairo, datado de 1989. (FERNANDES, 2013).

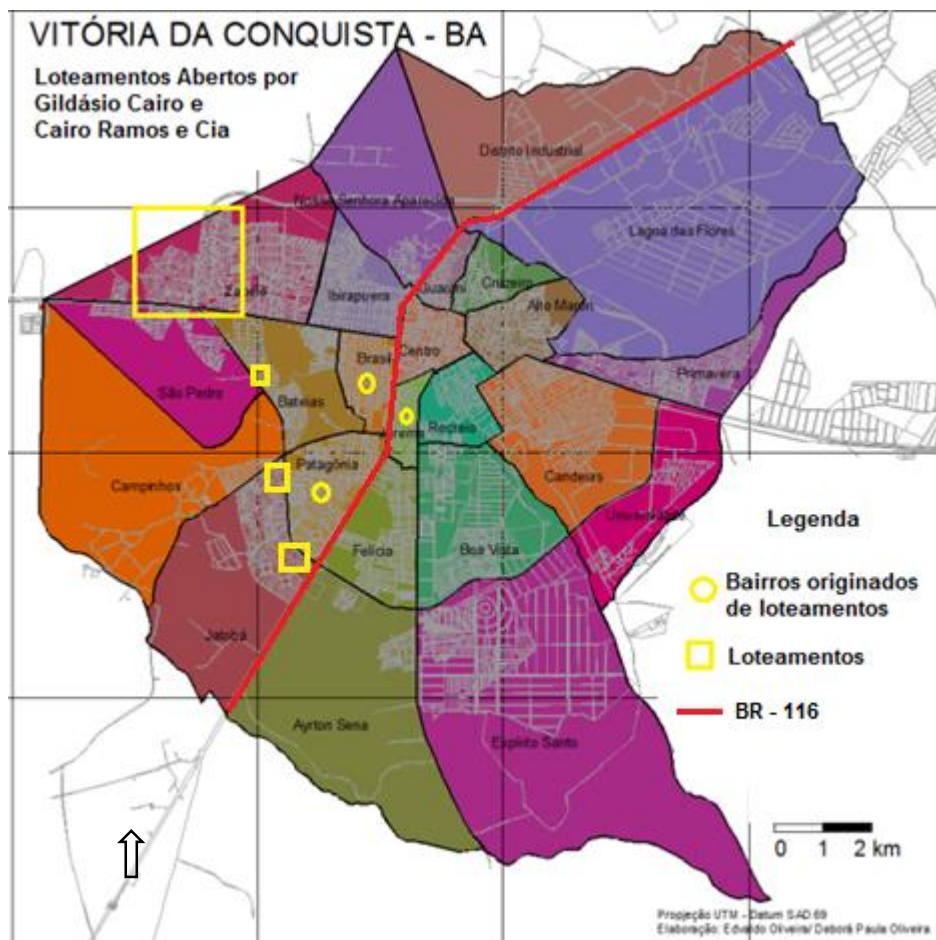
O Mapa 09 a seguir mostra o que representou espacialmente a ação deste loteador.

---

<sup>71</sup> Em Vitória da Conquista, é recorrente a confusão acerca dos nomes de bairros e loteamentos, muitos loteamentos, se tornaram tão populosos que frequentemente são chamados de bairro, como o Kadija (que na verdade faz parte do Bairro Patagônia) Senhorinha Cairo (Bairro Zabelê).



**Mapa 09: Espacialização dos loteamentos Abertos por Gildásio Cairo e pela empresa Cairo Ramos e Cia em Vitória da Conquista**



Fonte: Edvaldo Oliveira, 2013  
Adaptação da Autora

O Mapa 09 representa, especialmente, a ação do Loteador Gildásio Cairo e sua empresa Cairo Ramos e Cia. A representação destaca que importantes bairros originados de loteamentos, dois deles no Setor Oeste, como Patagônia e Brasil. Ainda, os grandes loteamentos do Bairro Zabelê no extremo oeste – Senhorinha Cairo e Miro, além de outros menores, destacados no mapa. Estes bairros e loteamentos figuram entre os mais populosos de Vitória da Conquista (SANTOS, 2013).

Em entrevistas realizadas por Ferraz, (2001) alguns loteadores demonstram que a ilegalidade era sempre justificada para beneficiar a população. Veem-se como benfeitores, auxiliares dos pobres e promotores do crescimento da cidade. Percebe-se em suas falas discurso peculiar da classe dominante, que se enxergam como promotores do progresso, perpetuando o discurso ideológico do progresso por meio de ações que beneficiam a sociedade em geral e que não visam apenas os

próprios ganhos, quando na realidade só o que lhes interessa é a extração da maior renda possível. A fala de Gildásio Cairo expressa essas questões:

Lançava o loteamento, dava as posses de graça pra ajudar a crescer, vendia outras. Aí agora, o mais compete ao poder público fazer, que dizer: Conquista cresce sem estrutura. Eu pergunto o seguinte: uma cidade pobre como Conquista, que tem 80% de pobres, se vender terreno, quer dizer quadras, luz, asfalto, esgoto, onde ia morar esse pessoal? Debaixo das pedras, debaixo da ponte, debaixo das árvores? Não tinha condições de morar. Então, quer dizer, o pobre como a gente sabe, os pobres é que habitam, que fazem loteamento. (...) ou comprando ou vendendo uma posse é o pobre que faz uma casinha (CAIRO 1992, APUD FERRAZ, 2001 p.152).

Entrevistamos uma trabalhadora que recebeu não só um lote, como também a construção da casa no loteamento Recanto das águas no Bairro São Pedro, localizado fora dos limites do anel rodoviário, na periferia conquistense. A doação ocorreu por parte do próprio dono da gleba que foi parcelada. Além de proprietário fundiário urbano, também é cafeicultor, e vinculado a um partido político em Vitória da Conquista, o que reafirma a ligação entre os agentes imobiliários urbanos, a burguesia do café e a política conquistense. Este é proprietário da fazenda de café onde vivia e trabalhava Dona Alva, a quem nos referimos nos capítulos 2 e 3.

Tinha-se o interesse em agilizar as vendas dos lotes, neste caso, a existência de casas e moradores ajudava a vender os demais terrenos. Em caso da doação do lote, pelas condições econômicas da família, a construção da casa provavelmente seria feita aos poucos, conforme as possibilidades da família, o que demoraria um certo tempo. Assim, a família de Dona Alva recebeu a casa pronta, a fim de iniciar as vendas dos terrenos a partir da propaganda de que, apesar da distância do centro urbanizado, já tinha moradores vivendo neste espaço.

A entrevistada informou que sua família foi a primeira a se estabelecer no loteamento e que a partir de então os outros lotes foram sendo vendidos e que logo no início do povoamento, muitos moradores, sem condições de construir de imediato uma casa de alvenaria, faziam barracos e com o passar do tempo foram conseguindo, aos poucos, erigir a casa, como declara a seguir:

Aí ele [O proprietário do loteamento] foi, fez a casa e deu pra nois, deu a casa pronta, assim, coberta, com porta e com cerâmica, aqui, essa

cerâmica daqui, ainda é a mesma, nós não tirou [...] a minha foi a primeira casa, outra casa ali, quando o pedreiro começou a fazer ela, o pedreiro levava água daqui e o material era guardado aqui, porque não tinha ninguém que tinha nada pra guardar uma enxada [...]. Tudo que abriu o loteamento que começou a vir gente, morando, o povo fez tudo barraco de lona, aí você saía aí fora e só via aqueles barraquinho de lona preta, e aí eles foi construindo. Vinha morar e foi construindo e hoje em dia aqui já ta uma cidade. Já vendeu esses terreno aí tudo. (grifo nosso). (Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

De início não havia água encanada nem rede elétrica. Foi necessária a abertura de um poço, para a retirada de água para a construção da casa e o consumo da família. A energia elétrica e a água encanada, só chegaram tempos depois. A entrevistada também destacou a dificuldade de transporte, já que os ônibus passavam em outro bairro e era preciso caminhar por algum tempo até encontrar um lugar com acesso ao transporte coletivo:

A água só tinha da cisterna e não tinha luz. Não tinha transporte, nós pegava o ônibus ou no Henriqueta ou ali nas Terras do Remanso [...] O povo veio, abriu as cavas, encanou a água nessa rua subindo até lá em cima e só nas duas ruas. Aí já veio a água, já veio a luz pra nós aqui. (idem)

Segundo Santos (2013), na ideia dos loteadores, a realização de obras de infraestrutura não lhes competia, pelo contrário, era de inteira responsabilidade do poder público municipal, pois consideravam que se existiam pessoas morando em determinado lugar e a prefeitura tinha o direito de cobrar o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), teria também a obrigação de dotar essas áreas da infraestrutura.

De fato, a infraestrutura básica como abastecimento de água e energia elétrica ficava a cargo do poder público, que só chegava aos loteamentos pela pressão que a população exercia. Posteriormente, também foi preciso travar lutas nas representações de bairro para a construção de escolas, creches e equipamentos de saúde públicos. De acordo com Jorge Teixeira Filho, loteador em Vitória da Conquista, dono da Fazenda Candeias, que deu origem ao Bairro de mesmo nome:

A prefeitura tinha interesse que a cidade crescesse. A própria prefeitura abriu ruas (mas) para se fazer um loteamento tem que por

água, esgoto, energia e abrir as ruas. Naquele tempo não precisou fazer nada disso. Apenas registrou [...] e foi comercializando... (FILHO, 1999, APUD FERRAZ, 2001p.100).

De acordo com o direito urbanístico, artigo 50 da lei 6.766/79 constitui crime contra a Administração Pública dar início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem autorização do órgão público competente, ou em desacordo com as disposições legais, ou das normas pertinentes do Distrito Federal, Estados e Municípios, sujeito a pena de um a quatro anos de reclusão. Mas em Vitória da Conquista, a lei que imperava, era a vontade dos loteadores e a legislação pouco valia.

As ações destes agentes em conjunto, sob o discurso de beneficiar a população que chegava a cidade, foi benéfica principalmente para os loteadores e o Poder Público, pois para a população que se apropriou destes espaços precários e desestruturados, restou a reprodução da vida em condições degradantes sobretudo para as mulheres.

### **5.1.2 - Mulheres e reprodução da vida na periferia em expansão: uma história de precarização e lutas**

Na articulação das esferas produtiva e reprodutiva na periferia urbana, uma pesada sobrecarga de trabalho recaía sobre as mulheres, trabalhadoras, mães, esposas e filhas. Nesse ambiente, via de regra, precário qualquer atividade doméstica que realizavam, mesmo as mais corriqueiras, devido à ausência dos serviços essenciais, como abastecimento de água e energia elétrica, requisitava delas, maior quantidade de tempo e esforço físico.

O acesso à água nos loteamentos e bairros da periferia conquistense, como lembrou Dona Alva anteriormente, se dava principalmente pela perfuração de poços, chamados de cisterna pelas entrevistadas. Nos bairros Nossa Senhora Aparecida, Alto Maron e Cruzeiro, muitas famílias recorriam à nascente do Rio Verruga no Poço escuro, e nos Loteamentos mais distantes localizados no setor Oeste, como informa Paiva (2014), contavam com uma “aguada”, uma espécie de lagoa construída por Gildásio Cairo, fora dos limites do anel rodoviário, próximo ao loteamento Miro Cairo.

Em todos os casos, por muito tempo não houve ligação entre as fontes de água e as residências, exigindo, sobretudo das mulheres e seus filhos e filhas puxarem a água do fundo das cisternas, ou se deslocarem inúmeras vezes durante o dia, para esses locais, carregando as latas de água que serviriam para o consumo da família, para cozinhar alimentos, lavar roupas, para a higiene pessoal, entre outros.

Muitas das mulheres entrevistadas afirmam que antes do trabalho no café, tinham experiência apenas com o trabalho como domésticas e diaristas em casas de família. Muitas mulheres separadas, divorciadas, viúvas ou que mantinham uma relação conflituosa com seus companheiros, não podiam contar com o empenho masculino seja na manutenção financeira da casa, ou no cuidado com os filhos, expressando o imperativo pelo trabalho extradoméstico.

As dificuldades se expandiam para todas as esferas da vida reprodutiva e do trabalho. Além da dificuldade em conseguir vender sua força de trabalho na cidade, as trabalhadoras, quando conseguiam diárias de doméstica, ainda enfrentavam problemas de deslocamento. A distância entre os bairros de vida e de trabalho era aumentada, pela ausência de transporte público nos loteamentos e maioria dos bairros periféricos, obrigando-as a percorrer, vários quilômetros a pé.

Dona Maria relembra sua trajetória para o trabalho na década de 1980.

Eu ia 4:00 da manhã, pro lado de lá, de junto do INSS, trabalhando. Passava de junto da igreja, o galo tava cantando e o sino batendo quatro vezes, 'pam pam, pam, pam' eu contava junto com a minha menina, que era mocinha, minha filha que eu levava pra me ajudar. Foi muito difícil pra a gente. Difícil, difícil (Dona Maria, 78 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

Além da rotina do trabalho urbano, dividido com o trabalho sazonal na colheita do café, os problemas da vida na periferia se multiplicavam. As famílias numerosas, com 6, 8, 11 filhos exigiam um cuidado e um despendimento de tempo com as crianças. Como mencionado, grande parte das mulheres entrevistadas afirmam que não puderam contar com o apoio dos companheiros na divisão das tarefas domésticas e cuidado com os filhos. Esse fato, contribuía, ainda mais, para a precarização da vida e do trabalho feminino na periferia, pois a ausência de escolas e creches nestes espaços, comprometia o seu trabalho extradoméstico, necessário para garantir condições materiais de sobrevivência da família.

Trabalhadoras entrevistadas, contam que deixavam os filhos trancados em casa, sob a responsabilidade da filha mais velha, para que tivessem condições de sair para trabalhar, seja nas casas de família, seja no café. Quando não havia essa possibilidade, como descrevemos no capítulo 2, levavam também as crianças para as fazendas de café.

Diante de questões como essa, frente à passividade e descaso do Poder Público com a população da periferia, emerge a necessidade de luta coletiva para reivindicar melhorias para seus bairros, pressionando os representantes da prefeitura municipal e até mesmo agirem por conta própria, por meio do apoio de instituições como a Igreja católica, na construção de equipamentos de uso coletivo, como escolas e creches.

Dona Inês<sup>72</sup>, moradora antiga do Bairro Alto Maron em entrevista, afirma que as décadas de 1970 e 1980 foram um período de grande efervescência política e de lutas como a greve do café, a atuação da comunidade junto Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), da igreja católica, o surgimento da União de Mulheres de Vitória da Conquista (UMVC) e das associações de bairro, lutando por justiça e reivindicando o que consideravam ser de direito.

De acordo com Cabral e Casimiro (2011) a história das creches em Vitória da Conquista, está relacionada aos movimentos sociais, uma vez que, as primeiras creches criadas nesta cidade, surgiram como resultado de um processo de lutas das CEBs e, mais tarde, associação de moradores de diferentes bairros periféricos, da União de Mulheres, entre outros, a necessidade da implantação de creches para as crianças, filhas das catadoras de café.

Como resultado de um intenso processo de lutas, em 1982 foi criada a creche Vivendo e Aprendendo, implantada no Bairro Alto Maron, sendo a primeira instituição desse tipo na periferia de Vitória da Conquista e precursora das demais.

A exemplo do Alto Maron, outros bairros também conseguiram abrir creches e escolas, como o Nossa Senhora Aparecida, que com o apoio dos padres do Seminário Nossa Senhora de Fátima, do bairro Brasil, a oeste da cidade, conseguiram, por meio de doações e do trabalho da comunidade, construir duas salas de aula, onde funcionou a primeira escola do bairro, contando com o auxílio da Prefeitura, apenas no final da obra, na contratação de funcionários e professores. Posteriormente a

---

<sup>72</sup> Dona Inês, Diretora e uma das fundadoras da Creche Vivendo e Aprendendo. Participou de importantes lutas junto às mulheres do café para a construção da primeira creche neste bairro. (Entrevista concedida a autora. Vitória da Conquista, março de 2015).

escola foi estadualizada e ganhou uma melhor infraestrutura funcionando até os dias atuais.

Dona Maria, em seu depoimento aponta sobre o descaso do Poder Público com a população da periferia:

Naquele tempo, nenhum prefeito atendia os pedidos da gente e a gente sofria demais. Tanto aqui e nesse bairro, como nos outros bairros vizinhos. Guarani, Ibirapuera, Bruno Bacelar, Iracema, e outros bairro também. Aí a gente foi juntando esses bairros nas reuniões e foi estendendo. (Dona Maria, 78 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

Semelhante processo de luta, deu origem à Creche Dinaelza Coqueiro<sup>73</sup> no Bairro Ibirapuera em 1988. Fruto da mobilização da União de Mulheres de Vitória da Conquista (UMVC) que por meio de muitas lutas, conseguiram a doação do Terreno pela prefeitura. A construção foi realizada pela União de Mulheres e demorou 5 anos para que o espaço ficasse pronto.

De acordo com Dona Senhora, audiências foram marcadas com a prefeitura municipal para solicitar os materiais para construção e manutenção da creche. E relembra:

no dia das audiências marcadas com o prefeito, a gente descia para a Prefeitura com tampas e panelas para fazer barulho, fazia um bafafá, pra mostrar a força que as mulheres tinham. A gente era recebida, eles já conheciam a gente. [...] Depois de muita luta, começaram a atender as solicitações da creche, porque a gente falava que precisava da creche porque as crianças eram carentes e as mães precisavam trabalhar. (Dona Senhora, 71 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

A prefeitura não assumiu a creche, por muitos anos as mulheres da periferia viviam em busca de doações para que a instituição se mantivesse funcionando, buscavam apoio nas casas comerciais da cidade, da igreja católica e do trabalho as

---

<sup>73</sup> Dinaelza Coqueiro era natural de Vitória da Conquista, foi Militante do Movimento Estudantil e do Partido Comunista do Brasil – PC do B e estudante do curso de Geografia na Pontifícia Universidade Católica de Salvador. Ingressou no movimento Guerrilheiro, indo para o Araguaia com seu marido Vandick Coqueiro, onde foram vistos pela última vez em 30 de Dezembro de 1973. A suspeita é de que tenham sido assassinados. Na época, Dinaelza estava com 25 anos. (Arquivo da Creche Dinaelza Coqueiro)

vezes remunerado e as vezes voluntário das mulheres da comunidade. Atualmente, a prefeitura arca com os contratos dos funcionários e a creche ainda é mantida por doações.

Processos de luta popular, a partir das associações de bairro, se tornaram parte da história de Vitória da Conquista e sendo uma prática comum na periferia conquistense, entre as décadas de 1980 e 1990. De acordo com Dona Inês, cada conquista de equipamentos e serviços nos bairros não vinha antes de ocupações na porta da prefeitura, muita “bateção de panelas” e pressão contínua nos representantes da prefeitura, até que se concretizassem as obras. Essas mobilizações cobravam da prefeitura obras como pavimentação das vias, transporte coletivo, escolas, postos de saúde entre outras infraestruturas importantes para a vida urbana.

Ainda assim, apesar das mudanças promovidas pela luta popular, os problemas na periferia urbana continuam. Além da infraestrutura que permanece precária, o que mais aparece nos depoimentos das trabalhadoras entrevistadas é a dificuldade no acesso ao trabalho e a violência que parte dos bandidos tanto quanto da própria polícia. Para Maricato (2013) pode-se estabelecer uma relação entre desemprego, violência, tráfico de drogas e desigualdade, entendendo que não necessariamente a violência está associada à pobreza, mas que ao mesmo tempo, se torna um produto da desigualdade e do desemprego.

Como mostra Dona Maria em seu depoimento.

Hoje, perto das coisas que nós não tinha aqui no bairro, pode dizer que nós tá no céu, só não tá melhor por causa da bandidagem que atrapalha. Mas eu acho que piorou por causa do tempo, porque vem mais bandido, mais bandido, mais bandido. [...] Hoje você não sabe em quem confia, porque a polícia tá atacando mais que os bandidos. Porque o bandido você sabe que é bandido, dá um jeitinho e escapa dele, e a polícia chega e lhe mete as arma, sem saber quem você é, como já aconteceu comigo aqui na minha porta. Aqui no nosso bairro, eles vem preparado pra matar as pessoas dentro de casa. (Dona Maria, 78 anos. Entrevista concedida à autora. Vitória da Conquista, Janeiro de 2016).

As figuras a seguir mostram diferentes bairros e loteamentos da periferia urbana conquistense nos dias de hoje. Em alguns deles já seja possível encontrar, depois de quase meio século de lutas, algumas infraestruturas (abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação das ruas) e serviços (coleta de lixo, comércio, escolas e



creches). Apesar disso, a estrutura da maioria deles, continua precária, se reproduzindo a partir das diferenças espaciais criadas pelo próprio sistema do capital e suas representações de classe. Assim a paisagem periférica de Vitória da Conquista em muitos locais ainda permanece bastante semelhantes à década de 1970, sobretudo na relação precária com o trabalho, na segregação urbana que se aprofunda a cada medida do Poder Público e Agentes imobiliários para valorizar determinados espaços, e com o agravante da violência.

**Figura 31: Avenida Brumado, principal via que liga a BR-116 ao Setor Oeste**



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro de 2016

**Figura 32: Loteamento Miro Cairo – Setor Oeste**



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro de 2016

**Figura 33: Bairro Nossa Senhora Aparecida – nas Margens da BR-116 – Setor Oeste**



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro de 2016

**Figura 34: Bairro Patagônia – Originado de loteamentos aberto por Gildásio Cairo - Setor Oeste**



Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro de 2016

**Figura 35: Bairro São Pedro –  
Loteamento Recanto das águas**



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2016

**Figura 36: Bairro Zabelê –  
Loteamento Senhorinha Cairo**



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2016

Há que considerar, no entanto, que a ilegalidade tem sido para muitos trabalhadores e trabalhadoras uma alternativa de acesso à moradia. Para as parcelas da classe trabalhadora com baixos rendimentos, os custos com a habitação legal em espaços estruturados tornam-se inviável devido à sua incapacidade de pagar pelo valor do solo urbano. Isso torna necessária, enquanto determinação da lógica contraditória do sistema capitalista, a aceitação da precariedade das condições de moradia e vida na periferia.

Considerando a pior das hipóteses de acesso à moradia no espaço urbano desigual, os trabalhadores que se apropriaram dos lotes realizados por meio da ilegalidade, ainda estariam em melhor situação - se é possível pensar deste modo - do que outros que nem mesmo podiam pagar por eles. Para Singer (1978), ainda pior que o direito de estar na cidade enquanto segregado é o fato de que os pobres não têm espaço na cidade capitalista, já que para apropriação do mais precário dos espaços urbanos, se faz imprescindível dispor de uma renda monetária, no entanto, a economia capitalista, por questões estruturais, não garante um mínimo de renda para a totalidade dos trabalhadores.

Mesmo nos loteamentos ilegais, ainda tem-se a determinação da terra enquanto mercadoria, à qual o acesso só pode ser realizado por meio da mediação do mercado imobiliário, por mais precária que seja. Como aponta Lima, (1997) e Medeiros (1977) é a partir da década de 1950 que tem início em Vitória da Conquista o parcelamento do solo urbano que entra no mercado como “mercadoria, “vendida em pedaços”,

– a análise da evolução do tecido urbano nos indica que esse processo tem se consolidado na forma de loteamento – e só tem direito ao seu uso quem pode pagar por ele” (LIMA, 1997, p. 76).

Com a efetiva subsunção do valor de uso pelo valor de troca da terra urbana de Vitória da Conquista, as ocupações e os assentamentos urbanos surgem como única maneira possível, para grande parte da população, recém chegada em Vitória da Conquista, com baixos rendimentos, conseguir acesso à moradia a fim de se estabelecer no espaço urbano. No entanto, esse processo não acontece sem conflitos, já que a ocupação, ao mesmo tempo em que representa a execução do direito à moradia, infringe o direito à propriedade privada, criando conflitos de interesses entre a população que necessita de habitação e os especuladores imobiliários desta cidade.

### **5.1.3 – Ocupações urbanas e luta por moradia: reação de classe ao urbanismo segregador**

Frente a um déficit habitacional que vinha desde a década de 1970, e à pressão da população sem moradia, a fim de criar estratégias para minimizar o problema da habitação, a Prefeitura de Vitória da Conquista, desenvolveu ações, realizadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), pela Companhia de Habitação e Urbanização (URBIS) e pela Cooperativa para Construção de Habitação Popular (INOCOOP), no intento de facilitar o acesso, da população de baixos rendimentos, à habitação. Entretanto, contraditoriamente, na prática, estes programas não permitiram o acesso a grande parte das pessoas por não possuírem as condições econômicas exigidas pelos órgãos de financiamento. Por conta disso, esses programas beneficiaram apenas uma parcela com determinada faixa de renda, sendo alcançado pela classe média conquistense, enquanto perpetuava o problema dos mais pobres.

Como resposta, de acordo com Almeida (2007) os excluídos pelos programas, por um lado, partiram para a realização de ocupações urbanas a partir de meados da década de 1980 e por outro se confrontaram com o executivo municipal exigindo a criação de uma política de habitação mais justa que possibilitasse seu acesso à moradia.

Neste contexto, tem-se a formação da periferia de Vitória da Conquista não apenas por meio do loteamento ilegal, como também, pela ocupação de terrenos urbanos e pela ação da Prefeitura Municipal com relação aos planos de Habitação popular. É importante salientar que o planejamento relacionado a habitação para população com baixos rendimentos não aparece de forma específica no Plano Diretor de 1976, que excluía, entre muitas questões Zonas de Interesse Sociais – ZEIS, demonstrando seu caráter tecnicista e funcionalista que não dava conta de importantes questões sócio espaciais. (SANTOS, 2014)

As elites conquistenses, viram com repúdio às formas não legais de produção do espaço por meio das ocupações, o que se torna muito interessante no contexto dessa pesquisa por representar uma contradição nos próprios termos, na qual se justifica a ilegalidade, quando ela parte das classes hegemônicas, como na criação de loteamentos urbanos, mas quando a ilegalidade parte das parcelas mais pobres da população, repudia-se sua ação.

Como decorrência da pressão popular, de diferentes classes sociais, pretendendo a criação de medidas que dessem fim às ocupações urbanas, acontece a partir de um vínculo com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Coordenação de Habitação popular, a criação do Programa Municipal de Habitação Popular (PMHP) em 1991, promulgado pela lei municipal nº. 570/91 que objetivava, segundo seu Art. 2º. “reduzir, no município, o déficit habitacional atendendo principalmente aos cidadãos em condições adversas como: I – do desemprego; II – do subemprego e III – do emprego de baixa renda” (ALMEIDA, 2005, p. 66) que estavam vivendo em “precárias condições sócio-econômicas e em moradias inadequadas, como as localizadas em áreas de risco, sujeitas à alagamento, de preservação ambiental, ou ainda em espaços alugados ou cedidos de forma provisória” (Idem, p. 67).

O aumento populacional percebido em Vitória da Conquista a partir da década de 1970, como temos afirmado até aqui, está intimamente ligado à instalação da agroindústria cafeeira na região do Planalto da Conquista, fazendo com que esta população, começasse a exercer pressão pelo acesso à moradia.

Os dados sobre o rendimento mensal do responsável pela família dos assentamentos e ocupações, confirmam a concentração de rendas muito baixas, sendo que, 11% das famílias estavam sem rendimentos no período da pesquisa, 49% contavam com até um salário mínimo, 35% até 2 salários mínimos, 3,5% até 3 salários

mínimos e apenas 1,5 % recebiam acima de 3 salários mínimos. A seguir, especifica a origem dessas rendas. (ALMEIDA, 2005).

Os rendimentos são oriundos de aposentadorias e pensões 21%, de trabalho remunerado 46%, outros (Ambulante/Bico, Bolsa Escola, Bolsa Família, etc.) correspondem a 19% e os que não responderam totalizam 14%. Dos que declararam realizar trabalho remunerado apenas 21,6% possuem carteira assinada. Este quadro mostra a fragilidade das relações de trabalho que são estabelecidas com estes trabalhadores (ALMEIDA, 2005, p.4).

As origens de renda que a autora cita, não são particularidade das ocupações e assentamentos urbanos, em vez disso, é a realidade de grande parte das trabalhadoras entrevistadas da periferia urbana, conquistense. As quais o acesso ao trabalho se dá de forma precária, estando, a maioria do tempo desempregadas, ou subempregadas em atividades temporárias, entre as atividades citadas aparecem a colheita do café, trabalhos de domésticos considerados bicos, como lavar roupa para fora, fazer faxina como diarista, e até mesmo limpar quintal de enxada. Atualmente, algumas das famílias sobrevivem, além dos bicos, da aposentadoria de algum membro da família e dos benefícios do Governo, como o Bolsa Família, a única fonte de renda concreta, que podem contar todos os meses.

O Programa de habitação popular PMHP, criou muitas expectativas na população, que de acordo com Lima (1997) foi alardeada pelo Poder Executivo Municipal como solução para os problemas habitacionais da população sem moradia, na verdade, não significou as mudanças esperadas na política habitacional

Com base no cadastramento das famílias em ocupação, alojadas em área de risco ou de interesse de preservação ambiental, a ação do PMHP se dava por três vias, acontecendo por meio da 1) transformação de ocupações em áreas de assentamento urbano, quando o local era considerado próprio à habitação; 2) pela distribuição de lotes criando novos assentamentos, ou 3) pela doação de unidades residenciais produzidas pelo Programa de Habitação Social (PSH) do governo federal. Até o ano de 2005 houve a criação de 13 assentamentos urbanos a grande maioria nas áreas mais afastadas do núcleo urbanizado.

O programa foi criado em 1991 na gestão do prefeito Murilo Mármore (1989-1992) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Até o ano de 2004, durante o mandato de José Pedral Sampaio do mesmo partido, a prefeitura se limitou

à disponibilização “1.442 lotes e o reconhecimento, com a cessão do direito especial de uso, de mais 1.649 lotes públicos ocupados pelos sem teto, totalizando 3.091 lotes” (ALMEIDA, 2005, p. 67).

Pelo histórico de ações do poder público local e a falta de atenção com as parcelas da população descapitalizadas, não se torna difícil a compreensão de que, segundo informações de Almeida, (2010), até o ano de 2004 as ações promovidas pelo PMHP não conseguiram sanar os problemas sociais relacionados à habitação. De maneira menos intensa que nos anos de 1980 e 1990, as ocupações ainda continuam a acontecer em Vitória da Conquista, como também a pressão popular na luta pela melhoria da qualidade de vida e, pelo direito à justiça social.

O plano diretor de 1976 foi criado quando a população de Vitória da Conquista tinha apenas 127.528 habitantes e já não respondia mais às necessidades urbanas de uma cidade que tinha sua população multiplicada. Esse município, chega no ano 2000 com o dobro da população total, sendo 262.585 habitantes, dos quais 228,430 viviam na cidade. Esse fato ressaltava a urgência da criação de um novo Plano Diretor, adequado à nova realidade social do município que só veio 30 anos depois, sendo apresentado à população no ano de 2006.

## **5.2 – O Plano Diretor Urbano de Vitoria da Conquista de 2006: a institucionalização da segregação urbana**

Para a criação do Plano Diretor de 2006, foi realizado um estudo preliminar que contatou em Vitória da Conquista uma cidade desigual, com baixos níveis de urbanização, uma expansão urbana desorganizada com espaços vazios em áreas onde se verificava dotação e infraestrutura, ao passo que em bairros densamente ocupados ela se fazia ausente. Também foram detectados baixos padrões de habitação e ausência de rede de esgoto, coleta de lixo, entre outras questões em diversos bairros da cidade, sobretudo os considerados periféricos e concentração de infraestrutura em determinadas áreas, especificamente nos bairros Centro, Recreio e Candeias.

Apesar de ter sido elaborado sob a proposta da justiça social e do direito à cidade, não é a diminuição das desigualdades urbanas que vai resultar do PDU-2006, pelo contrário, o que foi realizado, a partir das orientações do Plano, funcionou, na prática, para aumentar a diferença no preço do solo urbano, valorizando áreas que já

vinham neste processo, em favor da parcela da população com maiores rendimentos e conseqüentemente aumentando a segregação urbana.

Não é nossa proposta uma análise de todos os itens e determinações deste Plano Diretor, mas apenas daqueles que apresentam maiores rebatimentos sobre a periferia, nos ajudando na sua compreensão.

O estudo preliminar que deu origem ao PDU-2006, deu prioridade a questões relacionadas à infraestrutura, transporte e habitação, diagnosticando, sem nenhuma surpresa, que a questão habitação nesta cidade no ano de 2004 era precária, principalmente nas áreas consideradas periféricas, apontando as seguintes informações sobre a cidade:

1) Somente 35% das vias eram pavimentadas; 2) 80% das ruas com iluminação pública; 3) 20.256 domicílios sem abastecimento de água (98.771 pessoas); 4) 37.401 domicílios sem esgotamento sanitário; 5) 14.670 domicílios sem coleta de lixo adequada; 6) déficit habitacional de 10 mil unidades. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2004, p. 91).

De acordo com o estudo, isso ocorre pela existência de ocupações em áreas impróprias, loteamentos clandestinos ou irregulares, sem infraestrutura adequada e em periferias desassistidas. O estudo menciona que isso ocorre em função da ineficiência de controle por parte do poder público, mas, na verdade, como já foi apontado anteriormente, não é a eficiência do poder público que se deve questionar, mas o jogo de interesses entre políticos e proprietários fundiários.

Para tanto, na elaboração do PDU-2006, seguiu-se a deliberação do Estatuto das Cidades de incluir a “participação popular” na criação do planejamento urbano, como estratégia de representar os diferentes grupos sociais e espaços que constituem a cidade.

Em Vitória da Conquista, conforme aponta Santos (2013) a “representação popular” que formalizou o PDU-2006, contava em grande parte, de agentes imobiliários e representantes do capital privado. Como afirma Ferraz a seguir:

Existe uma plateia, existe um convite à participação popular, porém, a qualidade dessa participação popular é questionável. Eram pessoas ligadas ao interesse, por exemplo, imobiliário que estavam ali, foi quem efetivamente participou da elaboração, que estava lá em todas

as reuniões, lutando pelos seus interesses. (FERRAZ, 2010, apud SANTOS, 20013 p. 258).

Neste sentido, de acordo com Vilaça (2005), a classe dominante é quem sempre participou, seja dos planos diretores, seja dos planos e leis de zoneamento. As classes dominadas, que são a maioria da população, sempre foram mantidas à margem das discussões e das decisões. Como apontou Ferraz, (2010) as pessoas que estavam lá para representar a população, não eram oriundas dos bairros de periferia, não eram os homens e mulheres líderes das associações de bairro e dos movimentos sociais urbanos, mas o próprio capital imobiliário personificado.

Além disso, mesmo que a população da periferia tivesse representação nas discussões, como aponta Vilaça (2005), outras formas de pressionar as decisões políticas (por parte do capital imobiliário e das elites) têm se mostrado mais eficientes do que as reivindicações ou contribuições populares manifestadas nos debates públicos formais, como informa a seguir:

A “participação popular” conferiria um toque de democracia, igualdade e justiça às decisões políticas. Ela passou a ser divulgada como uma espécie de vacina contra a arbitrariedade, a prepotência e a injustiça. Com ela, todos tornar-se-iam iguais perante o poder público. É essa ilusão que a recente ênfase em Plano Diretor Participativo querendo ou não procura inculcar na opinião pública. O que raramente aparece é que os grupos e classes sociais têm não só poderes políticos e econômicos muito diferentes, mas também diferentes métodos de atuação, diferentes canais de acesso ao poder e, principalmente – algo que se procura sempre esconder – diferentes interesses (p. 50).

O Plano diretor de 2006 é elaborado sob uma perspectiva dual, que pretende, ao mesmo tempo, promover a justiça social e transformar a cidade em um polo de serviços e indústria economicamente eficiente, ampliando o espaço para a circulação do capital e transformando a cidade cada vez mais em mercadoria. Não uma mercadoria que pode ser comprada por todos, mas que tem um público determinado. Como pode ser observado nos artigos a seguir:



Art. 4º. O Plano Diretor Urbano tem como princípio:

- I. Promoção da justiça social e a redução das desigualdades sociais;
- II. Inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes particularmente às crianças, aos idosos e aos portadores de necessidades especiais;
- III. Estimulo ao desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, contemplando a equidade social e a melhoria da qualidade de vida da população, bem como a valorização dos recursos naturais e culturais.
- IV. Direito à Cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;
- V. Respeito às funções sociais da Cidade e à função social da propriedade; [...]
- X. Visão estratégica de planejamento, respaldada num projeto de cidade, construído pela sociedade e caracterizada pela viabilidade e oportunidade das propostas

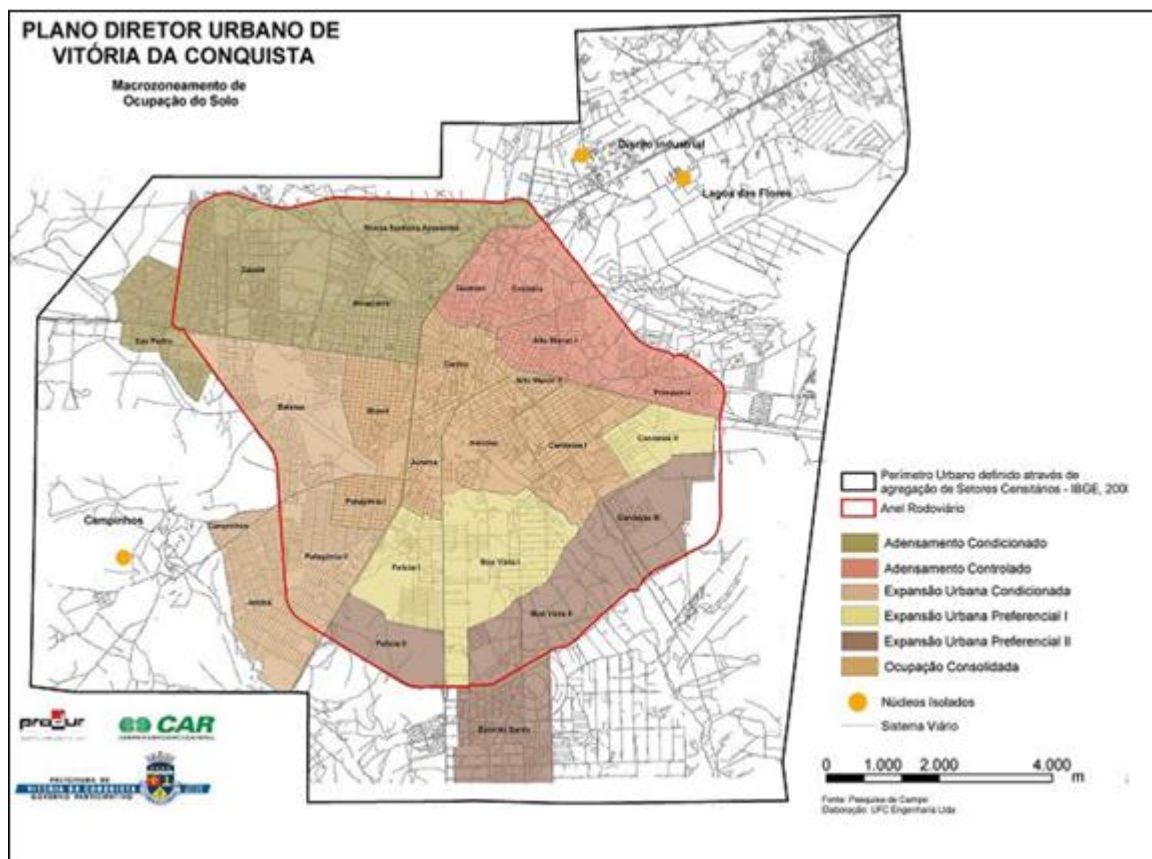
Art. 5º O Plano Diretor Urbano tem como objetivos:

- I. Consolidar e projetar Vitória da Conquista como:
  - a) pólo comercial e prestador de serviços, potencializando o desenvolvimento do setor industrial e do agronegócio;
  - b) centro universitário, educacional e de ciência e tecnologia;
  - c) centro regional de serviços de saúde, projetando-a como centro de referência estadual. [...]
- IV. Combater as distorções e abusos do mercado imobiliário urbano e o uso especulativo da terra como reserva de valor, de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade; (Lei 1385/2006). (grifo nosso).

Os artigos deixam claro a dualidade entre os *princípios* que norteiam as deliberações do Plano Diretor e alguns dos *objetivos* que foram traçados. Intensificar as características da cidade enquanto pólo comercial, centro universitário e centro regional de saúde, à primeira vista podem parecer situações adequadas à promoção de uma cidade mais justa, no entanto, essas questões não estão aí para beneficiar a população em geral, mas a partir de interesses de determinados segmentos sociais, e uma força de trabalho qualificada. Neste sentido, o objetivo de cidade que aparece no parágrafo 5º é em si excludente por não representar a maior parte da população dessa cidade, sobretudo as trabalhadoras da periferia, que tem demandas específicas e tem lutado por várias décadas para que suas reivindicações por saúde, educação e trabalho entre outras sejam atendidas, contudo, o planejamento urbano não é pensado para favorecer esses sujeitos. E se nessas legislações comparecem artigos permeados pelo discurso da integração e da melhoria na qualidade de vida da população, suas práticas se tornam bastante contraditórias.

Um dos principais problemas detectados em Vitória da Conquista foram os vazios intersticiais deixados para fins de especulação. Uma das deliberações do PDU-2006 foi o adensamento da urbanização no interior dos limites do anel rodoviário que circunda a cidade. Para isso foram criadas as macrozonas de ocupação do solo, que são: ocupação consolidada; adensamento controlado, expansão urbana condicionada; expansão urbana preferencial e; expansão urbana rarefeita. De acordo com o Plano, as macrozonas configuram unidades de análise, em relação às ações de planejamento e intervenções do Poder Público. O Mapa a seguir mostra este zoneamento.

**Mapa 10 - Macrozonas de Ocupação do Solo**



Fonte: PDU, 2006.

As áreas de adensamento consolidado, de acordo com o artigo 23º do PDU-2006 são os setores dotados de infraestrutura básica, com a presença de equipamentos urbanos e sistema viário regional. Observa-se que essa área engloba o centro, e bairros como o centro, Recreio, Candeias a Leste e Brasil e Patagônia a Oeste. Mesmo sendo considerada a sua urbanização consolidada, apenas os dois primeiros foram considerados pelo planejamento como áreas de expansão do centro, apesar de

que os bairros Brasil e Patagônia – Setor Oeste - em relação à distância, estão mais próximos do centro do que os primeiros e também representam maior densidade demográfica que os demais. Informação que pode ser verificada no Artigo 23, § 3º:

- I. Expansão do limite sul e sudeste do Centro para parte do Bairro Candeias e Recreio.
- II. Adensamento e consolidação da ocupação nos limites desejáveis, visando a otimização da infra-estrutura existente e evitando a saturação (...)
- VII. Fortalecimento do Centro Tradicional de comércio e serviço, promovendo sua requalificação e melhoria e a implantação de empreendimentos privados.

As imagens a seguir mostram o intenso processo de verticalização em andamento em bairros do Setor Leste da cidade, que tem se intensificado na última década em decorrência do processo construído socialmente a partir da década de 1970 de valorização dessas áreas em detrimento dos espaços desestruturadas da periferia. A Figura 31 mostra a BR-116 no primeiro plano, com a vista panorâmica do setor leste, no qual identifica-se poucas edificações verticais, ao passo que na Figura 32 nota-se o resultado dessa dinâmica em 2016:

**Figura 37: Vista panorâmica do Setor Leste de Vitória da Conquista, 1985**



Fonte: Arquivo Municipal de Vitória da Conquista

**Figura 38: Verticalização no Bairro Candeias, 2016**



Fonte: João Daniel Barros

A orientação destes bairros como áreas de expansão do centro tradicional, já implica uma valorização. Pode detectar-se uma intensificação da concentração de equipamentos urbanos e o desvio de investimentos para essas áreas, como a localização de universidades, escolas, comércios e serviços de saúde, tais como: Centro Municipal de Atendimento Especializado (CEMAE)<sup>74</sup>.

Essas transformações aprofundaram as diferenças no espaço urbano conquistense, aumentando ainda mais a segregação urbana já que as propostas do PDU, previam o fortalecimento dos centros de bairro, como os do Patagônia e Bairro Brasil, no setor Oeste, ao passo que o centro tradicional foi expandido para os bairros de classe média e alta, melhorando o sistema viário para seu acesso.

A tendência de segregação urbana percebida desde a década de 1970, ganha proporções ainda maiores com o PDU-2006, que contraditoriamente, promove o aumento das desigualdades na cidade sob o discurso de promover a justiça social e ampliar o direito à cidade. Neste sentido, já passam de 40 anos do discurso, sem práticas para efetivamente de “integrar” as duas zonas da cidade, que reconhecidamente abrigam população de condição social diferente, como aponta o próprio texto do documento:

A expansão da malha urbana e a consequente incorporação à mesma de sub-trechos das rodovias fizeram com que a Cidade se ressentisse do pesado tráfego de passagem, cujos atritos com o tráfego urbano emprestam a este segmento de rodovia o caráter de barreira que segrega a Região Leste da Cidade (mais rica) da Região Oeste (mais pobre), criando uma verdadeira periferia interna (VITÓRIA DA CONQUSTA, 2006/LEI 1.385/2006, Anexo II, s/p).

Para promover a “integração” as recomendações do PDU-2006 não diferem muito daquelas 1976. As alterações realizadas se dão apenas na instalação de semáforos e algumas mudanças pontuais na engenharia de tráfego, facilitando o acesso de veículos. No que diz respeito aos pedestres, apenas faixas foram pintadas nos principais trechos, mas nenhuma das pontes, viadutos ou passagens de nível foram construídas e os acidentes continuam a acontecer.

Não são muitas as alterações e investimentos em infraestrutura propostos para as áreas periféricas da cidade no PDU-2006, em contraste com os bairros de

---

<sup>74</sup> O CEMAE, Centro Municipal de Atendimento Especializado, dispõe de 32 especialidades médicas, com mais de 60 profissionais que atendem, além de Vitória da Conquista, os municípios conveniados do Centro sul baiano. O serviço atualmente conta com mais de 250 mil usuários cadastrados.

expansão do centro tradicional. No geral, as propostas estão relacionadas à dotação de infraestruturas básicas como esgotamento sanitário, para os bairros que ainda não contam com este serviço, ampliação dos espaços públicos e de lazer, adequação do sistema viário e de transporte, e o enquadramento das áreas de assentamentos urbanos com população de baixa renda nas Zonas de Interesse Social (ZEIS).

São propostas bastante gerais com vistas a melhorar a qualidade de vida e a acessibilidade da população das áreas periféricas de Vitória da Conquista, contudo assim como no PDU-1976, o PDU-2006, não cumpriu com a maioria das deliberações para os espaços de reprodução da classe trabalhadora. Como na década de 1970, muitas das propostas que poderiam tornar menos pesado o cotidiano das mulheres nos bairros de periferia, não saíram do papel.

Em trabalho de campo, pudemos observar que a realidade de muitos desses espaços ainda continua precária. Em grande parte dos bairros periféricos, as obras de infraestrutura foram realizadas parcialmente, e aparentemente sem muito critério de planejamento, já que em determinados loteamentos, de acordo com as moradoras, primeiro foi realizada a pavimentação asfáltica, para posteriormente, perfurarem as vias para a instalação do esgotamento sanitário, deixando as ruas esburacadas e cheias de terra, como eram antes da pavimentação asfáltica.

O fato é que essas infraestruturas básicas, só chegam aos bairros periféricos depois de muitos anos de luta e pressão por meio da população e das representações de bairro, como mostrado anteriormente.

É inegável, pela própria fala dessas trabalhadoras, que algumas atividades do cotidiano ficaram menos pesadas em relação ao período em que chegaram nestes espaços. Já não dependem mais da cisterna pra ter acesso à água, nem precisam mais busca-la nas nascentes do poço escuro ou nas “aguadas” do Miro Cairo. Mas apesar de alguns aspectos terem melhorado, muitas mulheres, principalmente aquelas dos loteamentos do extremo oeste da cidade, como Senhorinha Cairo, Miro Cairo e São Pedro, que ainda permanecem com infraestrutura bastante precária, ainda precisam percorrer alguns quilômetros para deixarem os filhos nas escolas e creches de outros bairros.

O transporte público, em muitos casos, ainda que precário, já chega nos locais mais distantes da periferia, mas de nada adianta, se a condição social das trabalhadoras em desemprego, não lhes permite pagar pela passagem de ônibus, obrigando-as a continuar fazendo suas viagens ao centro e a outros bairros a pé.

Os destinos de gênero e de classe, continuam a recair pesadamente sobre essas trabalhadoras, sobretudo no espaço urbano pensado e planejado para não atendê-las, para lhes negar o direito à cidade e ao trabalho. Cidade planejada para segregar e invisibilizar a classe trabalhadora e seus locais de moradia. Espaços onde as mulheres da periferia de 2016, continuam a se reproduzir sob condições parecidas com as de 1970.

As modificações na estrutura urbana em quase meio século, ainda é precária e a articulação entre as esferas da produção e da reprodução com a desigual divisão das tarefas de casa, se impõem de maneira ainda mais intensa.

Contudo, para além das nuances da subordinação feminina, observamos, aspectos importantes de insubordinação e luta. Luta que acontece tanto de forma individual quanto coletiva com relação a diferentes aspectos.

Hoje, as mulheres da periferia continuam reivindicando seus direitos, mas não apenas no que tange a infraestrutura e equipamentos urbanos. A própria criação e articulação da União de Mulheres de Vitória da Conquista (UMVC), têm trabalhado com as moradoras dos bairros periféricos sobre a subordinação da mulher ao homem, e no combate à violência doméstica, incentivando e dando apoio à denúncia desses casos. Dentro da UMVC as mulheres construíram uma rede de solidariedade feminina e se ajudam mutuamente a sobreviver um dia de cada vez diante das dificuldades de ser mulher trabalhadora na periferia urbana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração urbana atual da periferia de Vitória da Conquista é resultado dos processos que sucederam a década de 1970. Como abordamos nesta pesquisa, com a instalação e desenvolvimento da agroindústria cafeeira na região do Planalto da Conquista a morfologia da cidade mudou. A nova dinâmica sócioespacial teve rebatimentos sobre Vitória da Conquista, modificando-a para atender a demanda de trabalhadores e trabalhadoras migrantes que chegavam a esta cidade por conta do trabalho no café.

Grande parte destes trabalhadores e trabalhadoras “chegantes” continuou a reproduzir suas vidas em uma relação de mobilidade do trabalho entre a cidade e o campo. Se ocupando no trabalho rural da colheita sazonal do café e buscando na cidade, outras formas de inserção no mercado de trabalho, geralmente de forma precária e temporária.

Durante muitos anos, especialmente no período de expansão da cafeicultura entre as décadas de 1970 e 1980, inúmeros caminhões abarrotados de homens, mulheres e crianças saíam de bairros da periferia de Vitória da Conquista, levando força de trabalho para a colheita do café. Muitas trabalhadoras faziam este percurso diariamente durante muitos anos de suas vidas.

Contudo, a partir do final da década de 1980, como discutimos no capítulo 3, a crise mundial do café apresentou rebatimentos importantes, não sobre a produção cafeeira, que se manteve estável, mas incidiu sobre a força de trabalho, que começou a ser dispensada gradativamente. Entretanto, até a década de 1990 o número de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam da cidade para as fazendas de café ainda era bastante expressivo, como nos informou algumas das trabalhadoras entrevistadas.

Contudo, o capital tem a necessidade de continuar se reproduzindo de maneira que se consiga “mais, por menos” afim de aumentar a taxa de mais valia, assim, passa a investir em tecnologias, como começa a acontecer no Planalto e em Vitória da Conquista a partir dos anos 2000. Quando, visando a diminuição de gasto com a força de trabalho, as grandes fazendas passaram a investir mais recursos na mecanização. Neste processo muitos trabalhadores e trabalhadoras requisitados para a colheita foram substituídos por colheitadeiras automotrizes. Cada máquina pode substituir até 200 pessoas.

Sob este processo, e no que tange toda a história da cafeicultura no Centro Sul da Bahia, a pobreza dos trabalhadores e trabalhadoras se torna o outro lado da riqueza de seus patrões, que no sistema desigual do capitalismo, só pode ser alcançada em coexistência com a miséria. Em uma regra de proporcionalidade que quando mais riqueza se acumula, mais homens e mulheres miseráveis são produzidos. Este é o processo que os discursos e programas de desenvolvimento regional ocultam.

O desenvolvimento, que chega ao Planalto da Conquista na década de 1970 com promessas de levar trabalho e produzir riquezas, justificou a desestruturação da economia agrária em regime familiar, liberando trabalhadores e trabalhadoras da terra, tornando-os livres para vender sua força de trabalho, lembrando a Gaudemar (1977). Essa “liberdade” conduziu milhares de famílias trabalhadora para viver na periferia urbana de Vitória da Conquista, impondo-lhes um novo modo de vida, ao qual não estavam habituados e nem preparados profissionalmente para o mercado de trabalho urbano, colocando-os em uma relação de dependência com o trabalho na cafeicultura.

A partir de 2013, a requisição de força de trabalho, que já vinha em decréscimo, tornou cada vez menor, os fluxos de força de trabalho na relação campo-cidade. Neste período, como informou um dos cafeicultores de Vitória da Conquista, as grandes fazendas, que até então alugavam colheitadeiras, passaram a adquirir seu próprio maquinário, que incluiu, além das máquinas que colhem o café, outras para o beneficiamento e que fazem o processo de plantio. Um equipamento capaz de abrir as covas, adubar e plantar as mudas, utilizando apenas dois trabalhadores, processo que anteriormente requiritava um exército de homens e mulheres.

É neste contexto que a frequência dos transportes, que saíam da periferia conquistense, levando trabalhadores e trabalhadoras para as fazendas de café, diminui até não ser mais possível encontra-los. Isso, por um momento, nos levou a acreditar que havia-se extinguido as trabalhadoras do café em relação com a periferia conquistense, contudo, em trabalho de campo, ainda foi possível encontrar homens e mulheres e até mesmo famílias que se deslocam para a atividade sazonal da colheita.

Ainda existem fazendas, pequenas e médias propriedades, que praticam a colheita manual, no entanto, com algumas especificidades. Em trabalho de campo no distrito produtor de café Abelhas, na zona rural conquistense, pequenos e médios produtores informaram que atualmente já não vão buscar força de trabalho na periferia



conquistense. Essa decisão é justificada por causa das diretrizes do Ministério do Trabalho, que na última década, impôs inúmeras exigências no que tange ao transporte de trabalhadores, regularização dos contratos de trabalho, além de outras exigências de alojamento, alimentação e infraestrutura no próprio cafezal. Por isso, eles têm arregimentado força de trabalho da própria zona rural.

Agora, são as próprias trabalhadoras e seus familiares que se deslocam, por conta própria, para as fazendas. No período da colheita, elas pegam um ônibus, van, e até mesmo percorrem parte do caminho a pé até chegarem nas fazendas. Lá entram em contato com o gerente e este, algumas vezes, como informou Dona Erlane em depoimento, disponibiliza o dinheiro da passagem, para que retornem com outros trabalhadores e trabalhadoras, que inclui outros membros da família, vizinhos e amigas.

Concomitante a este processo de liberação da força de trabalho no campo, e diante do próprio sofrimento descrito pelas trabalhadoras em relação aos deslocamentos e ao trabalho de colher café, aquelas trabalhadoras que, na cidade, ao longo desses anos, conseguiram se inserir em outros tipos de atividade produtiva, foram deixando, gradativamente os cafezais. Uma das trabalhadoras entrevistadas relatou que se porventura, algum dia se esquecer da dureza do trabalho no café, as marcas em suas mãos estarão sempre ali, para relembra-las de que “o trabalho é preciso, e é preciso viver do trabalho”<sup>75</sup>.

Outra trabalhadora, conta que, diante da privação do acesso ao trabalho em Vitória da Conquista, a colheita café tem sido a única atividade remunerada regular que praticou nos últimos anos. Ressaltando as dificuldades do trabalho e da permanência nas fazendas no período da colheita, ela fala do chão úmido em que já dormiu nos alojamentos sem cama, do cheiro de podre dos banheiros coletivos, da água barrenta que tinha para beber em algumas das fazendas, das crianças chorando na roça de café, enfim, são inúmeras as lembranças descritas. Tudo isso, fez com que muitas trabalhadoras procurassem outras formas de sobrevivência.

Dentre as entrevistadas, aquelas que abandonaram o trabalho no café, atualmente se ocupam como diaristas, como o caso de Dona Alva, se ressentida de que, nos 16 anos que trabalhou na fazenda de café, se tivesse sua carteira assinada, hoje estaria aposentada, assim como seu esposo. Mas por ser mulher, teve seu

---

<sup>75</sup> Dona Senhora, 71 anos. Entrevista concedida a autora. Vitória da Conquista. Janeiro de 2016

trabalho diminuído e inferiorizado na condição de informal por toda a vida, e conta que hoje, com 64 anos, ainda precisa fazer faxina na “casa dos outros para viver, depois de ter lutado, sofrido e trabalhado tanto nessas roças de café<sup>76</sup>”.

Já aposentada por idade, Dona Maria ainda se desloca a pé, três vezes por semana para trabalhar de diarista em uma casa no Bairro Recreio, do outro lado da cidade. Sai de casa às 8:00 horas da manhã e não tem hora para retornar, dizendo que já perdeu as contas de quantas vezes chegou tarde da noite, trabalhando, sempre sem carteira assinada, para receber 300 reais por mês, porque apesar dos filhos já serem adultos, ela cria três netas e com seu salário, ainda ajuda as filhas desempregadas.

De uma forma ou de outra, o trabalho desempenhado pelas mulheres é precário e informal, seja no espaço urbano ou rural, contudo, esse ambiente nos revelou processos ainda mais perversos como a mendicâncias e a submissão ao trabalho análogo ao escravo.

Neste sentido, entendemos que a periferia urbana da década de 1970, que mencionamos anteriormente, onde as mulheres sobreviviam de “quebrar pedras” e da doação alimentos por projetos de padres da Igreja católica, pouco diverge da realidade de muitos desses espaços em 2016, onde, na condição de trabalhadoras supérfluas, descartadas do processo de produção, precisam partir para a mendicância, como informa a fala da jovem trabalhadora a seguir:

As vezes, quando não tem nenhum trabalho, pra ajudar nossos maridos nós vai pedir. Eu não posso mentir, é melhor pedir do que roubar né? A gente vai nessas casas na *Morada dos Pássaros* ali perto do *Cristo*<sup>77</sup>, *Morada Real*, *Bateias*<sup>78</sup>. Nós pede comida e eles dá um bocado de alimento pra nós. Açúcar, farinha, bolacha... (Franciele, 18 anos. Entrevista concedida a autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016). (Grifo nosso).

Junto com o descarte de trabalhadores e trabalhadoras pela cafeicultura, ampliou-se, a exploração daqueles que ainda buscam nessa atividade formas de obtenção de renda. O trabalho no café, permaneceu como possibilidade homens e

---

<sup>76</sup> Dona Alva, 64 anos. Entrevista concedida a autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016.

<sup>77</sup> A trabalhadora se refere à estátua de Jesus Cristo Crucificado de 50 metros de altura. O monumento é um dos pontos turísticos de Vitória da Conquista obra do artista Mario Cravo. A estátua está localizada na Serra do Peri-Peri, entre os Bairros Alto Maron e Cruzeiro.

<sup>78</sup> Bairros de Vitória da Conquista.

mulheres que não conseguiram se inserir em outra forma de trabalho perene, realizando apenas alguns trabalhos temporários na entressafra do café, como informa a trabalhadora a seguir.

O negócio é porque nós precisa, porque tá sem trabalho, todo mundo parado. Só meu esposo tá trabalhando, mas o trabalho acaba essa semana já, de ajudante de pedreiro, mas acabou, já era, não é fichado! [...] O único jeito pra a gente, é ir pro café. Eu mesma fui com meu marido, com uma barrigona de nove meses catando café. O trabalho é ruim, é pesado, o alojamento é um nojo, mas é bom que eu ganho meu dinheiro. [...] Meu menino já tem 4 anos, e eu ia de novo esse ano, mas eu engravidei do caçulinha e não pude ir. Só quem foi, foi meu esposo. Eu queria ir mesmo grávida, mas meu marido não deixou. Mas já tô aqui precisando ir esse ano. Não é fácil, mas hoje, pra a gente viver, a gente tem que passar por isso. Passar por essas coisas. Eu tive que ir grávida pra ajudar no dinheiro pra nós comprar as coisas no neném. Agora já tem os dois meninos, um com 4 anos e o outro com 1 ano. (Jéssica, 21 anos. Entrevista concedida a autora. Vitória da Conquista, janeiro de 2016).

A realidade do trabalho das mulheres da periferia de Vitória da Conquista, chega ao ponto da submissão ao trabalho análogo a escravidão, como pudemos constatar ao entrevistar Dona Erlane, trabalhadora de 56 anos, resgatada pelo Ministério do Trabalho em uma fazenda de café do município em 2012. Junto com ela, estava sua filha de 14 anos trabalhando nas mesmas condições. Atualmente, a única renda fixa que a mantém, são 70 reais mensais que recebe do benefício social Bolsa família.

Recentemente, em jornais do estado do Espírito Santo<sup>79</sup> noticiaram o resgate de trabalhadores e trabalhadoras de Vitória da Conquista em situação análoga à escravidão nas fazendas de café capixabas. Essa informação, foi confirmada por trabalhadoras da periferia, que disseram ter precisado recorrer a outros lugares, mais distantes, para continuar a trabalhar. Isso nos mostra o quanto a realidade é dinâmica e como o capital continua a criar estratégias para manter a força de trabalho em movimento, deslocando para determinados espaços, uma força de trabalho migrante que se torna mais barata do que a local. E se o trabalho continua "em mobilidade" é porque a circulação da mercadoria força de trabalho é condição para a reprodução e acumulação do capital.

Assim o desenvolvimento regional que chegou no Centro Sul baiano com o discurso de encurtar as distâncias percorridas pelos trabalhadores 'em mobilidade'

---

<sup>79</sup> Jornal A Gazeta, 2015.

pelo trabalho, criou um exército de trabalhadores e trabalhadoras para dispensa-lo tempos depois. Nesse contexto, ainda que as dinâmicas territoriais do trabalho mudem, elas continuam em movimento, para outros espaços e territórios.

A mobilidade do trabalho em relação à cafeicultura, tão ligada a produção da periferia de Vitória da Conquista, apesar estar desaparecendo dentro da própria região, agora expande suas fronteiras, levando mulheres, homens e famílias inteiras a buscar em locais, cada vez mais distantes, formas de se manterem vivos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Produção sócio - espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA.** 2005. 192f (dissertação) Mestrado em Geografia. Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional e a produção sócio-espacial dos assentamentos e ocupações na cidade de vitória da conquista-ba.** In anais do XVI Encontro nacional de geógrafos. Porto Alegre - RS, 2010.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BACHA, C. J.C. **Economia e política agrícola no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2004.

BASBAUM, L. – **Uma Vida em Seis Tempos** (memórias), 1a. edição, editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.

BOTELHO, A. **A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida.** revista Geographia, v. 10, n. 19, p. 25-45, 2008.

BRASIL, Lei nº 5889, de 08 de junho de 1973. Dispões sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

BURGOS, R. **Periferias Urbanas da MetrÓpole de São Paulo:** Territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008, Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo – USP.

CABRAL, M. C. N; CASIMIRO A. P. B. S. **Creches e direitos da infância:** uma primeira aproximação à história dos movimentos sociais em favor da educação infantil e dos direitos da infância em Vitória da Conquista – BA entre os anos de 1980 e 1990. IX Colóquio do Museu Pedagógico. Vitória da Conquista, 2011.

CAMPOREZ, P. **Colheita de café passos de volta à escravidão.** Jornal A Gazeta, Vitória, domingo, 1º de junho de 2014 Nº 29.662. Ano LXXXVI. Disponível em: <[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)> Consultado em agosto de 2015

CARDOSO, Haroldo Junior Martins. **Análise da mobilidade populacional entre ao municípios de Carmo do Rio Claro- Mg e Santa Luz-Ba.** Monografia, Graduação em Geografia. Departamento de Geografia; Universidade Federal de Alfenas-MG – UNIFAL, 2014.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo. Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo. Edição eletrônica: LABUR, 2007, p. 123.

CARLOS, A. F. A.. SOUZA, M. L. e SPOSITO, M. E. B. (Org.) Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: **A produção do**

**espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

CARMO, M. A. A. **Migrações temporárias e as relações de trabalho no campo: O caso da cafeicultura do cerrado.** Anais do XXI Encontro de Geografia Agrária, Uberlândia- MG, 2012.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**, volume 5, Editora da UNB, 1985.

CHAVEIRO, E. F.; ANJOS, A. F. Dos. **A periferia urbana em questão:** um estudo socioespacial de sua formação. Boletim Goiano de Geografia. Instituto de Estudos SócioAmbientais. vol. 27, n. 2, jan./jul. 2007.

CHAUÍ, M.. O que é ideologia?. São Paulo. Brasiliense, 1994.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média.** In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CABRAL, L. M. C. S, A. Instituto Brasileiro do Café (IBC). In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-brasileiro-do-cafe-ibc>> Acesso em Junho de 2016.

DEANE, F. **A evolução das ideias econômicas.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981

DEMIER, F. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira:** breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. CEMARX: Unicamp. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/site/arquivos/Coloquio58Programa%C3%A7%C3%A3ogruposdetrabalho2015.pdf>>

DOMINGUES, Á. A. G. **(Sub)úrbios e (sub)urbanos – O mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?.** In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia. I série, vol. X/XI, Porto, 1994/5, pp. 5-18.

DUTRA NETO, C. **Café y Desarrollo Regional en el Nordeste Brasileño: un Estudio de Caso en Bahia.** Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) Universidade de Barcelona, 2008.

DUTRA NETO, C , SILVA, G. R, SANTOS, A. C. N. S. NOVAES, J. C. **Caracterização da notoriedade do café do Planalto De Vitória DA Conquista – BA, para a indicação geográfica de procedência.** In: Anais do VIII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, 2013. Salvador – BA.

ENGELS. F.. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.** Porto: Afrontamento, 1975.

ENGELS, F.MARX, K. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, L. **Gildásio Cairo**: O desbravador da Zona Oeste de Vitória da Conquista. In: Taberna da História, 2013. Disponível em: <<http://tabernadahistoriavc.com.br/gildasio-cairo-o-desbravador-da-zona-oeste-de-conquista/>> Consultado em Agosto de 2015.

FERRAZ, A. E. Q. **O espaço em movimento**: O desvelar da rede dos processos sociotécnicos do sistema de saúde de Vitória da Conquista. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NP GEO, 2009.

\_\_\_\_\_. **O urbano em construção Vitória da Conquista**: um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FERRAZ, A. E. Q ; ALMEIDA, M.C.C. Transformações Sócio -Territoriais na cidade de Vitória da Conquista - BA. In: Simpósio nacional de Geografia Urbana, X, 2007, Florianópolis, Anais **Trajetórias da Geografia urbana no Brasil: tradições e perspectivas**. Florianópolis, UFSC, 2007. p. 1-17

FRANCO GARCÍA, M.. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 216 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

FURTADO, C.. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 34 ed. 2007.

GARÇON, C. L. P. Et. Al. Progresso da Ferrugem (*Hemileia vastatrix* Berk. & Br.) do cafeeiro (*Coffea arábica* L.) em diferentes altitudes. In. **Embrapa** . Disponível em: <[http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb\\_anais/simposio1/Doencas19.pdf](http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/spcb_anais/simposio1/Doencas19.pdf)> Acesso em Junho de 2016.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZZOLA. T, AJAMBUJA. M. L. F. **A mulher e o processo produtivo**. In: Publicatio UEPG, v. 8, n 1, 2000.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do trabalho e controle social**: trabalho e organizações na era neoliberal. Rev. Sociol. Polit. [online], Curitiba, vol.17, n.32, p. 33-49, Fev. 2009.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IBGE. **Região de Influência das cidades 2007**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/\\_arquivos/regic\\_28.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/PZEE/_arquivos/regic_28.pdf)> Consultado em Março de 2015.

IBGE. **Região de Influência das cidades – Revisão atualizada do estudo de Divisão do Brasil em Regiões funcionais Urbanas**. 1987. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia\\_1987.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/regioesdeinfluencia_1987.pdf)> Consultado em Março de 2015.

INFOPLEX, **Perfil básico de empresas**. Disponível em: <<https://www.infoplex.com.br/perfil>> Consultado em Agosto de 2015.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. **A espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KROHLING, C. A. Et Al. Uma avaliação do ataque da ferrugem do cafeeiro, *Hemileia vastatrix* Berk. & Br., no sub-bosque da Reserva Biológica de Duas Bocas, Cariacica, Espírito Santo. In: **Revista Natureza on line**. 8 (2): 63-66. Disponível em: <[http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/03\\_KrohlingCAetal\\_6366.pdf](http://www.naturezaonline.com.br/natureza/conteudo/pdf/03_KrohlingCAetal_6366.pdf)> Acesso em Junho de 2016.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, B.H. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEAL, C. M. **Divisão sexual e social do trabalho**: reprodução das desigualdades de gênero? Anais da V jornada internacional de políticas públicas Estado, desenvolvimento e crise do capital. São Luiz, 2011.

LEBRÃO, J.S. **A mobilidade do trabalho e a produção espacial da periferia de Vitória da Conquista e a busca por meios de sobrevivência através do trabalho**. Monografia (Especialização em Análise do espaço geográfico). Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista 2014.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, E.L. **A luta dos Posseiros da fazenda Matas Do Pau Brasil pelo direito a terra**: aliança com as Comunidades Eclesiais de Base (1972-1981). Disponível em:<<http://anpuhba.org/wp-content/uploads/2013/12/Eduardo-de-Lima-Leite.pdf>> Consultado em Julho de 2015.

LIMA, M.do C.. **Do território desejado ao lugar possível**: cidade, luta e apropriação. São Paulo: USP, 1997. Dissertação de Mestrado.

LIPIETZ, A. **O tributo fundiário urbano**. Paris: Maspero, 1974

LOBO, E. S. **A Classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MAIA, D. S. **Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura**. In: Publicações SEI: Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Nº 87. Org. LOPES, D. M.F.; HENRIQUE W. Salvador, 2010.

MARX. **K.O capital**. Crítica da Economia Política. Livro 3. São Paulo: Abril Cultural, 1989.



\_\_\_\_\_. **Trabalho assalariado e Capital e salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capital, Livro I. "A assim chamada acumulação primitiva".** São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Livro II, v. 1).

MACHADO, J. M. **Novas relações de produção e o significado do café para o processo de urbanização em Barra do Choça/BA.** 2009. 79f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Departamento de Geografia, UESB, Vitória da Conquista, 2009.

MADALOZZO, R; MARTINS S. R; SHIRATORI L. **Participação no mercado trabalho e no trabalho doméstico:** homens e mulheres têm condições iguais? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 547-566, maio-agosto/2010 In: Scielo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2010000200015&script=sci_arttext)> Consultado em Agosto de 2015.

MARICATO, E. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado:** metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva *São Paulo* Fundação SEADE, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

\_\_\_\_\_. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: Planejamento urbano no Brasil.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; M. E. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. P. 121-192

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades:** Alternativas para a crise Urbana. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

MARTHA JUNIOR; RAMOS, S.Y. G.B. **Evolução da política de crédito rural brasileira.** Embrapa Documentos, Ed. 292 - (2010). Disponível em: <<file:///C:/Users/PPGG2/Downloads/Evolucao-da-Politica-de-Credito-Rural-Brasileira.pdf>> Consultado em Julho de 2015.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, R.H.A. Vitória da Conquista nos anos 1960 – 1978. In: MOSCONI, Luis (Org.). **Edivanda uma vida de fé e de muitas lutas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.223p.

\_\_\_\_\_. **Um depoimento sobre a pobreza.** In: Fló: Vitória da Conquista, 1977.

\_\_\_\_\_. **A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café.** 2002. <Disponível em: <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/>>. Consultado em: Junho de 2015

\_\_\_\_\_. **Os loteamentos e a expansão urbana de Vitória da Conquista.** In: Fifó, Vitória da Conquista 25 de Janeiro de 1978. Ensaio Conquistenses, 9.

\_\_\_\_\_. **Aspecto urbano de Conquista através da história.** In: Fifó, Vitória da Conquista 11 de novembro de 1977. Ensaio Conquistenses, 7 - 9.

MEIRA, A. L. **Uma abordagem sobre o papel da mulher na cadeia produtiva do café no município de Barra do Choça.** 2013. 50f. Monografia de pós-graduação em Gestão da Cadeia Produtiva do Café – Departamento de Fitotecnia e Zootecnia – DFZ- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

MELLO, João M. Cardoso de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: FACAMP, 2009.

MENDES, M. A. **De trabalhadoras rurais a chefes de família em ZEIS:** Visitando as trajetórias e estratégias femininas. In: Raízes. Vol.21 nº 1. 2008.

MENEZES, Sócrates. Oliveira. **De “supérfluos” a sujeitos históricos na contramão do capital:** a Geografia do (des)trabalho. 2007. 382f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MORAES SILVA. M. A. **Mulheres Trabalhadoras Rurais:** Trajetórias e Memórias. In: Ruris. v 4 n 2, 2010.

MORAES SILVA. M. A. MENEZES, M. **Migrações Rurais no Brasil:** Velhas e novas Questões. Inscal, 2009.

MOURA, D. A. S. **Andantes de Novos Rumos: A Vinda de Migrantes Cearenses para Fazendas de Café Paulistas em 1878.** In: Revista Brasileira de História. vol. 17 n. 34, São Paulo 1997.

NOGUEIRA, V. S. **Sair para o Café: uma Etnografia do Processo Migratório em Famílias Camponesas.** In: TEIXEIRA, P.E, BRAGA, A. M. C., BAENINGER, R. (Orgs) Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras. Marília, SP: Cultura acadêmica Editora, 2012.

NOGUEIRA, C. M. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** In: Revista Aurora ano IV número 6 – Agosto de 2010. Disponível em: <[www.marilia.unesp.br/aurora](http://www.marilia.unesp.br/aurora)> Consultado em: Agosto de 2015.

NUNES, A. M. L. Et. Al. Cultivo do Café Robusta em Rondônia. In. **Embrapa Rondônia**, Versão Eletrônica, 2005. Disponível em:

<<https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Cafe/CultivodoCafeRobustaRO/doencas.htm>> Consultado em Junho de 2016.

OLIVEIRA, J. V. **Aspectos Econômicos e Sociais da Cultura do Café na Bahia**, In: Princípios – Revista Teórica, Política e de Informações, São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1984. Disponível em: <[http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo\\_50\\_93.pdf](http://fmauriciograbois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_93.pdf)> Consultado em: Julho de 2015.

PAIVA, S. A. **Loteamentos particulares e precarização do espaço da moradia: O Senhorinha Cairo em Vitória da Conquista**. In: Anais do Encontro baiano de Geografia–EBG. Disponível em < <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2a.pdf>> Consultado em junho de 2014.

PALLONE, Simone. **Diferenciando subúrbio de periferia**. In: Notícias do Brasil, 2012. Disponível em: < <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n2/a06v57n2.pdf>> Consultado em Maio de 2014.

PEREIRA, R.C. M. O trabalhador rural nas fontes da Justiça do Trabalho (Vitória da Conquista-Ba, 1963-1982). **Revista História Social**, n. 21, segundo semestre de 2011.

RAMOS e MARTHA JR. **Evolução da política de Crédito Rural Brasileira**. In: **Folhetos Embrapa Cerrados**, 2010.

RUA, J. **A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica**. In: Revista da ANPEGE, No 2, 2005. Disponível em:<<http://anpege.org.br/revista/ojs2.2.2/index.php/anpege08/article/view/81>> Consultado em Maio de 2014.

*SAFFIOTI, H. I.B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987*

SAMPAIO, A. V. O. **A mobilidade do trabalho, e a produção do espaço regional de Vitória da Conquista – Bahia**. Tese. (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEIO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SANTANA JR, A.R; JAILSON, R. B. Coleção fotográfica: trabalhadores da construção civil em Vitória da Conquista (1970 -1990) In: **Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**. Org. LOPES, C.M; REGOS, T.C. Coleção: Arquivos e o direito à memória e à verdade. Comunicações do 3º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos Volume 2 - CUT, 2015.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SANTOS, J. L. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida**, 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Instituto de Geociências. UFBA. Salvador.

SANTOS, A. L. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e**

Barra do Choça – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1986

SANTOS, A. J. **Memória, ideologia e lutas de classes em vitória da conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais.** 2014. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2014.

SANTOS, R. S. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010).** Tese (Doutorado em Geografia). Barcelona: Universitat de Barcelona. Programa De Doctorado: Geografia, Planificació Territorial Y Gestión Ambiental, 2013.

Schmidt, H. C. **Cenário e tendências do mercado mundial de café.** Vitória: Café editora. 2006.

SERPA, A. **A Paisagem Periférica.** In: Eduardo Yázigi. (Org.). Turismo e Paisagem. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 161-179.

SINGER, P. **Migrações Internas: Considerações teóricas sobre o seu estudo.** In: Economia Política da Urbanização. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Uso do Solo Urbano na Economia Capitalista.** São Paulo: FAUUSP, 1978.

SILVA, N.F. **Adeus, Cascalho: Jovens Sergipanos na Odisséia do Trabalho Temporário.** (Dissertação de Mestrado). UFS/NPGeo. Departamento de Geografia. São Cristóvão, 2003.

SIQUEIRA, T.V. **A cultura do café: 1961-2005.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 22, p. 205-270, set. 2005. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2207a.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set2207a.pdf) > Consultado em Julho de 2015.

SOUZA, S. T. **Categorias de Análise centrais para a compreensão do processo de produção do espaço no âmbito da Geografia crítica marxista.** Relatório para promoção na carreira Docente para professor adjunto titular. Vitória da Conquista: UESB, 2014

\_\_\_\_\_. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro.** Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008.

SOARES, V. O. **A territorialização da Cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia: Transformações e contradições no espaço agrário.** 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGeo – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

SOUZA, B. J. **O bacharelismo na política conquistense dos anos 20**. In anais de evento ANPUH. Vitória da Conquista. 2008 Disponível em <[http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh\\_l/belarmino\\_jesus\\_souza.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_l/belarmino_jesus_souza.pdf)> Consultado em Janeiro de 2014.

SOUZA, D. M. **Do chão da terra ao chão da fábrica**: As formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário. 2013. 2070f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Núcleo de Pesquisa em Geografia-NPGEO – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

SPAGGIARI SOUZA e FREITAS. **Gênero, trabalho e migração: lugares de homens e de mulheres na lavoura de café do sul de Minas Gerais**. Revista UNIABEU, Belford Roxo. V.8 Número 18 janeiro-abril de 2015

SPOSITO, M. E. B. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil**. In: *Investigaciones geográficas* n .54 México. 2004

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo. Brasiliense, 1986.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista: crônicas de uma cidade**. Vitória da Conquista: Gráfica Brasil, 1994.

VERLAINE, M. **Igualdade salarial entre homens e mulheres: um desafio para o movimento sindical**. SINDSER. Disponível em: <<http://sindser.org.br/s/ponto-de-vista/igualdade-salarial-entre-homens-e-mulheres-um-desafio-para-o-movimento-sindical>> Consultado em Julho de 2015.

VERSIANE, F. R. As Longas Raízes do Protecionismo: 1930 e as Relações entre Indústria e Governo. In. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.13, n.3b, p.867–895, set/dez 2012.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2001.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei nº 118**, de 22 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o Plano Diretor de Vitória da Conquista, 1976.

## Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

### PESQUISA DE MESTRADO

TRABALHO DE CAMPO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Data: Março a Abril de 2015 e Janeiro de 2016

Município: Vitória da Conquista

### ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DE ENTREVISTAS JUNTO À MULHERES TRABALHADORAS DA PERIFERIA E DO CAFÉ

**PROPOSTA:** O roteiro de questões está organizado a partir de três eixos norteadores: a) história de vida antes do café; b) história do trabalho no café; c) História de vida e trabalho na periferia de Vitória da Conquista.

Cada um remete a questões específicas e significativas na compreensão da produção da periferia conquistense em relação à instalação da cafeicultura na década de 1970.

**OBJETIVO:** Coletar informações sobre a história de Vida, Trabalho e mobilidade das mulheres do café e da periferia conquistense.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Entrevistada: \_\_\_\_\_

\*\*\*

**Eixo 01: a) história de vida antes do café:** Onde Nasceu? Em que trabalhava? Como era a vida antes do trabalho no café?

**Eixo 02: b) história do trabalho no café:** Como foi Trabalhar no café? Com eram as relações de trabalho? Como se dava o cotidiano nas fazendas de café?

**Eixo 03: c) História de vida e trabalho na periferia de Vitória da Conquista:** História de como chegou em Vitória da Conquista; Acesso à moradia; condições de vida na periferia; acesso ao trabalho na periferia; cotidiano de produção e reprodução; estratégias de luta e sobrevivência nos espaços de segregação urbana.

**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ autorizo a utilização para fins acadêmicos das  
declaração feitas durante a entrevista realizada na data e local indicados acima.

Assinatura: